

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MIRIAM DE OLIVEIRA INÁCIO

**A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO
SERVIÇO SOCIAL: contribuições e dilemas das relações entre Marxismo e Feminismo**

RECIFE (PE)

2013

MIRIAM DE OLIVEIRA INÁCIO

A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO
SOCIAL: contribuições e dilemas das relações entre Marxismo e Feminismo.

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Zélia Maria Pereira da Silva.

RECIFE (PE)

2013

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

I35e

Inácio, Miriam de Oliveira

A emancipação das mulheres no Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições e dilemas das relações entre Marxismo e Feminismo/ Miriam de Oliveira Inácio. - Recife : O Autor, 2013.

246 folhas : il. 30 cm.

Orientador: Prof^a. Dra. Zélia Maria Pereira da Silva.

Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2013.

Inclui referências e apêndices.

1. Direito das mulheres. 2. Emancipação humana. 3. Feminismo. 4. Serviço Social – Aspectos políticos. I. Silva, Zélia Maria Pereira da (Orientador). II. Título.

362.83CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2014 – 016)

MIRIAM DE OLIVEIRA INÁCIO

A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO
SOCIAL: contribuições e dilemas das relações entre Marxismo e Feminismo.

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do
Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social, da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutora em Serviço
Social.

Aprovada em 29/04/2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a ZÉLIA MARIA PEREIRA DA SILVA
Universidade Federal de Pernambuco
Orientadora

Prof^a Dr^a MARIA ALEXANDRA DA SILVA MONTEIRO MUSTAFÁ
Universidade Federal de Pernambuco
Examinadora Interna

Prof^a Dr^a EDELWEISS FALCÃO DE OLIVEIRA
Universidade Federal de Pernambuco
Examinadora Externa

Prof^a Dr^a RITA DE LOURDES DE LIMA
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinadora Externa

Prof^a Dr^a SILVANA MARA DE MORAIS DOS SANTOS
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinadora Externa

*Às “Malalas” do Paquistão e do Brasil,
do Ocidente e do Oriente,
nas lutas pela emancipação política e humana
das meninas e das mulheres.*

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma Tese de Doutorado exige momentos fugas do cotidiano e da vida. É um trabalho individual, mas que não se realizaria sem a colaboração e a presença de pessoas fundamentais em nossas vidas.

À minha orientadora, à professora *Dr^a Zélia Maria Pereira da Silva*, que soube compartilhar seu saber, sempre ancorado numa forma de pensar criticamente a realidade, me permitiu refletir atentamente sobre as ideias aqui desenvolvidas. Muito obrigada pelas contribuições, assim como pela paciência e apoio para a realização deste trabalho.

À professora *Dr^a Silvana Mara de Moraes dos Santos*, que muito contribuiu com minha trajetória de estudos, obrigada pelas valiosas sugestões para aprofundamento das reflexões aqui desenvolvidas nos momentos da Banca de Qualificação do Projeto de Tese e da Pré-Banca da Tese, as quais procuramos incorporar.

À professora *Dr^a Rita de Lourdes Lima*, grata por ter gentilmente aceitado o convite para participar da Banca Final de defesa na condição de titular, e especialmente, pelas observações para o aprimoramento deste trabalho.

À professora *Dr^a Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá*, com que tive o prazer de ser orientanda durante o Mestrado, meu agradecimento pelas ricas considerações por ocasião da Qualificação do Projeto de Tese e da Pré-Banca da Tese, que foram fundamentais para a finalização deste estudo.

À professora *Dr^a Edelweiss Falcão de Oliveira*, agradeço por ter aceitado o convite para integrar a Banca Final de defesa na condição de titular, e principalmente, pelas contribuições para aperfeiçoamento de alguns aspectos metodológicos do trabalho.

À professora *Dr^a Ângela Santana do Amaral*, agradeço pela importante contribuição e preciosas sugestões para aprofundamento deste estudo durante a Pré-Banca da Tese, as quais perseguimos para as novas e necessárias reflexões aqui apresentadas.

À professora *Dr^a Marlise Vinagre*, obrigada pelas palavras e elogios sobre a qualidade dos temas aqui tratados.

À professora *Dr^a Maria Regina de Ávila Moreira*, obrigada pela disponibilidade em contribuir com o trabalho na condição de suplente.

Ao CFESS, pela disposição em colaborar com este estudo através das respostas ao questionário de pesquisa enviado, particularmente a sua Comissão de Ética e Direitos Humanos. Em nome da sua Presidenta, a professora *Dr^a Sâmia Rodrigues Ramos*, agradeço a contribuição de todas.

À ABEPSS, que gentilmente cooperou com a realização desta pesquisa através das respostas ao questionário enviado, a quem agradeço em nome da sua presidenta, a professora *Dr^a Cláudia Mônica dos Santos*.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, que me oportunizou a realização do Curso de Doutorado, um momento significativo no meu processo de formação acadêmica.

À UFRN e ao Departamento de Serviço Social/UFRN, pela liberação das atividades acadêmicas para cursar o doutorado.

Ao CNPq, que me oportunizou as condições materiais necessárias a realização de um bom curso de doutorado, por meio da viabilização de uma bolsa de estudos.

Às Secretárias e Bolsistas da Pós-Graduação em Serviço Social, em especial à *Ana Cláudia*, pela qualidade no atendimento, dedicação e excelente trabalho.

Aos (Às) colegas da Pós-Graduação em Serviço Social, especialmente à *Teresa, Alessandra, Maurício, Suamy, Aione, Ana, José Mário, Kathleen*, sou grata pelos momentos de alegria, apoio, companheirismo e amizade.

À amiga *Teresa*, que na amizade, também pudemos compartilhar nossas angústias acadêmicas, trocando ideias, dúvidas e “análises” sobre nossa relação com nossos objetos de

estudos, em que tudo se mistura. Minha gratidão pelos diálogos instigantes, sugestões e, principalmente, pela amizade.

A toda a minha família, em especial a minha mãe, *Maria Conceição*, exemplo de mulher forte, determinada, que soube superar as adversidades da vida, e que na sua simplicidade, conduziu os (as) filhos (as) para o caminho dos estudos. Um agradecimento especial também à minha tia *Lúcia*, que também soube transpor as barreiras do passado em direção a uma vida melhor, obrigada pelo incentivo aos nossos estudos.

Aos meus irmãos, *Adriano Inácio* e *Manuelle Inácio*, companheiros de vida e de estudos. Em particular à *Manu*, também agradeço pela revisão ortográfica e elaboração do resumo em francês. Agradeço também a minha cunhada *Fabiana*, pelo incentivo e amizade.

Ao meu pai (*in memoriam*), *Severino Inácio*, trabalhador, “cidadão” - “*Tá vendo aquele edifício moço, ajudei a levantar...*” (*Zé Ramalho*), meu amor eterno.

Ao *Frode*, pelo apoio para que eu possa concluir esta etapa e pela presença muito especial em minha vida, com sonhos e felicidades.

Às (Aos) Amigas (os) e companheiras (os) da vida e do Serviço Social, especialmente à *Dalvanir, Diva, Eliana, Eliúde, Flávio, Ilena e Késsia*.

À minha querida terapeuta, *Adriana Paiva*, uma vez que o espaço da terapia tornou-se fundamental para refletir sobre aspectos relacionados aos meus estudos, a este em particular, e à minha vida profissional-pessoal.

*Devemos recordar que o código da moral sexual,
em harmonia com as tarefas fundamentais da classe,
pode converter-se em poderoso instrumento,
que reforce a posição de combate da classe revolucionária.
Por que não utilizar este instrumento no interesse da classe operária,
em sua luta para o estabelecimento do regime comunista e,
por sua vez, também,
estabelecer relações novas entre os sexos,
que sejam mais perfeitas e felizes?*

(KOLONTAI, 2007, p. 72)

RESUMO

O estudo sobre a constituição de uma perspectiva “feminista emancipatória” no Projeto Ético-Político do Serviço Social na contemporaneidade pretendeu investigar os componentes teóricos e ético-políticos desta perspectiva nas dimensões desse Projeto, no período entre 2000 e 2011. No aspecto Normativo, a pesquisa abrangeu a apreciação do Código de Ética Profissional e das Diretrizes Curriculares. Na dimensão Organizativa, a investigação apreendeu a incorporação de uma perspectiva “feminista emancipatória” pelos sujeitos coletivos da categoria profissional, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). E na dimensão Teórica, a pesquisa identificou as concepções teórico-políticas acerca da “emancipação” das mulheres nos artigos sobre feminismo e “emancipação” das mulheres publicados nos Anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS’s), Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS’s) e na Revista Serviço Social e Sociedade. O estudo tomou como pressuposto que o movimento feminista emerge historicamente como um movimento de luta pela “emancipação” das mulheres, sendo esta restrita ao campo da emancipação política, marcada por uma perspectiva liberal; ou concebida como parte do processo mais amplo de emancipação humana a partir da influência do pensamento marxista e das lutas socialistas. Ademais, diversas tendências feministas socialistas e marxistas construíram várias análises sobre a “emancipação” das mulheres a partir da interlocução do feminismo com o marxismo, consubstanciadas nas reflexões sobre “*classe social-gênero*”, “*capitalismo-patriarcado*”, “*relações sociais de sexo-divisão sexual do trabalho*”. Com base numa reflexão de caráter histórico-crítico, o estudo adotou os seguintes procedimentos metodológicos: apreciação de documentos e publicações conduzidas pelo CFESS (Código de Ética Profissional e Boletim “CFESS Manifesta”) e ABEPSS (Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social e Grupos Temáticos de Pesquisa); análise dos artigos publicados nos Anais dos ENPESS’s, CBAS’s e na Revista Serviço Social e Sociedade; e aplicação de Questionário junto ao CFESS e ABEPSS. Os resultados da pesquisa revelaram que há uma unidade entre as dimensões Normativa, Organizativa e Teórica do Projeto Ético-Político em torno da defesa da emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana. De outro lado, a incorporação de diferentes enfoques oriundos do campo feminista socialista e marxista trouxe contribuições e limites à defesa da emancipação humana das mulheres. As abordagens sobre “*classe social-gênero*”, presentes em todas as dimensões do Projeto Ético-Político; seguida por enfoques de “*capitalismo-patriarcado*”, incorporados nas esferas Organizativa (CFESS e ABEPSS) e Teórica; e, por último, a vertente das “*relações sociais de sexo/divisão sexual do trabalho*”, também identificada nas dimensões Organizativa (ABEPSS) e Teórica, representam tensões à perspectiva da emancipação humana e à direção social marxista deste Projeto, uma vez que nessas abordagens prevalece uma negação ou ocultamento da centralidade de classe social na acepção marxista. A defesa da emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana supõe considerar o caráter estratégico da superação das contradições de classe social. Portanto, esse estágio do debate feminista e sobre emancipação das mulheres no âmbito do Projeto Ético-Político revela que a constituição de uma perspectiva “feminista emancipatória” está em processo de desenvolvimento, o que representa uma pré-condição para a sua consolidação e conquista da hegemonia em todas as dimensões do Projeto Ético-Político.

Palavras-chave: Emancipação das Mulheres. Emancipação Humana. Emancipação Política. Feminismo Socialista e Marxista. Projeto Ético-Político do Serviço Social.

RÉSUMÉ

L'étude sur la constitution d'une perspective féministe émancipatrice dans le projet éthico-politique dans la contemporanéité a cherché à comprendre et à analyser la contribution théorique et politique qui sont d'accord avec l'horizon féministe émancipateur dans plusieurs dimensions du projet éthico-politique du Travail Social entre les années de 2000 et 2011. Dans l'aspect Normatif, la recherche a analysé le Code d'Éthique Professionnel et les Lignes Directrices Curriculaires. En dimension Organisationelle, la recherche a eu une incorporation d'une perspective « féministe émancipatrice » par les sujets collectifs de la catégorie professionnelle, le Conseil Fédéral du Travail Social (CFESS) et de l'Association Brésilienne de l'Enseignement et de la Recherche en Travail Social (ABEPSS). Et en ce que concerne la dimension Théorique, la recherche a identifié des conceptions théoriques et politiques sur le thème «émancipation» des femmes dans les articles sur le féminisme et «émancipation» des femmes publiés dans les Annales des Congrèses Brésiliens d'Assistants Sociaux (CBAS's), Réunions Nationales des Chercheurs en Travail Social (ENPESS) et dans la Revue Travail Social et Société. La recherche a pris comme présupposition que le mouvement féministe émerge historiquement comme un mouvement de lutte par « l'émancipation » des femmes, qui est marquée par une perspective libérale ; ou déterminée comme partie d'un processus plus large d'émancipation humaine à partir de l'influence de la pensée marxiste et des luttes socialistes. De plus, les diverses tendances féministes socialistes et marxistes ont construit plusieurs analyses sur « l'émantipation » des femmes à partir de l'interlocution du féminisme avec le marxisme basée sur les réflexions à propos des « classes social-genre », « capitalisme-patriarcal », « des rapports sociaux de sexe-division sexuelle du travail ». D'après une analyse de caractère historico-critique, la recherche a adopté les processus méthodologiques suivants : l'évaluation des documents et des publications conduits par le CFESS (Code d'Éthique Professionnel e BOLETIM «CFESS manifeste») et par l'ABEPSS (Directrices Curriculaires pour le Cours de Travail Social et les Groupes de Recherche Thématique) ; l'analyse des articles publiés dans les Annales de l'ENPESS's / CBAS's et dans la Revue Travail Social et Société; et l'application d'un questionnaire avec le CFESS et l'ABEPSS. Les résultats ont montré qu'il y a une unité entre les dimensions Normative, Organisationelle et Théorique du Projet Éthico-Politique (PEP) autour de la défense de l'émantipation des femmes dans la perspective de l'émantipation humaine. De l'autre côté, l'incorporation de différents points de vues à partir du champ de femmes socialistes et marxistes a apporté des contributions et limites à la défense de l'émantipation humaine des femmes. Les approches sur « classe sociale-genre » dans plusieurs dimensions du Projet Éthico-Politique ; suivi par la démarche du « capitalisme-patriarcale », incorporé aux sphères Organisationelle (CFESS et ABEPSS) et Théorique ; et, en plus, la perspective des « rapports sociaux de sexe/division sexuelle du travail », aussi identifiée dans les dimensions Organisationelle (ABEPSS) et Théorique, représentent tensions à l'aspect de l'émantipation humaine et à la direction sociale marxiste de ce Projet, parce que dans ces approches prévaut une négation ou la suppression de la centralité de classe sociale dans l'aspect marxiste. La défense de l'émantipation des femmes dans la perspective de l'émantipation humaine suppose considérer le caractère stratégique de surmonter les contradictions de classe sociale. Donc, ce niveau du débat féministe et sur l'émantipation des femmes dans l'encadrement du Projet Éthico-Politique révèle que la constitution d'une perspective « féministe émancipatrice » est dans un processus de développement, ce que représente une condition pour leur consolidation et conquête de l'hégémonie dans toutes dimensions du Projet Éthico-Politique.

Mots-clés: Émancipation des femmes. Émancipation Humaine. Émancipation Politique. Féminisme Socialiste et Marxiste. Projet Éthico-Politique du Travail Social.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Número de Artigos sobre “feminismo” e “emancipação das mulheres” (2000-2011).....	193
QUADRO 2 – Artigos sobre “feminismo” e “emancipação das mulheres” na Revista Serviço Social e Sociedade (2000-2011).....	194
QUADRO 3 – Artigos sobre “feminismo” e “emancipação das mulheres” ENPES (2000-2011).....	198
QUADRO 4 – Artigos sobre “feminismo” e “emancipação das mulheres” nos Anais do CBAS (2000-2011).....	199
QUADRO 5 – Eixos Temáticos do debate sobre “feminismo” e “emancipação das mulheres” por Autoras e número de Artigos (2000-2011).....	202
QUADRO 6 – Concepção sobre “Emancipação das Mulheres” nos Artigos pesquisados (2000-2011).....	203

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros
ABL	Articulação Brasileira de Lésbicas
ACE	Acordo Coletivo Especial
AI-5	Ato Institucional nº 5
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
ANAS	Associação Nacional dos (as) Assistentes Sociais
ANEL	Assembleia Nacional de Estudantes Livres
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
AP	Ação Popular
BH	Belo Horizonte
CAVC	Centro de Apoio às Vítimas de Crime
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CE	Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CISMU	Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para Mulheres
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas

CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CSP-CONLUTAS	Central Sindical e Popular - Coordenação Nacional de Lutas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DC	Diretrizes Curriculares
DEAM's	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
DIVAS	Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual
DST/AIDS	Doenças Sexualmente Transmissíveis/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ENESS	Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores (as) em Serviço Social
EUA	Estados Unidos da América
FARC's	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FEDIM	Federação Democrática Internacional de Mulheres
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FSM	Fórum Social Mundial
GEDISSTT	Grupo de Estudos Divisão Social e Sexual do Trabalho
GT	Grupo de Trabalho
GTP's	Grupos Temáticos de Pesquisa
JEC	Juventude Estudantil Católica
JFC	Juventude Feminina Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica

JUC	Juventude Universitária Católica
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
LER-QI	Liga Estratégica Revolucionária – Quarta Internacional e Independentes
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
MML	Movimento de Mulheres em Luta
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MUST	Movimento Urbano dos Sem Teto
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NMS	Novos Movimentos Sociais
ONG's	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PEP	Projeto Ético-Político do Serviço Social
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
QCMM	Quarta Conferência Mundial da Mulher
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SUS	Sistema Único de Saúde
UBM	União Brasileira de Mulheres
UCMG	Universidade Católica de Minas Gerais
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES NA PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA.....	33
2.1	O MARXISMO CLÁSSICO: A OPRESSÃO DAS MULHERES NO CAPITALISMO.....	33
2.2	A QUESTÃO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIALISTAS E MARXISTAS.....	55
2.3	O DEBATE CONTEMPORÂNEO NO CAMPO FEMINISTA EMANCIPATÓRIO.....	73
3	TENDÊNCIAS FEMINISTAS SOCIALISTAS E MARXISTAS: POSSIBILIDADES E LIMITES À EMANCIPAÇÃO HUMANA DAS MULHERES.....	82
3.1	PATRIARCADO E CAPITALISMO.....	86
3.2	RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO/DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	99
3.3	GÊNERO E CLASSE SOCIAL.....	107
4	FEMINISMO, SERVIÇO SOCIAL E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	124
4.1	FEMINISMO E SERVIÇO SOCIAL: DO ANTAGONISMO À APROXIMAÇÃO.....	124
4.2	A INTRODUÇÃO DO DEBATE FEMINISTA NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: AVANÇOS E IMPASSES.....	142
4.3	TENDÊNCIAS FEMINISTAS ANTICAPITALISTAS ATUAIS: BASES POLÍTICAS AO PROJETO PROFISSIONAL.....	154

5	A CONSTITUIÇÃO DE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA EMANCIPATÓRIA NAS DIMENSÕES DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO.....	172
5.1	DIMENSÃO NORMATIVA: CÓDIGO DE ÉTICA E DIRETRIZES CURRICULARES.....	173
5.1.1	O Código de Ética de 1993.....	173
5.1.2	As Diretrizes Curriculares.....	176
5.2	DIMENSÃO ORGANIZATIVA: CFESS e ABEPSS.....	181
5.2.1	O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).....	182
5.2.2	A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).....	189
5.3	DIMENSÃO TEÓRICA: ENPESS, CBAS E REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE.....	192
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
	REFERÊNCIAS.....	224
	APÊNDICE A.....	244
	APÊNDICE B.....	245
	APÊNDICE C.....	246

1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a “emancipação” das mulheres no Projeto Ético-Político do Serviço Social toma como pressuposto que o feminismo¹, pensado como prática política e campo do saber, surge e se põe na história como um movimento voltado para a conquista da “emancipação” das mulheres.

Mas a “emancipação” das mulheres pode ser entendida segundo uma perspectiva liberal, ou apreendida como parte do processo mais amplo de emancipação humana, conforme o referencial marxista.

Por isto, o termo “emancipação” entre aspas será utilizado para demarcar a diversidade teórica e política que o mesmo comporta, especialmente as interpretações marxistas e liberal-burguesas, as quais abrangem a perspectiva da emancipação humana e o limite da emancipação política no capitalismo, respectivamente. Quando o termo não estiver entre aspas, pretende designar a concepção de emancipação humana.

Neste estudo, a emancipação das mulheres é entendida como parte do processo mais amplo de emancipação humana, o qual supõe a eliminação da propriedade privada, das contradições de classe social e da exploração e alienação do trabalho próprias do sistema capitalista, bem como reclama o fim da opressão sobre as mulheres, em particular. Dessa forma, a emancipação das mulheres traz um elemento novo, na medida em que exige apreender as particularidades da opressão patriarcal sobre as mulheres na totalidade das relações sociais capitalistas.

A constituição de uma perspectiva “feminista emancipatória”² no âmbito do Projeto Ético-Político do Serviço Social na década de 2000 ocorre numa conjuntura sócio-política marcada pelo revigoramento da agenda neoliberal, expresso numa ofensiva capitalista de cunho (neo) desenvolvimentista, na precarização e focalização das políticas sociais e na cooptação política de segmentos dos movimentos sociais, populares e sindicais pelo governo federal³.

¹ O “Feminismo pode ser então compreendido como tudo aquilo que diz respeito à emancipação das mulheres. [...] O feminismo é ao mesmo tempo uma teoria que analisa criticamente o mundo e a situação das mulheres, um movimento social que luta por transformação e uma atitude pessoal diante da vida” (SILVA; CAMURÇA, 2010, p. 09).

² A expressão “feminista emancipatória” / “feminismo emancipatório” sugere que a emancipação das mulheres na direção da emancipação humana pode ser pensada a partir de diversas formas, tais como a abordagem da articulação/interseção *gênero e classe social, capitalismo e patriarcado, relações sociais de sexo-divisão sexual do trabalho* e a ênfase na *classe social*.

³ Sobre esta conjuntura sócio-política e suas implicações para o Serviço Social conferir Netto (2007), Braz (2007), Mota; Amaral (2009).

Tal contexto representa um desafio ao Projeto Ético-Político (PEP), ao mesmo tempo em que exige o fortalecimento dos seus fundamentos teóricos e ético-políticos, os quais se vinculam a um projeto societário de defesa de direitos, mas na perspectiva da superação do patamar de emancipação política da sociedade capitalista, em direção à conquista da emancipação humana.

Em nível mundial e no Brasil, as consequências nefastas da atual crise do capital sobre as condições de vida dos homens e das mulheres que vivem do trabalho, expressas no desemprego, precarização e superexploração do trabalho, tem favorecido o revigoramento de movimentos “anticapitalistas”⁴, inclusive no campo dos movimentos feministas. No Brasil, esse momento tem impulsionado a (re)organização de diversas tendências feministas “anticapitalistas” que disputam a hegemonia no interior das lutas feministas, demarcando diferentes posicionamentos teórico-políticos.

Na atualidade, o feminismo brasileiro tem se constituído numa importante base de sustentação sócio-política ao PEP, apesar do divisionismo político do segmento feminista “anticapitalista”. Algumas organizações são acusadas de colaboracionismo com o governo federal nesta última década⁵, a partir da assunção do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da república em 2003, mas outras articulações feministas defendem uma autonomia crítica frente ao governo⁶. Tal cenário de disputa teórico-política entre as diversas tendências feministas tem provocado uma maior aproximação e discussão do Serviço Social junto ao debate e as agendas políticas feministas.

As lutas e os debates feministas no campo “anticapitalista” reatualizam o diálogo entre marxismo e feminismo, iniciado no contexto da Segunda Onda feminista dos anos 1960/1970. As abordagens feministas socialistas e marxistas são retomadas na atualidade, tendo em vista a necessidade de pensar a emancipação das mulheres segundo uma perspectiva crítica e radical e construir estratégias políticas nessa direção. Veremos que as abordagens da *articulação/interseção classe social-gênero, capitalismo-patriarcado, relações sociais de sexo-divisão sexual do trabalho* e a ênfase na *classe social* trazem contribuições, mas também desafios ao projeto de emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana.

⁴ De acordo com Wood (2003 b), os movimentos “anticapitalistas” podem assumir uma perspectiva socialista ou voltada para a humanização do capitalismo.

⁵ Essa crítica de alguns grupos feministas é dirigida a União Brasileira de Mulheres (UBM) e a Marcha Mundial de Mulheres (MMM).

⁶ Tendências dos movimentos feministas, como a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), o Movimento de Mulheres em Luta (MML) e o Grupo Feminista *Pão e Rosas* do Brasil criticam o conservadorismo presente nas políticas sociais destinadas às mulheres, a baixa qualidade das políticas sociais, o bloqueio do orçamento das políticas para as mulheres, entre outras.

Esse quadro de efervescência teórica e política dos movimentos feministas influencia o Serviço Social, desafiando a profissão a construir e a consolidar uma perspectiva “feminista emancipatória”, coerente com os fundamentos teóricos e ético-políticos do PEP.

Se há uma aliança histórica e consolidada do PEP com o projeto societário das classes trabalhadoras, a sua vinculação aos projetos feministas “anticapitalistas” e emancipatórios ainda é algo inexpressivo no conjunto da categoria profissional. O processo de incorporação de um horizonte “feminista emancipatório” na profissão não acompanhou o mesmo avanço teórico-crítico alcançado por outras temáticas, tais como políticas sociais, seguridade social, Estado, questão social, trabalho, classes sociais, entre outras.

As lacunas quanto à consolidação de um referencial “feminista emancipatório” no âmbito do PEP trazem implicações para o Serviço Social, reveladas na presença de valores conservadores e antifeministas no exercício profissional; bem como uma certa rejeição ao marxismo, sob o argumento de que o mesmo é incapaz de oferecer uma reflexão sobre a questão das mulheres, visão comumente propagada nos meios acadêmicos.

A partir das experiências no exercício da docência⁷, foi possível perceber que há um hiato entre o exercício profissional no atendimento às demandas particulares das mulheres e os referenciais do Projeto Ético-Político Profissional e de uma perspectiva “feminista emancipatória”.

A realização de uma pesquisa, em nível de mestrado, sobre a dimensão ética do trabalho profissional nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM's) da região Nordeste⁸ revelou a ausência de uma perspectiva feminista defesa da autonomia e liberdade para as mulheres⁹ e voltada à transformação das relações patriarcais que alimentam a violência.

⁷ Destaca-se a experiência como coordenadora do Núcleo do Fazer Profissional – Estágio “Justiça, Segurança Pública e Defesa de Direitos” da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no período de 2006 a 2008, na qual pude realizar a orientação acadêmica de estagiários/os do Curso de Serviço Social e estabelecer um diálogo com a categoria dos/as Assistentes Sociais que atuam na área das mulheres, especialmente com a questão da violência contra as mulheres na cidade do Natal/RN.

⁸ A dissertação “Violência de Gênero e Serviço Social: Ethos e Ação Ético-Política no âmbito das Delegacias da Mulher” foi defendida em 2003, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob orientação da professora Dr^a Maria Alexandra Monteiro Mustafá.

⁹ A pesquisa abrangeu as DEAM's que possuíam Assistentes Sociais, perfazendo uma amostra de 3 (três) profissionais de DEAM's e 1 (um) profissional do Centro de Apoio às Vítimas de Crime (CAVC), uma instituição vinculada à DEAM. Nas DEAM's, as práticas profissionais de garantia de direitos mínimos a uma vida sem violência (integridade física das “vítimas”, punição dos agressores e encaminhamento de mulheres a serviços sócio-assistenciais), estavam baseadas numa ética conservadora, com a transmissão de valores como família, confiança entre o casal e respeito, próprios de um *ethos familiar, conjugal e individual*. No CAVC, a finalidade do Serviço Social consistia em viabilizar as condições para a mulher superar a violência, a partir do *ethos da autonomia das mulheres e equidade de gênero*, mas a realização de um trabalho educativo com base nas reflexões sobre gênero e patriarcado ficava em segundo plano e de acordo com a quantidade de mulheres a

Uma análise dos trabalhos sobre violência contras as mulheres apresentados nos CBAS's realizados após a aprovação do novo Código de Ética (1993) demonstrou que alguns artigos fizeram oposição ao marxismo, sob o argumento de que o mesmo não incorpora as relações de gênero, raça/etnia e sexualidade¹⁰.

Quanto aos referenciais do Projeto Ético-Político, esses trabalhos ficaram limitados a destacar o papel normativo do Código de Ética, em que o/a Assistente Social deve “suspender” seus preconceitos religiosos e ser “imparcial” ou até mesmo a clara defesa de valores conservadores e que não se sustentam numa perspectiva feminista, tais como a prioridade pela defesa da família, do diálogo e do companheirismo entre o casal, sem fazer referência à ideia de autonomia e liberdade para as mulheres. Apesar dos trabalhos em geral destacarem o papel do Serviço Social na garantia de direitos, apenas um trabalho ressaltou a orientação do Projeto Ético-Político, a materialização da prática profissional à luz desse referencial e salientou sua fundamentação no marxismo.

Fruto de nossa experiência acadêmica e profissional, a reunião dessas observações chama a atenção para a necessidade do fortalecimento do PEP enquanto guia orientador do exercício profissional. Destaca-se o debate sobre os limites e as possibilidades do PEP frente aos desafios postos a profissão, em face de um contexto de crescente precarização das condições de trabalho das/os Assistentes Sociais e negação de amplos direitos à população, em especial às mulheres da classe trabalhadora.

Assim, o interesse por esta temática surgiu a partir da nossa preocupação em dar visibilidade e fortalecer um ideário “feminista emancipatório” no âmbito do Projeto Ético-Político do Serviço Social, no sentido de oferecer subsídios teórico-políticos ao enfrentamento dos valores conservadores e das abordagens de “gênero” de caráter culturalistas, politicistas e economicistas que permeiam as teorias feministas e a influenciam a produção acadêmica do Serviço Social sobre esta temática.

Dessa forma, pretendemos contribuir com o debate sobre o feminismo no campo emancipatório na literatura do Serviço Social, condição necessária para subsidiar uma intervenção profissional coerente com os fundamentos marxistas do PEP.

serem atendidas, e em decorrência disso, apresentava uma visão linear, pois excluía a alternativa do fim da violência no interior da conjugalidade.

¹⁰ Foram analisados somente os artigos publicadas para a modalidade de comunicação oral dos CBAS's dos anos de 1995, 1998, 2001, 2004 e 2007. Esta análise excluiu os trabalhos produzidos pela autora do presente estudo.

O Serviço Social faz parte das chamadas “profissões femininas”¹¹, uma expressão da divisão sexual do trabalho que segmenta e desvaloriza o trabalho feminino nas sociedades patriarcais, com base em estereótipos que reforçam a opressão das mulheres nos espaços privados e públicos. Igualmente, as mulheres representam as principais usuárias da intervenção profissional.

Mas, paradoxalmente, a profissão emerge com uma identidade político-profissional em oposição ao ideário feminista. Será somente a partir do processo de consolidação do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo na transição dos anos 1970 aos 1980, que o Serviço Social dará início a um movimento de aproximação e interlocução com as lutas e o pensamento feminista.

Conforme Heckert (1991), o Serviço Social surge como uma “profissão feminina”, mas com um caráter *antifeminista*, influenciado por valores religiosos e conservadores. Para esta autora, o Serviço Social desenvolve uma identidade profissional distante dos movimentos e das ideias feministas, processo esse que vem sofrendo transformações nos anos últimos 50 anos, mas que ainda não atingiu a maioria da categoria profissional.

Ao refletir sobre a relação entre subalternidade profissional e o caráter de “profissão feminina” do Serviço Social, Netto (2005 a) sugere que essa questão pode ser relacionada às lutas “femininas”¹², que, segundo ele, foi demonstrado por pesquisadores (as) portugueses (as) na experiência de “reforma moral” do Serviço Social europeu, que possuiu como um dos seus elementos constitutivos, o feminismo burguês do século XX.

Ao considerar o recorte de “gênero” do Serviço Social, Iamamoto (1998) afirma que a renovação do Serviço Social também é tributária da luta feminista pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira, o que supõe a superação dos papéis tradicionais e conservadores atribuídos às mulheres¹³.

E hoje, com o aumento da incorporação das/os Assistentes Sociais nas políticas públicas para as mulheres (Rede de Enfrentamento e Atendimento à Violência contra as Mulheres, Centro de Referência Especializado de Assistência Social/CREAS, serviços na área

¹¹ O Serviço Social ainda é uma profissão formada majoritariamente por mulheres. A pesquisa sobre o perfil profissional dos (as) Assistentes Sociais no Brasil organizada pelo CFESS em 2004 mostrou que as mulheres representam 97% da categoria profissional, confirmando a tendência histórica da origem do Serviço Social enquanto “profissão feminina”. Cf. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005.

¹² Netto (2005 a) usou o termo “femininas”, ao invés de feministas.

¹³ “Se a imagem social predominante da profissão é indissociável de certos estereótipos socialmente construídos sobre a mulher na visão mais tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade, o processo de renovação do Serviço Social é também tributário da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira, que renasce com vigor no combate ao último período ditatorial, em parceria com as lutas pelo processo de democratização da sociedade e do Estado no país” (IAMAMOTO, 1998, p. 105).

de saúde e direitos reprodutivos, serviços de aborto legal, entre outros), o Serviço Social é desafiado a assumir um horizonte feminista e emancipatório, em consonância com o PEP e com a perspectiva feminista que orienta as diretrizes das políticas para as mulheres do governo federal¹⁴.

Dessa forma, entendemos que a incorporação de uma perspectiva “feminista emancipatória” no conjunto das dimensões normativa, organizativa e teórica do PEP é uma condição indispensável à completa renovação do Serviço Social e fortalecimento desse Projeto.

De acordo com Braz (2007), os elementos constitutivos do Projeto Ético-Político e que possibilitam a sua hegemonia são a *dimensão teórica*, com a produção de conhecimentos no Serviço Social; a *dimensão jurídico-política*, identificada nas construções legais da profissão (legislação profissional e social) e a *dimensão político-organizativa*, ancorada nos fóruns das entidades da categoria, representadas pelo conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social / Conselho Regional de Serviço Social), ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social).

Outros estudos também demonstraram preocupação quanto à ausência de uma ótica feminista e de uma análise histórico-crítica sobre a problemática das mulheres no Serviço Social. Para Gurgel (2006), há uma lacuna na área dos *estudos de gênero* realizados no Serviço Social, caracterizados pelo pouco tratamento teórico do potencial político e reflexivo da categoria gênero em torno da luta emancipatória.

Ainda a esse respeito, conforme Silva (2006), o desafio do debate sobre “gênero”¹⁵ no Serviço Social consiste na garantia da orientação dada pelo Projeto Ético-Político quanto a “*Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero*”, enquanto princípio fundamental assegurado no Código de Ética Profissional da/o Assistente Social.

As polêmicas e tensões giram em torno do desafio de compatibilizar a categoria “gênero” com as lutas emancipatórias (GURGEL, 2006) e com a orientação do Projeto Ético-Político quanto à construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero (SILVA, 2006).

¹⁴São princípios do I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004/2008): igualdade e respeito à diversidade, equidade, autonomia das mulheres, laicidade do Estado, universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos públicos, participação e controle social (BRASIL, 2004, 2008).

¹⁵O termo “gênero” entre aspas indica que o mesmo é apreendido segundo diferentes abordagens e significados no âmbito das teorias feministas e das ciências sociais e humanas.

De fato, o debate sobre o tratamento do “gênero” no interior do marxismo é polêmico entre as próprias intelectuais feministas socialistas e marxistas. Para Castro (2000), o gênero é uma categoria em disputa, um campo minado pelos embates entre as orientações idealistas e culturalistas e aquelas que o concebem no âmbito das relações sociais e parte da totalidade social, numa dialética articulação com outras relações.

Considerando que as polêmicas sobre a (in) compatibilidade entre gênero e marxismo¹⁶ situam-se no campo dos impasses teóricos que perpassam as relações entre feminismo e marxismo, presentes nas abordagens feministas socialistas e marxistas sobre os caminhos a emancipação das mulheres, procuramos fazer uma análise mais ampla sobre a constituição de uma perspectiva “feminista emancipatória” nas várias dimensões do Projeto Ético-Político, para além do debate sobre *classe social-gênero*.

O debate profissional apresenta uma pluralidade de perspectivas “feministas emancipatórias”, em que a emancipação das mulheres é pensada a partir de diversos caminhos teóricos, dos quais se destacam os enfoques da articulação/interseção *gênero e classe social*, *capitalismo e patriarcado*, *relações sociais de sexo-divisão sexual do trabalho* e restrito à *classe social*.

A partir dessas reflexões, buscamos apreender a direção social do debate feminista e sobre “emancipação” das mulheres nas dimensões do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Trata-se de investigar *as perspectivas teórico-políticas do debate feminista e sobre “emancipação” das mulheres em disputa nas dimensões normativa, organizativa e teórica do Projeto Ético-Político na atualidade, de modo a revelar suas polêmicas e tensões*.

A diretriz norteadora deste estudo supõe que uma perspectiva “feminista emancipatória”, fundada na defesa da emancipação das mulheres como emancipação humana, por meio da superação das relações de dominação/exploração de classe social e “gênero”, encontra-se esboçada nos instrumentos normativos da profissão (Código de Ética e Diretrizes Curriculares) e no posicionamento político dos sujeitos coletivos da categoria profissional (Conselho Federal de Serviço Social e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), mas não se expressa de forma clara na dimensão teórica da profissão.

Considerando ainda que a consistência e a conquista da hegemonia de um determinado projeto profissional supõem uma unidade entre as suas várias dimensões - normativa,

¹⁶Esta discussão sobre a (in) compatibilidade entre gênero e marxismo, expressa por meio do debate sobre a articulação/interseção *classe social-gênero*, será apresentada no item 3.3.

organizativa e teórica (NETTO, 1999) ¹⁷ - tomamos como suposto que *a pluralidade*¹⁸ *de perspectivas “feministas emancipatórias” em disputa no âmbito do Projeto Ético-Político do Serviço Social, enquanto expressão dos dilemas teórico-políticos da tradição feminista socialista e marxista, representam tensões à perspectiva da emancipação humana e à direção social marxista deste Projeto.*

Ao nos indagar a respeito das bases teórico-políticas do debate *feminista* e sobre *“emancipação” das mulheres* presentes no Projeto Ético-Político do Serviço Social, o objetivo geral do presente estudo foi *investigar os componentes teóricos e ético-políticos de uma perspectiva “feminista emancipatória” no âmbito das dimensões normativa, organizativa e teórica do Projeto Ético-Político do Serviço Social na atualidade.*

Para isso, buscamos identificar as bases normativas de uma perspectiva “feminista emancipatória”, expressas no Código de Ética (CE) e nas Diretrizes Curriculares (DC), por serem instrumentos legais e dotados de uma dimensão formativa, sendo uma referência orientadora para o exercício e a formação profissional.

Também procuramos apreender a incorporação de uma perspectiva “feminista emancipatória” pelos sujeitos coletivos da categoria profissional responsáveis pela direção social do exercício e da formação Profissional, respectivamente o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).¹⁹

E, por fim, percorremos o objetivo de caracterizar as abordagens teórico-políticas sobre “emancipação” das mulheres nos estudos sobre *feminismo* e *“emancipação” das*

¹⁷De acordo com Netto (1999), o Projeto Profissional possui uma diversidade de componentes, como os valores, objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, entre outros, e que a articulação desses elementos é imprescindível para a conquista da hegemonia. Netto (1999) ressalta ainda que a articulação dessas dimensões exige recursos político-organizativos, isto é, uma organização da categoria capaz de promover debates, investigações teórico-práticas e saberes sobre a relação entre o conhecimento e as formas interventivas.

¹⁸ Sem dúvida, conforme assinalou Netto (2005 b), o pluralismo é uma conquista do processo de renovação profissional (NETTO, 2005 b). No entanto, a indefinição quanto a uma direção social hegemônica na análise da questão da emancipação das mulheres no âmbito do PEP sugere que este debate é marcado por impasses, o que representa uma lacuna para a consolidação do debate feminista emancipatório na profissão.

¹⁹ Considerando a necessidade de delimitar o presente estudo, a ENESSO não foi objeto de investigação desta pesquisa. No entanto, vimos que a ENESSO apresentou algumas propostas relacionadas a construção de uma perspectiva “feminista emancipatória” no Serviço Social. Por exemplo, durante o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) de 2009, considerando a ausência de uma reflexão sobre a perspectiva teórica do debate de “gênero” nas Diretrizes Curriculares, as estudantes do grupo de mulheres classistas, integrantes do “Pão e Rosas”, defenderam a incorporação de uma disciplina ou núcleo de discussão sobre a questão da mulher numa perspectiva marxista na grade curricular. Conferir LINS, Tássia; MICHEL, Bia. **Serviço Social, marxismo e mulheres**, 2009. Disponível em: <<http://nucleopaoerosas.blogspot.com>>. Acesso em: 12 mai. 2011. E a ENESSO, no seu planejamento estratégico 2010-2011, no item das “Opressões”, propôs uma articulação com a ABEPSS para inclusão da disciplina de Diversidade (Gênero, Raça e Etnia) na grade curricular em caráter obrigatório. Disponível em: <<http://cavssu.blogspot.com>>. Acesso em: 10 mai. 2011.

mulheres publicados na Revista Serviço Social e Sociedade e nos Anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS's) e Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS's).

Para isso, os procedimentos metodológicos adotados envolveram a pesquisa nas dimensões normativa, organizativa e teórica do Projeto Profissional na atualidade, entre 2000-2011, momento de aprofundamento dos fundamentos teóricos e ético-políticos do PEP, mas também de tensionamentos à hegemonia desse Projeto.

A comemoração dos 18 anos de vigência do CE em 2011 sinaliza um momento de amadurecimento intelectual e fortalecimento dos princípios ético-políticos nele inscritos. Mas, de outro lado, diante da ofensiva capitalista neoliberal e da cooptação de segmentos dos movimentos sociais e sindicais pelo governo do PT, a profissão discute as ameaças à hegemonia do PEP nesse período²⁰.

Enquanto dimensão normativa do Projeto Ético-Político, a pesquisa buscou traçar o esboço de uma perspectiva “feminista emancipatória” no Código de Ética Profissional (CE) ²¹ e nas Diretrizes Curriculares (DC), os quais também possuem uma dimensão formativa e educativa.

Na dimensão organizativa, no âmbito do CFESS, optou-se pela apreciação das publicações do “*CFESS Manifesta*”, por se tratar de um importante canal de socialização dos posicionamentos teóricos e ético-políticos do CFESS, acessível ao conjunto da categoria profissional em todo o país. O “*CFESS Manifesta*” configura-se num instrumento de formação de hegemonia e cultura profissional na perspectiva do fortalecimento dos fundamentos teóricos, éticos e políticos que embasam o PEP.

Esta publicação começou em 2004, mas tornou-se mais constante durante a gestão do CFESS “*Atitude Crítica para Avançar na Luta (2008-2011)*”. De 2004 a maio de 2011 foram publicados 71 (setenta e um) boletins do “*CFESS Manifesta*”, dos quais 60 (sessenta) foram lançados durante esta gestão.²²

²⁰ Braz (2007) e Netto (2007) argumentam que há uma crise do “projeto ético-político” no contexto dos governos Lula. Mota; Amaral (2009) não endossam a ideia da crise do projeto profissional, apesar de reconhecerem que este projeto é tensionado e determinado pela crise orgânica do capital.

²¹ Vale salientar que o aspecto jurídico-normativo do CEP não anula o seu caráter educativo, servindo como uma baliza orientadora da prática e da formação profissional. Nesse sentido, ressalta Barroco (2012): “O CE é um instrumento educativo e orientador do comportamento ético-profissional do assistente social: representa a autoconsciência ético-política da categoria profissional em dado momento histórico. Assim, é mais do que um conjunto de normas, deveres e proibições; é parte da ética profissional: ação prática mediada por valores que visa interferir na realidade, na direção da sua realização objetiva, produzindo um resultado concreto” (BARROCO, 2010, p. 35).

²² Entre setembro/2004 e março/2008 foram publicados 11 boletins do “*CFESS Manifesta*” sobre os mais diversos temas: Ato Médico (15/09/2004), Adoção (08/11/2004), ENADE (19/05/05), SUAS (04/07/05),

Neste período da gestão “*Atitude Crítica para Avançar na Luta*” (janeiro de 2008 a maio de 2011) foram publicadas 12 (doze) edições relacionadas à temática das *mulheres/“gênero”/feminismo*. Desses, 05 (cinco) foram sobre a questão da “Violência contra as Mulheres”²³, 04 (quatro) foram sobre o tema da “Diversidade Sexual”²⁴, 02 (dois) foram sobre o “Dia Internacional da Mulher”²⁵ e 01 (um) abordou a questão da “Descriminalização e Legalização do Aborto”²⁶.

Esses dados mostram que o CFESS tem incorporado a temática das *mulheres/“gênero”/feminismo*, visto que os boletins do “*CFESS Manifesta*” sobre essa temática neste período representaram 16,90% do total de boletins.

Nesta gestão do CFESS também foram lançados 5 (cinco) edições relacionadas ao tema do Projeto Ético-Político, em que a questão da *opressão/emancipação das mulheres* ou de “gênero” também é citada²⁷.

Ainda no ano de 2011, período da atual gestão do CFESS “*Tempo de Luta e Resistência*” (maio de 2011/maio de 2014), foram publicados 03 boletins do “*CFESS Manifesta*” relacionados à temática das *mulheres/“gênero”/feminismo*²⁸.

Em relação à ABEPSS, foi objeto de pesquisa a formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP’s), que começou em junho de 2009, mas que ainda está em andamento. Os GTP’s foram criados com o objetivo de fortalecer o caráter acadêmico-científico e político da entidade. Apresentam-se como uma possibilidade de construção de espaços privilegiados para

Cidades (25/11/07), CNAS (14/12/07 e 01/03/08), Goiás (25/01/08), Concurso Público para Assistentes Sociais (29/01/08) e Direitos (02/02/08). Destes, apenas 01 (um) foi sobre o tema “Opressão Sexual”(01/01/2006). Disponível em:<<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 12 mai. 2011.

²³ As publicações do “CFESS Manifesta” sobre a questão da violência contra as mulheres foram as seguintes: Dois anos da Lei Maria da Penha (07/08/2008); Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher (25/11/2008); Pelo Fim da Violência contra a Mulher (01/07/2009); Três anos da Lei Maria da Penha (10/08/2009) e Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher (25/11/2009). Cf. CONSELHOFEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (2011).

²⁴ Os “CFESS Manifesta” lançados sobre o tema da “Diversidade Sexual” foram: 1ª Conferência Nacional GLBTT (2008); Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (2009); Dia Internacional do Orgulho LGBT (2010) e Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (2010). Cf. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (2011).

²⁵ Sobre o “Dia Internacional da Mulher” foram publicados os “*CFESS Manifesta*” intitulados “100 anos do Dia Internacional da Mulher” (08/03/2010) e “Dia Internacional da Mulher: Luta das Mulheres” (08/03/2011). Cf. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (2011).

²⁶ O “*CFESS Manifesta*” com o título “Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta pela Descriminalização e Legalização do Aborto (28/09/2009). Cf. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (2011).

²⁷ Foram as seguintes publicações: 16 anos do Código de Ética do (a) Assistente Social (2009); Lei de Regulamentação Profissional: 16 anos de sua renovação (2009); Para Concretizar Direitos, escolher as Estratégias com manutenção dos Princípios (2009); 30 anos do Congresso da Virada (2009) e 18 anos do Código de Ética do (a) Assistente Social (2011). Cf. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (2011).

²⁸ Foi 01 (um) sobre o “Dia Latino-Americano e Caribenho pela Descriminalização e Legalização do Aborto: Eu aborto, tu abortas, somos todas clandestinas”(28/09/2011), 01 (um) sobre o “Dia Internacional contra a Exploração Sexual e Tráfico de Mulheres e Crianças: Um basta ao tráfico e à exploração de mulheres e crianças” (23/09/2011) e outro sobre a “3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres: Assistentes Sociais lutam pela autonomia e emancipação das mulheres”(12/12/2011).

a reflexão teórica, a qual deve ser perpassada pelo debate sobre a vinculação entre o Projeto Ético-Político Profissional e uma perspectiva societária emancipadora, orientada por uma compreensão do ser social como um ser sócio histórico auto-constituído pelo Trabalho e criador da Cultura.²⁹

Conforme a ABEPSS (2012), a formação dos GTP's visa estimular as produções, o diálogo entre os/as pesquisadores/a, pautar temas relevantes junto a CAPES e ao CNPQ, e reunir pesquisadores/as que reconhecem a direção político-científica da ABEPSS.³⁰ Os GTP's podem ser formados por pesquisadores/as, Grupos, Núcleos, Redes da área do Serviço Social e de áreas afins, os quais possuem autonomia, mas estão vinculados organicamente à ABEPSS.³¹

Dentre os 07 (sete) eixos temáticos que formam os GTP's³², foi escolhido para objeto de análise nesta pesquisa o GTP “*Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades*”³³, especialmente o item sobre “Gênero”, por tratar especificamente da temática em estudo.

Como meio para ampliar/confirmar as informações já colhidas nestes documentos e publicações e obter novos subsídios para a reflexão, também foi enviado um *questionário*³⁴ com perguntas abertas para o CFESS³⁵ e a ABEPSS³⁶. Este teve como foco saber se há a incorporação uma perspectiva “feminista emancipatória” por parte dessas entidades, expressa em algum tipo de articulação ou aliança com organizações feministas ou grupos de pesquisa na área sobre *mulheres/ “gênero” / feminismo* no país e a incorporação de um ideário feminista emancipatório.

²⁹ Disponível em: <<http://www.abepss.org.br>>. Acesso em: 14 mai. 2011.

³⁰ Os GTP's possuem uma Comissão Coordenadora, eleita no ENPESS para um mandato de 02 (dois) anos, em consonância com os mandatos da diretoria da ABEPSS, sendo formada por dois coordenadores indicados nos Colóquios do ENPESS e um coordenador indicado pela Diretoria da ABEPSS. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br>> Acesso em: 30 mai. 2011.

³¹ Cf. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Documento GTP**. Brasília: ABEPSS, 2012. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

³² Os GTP's são os seguintes: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social. Cf. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Documento GTP**. Brasília: ABEPSS, 2012. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

³³ No período 2011-2012, a denominação deste GTP era “Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social”. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br>> Acesso em: 30 mai. 2011. A mudança para “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades” aparece em 2013. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br>> Acesso em: 20 jan. 2013.

³⁴ Segundo Marconi e Lakatos (2001), o questionário é “[...] constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador;” (MARCONI ; LAKATOS, 2001, p. 107).

³⁵ Conferir Roteiro de Perguntas do Questionário de Pesquisa enviado ao CFESS no Apêndice A.

³⁶ Conferir Roteiro de Perguntas do Questionário de Pesquisa enviado a ABEPSS no Apêndice B.

Em relação à dimensão teórica do PEP, buscamos apreender os fundamentos teórico-políticos de uma perspectiva “feminista emancipatória” na produção intelectual do Serviço Social por meio da identificação das abordagens sobre “*emancipação*” das mulheres nos estudos referidos ao *feminismo* e a *emancipação das mulheres* publicados na Revista Serviço Social e Sociedade e nos Anais dos CBAS’s e ENPESS’s.

O procedimento para escolha dos artigos foi feito através da identificação da presença de um dos termos, “*feminismo*” ou “*emancipação das mulheres*”, no título do artigo e/ou nas palavras-chave e/ou no resumo.

Apesar de reconhecermos que os limites entre os movimentos de mulheres e os feministas são tênues, uma vez que as lutas das mulheres estão de alguma forma implicadas pelo e no feminismo, não foram pesquisados os trabalhos sobre movimento de mulheres, uma vez que nem sempre tais movimentos apresentam uma perspectiva feminista, com uma reflexão sobre a opressão das mulheres e os caminhos a sua emancipação. O foco da pesquisa esteve voltado para a identificação das perspectivas ou fundamentos teórico-políticos do debate feminista sobre opressão/emancipação das mulheres³⁷.

Conforme Silva e Camurça (2010), o feminismo é parte integrante do movimento de mulheres, em que um alimenta o outro, mas nem sempre o movimento de mulheres se define como feminista, podendo inclusive assumir posições antifeministas. O feminismo é um movimento que confronta o sistema de dominação das mulheres e propõe uma transformação social da sociedade patriarcal, capitalista e racista, com vistas à conquista da liberdade, igualdade e autonomia para todas as mulheres.

A partir de uma abordagem histórico-crítica, o método de estudo utilizado buscou apreender o processo sócio-histórico de constituição de uma perspectiva “feminista emancipatória” nas dimensões do Projeto Ético-Político do Serviço Social, de modo a nos permitir aproximações sucessivas ao nosso objeto de estudo.

Nesse sentido, entendemos que a constituição de uma perspectiva “feminista emancipatória” no Projeto Ético-Político do Serviço Social deve ser pensada como produto das escolhas e das respostas teórico-políticas da categoria profissional em face das demandas postas pelas lutas dos movimentos feministas no atual contexto de hegemonia conservadora e capitalista na sociedade brasileira³⁸.

³⁷ Essa opção também foi descartada, uma vez que a análise de alguns artigos sobre movimento de mulheres demonstrou que a reflexão feminista sobre a opressão/emancipação das mulheres era muito tangencial ou inexistente.

³⁸ Conforme Iamamoto (2002), “Pensar o projeto profissional supõe articular essa dupla dimensão: de um lado, as condições macrosocietárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus

As reflexões sobre a temática em estudos estão organizadas em 04 capítulos, assim divididos para possibilitar uma reflexão histórico-crítica sobre o estudo. No 1º (primeiro) capítulo fizemos uma discussão sobre a emancipação das mulheres a partir do debate sobre emancipação humana e emancipação política, segundo o aporte teórico-metodológico marxiano. Tal pensamento foi responsável pela inauguração de uma análise sócio-histórica sobre a condição feminina no interior das relações sociais capitalistas, além de oferecer as bases teórico-metodológicas para uma análise de totalidade social sobre a condição particular das mulheres no interior das sociedades capitalistas.

O pensamento de Marx e Engels sobre a opressão das mulheres no capitalismo, os limites da emancipação política e a necessidade da emancipação humana servem de referência para nossa análise.

As contribuições do movimento e das mulheres socialistas entre o final do século XIX e início do XX, com os escritos políticos de Bebel, Zetkin, Lênin e Kolontai, foram capazes de superar as análises do feminismo burguês. No entanto, algumas leituras enviesadas e economicistas sobre o pensamento marxiano relegaram a questão das mulheres a um segundo plano, em face da prioridade da luta revolucionária socialista naquele momento.

Hoje, a reatualização deste pensamento socialista mantém a visão da emancipação das mulheres como uma única questão de classe social, dependente exclusivamente da superação do capitalismo, vista como uma consequência mecânica da instauração do socialismo, sem analisar mais profundamente as particularidades da condição de opressão das mulheres na totalidade das relações sociais capitalistas.

Já o debate contemporâneo trazido por Mészáros, Wood e Antunes representa uma tentativa de conciliação entre as demandas feministas e do projeto marxista de emancipação humana, uma vez que assume uma ótica de totalidade social na análise da opressão/emancipação das mulheres no contexto da ordem do capital.

No 2º (segundo) capítulo, discutiremos as contribuições e limites dos enfoques produzidos no debate da tradição feminista socialista e marxista sobre a articulação/interseção *patriarcado-Capitalismo*, *Relações Sociais de Sexo-Divisão Sexual do Trabalho* e a articulação/interseção *gênero-classe social*, uma vez que algumas tentativas de revisar ou suplementar o marxismo para atender aos interesses feministas, ao obscurecer a dimensão de

limites e possibilidade; e, de outro lado, as respostas técnico-profissionais e ético-políticos dos agentes profissionais nesse contexto, que traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais[...]” (IAMAMOTO, 2002, p. 19).

classe social, implicaram em prejuízos ao projeto marxista de emancipação humana das mulheres.

Essas tendências feministas socialistas e marxistas são retomadas pelo feminismo “anticapitalista” da atualidade, em nível internacional e no Brasil, trazendo à tona a necessidade de aprofundar o diálogo entre as análises marxistas e feministas e, assim, superar as abordagens economicistas e fragmentadas sobre a questão das mulheres no interior das relações sociais capitalistas. Considerando a importância dessa reflexão, inclusive porque tais abordagens repercutem no interior do PEP, faremos uma discussão sobre as contribuições e impasses no campo feminista socialista e marxista para o projeto de emancipação humana das mulheres.

No 3º (terceiro) capítulo, apontamos uma breve trajetória histórica das relações de antagonismo e aproximação entre o Serviço Social e o feminismo no país. O Serviço Social surge como uma profissão antifeminista (HECKERT, 1991), mas inicia um processo de aproximação às ideias e lutas feministas a partir da “virada” profissional na passagem dos anos 1970 aos 1980. Mas será somente na década de 1990 que a profissão passa a incorporar o debate feminista nos seus instrumentos normativos, nas suas entidades representativas e na literatura profissional, por meio da introdução do termo “gênero”.

E tal processo culmina na década de 2000, no contexto de efervescência das lutas feministas “anticapitalistas” no país, com a movimentação de diversas articulações e organizações feministas, como a União Brasileira de Mulheres (UBM), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), o Movimento de Mulheres em Luta (MML) e o *Pão e Rosas*.

As reflexões finais apresentadas apontam para a necessidade do amadurecimento do debate feminista na profissão, em consonância com a direção social socialista e marxista do PEP.

Na nossa compreensão, um feminismo emancipatório, capaz de pensar a emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana, ao apreender a opressão das mulheres na totalidade social, econômica, política e cultural das atuais relações sociais capitalistas, será capaz de unificar as lutas contra a exploração de classe, a divisão sexual do trabalho e o patriarcado, sem negligenciar as particularidades da opressão das mulheres, nem abdicar do caráter central e estratégico da superação da contradição de classe social capital X trabalho.

Considerando a existência de poucos estudos nessa área, o presente estudo assume especial relevância diante da necessidade da profissão em responder à crescente demanda das mulheres segundo esta teleologia feminista emancipatória.

O desvelamento das possibilidades e impasses que envolvem a relação complexa do marxismo com o feminismo, e suas implicações para o Serviço Social, poderá contribuir para a consolidação deste referencial feminista emancipatório em todas as dimensões do PEP e, assim, possibilitar o seu espraçamento e conquista da hegemonia junto a grande maioria da categoria profissional.

E para além da profissão, este estudo poderá se somar às reflexões produzidas nas ciências sociais e humanas e ao debate feminista sobre os desafios teórico-políticos à afirmação de um feminismo comprometido com a emancipação humana dos sujeitos sociais e, em particular, das mulheres.

A partir dessas reflexões, esperamos que este trabalho possa colaborar com algumas análises e lutas feministas voltadas à plena emancipação das mulheres, tendo em vista a necessidade de fortalecer um feminismo emancipatório frente aos desafios postos pela hegemonia capitalista, neoliberal e conservadora presente na sociedade brasileira.

2 A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES NA PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA.

O presente capítulo abordará a questão da emancipação das mulheres, demanda trazida originalmente pelo feminismo e pela tradição socialista e marxista na passagem do século XIX ao XX. As lutas pela emancipação das mulheres, bandeira histórica do feminismo, permanecem atuais em face do atual contexto de opressão das mulheres nos espaços público e privado.

Inscritas no campo da emancipação política e/ou no horizonte da emancipação humana, a emancipação das mulheres sob a ótica da tradição marxista trouxe uma contribuição crítica ao debate, a partir de uma análise histórica e de totalidade sobre a opressão das mulheres no capitalismo e as perspectivas para sua plena emancipação.

Considerando que a concepção de emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana afina-se com o horizonte emancipatório do Projeto Ético-Político do Serviço Social, apontaremos as contribuições e lacunas deste debate no âmbito da tradição marxista e socialista, bem como a atualidade histórica de um feminismo de perspectiva emancipatória.

2.1 O MARXISMO CLÁSSICO: A OPRESSÃO DAS MULHERES NO CAPITALISMO.

“A ciência expressa na indústria preparou a emancipação e a desumanização” (MARX, 2004, p. 111-112).³⁹

A opressão das mulheres torna-se uma questão política com o nascimento da sociedade burguesa, no contexto da “dupla revolução” do século XVIII na Europa ocidental: a Revolução Francesa (1789) e a revolução industrial na Gra-Bretanha (1780-1840)⁴⁰.

O ideário moderno iluminista da Revolução Francesa, sustentado nos valores da igualdade, liberdade e fraternidade e contra os privilégios aristocráticos que embasavam a sociedade feudal, abriu espaço para as reivindicações das mulheres. A Revolução Francesa foi uma revolução eminentemente burguesa, que se rebelou contra todos os obstáculos que impediam o livre desenvolvimento das novas relações sociais capitalistas. Como disseram

³⁹ Cf. MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Traduzido por Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

⁴⁰ Esta referência à dupla revolução do século XVIII na Europa ocidental é de autoria de Hobsbawm (2010).

Marx e Engels, em *O Manifesto Comunista*, “a Revolução Francesa, por exemplo, aboliu a propriedade feudal em favor da propriedade burguesa” (MARX; ENGELS, 2002, p. 30).

Mas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão não havia espaço para metade da humanidade, as mulheres. Segundo Bonacchi e Groppi (1995), a Declaração de 1789, universalmente reconhecida como a fundadora dos direitos à liberdade e à igualdade enquanto direitos modernos, excluiu as mulheres por muito tempo.

Por isso, Olympe de Gouges redigiu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã em 1791, em que denunciava o caráter não universal e desigual da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão⁴¹. Defensora do divórcio e da união livre, ela foi guilhotinada em 1793, sob a acusação de ter esquecido as virtudes de seu sexo, isto é, o destino de mãe e esposa⁴².

Na passagem do século XVIII ao XIX, à medida que as mulheres eram mais requisitadas para ingressar na indústria capitalista, cresciam as insatisfações femininas, uma vez que as mulheres eram exploradas duplamente, na esfera familiar e no mercado de trabalho, e, além disso, não eram reconhecidas como cidadãs e em condição de igualdade com o homem.

A promessa de igualdade não cumprida pela revolução francesa frustrou as expectativas das mulheres, especialmente daquelas pertencentes à burguesia e ao meio intelectual que buscavam o reconhecimento de seus direitos civis e políticos como cidadãs. E a revolução industrial, ao invés de gerar bem-estar econômico, concentrou renda nas mãos dos capitalistas e aumentou a miséria da população, provocando vários protestos de trabalhadores e trabalhadoras (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992; GARCIA, 2011).

De acordo com Hobsbawm (2010), a primeira metade do século XIX na Europa, especialmente o período entre 1830-1840, foi marcada por agitações revolucionárias e por uma crise geral do capitalismo. A transição da nova economia gerou como consequências sociais a miséria e o descontentamento, os ingredientes da revolução social. A revolução eclodiu na forma de levantes espontâneos dos trabalhadores da indústria e das populações

⁴¹ As conquistas imediatas da Revolução Francesa foram apenas o casamento civil e a legalização do divórcio em 1792. A França foi um dos últimos países a conceder o direito ao voto às mulheres, garantido somente em 1944, demonstrando o caráter não democrático desta Revolução. Sobre o caráter não democrático da Revolução Francesa conferir Hobsbawm (2010).

⁴² Olympe de Gouges não foi a única a se revoltar contra a opressão da mulher. Intelectuais de ambos os sexos e a população feminina dos grandes centros urbanos também demonstravam indignação em face da situação de inferioridade da mulher e manifestavam desejo de mudanças. Dentre os revolucionários de 1789 destacam-se as declarações em defesa da mulher proferidas por Condorcet, Diderot, Voltaire e Montesquieu (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992). Porém, também no século XVIII, alguns filósofos e a ciência médica legitimaram a inferioridade da mulher. Rousseau interpretava a mulher como um ser destinado ao casamento e à maternidade. A ideologia burguesa reforçou a inferioridade da mulher atribuindo um caráter “científico” a esta inferioridade. Afirmava que o estado de humilhação da mulher era uma decorrência dos seus aspectos biológicos, como a função da maternidade e a inclinação natural para cuidar da casa e dos filhos (ALAMBERT, 1986).

pobres das cidades, bem como o descontentamento entre os pequenos comerciantes, produzindo as revoluções de 1848 no continente e os amplos movimentos cartistas na Grã-Bretanha.

O cenário era de pauperização, degradação moral e social das famílias, fome, aumento do alcoolismo, infanticídio e das péssimas condições de vida e trabalho insalubres, com a deterioração da saúde da população nas cidades. Nesse quadro era inevitável o aparecimento dos movimentos trabalhistas e socialistas e a ação revolucionária das massas (HOBSBAWM, 2010).

O marxismo e o feminismo são produtos desse mesmo momento histórico, um período marcado por revoluções, revoltas e contradições. Um momento que vai das esperanças de igualdade e liberdade proclamadas pelo ideário moderno iluminista e burguês às revoltas dos (as) trabalhadores (as) e das mulheres diante das situações de desigualdade social, política e sexual postas no contexto do capitalismo do século XVIII/XIX.

O contexto histórico que criou as condições para a conformação das lutas feministas, socialistas e da teoria marxista é o mesmo. Na época de Marx e mesmo antes, já existia uma literatura e uma mobilização feminista (LOWY, 2010).

O século XIX foi marcado por grandes movimentos sociais emancipatórios que surgiram para responder aos problemas que a revolução industrial e o capitalismo estavam gerando. Negação dos direitos civis e políticos das mulheres e a miséria dos proletariados e das proletariadas que ficavam à margem da riqueza produzida pela indústria. Essas contradições foram o solo fértil das teorias “emancipatórias” e dos movimentos sociais no século XIX. Nesse contexto, o feminismo aparece como um movimento social de âmbito internacional e seu horizonte ético-político era o igualitarismo entre os sexos e a emancipação jurídica e econômica da mulher (GARCIA, 2011).

Com o advento do século XIX, o feminismo foi se organizando enquanto movimento coletivo para responder as crescentes situações de desigualdade sexual entre homens e mulheres no mercado de trabalho e na sociedade em geral. As discriminações sofridas pelas mulheres expressavam-se nos salários menores que o dos homens, na sua exclusão política dos sindicatos e partidos políticos, na dupla jornada de trabalho, na precariedade das leis de proteção à maternidade e na superexploração de sua força de trabalho (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992).

Por estas razões, a conquista do voto e a entrada nas instituições de ensino passaram a ser, logo depois, em meados do século XIX na Europa e EUA, os dois grandes objetivos do *sufragismo*, movimento que marca a chamada Primeira Onda do Feminismo⁴³.

Em geral, as reivindicações do movimento sufragista pelo direito ao voto⁴⁴ e acesso à educação e à profissionalização eram demandas das mulheres da elite intelectual, artística e da burguesia. Dessa forma, o feminismo surge nos marcos da democracia burguesa, tendo como objetivo o acesso a direitos civis, políticos e sociais das mulheres no interior da sociedade capitalista, portanto, uma conquista no campo da emancipação política.

A luta pela emancipação das mulheres limitava-se ao horizonte da emancipação política, uma luta importante naquele momento, mas que já demonstrava não mais responder ao conjunto de questões advindas da crescente exploração da força de trabalho feminina no contexto da revolução industrial na Europa.

Entendido como um *feminismo burguês ou liberal*, este feminismo por estar fundado numa visão abstrata e legalista dos direitos, não procurou refletir mais profundamente sobre as raízes da opressão das mulheres, admitindo apenas que a subordinação feminina seria uma simples decorrência da ausência de direitos civis, políticos e sociais para as mesmas.

É neste cenário sócio-político que o pensamento marxiano irá contribuir com uma análise histórica e de totalidade sobre a questão da opressão das mulheres no capitalismo e as perspectivas para sua verdadeira emancipação.

A análise das relações sociais capitalistas segundo o método materialista histórico e dialético criado por Marx (1818-1883) e Engels (1820-1896) permitiu pensar a questão das mulheres na totalidade social do capitalismo e, a partir daí, defender a emancipação das mulheres de modo radical, para além da emancipação política e na perspectiva da emancipação humana.

⁴³ Historiadoras e feministas da América do Norte e da Europa durante muito tempo distinguiram duas ondas históricas dos movimentos feministas: a 1ª (primeira) transcorre na segunda metade do século XIX e no começo do século XX, denominada de período sufragista, marcada pelas reivindicações do direito de voto; e a 2ª (segunda), que vai da metade dos anos 60 e começo dos 70 do século XX, qualificada de “neofeminismo”, que reconhece a impossibilidade de fundar a igualdade no sistema patriarcal. No entanto, a oposição desses dois momentos dos movimentos feministas é hoje descartada por algumas historiadoras, por entender que esta apaga a existência dos movimentos feministas no período entre as décadas de 1920 e 1960 (FOUGERYOLLAS-SCHWEBEL, 2009).

⁴⁴ O movimento sufragista, expressão da Primeira Onda do feminismo, foi um movimento de caráter internacional. Sobre o sufragismo nos EUA, Europa e Brasil conferir Garcia (2011) e Toscano; Goldenberg(1992).

Nas obras do “Jovem Marx”⁴⁵ estão as bases teóricas para uma análise histórica e crítica sobre a opressão das mulheres no contexto da sociedade capitalista, capaz de superar uma visão naturalizada sobre a subordinação feminina, bem como apontar como horizonte a conquista da sua emancipação humana.

Nos “*Manuscritos econômico-filosóficos*”⁴⁶, obra de 1844, Marx destaca que a emancipação da sociedade da propriedade privada e da servidão se manifesta na forma política da emancipação dos/as trabalhadores/as, com a instauração do regime comunista.

Na futura sociedade comunista, fundada na propriedade coletiva e no trabalho livre, o ser humano poderá desenvolver sua individualidade e suas capacidades humanas.

Na sociedade burguesa, trabalho para viver não passa de um meio de aumentar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista, trabalho acumulado não passa de um meio de ampliar, enriquecer, promover a existência do trabalhador. [...] Na sociedade burguesa, o capital é independente e tem individualidade, enquanto que a pessoa viva é dependente e não tem individualidade (MARX; ENGELS, 1998, p.37).

Marx e Engels projetam como será a vida do ser humano nesta futura sociedade comunista: “No lugar da sociedade burguesa antiga, com suas classes e antagonismos de classe, teremos uma associação, na qual o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos” (MARX; ENGELS, 1998, p. 44).

A ideia de emancipação humana em Marx exige a supressão das relações de exploração e alienação próprias do sistema capitalista. É incompatível com a sociedade capitalista na medida em que este modo de produção se fundamenta na propriedade privada, na divisão do trabalho e na exploração da força de trabalho, engendrando relações de dominação, alienação e exploração dos indivíduos sociais. A contradição fundamental do sistema capitalista, expressa na produção coletiva da riqueza pelo (as) trabalhadores (as) e sua apropriação privada pelos (as) capitalistas, é a responsável pelo cenário de pauperização das classes trabalhadoras e desigualdades sociais, atingindo homens e mulheres e impedindo o pleno exercício da igualdade, autonomia e liberdade.

⁴⁵ Período de formação do pensamento de Marx, com a elaboração de obras de natureza filosófica, as quais se destacam sua crítica à filosofia hegeliana, o início da sua concepção ontológica do ser social, a defesa de uma análise totalizante e dialética da realidade social e de uma perspectiva de superação do capitalismo (FREDERICO, 1995). Foram escritos nesta época, os “*Manuscritos econômico-filosóficos*” (1844), “*A Questão Judaica*” (1844), “*A ideologia alemã*” (1845-1846), “*Sobre o suicídio*” (1846), “*O Manifesto Comunista*” (1848), “*A Sagrada Família*” (1845), entre outras. Da fase do “Marx maduro”, em que o autor desenvolve suas premissas, destacam-se “*Grundrisse*” (1857-1858), “*Para a crítica da economia política*” (1859), “*O capital*” (1867) e outros.

⁴⁶ Cf. MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Traduzido por Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

Marx entende que a emancipação da classe operária do domínio do capital encerra a emancipação humana universal, uma vez que toda opressão humana decorre da relação do trabalhador com a produção e que todas as relações de servidão são consequências da relação de exploração capitalista. Assim ele afirma:

[...] a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se manifesta na forma política da emancipação dos trabalhadores, não como se dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação (MARX, 2004, p. 88-89).

Essa reflexão de Marx tem o mérito de pensar todas as formas de servidão, entre elas a opressão contra as mulheres, numa perspectiva de totalidade e de modo radical, no interior das relações sociais que as determinam, em que a lógica do capital perpassa todas as dimensões da vida social.

Se todos os indivíduos, sejam homens ou mulheres, estão inseridos nas relações de exploração capitalista, a sua emancipação humana implica, portanto, na superação política das relações capitalistas de produção, as quais estão baseadas na propriedade privada, no trabalho alienado, na extração de mais-valia e nos antagonismos de classe.

Ao afirmar que todas as relações de servidão são apenas consequências da relação do trabalhador com a produção (MARX, 2004, p. 89), Marx demonstra que as relações de produção capitalistas têm a capacidade de penetrar em todas as relações humanas, como nas relações familiares e entre homens e mulheres.

Do mesmo modo, Marx e Engels consideram a emancipação da mulher como uma referência para a emancipação humana geral. O conceito de Fourier, de que o grau de emancipação da mulher dá a medida da evolução de toda a sociedade foi tomado como princípio por Marx e Engels (GARCIA, 2011; ALAMBERT, 1986).

Ao fazer referência a crítica de Fourier à miséria material e moral do mundo burguês e à visão da burguesia sobre as relações sexuais e a posição da mulher na sociedade burguesa, Engels afirma que Fourier “foi o primeiro a anunciar que, em determinada sociedade, o grau de emancipação da mulher corresponde à medida natural do grau de emancipação geral” (ENGELS, 1934, p. 253-254)⁴⁷.

⁴⁷ ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Zurich, 1934 (Edição alemã). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, V. **Sobre a Mulher**. 2.ed. São Paulo: Global Editora, 1980.

Com efeito, Alambert (1986) destaca a importância dos *Manuscritos econômico-filosóficos* para a compreensão da emancipação da mulher como parte da emancipação humana mais geral:

Para a teoria socialista da emancipação feminina, os *Manuscritos* constituíram um documento essencial, sobretudo através da ideia de que a emancipação da mulher é parte da emancipação humana universal. Com sua análise do trabalho alienado, Marx demonstrou a insuficiência de uma tentativa de estabelecer uma igualdade puramente jurídica e política – pleiteada pelas feministas – no quadro da sociedade capitalista (ALAMBERT, 1986, p. 17, *grifos originais*).

Nos “*Manuscritos*”⁴⁸, Marx utiliza o exemplo da relação entre o homem e a mulher para refletir sobre o *ser genérico* do ser humano. A *mulher* vista como *presa* se expressa na degradação infinita na qual o ser humano existe para si mesmo. Nesse sentido, afirma:

A relação imediata, natural, necessária, do homem com o homem⁴⁹ é a *relação do homem com a mulher*. [...] Nesta relação *fica sensivelmente claro*, portanto, e reduzido a um *factum* intuível, até que ponto a essência humana veio a ser para o homem natureza ou a natureza [veio a ser] essência humana do homem (MARX, 2004, p. 104, *grifos originais*).

Na discussão sobre propriedade privada e comunismo, Marx defende a ideia de uma comunidade de mulheres em oposição ao casamento, mas afirma que esse comunismo ainda é rude e irrefletido. Ele mostra que o tipo de relação entre o homem e a mulher expressa em que medida o ser humano tornou-se um ser genérico e conseguiu superar o plano da natureza e das carências. Assim, ele dá a entender que o comunismo, enquanto “[...] momento *efetivo* necessário da emancipação e da recuperação humanas para o próximo desenvolvimento histórico” (MARX, 2004, p. 114), é incompatível com o tratamento da mulher como objeto de necessidade ou propriedade dos homens. Nesta reflexão Marx recupera a ideia de Fourier sobre a emancipação da mulher como medida da emancipação da sociedade.

⁴⁸ Considerada a obra mais filosófica de Marx, foi escrita ainda na sua juventude, quando Marx tinha 26 anos de idade, em 1844. No entanto, é uma obra importante, pois inaugura algumas reflexões que serão tratadas em *A Ideologia Alemã*. LOWY, Michel. **Marx, Engels e a Opressão das Mulheres**. Curso on-line, PUC-SP, 16 out.2012.

⁴⁹ Nesta e em outras passagens da obra, o termo homem deve ser traduzido como ser humano. Há problemas na tradução do alemão para o português. As palavras alemãs “Mensch” e “Mann” significam em alemão “Ser Humano” e “Homem”, respectivamente, mas são traduzidas para o português somente como “Homem”. Cf.Lowy (2012).

Do caráter desta relação segue-se até que ponto o *ser humano* veio a ser e se apreendeu como *ser genérico*, como *ser humano*; a relação do homem com a mulher é a relação *mais natural* do ser humano com o ser humano. Nessa relação se mostra também até que ponto o comportamento *natural* do ser humano se tornou humano, ou até que ponto a essência humana se tornou para ele essência natural, até que ponto a sua *natureza humana* tornou-se para ele *natureza*. Nesta relação também se mostra até que ponto a carência do ser humano se tornou carência *humana* para ele, portanto, até que ponto o *outro* ser humano como ser humano se tornou uma carência para ele, até que ponto ele, em sua existência mais individual, é ao mesmo tempo coletividade (*Gemeinwesen*) (MARX, 2004, p. 105, *grifos originais*).

Marx entende a emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana, cuja condição supõe a superação do capitalismo e das classes sociais antagônicas, enquanto condição central para o projeto de emancipação humana. De outro lado, ele não desprezou a necessária conquista de direitos civis, políticos e sociais para as mulheres no interior das sociedades capitalistas, o que, para ele, se traduziria numa emancipação parcial, limitada ao campo da emancipação política.

Contrariando a posição de um segmento socialista contrário aos direitos das mulheres e a sua presença no mercado de trabalho, Marx defendeu o voto feminino e a regulamentação do trabalho das crianças e mulheres na I Internacional (1864) (GARCIA, 2011). Tais direitos eram concebidos enquanto conquistas emancipatórias parciais para as mulheres, pela possibilidade de contribuir com relações mais igualitárias entre os sexos.

Não é, no entanto, o abuso do poder paterno que acarretou a exploração direta ou indireta de forças de trabalho imaturas pelo capital, mas, pelo contrário, é o modo de exploração capitalista que fez do poder paterno, ao suprimir sua correspondente base econômica, um abuso. Por terrível e repugnante que agora pareça a dissolução do antigo sistema familiar no interior do sistema capitalista, a grande indústria não deixa de criar, com o papel decisivo que confere às mulheres, pessoas jovens e crianças de ambos os sexos em processos de produção socialmente organizados para além da esfera domiciliar, o novo fundamento econômico para uma forma mais elevada de família e de relações entre ambos os sexos (MARX, 1985, p. 91).

Em outra obra da sua juventude, “*A Questão Judaica*”, de 1844, Marx concebe a emancipação política como conquista de direitos legais no interior da sociedade capitalista, o que representa um avanço, mas ressalta que a mesma não tem a capacidade de emancipar o indivíduo por completo.

Não há dúvida que a emancipação *política* representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual. É óbvio que nos referimos à emancipação real, à emancipação prática (MARX, 2007, p. 23, *grifos originais*).

Marx destaca a relação entre a emancipação humana e a emancipação política. Discutindo as limitações da emancipação política, ele afirma que a emancipação política não gera a emancipação humana, ao contrário, ela se consagra pela cisão do ser humano entre a *vida pública* e a *vida privada*⁵⁰.

Na sua crítica à declaração dos direitos do homem e do cidadão, Marx afirma que o direito humano da liberdade é o direito humano à propriedade privada, de desfrutar do patrimônio, em que “a liberdade individual e sua aplicação constituem o fundamento da sociedade burguesa. Sociedade que faz que todo homem encontre em outros homens não a realização de sua liberdade, mas, pelo contrário, a limitação desta” (MARX, 2007, p. 35).

O fim da vida política é a garantia dos direitos do homem individual e do burguês. Assim, Marx revela que os direitos são um meio para consagração da sociedade burguesa e não o contrário. Dessa forma, entende-se que toda luta por direitos que não questiona as bases estruturais da cisão entre o cidadão e o burguês, entre o homem como ser individual e ser genérico, mantém intactas as raízes das formas de exploração e opressão.

A *Ideologia Alemã*, obra de 1845-1846, em que Marx e Engels explicam sua concepção materialista da história, é a base para a tese marxiana sobre a questão da mulher. Toma como premissa a existência de indivíduos humanos vivos, que são diferentes dos animais, pois ao produzirem seus meios de vida, produzem a sua própria vida material (ALAMBERT, 1986).

A essência dessa concepção reside na relação entre *Ser Social* e *Consciência Social*, em que a produção de ideias está ligada à atividade material e as representações são emanações do comportamento material dos homens.

⁵⁰ Para um maior detalhamento sobre a relação entre emancipação humana e política, conferir as reflexões de Marx sobre a questão da emancipação do judeu perante o Estado cristão na Alemanha na sua discussão com Bruno Bauer. Para Marx (2007), Bauer ignora a relação entre o Estado político e suas premissas, sejam estes elementos materiais, como a propriedade privada, ou elementos espirituais, como a cultura e a religião; desconhece a luta entre o *interesse geral* e o *interesse particular*, o divórcio entre o *Estado político* e a *sociedade burguesa*. Em crítica à Bauer, assim afirma Marx: “Por isto, não dizemos aos judeus, como Bauer; não podeis emancipar-vos politicamente se não vos emancipais radicalmente do judaísmo. Ao contrário, dizemos; podeis emancipar-vos politicamente sem vos desvincular radical e absolutamente do judaísmo porque a *emancipação política* não implica *em emancipação humana*. Quando vós, judeus, quereis a emancipação política sem vos emancipar humanamente, a meia solução e a contradição não residem em vós, mas na *essência* e na *categoria* da emancipação política” (MARX, 2007, p. 30, *grifos originais*). Cf. MARX, Karl. **A Questão Judaica**. Traduzido por Sílvia Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2007.

Deste modo, a moral, a religião, a metafísica e todo tipo de ideologia, e as formas de consciência que lhes correspondem, perdem de imediato toda a aparência de autonomia. Não tem história, não tem desenvolvimento, são os homens que desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais mudam a realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 2002, p. 26).⁵¹

Este modo de pensar parte de premissas reais: são os homens no seu processo de desenvolvimento real, em condições determinadas. A 1ª (primeira) premissa de toda a existência humana é que os homens têm que estar em condições de viver para poderem fazer história e para isso é preciso atender a necessidades, como comer, beber, vestir-se, ter habitação etc. E essas também são condições da libertação real do ser humano, pois a libertação é efetuada por condições históricas.

O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que este é um fato histórico, uma condição fundamental de toda a História, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para, ao menos, manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2002, p. 35).

A 2ª (segunda) premissa é a produção de novas necessidades, cada vez mais sociais. Assim, em Marx, o trabalho é o fundamento ontológico do ser social, pois é partir dele que o ser humano transforma a natureza e a si próprio com vistas a atender suas necessidades, que se tornam cada vez mais sociais. O primeiro ato histórico é a produção dos meios necessários a satisfação das necessidades, em que por meio do trabalho, o ser humano desenvolve capacidades, tornando-se diferente dos animais⁵².

E a 3ª (terceira) premissa é a reprodução biológica da espécie, quer dizer, é a relação entre o homem e a mulher, os pais, os filhos, a família, que por sua vez, estará marcada por uma relação subalterna.

⁵¹Cf. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã. Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Centauro, 2002.

⁵² Na ontologia marxista, os princípios fundantes do ser social estão associados à atividade criadora, autônoma e transformadora do trabalho. Para Marx, os fundamentos da essência humana são a objetivação pelo trabalho, a sociabilidade, a consciência, a liberdade e a universalidade. A essência humana não é pré-determinada ou imutável, mas é construída a partir das necessidades concretas e das ações para sua satisfação. Segundo Heller(1985), é “[...] a realização gradual e contínua das possibilidades imanentes à humanidade, ao gênero humano”(HELLER, 1985, p. 04).

Esta família, que a princípio é a única relação social, torna-se mais tarde, quando o aumento das necessidades cria novas relações sociais e o aumento da população origina novas necessidades, uma relação subalterna, (exceto na Alemanha). Deve então ser tratado e desenvolvido este tema da família a partir dos fatos empíricos existentes e não do “conceito de família”, como se costuma fazer na Alemanha⁵³ (MARX; ENGELS, 2002, p. 36).

Dessa forma, a moral, as ideologias, as formas de consciência, concepções e representações relacionadas à família e às mulheres, em particular, são pensadas a partir do modo de produção material vigente na sociedade. Isto é, a maneira como a sociedade concebe a organização da família e das mulheres está relacionada com os interesses de manutenção e desenvolvimento da sociedade capitalista. A família se modifica na forma, nas relações internas, nas funções e objetivos de acordo com as modificações que ocorrem nos modos de produção. Mas as alterações na configuração da família e na situação das mulheres não são algo mecânico, nem uma decorrência simples e imediata das transformações no modo de produção. Essas transformações vão ocorrendo de forma mais ou menos lenta, de acordo com o processo histórico e a ação dos sujeitos sociais (ALAMBERT, 1986).

Trata-se de conceber a família e as mulheres no interior das relações sociais capitalistas a partir de uma perspectiva de totalidade social, que recusa analisar os processos sociais, políticos e culturais como dimensões isoladas e separadas da estrutura econômica da sociedade.

De modo geral, Marx e Engels refletiram sobre a sociedade capitalista e suas relações sociais, pensadas como uma totalidade formada por uma unidade entre estrutura econômica e superestrutura jurídica, política, moral e ideológica⁵⁴. O capitalismo é marcado pela contradição capital X trabalho e pela luta de classes, pensada como motor da história, em que o operariado aparece como o principal sujeito revolucionário capaz de destruir o capitalismo em direção ao socialismo e ao comunismo.⁵⁵

Marx e Engels reconhecem que o relacionamento entre o homem e a mulher e os filhos na família está marcado por uma relação de subalternidade. A opressão das mulheres, em particular, é retratada de forma muito incisiva por Marx, com a publicação da obra “*Sobre*

⁵³ Aqui, Marx e Engels criticam a filosofia alemã por esta desprezar a História e a materialidade dos fatos.

⁵⁴ Cf. MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

⁵⁵ Cf. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura)

o suicídio”⁵⁶, de 1846, em que o autor relata 4 (quatro) casos de suicídio, dos quais 3 são de mulheres vítimas da chamada tirania familiar.

Neste livro, Marx apresenta alguns comentários sobre as reflexões de Jacques Peuchet (1758-1830)⁵⁷ acerca do aumento dos números de suicídio, entendido como expressão de um comportamento humano degradante da sociedade capitalista da época. Enquanto uma problemática presente em todas as classes sociais, que perpassa a vida privada, o suicídio é produto de uma sociedade marcada pelas crises da indústria, miséria, prostituição, assim como pela falta de amizade, amor, entre outros. O suicídio das mulheres é apresentado como uma decorrência do poder familiar masculino, isto é, do poder patriarcal, expresso na autoridade dos pais sobre os filhos (as) e no domínio dos homens sobre as mulheres. Nos casos analisados, as mulheres cometeram suicídio porque romperam com a obrigação da virgindade, cometeram aborto e rejeitaram o marido. Assim Löwy ressalta o caráter deste livro:

O tratamento dado a esses três casos, o ensaio de Marx/Peuchet – seja dos exertos selecionados, seja dos comentários do tradutor, inseparavelmente (pois não são separados por Marx) – constitui um protesto apaixonado contra o patriarcado, a sujeição das mulheres – incluídas as ‘burguesas’ – a natureza opressiva da família burguesa. Com raras exceções, não há nada comparável nos escritos posteriores de Marx (LÖWY, 2006, p. 19).

Conforme Löwy (2006), o interesse de Marx pela questão do suicídio foi um meio para fazer a crítica radical da sociedade burguesa como forma de vida “antinatural”. Tal crítica não se limita à questão da exploração econômica, mas também assume um caráter social e ético, incluindo as múltiplas faces da opressão da natureza desumana da sociedade capitalista, que atinge todas as classes sociais⁵⁸.

A opressão da mulher será posteriormente analisada por Marx em “*O Capital*”⁵⁹, com a referência à dupla opressão das mulheres, pelo capitalista na indústria e pelo marido no espaço doméstico, apreendida na totalidade das relações sociais capitalistas.

Marx expõe as contradições do capitalismo para a plena emancipação das mulheres. Ele mostra que, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que o trabalho das mulheres na indústria capitalista é fonte de sua dupla opressão, a inserção da mulher na produção social

⁵⁶O título original dessa obra é “*Peuchet: sobre o suicídio*”. Cf. MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

⁵⁷Jacques Peuchet foi um diretor dos Arquivos da Polícia de Paris.

⁵⁸Cf. LÖWY, Michael. Um Marx Insólito. In: MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 13-19.

⁵⁹Cf. MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas). Volume I, Livro Primeiro – O Processo de Produção do Capital, Tomo 2, Capítulos XIII a XXV.

abriu espaço para construir relações igualitárias entre os sexos. Quer dizer, ao possibilitar a entrada das mulheres no espaço público, o capital emancipa as mulheres de modo parcial, e explora de forma acentuada a sua força de trabalho.

[...] É igualmente óbvio que a composição do pessoal coletivo do trabalho por indivíduos de ambos os sexos e dos mais diversos grupos etários – embora em sua forma capitalista espontaneamente brutal, em que o trabalhador comparece para o processo de produção e não o processo de produção para o trabalhador – fonte pestilenta de degeneração e escravidão, tenha, sob circunstâncias adequadas, de converter-se inversamente em fonte de desenvolvimento humano (MARX, 1985, p. 91).

Essa análise de Marx sobre a incorporação do trabalho feminino na indústria capitalista mostra a contradição que está posta, ainda hoje, na inserção das mulheres no mercado de trabalho. A saída da mulher do espaço doméstico cria as possibilidades para a sua independência econômica do companheiro e o desenvolvimento de sua individualidade para além da unidade familiar, porém a mulher sofre uma intensa exploração.

No capitalismo, o trabalho deixa de ser fonte de humanização e transforma-se em espaço de alienação e coisificação do humano, posto que o seu objetivo fundamental é valorização do capital.

De acordo com a reflexão de Marx, a inserção da mulher no mercado de trabalho faz parte do novo processo produtivo capitalista, em que o uso da maquinaria oportuniza a absorção de trabalhadores (as) sem força muscular, como mulheres e crianças. Com a indústria capitalista, a família deixa de ser uma unidade produtiva - local onde as mulheres executavam atividades voltadas à subsistência no espaço doméstico - para se transformar numa unidade consumidora.

Em *O Capital*, na discussão sobre o *Processo de Produção do Capital* e a *Produção da Mais-Valia Relativa*, Marx analisa o desenvolvimento da maquinaria e os efeitos imediatos da produção mecanizada sobre o trabalhador. Nessa análise, ele mostra que o ponto de partida da grande indústria constitui a revolução do meio de trabalho, isto é, a maquinaria como meio de produção de mais-valia. O meio de trabalho revolucionado assume sua configuração mais desenvolvida no sistema articulado de máquinas da fábrica, em que essa revolução produz repercussões sobre o próprio trabalhador, dentre as quais a apropriação de forças de trabalho suplementares pelo capital: o trabalho feminino e infantil.

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Com isso, esse poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital (MARX, 1985, p. 23).

Marx mostra que a maquinaria amplia o material humano e o campo de exploração do capital, bem como o grau de exploração com a entrada de crianças e mulheres em longas jornadas de trabalho.

[...] surgem 4 jornadas de trabalho no lugar de uma, e o preço delas cai proporcionalmente ao excedente de mais-trabalho dos quatro em relação ao mais-trabalho de um. Agora, quatro precisam fornecer não só trabalho, mas mais-trabalho para o capital, para que uma família possa viver. [...] O trabalhador vendia anteriormente sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos (MARX, 1985, p. 23).

Marx denuncia a condição da mulher como escrava e propriedade do marido e do capital. Menciona o estado de degradação moral de mulheres e crianças provocado pela exploração capitalista do trabalho feminino e infantil, momento em que faz referência ao trabalho de Engels em *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* e de outros autores, que ele diz registrar no seu estudo, como o que se segue:

Como demonstrou uma investigação médica oficial em 1861, abstraindo circunstâncias locais, as altas taxas de mortalidade se devem principalmente à ocupação extradomiciliar das mães e ao descuido e mau trato das crianças daí decorrentes – entre outras coisas, alimentação inadequada, falta de alimentação, administração de opiatos etc. – além da alienação antinatural das mães contra seus filhos, e consequentemente esfomeação e envenenamento proposital. (MARX, 1985, p. 25).

Marx aqui ressalta as consequências provocadas pela superexploração do trabalho da mulher na indústria, observada na situação de degradação moral da família e de maus tratos às crianças. As mulheres chegavam a trabalhar até 18 horas por dia⁶⁰ e não dispunham de qualquer tipo de equipamento social para deixar os filhos⁶¹.

⁶⁰ Marx descreve que, segundo o inspetor de fábrica Saunders, no relatório fabril de 1844, as mulheres trabalham de 6 da manhã até meia-noite, com menos de 2 horas para refeições.

⁶¹ Nesse relatório de investigação médica também está expresso o pensamento conservador da época, baseado num julgamento moralista ao considerar a postura das mães como algo desumano ou “antinatural”. Marx parece se afastar desse pensamento moralista, ao afirmar que a investigação médica não considerou as circunstâncias locais.

Ele conseguiu captar o uso da ideologia de inferiorização das mulheres pela grande indústria capitalista e sua utilidade para a maximização da exploração da força de trabalho feminina, com o propósito de aumentar a margem de extração da mais-valia.

Comenta, ainda, que as virtudes peculiares do caráter feminino são usadas para seu próprio prejuízo, são um meio de sua escravização e sofrimento. Ele destaca o relato de um fabricante que prefere empregar mulheres, principalmente as casadas (porque precisam sustentar seus filhos), em seus teares mecânicos porque considera que as mulheres são mais atentas e dóceis.

A utilização da maquinaria também atingiu o trabalhador através do prolongamento de sua jornada de trabalho para além de qualquer limite natural, como a fraqueza corpórea e a vontade própria. E Marx mostra como o uso da força de trabalho feminina atende aos interesses do capital, uma vez que o capitalista objetiva reduzir a limitação natural do ser humano e sua resistência mínima.

Acertadamente, ele mostrou como as chamadas “características femininas”, tais como docilidade e flexibilidade são úteis para maximizar a extração de mais-valia: “Esta [resistência] é, de qualquer modo, diminuída pela aparente facilidade do trabalho na máquina e pela maior docilidade e maleabilidade do elemento feminino e infantil” (MARX, 1985, p. 29).

O modo de produção capitalista precisa da mulher “livre” para vender sua força de trabalho ao capital, porém a ideologia que atribui uma posição inferior à mulher na sociedade e reforça estereótipos femininos (passividade, docilidade, fragilidade), atende as necessidades valorização do capital. Tal ideologia sustenta a visão do trabalho feminino como complementar ao do homem, o que permite pagar baixos salários às mulheres, reiterar uma desigual divisão sexual do trabalho e intensificar a precarização do trabalho feminino.

O capitalismo contemporâneo reitera o sexismo e o sistema patriarcal que inferioriza as mulheres. A construção social do feminino, expressa nas “características femininas”, como docilidade, meiguice, passividade, flexibilidade são usadas pelo capitalismo como forma de obter maiores lucros através da superexploração do trabalho feminino e da redução do salário pago às mulheres, pois seu trabalho ainda é visto como menos qualificado e complementar ao trabalho do homem. Mesmo hoje, as mulheres ainda ganham menos que os homens para realizar a mesma atividade⁶².

⁶² A discussão sobre a opressão das mulheres no contexto do capitalismo contemporâneo será apresentada no item 2.3.

Pelo exposto, vimos que a referência a subordinação da mulher ao homem em passagens de *O Capital*, *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, *A Ideologia Alemã*, *O Manifesto Comunista* e *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* derruba a crítica equivocada que atribui ao marxismo uma total incapacidade para analisar a questão das mulheres.

É verdade que predomina uma análise da opressão da mulher a partir da crítica à família burguesa, sem ter como foco central de reflexão das relações homem-mulher, uma vez que este não foi o objeto de estudo dos precursores do marxismo. Marx e Engels abordam as mudanças provocadas no interior da família, caracterizadas pela dissolução dos laços de afetividade entre mãe e filhos e entre homens e mulheres.

A crítica à família burguesa aparece de forma mais contundente em *O Manifesto Comunista*, em que Marx e Engels destacam a mercantilização da vida familiar e dos laços afetivos como consequências do capitalismo: “A burguesia arrancou da família o seu véu sentimental e reduziu a relação familiar a uma mera relação de dinheiro” (MARX; ENGELS, 1998, p. 13). Eles afirmam que os laços familiares entre os proletários são cortados pela ação da indústria moderna e os filhos são transformados em artigos de comércio e instrumentos de trabalho.

Conforme Marx e Engels, a família burguesa, naquela época, estava baseada no capital e no lucro privado e que, portanto, o seu complemento é a ausência prática da família na classe proletária e a prostituição pública⁶³. Na família burguesa, a mulher é vista como um instrumento de produção pelo esposo burguês e uma propriedade do marido.

O burguês vê em sua esposa um mero instrumento de produção. Ele ouve que os instrumentos de produção devem ser explorados em comum e, naturalmente, só pode chegar à conclusão de que o quinhão de ser comum também chegará às mulheres. Ele nem suspeita de que o verdadeiro ponto a ser mirado é acabar com a condição de que as mulheres são meros instrumentos de produção (MARX; ENGELS, 1998, p. 38).

Engels, em “*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*” (1884)⁶⁴ situa historicamente a opressão das mulheres a partir do surgimento da propriedade privada e da família monogâmica, momento em que ocorre a transformação do matriarcado em

⁶³ Essa ideia de que a família só existe entre a burguesia e não na classe proletária será retomada por Engels em “*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*” (1884).

⁶⁴ Cf. ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de LeandroKonde. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

patriarcado. Ele trouxe a tese de que suprimindo a propriedade privada, o homem perde o poder sobre a mulher.

Engels (2000) buscou situar a subordinação feminina como um fenômeno histórico. Argumenta que a acumulação de riqueza com o desenvolvimento da pecuária e agricultura conferiu maior importância ao homem do que à mulher na família, exigindo a transformação do matriarcado em patriarcado, sendo este último concebido como a “organização de certo número de indivíduos, livres ou não, numa família submetida ao poder paterno de seu chefe” (ENGELS, 2000, p.61).

No seu entendimento, a revolucionária abolição da filiação materna em favor do direito paterno produziu desvantagem para a mulher, que passa a ser oprimida no seio da família patriarcal.

Assim, foram abolidos a filiação feminina e o direito hereditário materno, sendo substituídos pela filiação masculina e o direito hereditário paterno. [...] o desmoronamento do direito materno, *a grande derrota histórica do sexo feminino em todo mundo*. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução (ENGELS, 2000, p. 60-61, *grifos originais*).

Sua análise está baseada em seus trabalhos anteriores e em suas anotações sobre as obras de Morgan, bem como nas reflexões de Marx nos *Manuscritos* e em outros estudos. Seu objetivo era expor os resultados das pesquisas de Morgan⁶⁵, ligando-os com os resultados de suas pesquisas materialistas da história. A sua tese é que há uma relação causal entre a organização do processo de produção, a organização da família e a posição social da mulher (ALAMBERT, 1986).

Engels destaca que a opressão feminina surge com a instauração da propriedade privada nas mãos do homem, caracterizando as relações entre homens e mulheres como antagônicas:

⁶⁵ Na visão de Engels, Morgan (1877) esboçou pela primeira vez uma história da família. Para o antropólogo Morgan, existiram diferentes tipos de família para cada estágio da história humana. O matrimônio por grupo sé característico da era Selvagem, período marcado pela descoberta do fogo e da linguagem. A família sindiásmica existiu na era Bárbara, momento em que ocorreu a descoberta da agricultura e da pecuária. Estava baseada na unidade mulher-homem, sendo facilmente dissolúvel, em que um homem vivia com uma mulher, mas a infidelidade e a poligamia eram direitos dos homens, ao passo que o adultério das mulheres era castigado e os filhos pertenciam exclusivamente às mães. E a família monogâmica, característica da civilização, período da criação da escrita, do ferro, das cidades, navios e carros, em que o desenvolvimento da pecuária e da agricultura provocou o surgimento da família patrilinear e desta, à conjugal, o que demonstra que a monogamia pouco tem a ver com o amor sexual individual (ENGELS, 2000).

O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 2000, p. 70-71).

Neste livro, Engels afirma que a origem da sujeição das mulheres não estaria em causas biológicas (capacidade reprodutora e constituição física), mas sim sociais, isto é, na origem da propriedade privada e na sua exclusão da esfera de produção social, uma vez que a mulher ficou confinada à esfera doméstica. Desse modo, a emancipação das mulheres estaria ligada ao seu retorno à produção social e a sua independência econômica (GARCIA, 2011).

A república democrática não suprime o antagonismo entre as duas classes; pelo contrário, ela não faz senão proporcionar o terreno no qual o combate vai ser decidido. De igual maneira, o caráter particular do predomínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social efetiva entre ambos, não se manifestarão com toda a nitidez senão quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais. Então é que se há de ver que a libertação da mulher exige, como primeira condição, a reincorporação de todo o sexo feminino à indústria social, o que, por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade (ENGELS, 2000, p. 80-81).

No entanto, apesar de reconhecerem esta contribuição para uma análise sócio-histórica da opressão das mulheres, a reflexão de Engels foi rejeitada pelas feministas radicais dos anos 1970, que atribuíram ao seu pensamento um viés economicista e marcado por um determinismo biológico. Em Engels, a dimensão de sexo é ocultada nas relações de classe e o antagonismo entre os sexos é baseado no modelo de classes econômicas, conforme percebido nesta passagem:

Hoje, na maioria dos casos, é o homem que tem que ganhar os meios de vida, alimentar a família, pelo menos nas classes possuidoras; e isso lhe dá uma posição dominadora, que não exige privilégios especiais. Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário (ENGELS, 2000, p. 80).

Critica-se também a suposta visão idealizada e romântica de uma família operária como a única portadora de relações igualitárias entre homens e mulheres (MÉSZÁROS, 2011)⁶⁶, quando Engels diz que:

⁶⁶ Ao ressaltar que a família participa da reprodução sociometabólica do capital não somente por meio da reprodução biológica da espécie e a da transmissão da propriedade de uma geração à outra, mas também através da reprodução do sistema de valores, Mézáros (2011) apontou os limites dessa análise de Engels: "Ao se concentrar demais no aspecto da transmissão da propriedade na família e no sistema legal associado a ele, até Engels tende a pintar um quadro idealizado do lar proletário, descobrindo nele uma igualdade inexistente" (MÉSZÁROS, 2011, p. 270).

Nas relações com a mulher, o amor sexual só pode ser, de fato, uma regra entre as classes oprimidas, [...]. Faltam aqui, por completo, os bens de fortuna, para cuja conservação e transmissão por herança foram instituídos, precisamente, a monogamia e o domínio do homem; e, por isso, aqui também falta todo o motivo para estabelecer a supremacia masculina (ENGELS, 2000, p. 77).

A argumentação de Engels é coerente, posto que na sua visão, a riqueza e a herança acumulada pelos homens das classes possuidoras constituem as bases materiais da opressão das mulheres. No seu raciocínio, a ausência dos bens de fortuna eliminaria a motivação econômica para estabelecer relações de opressão, restando aos casais da classe operária somente o interesse comum em compartilhar o amor e buscar sobreviver por meio da venda de suas forças de trabalho.

[...] desde que a grande indústria arrancou a mulher ao lar para atirá-la ao mercado de trabalho e à fábrica, convertendo-a, frequentemente em sustentáculo da casa, ficaram desprovidos de qualquer base os restos da supremacia do homem no lar proletário, excetuando-se, talvez, certa brutalidade no trato com as mulheres, muito arraigada desde o estabelecimento da monogamia (ENGELS, 2000, p. 78).

Ele admite a existência de históricas relações de opressão dos homens sobre as mulheres, que se mantém mesmo no interior das famílias operárias, mas tão somente pretende ressaltar as condições histórica e materiais desse processo de constituição da monogamia e do patriarcado.

Portanto, a tese de Engels assegura que a opressão da mulher teve início com a instauração da propriedade privada, a transformação do matriarcado em patriarcado e a constituição da família burguesa. Dessa forma, o fim do capitalismo significaria também a destruição do patriarcado, uma vez que a base material da opressão das mulheres na família monogâmica estaria aniquilada.

Para Alambert (1986), *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* é um livro importante para as feministas marxistas e socialistas, pela sua capacidade de fazer uma análise crítica e de totalidade da opressão das mulheres nos marcos da sociedade capitalista, considerando suas determinações econômicas. Entretanto, o livro foi alvo de críticas em relação a veracidade da existência de um sistema matriarcal, uma vez que pesquisas realizadas pela antropologia não puderam comprovar a existência de sociedades em que as mulheres viviam em relações de igualdade com os homens⁶⁷.

⁶⁷Alambert (1986) mostra que os estudos antropológicos apontaram que a dominação masculina sempre existiu, visto que a subordinação tem sua origem na sociedade primitiva, com a divisão de papéis e de trabalho entre homens (caça) e mulheres (coleta). Tais estudos indicam que Engels provavelmente teria confundido matrilinearidade com matriarcado. Sobre esta crítica a Engels conferir ainda: Beauvoir (2008).

Nessa mesma direção, Araújo (2000) avalia os limites e as contribuições de Engels. Para ela, esta obra permanece como uma referência para pensar a relação entre condições materiais, surgimento da propriedade privada, das instituições e a opressão da mulher. O lugar das mulheres não é expressão da “natureza feminina” inata, a relação entre homens e mulheres é uma relação de opressão, em que os processos socioeconômicos conduzem à dominação masculina. Destaca como limites alguns dos seus referenciais antropológicos, especialmente a suposição de que originalmente houve um padrão universal de família e uma certa simplificação no modo de conceber a divisão sexual do trabalho em sua origem.

A primeira divisão de trabalho, entre homens e mulheres, institucionaliza-se como relação opressiva quando a mulheres perdem o controle sobre o trabalho e se tornam economicamente dependentes do homem. Assim, a primeira forma de opressão origina-se por contingências materiais, e não por uma essência masculina dominadora. A família moderna nada mais é do que a expressão dessa ‘derrota histórica’ das mulheres, ou seja, algo construído e mediado pelas relações socioeconômicas ao longo do tempo e do espaço (ARAÚJO, 2000, p. 66).

A contribuição de Engels reside na sua análise sócio-histórica e das condições materiais de opressão das mulheres em determinado momento histórico. Para Engels, a opressão das mulheres tem sua origem no momento sócio-histórico de instauração da propriedade privada e do patriarcado, sendo também apropriada pelo capitalismo na sua fase industrial, com o objetivo de obter uma maior acumulação de capital.

Conforme vimos, em Marx, a questão da mulher aparece como parte de uma problemática social, expressa na dupla opressão da mulher, na família pelo marido e no mercado de trabalho pelo capitalista, em que os chamados “atributos femininos” são utilizados pelo capital para maximização dos lucros.

Nesse sentido, para Alambert (1986), o pensamento de Marx e Engels, ao elaborar uma análise histórica e de totalidade social sobre a condição feminina no interior das relações sociais capitalistas, representaram um grande avanço em face dos ideólogos da burguesia, que reiteravam uma visão naturalizada das desigualdades entre homens e mulheres.

Mesmo sem ter por objetivo analisar a opressão específica dos homens sobre as mulheres, Marx e Engels colocaram em evidência uma análise sócio-histórica das dimensões da opressão feminina nos espaços público e privado, nas relações sociais capitalistas, e por isso, foram capazes de pensar a emancipação das mulheres de modo radical.

Esta contribuição do pensamento marxista na construção de uma análise sócio-histórica sobre a condição das mulheres é reconhecida até entre as intelectuais feministas que questionam a capacidade do marxismo em analisar a opressão das mulheres. Mas tal

questionamento sustenta-se numa leitura distorcida do pensamento de Marx e Engels, especialmente sobre a relação entre produção e reprodução das relações sociais capitalistas.

Nye (1995) reconhece que as vantagens de Engels foram a ênfase no social e não na natureza, a função econômica e social da família, em que eliminado o capitalismo, a opressão das mulheres desapareceria. Mas esta autora, na sua leitura restrita do pensamento marxiano, afirma que o marxismo deixa de lado questões da família e do sexo por se tratarem de assuntos privados, posto que não fazem parte da produção.

Nessa mesma linha, Nicholson (1991) afirma que Marx estava ciente da interconexão da família, Estado e economia. Para esta autora, a teoria feminista tem em Marx um aliado e um adversário: a separação família, Estado e economia como um fenômeno histórico e não natural e a interação dessas esferas. Esse tipo de análise está mais em sintonia com as exigências do feminismo. Para ela, o feminismo pode se utilizar da análise histórica concreta de Marx para compreender as relações cambiantes de família, Estado e economia, mas com uma visão empobrecida da obra marxiana, diz que as afirmações culturais de Marx tornam sua teoria sem valor para o feminismo.

Marx e Engels apontam uma solução radical para a questão da opressão da mulher ao defender a necessidade de suprimir as condições que oprimem a mulher e que a tornaram um mero instrumento de produção, isto é, o fim do sistema capitalista e da família burguesa, na perspectiva de criação da sociedade comunista. Para Marx e Engels, “[...] a teoria dos comunistas pode ser resumida em uma sentença: abolição da propriedade privada” (MARX; ENGELS, 1998, p. 31). Eles destacam que não se trata da “[...] abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa” (MARX; ENGELS, 1998, p. 31).

Portanto, o fim da escravidão e mercantilização das crianças e das mulheres pelos homens na família está condicionado ao fim do capitalismo, da propriedade privada e da família burguesa: “A família burguesa irá desaparecer naturalmente quando seu complemento desaparecer e ambos irão desaparecer com o desaparecimento do capital” (MARX; ENGELS, 1998, p.37) ⁶⁸.

⁶⁸ Ao responder às críticas de que os comunistas querem criar uma comunidade de mulheres, Marx e Engels dizem que a comunidade de mulheres sempre existiu. Eles vêem o casamento burguês como uma espécie de prostituição privada, complementada pela prostituição pública e que o seu fim depende da dissolução da propriedade privada e do sistema capitalista: “O casamento burguês é, na realidade, um sistema de esposas em comum e assim, no máximo, a razão pela qual os comunistas poderiam ser condenados é que eles desejam introduzir, em substituição a algo hipocritamente oculto, uma comunidade de mulheres aberta e legal. Quanto ao resto, é evidente por si mesmo que a abolição do sistema atual de produção deve trazer consigo a abolição da comunidade de mulheres que brota desse sistema, ou seja, da prostituição pública ou privada” (MARX; ENGELS, 1998, p. 38).

A emancipação humana da mulher, assim como a do homem, supõe a supressão do capitalismo e a organização da sociedade comunista. Portanto, a real emancipação da mulher também encerra a emancipação da classe trabalhadora do domínio do capital.

Marx e Engels apreenderam alguns aspectos específicos da condição de opressão das mulheres na família pelos companheiros e no mercado de trabalho pelos capitalistas. O projeto de emancipação das mulheres era idêntico ao projeto de emancipação da classe trabalhadora, porém diferenciando-se com a proposta de liberação das mulheres do trabalho doméstico. No entanto, não se analisa a relação de opressão do sexo masculino sobre o feminino na sua particularidade.

Dessa forma, a tese marxiana é verdadeira, mas é insuficiente em face das reivindicações contemporâneas das mulheres pela igualdade entre os sexos, reconhecimento das diferenças culturais, autonomia e liberdade para as mulheres.

Portanto, diante do exposto, não se pode acusar o marxismo de negligenciar a reflexão sobre a questão das mulheres no contexto histórico das sociedades capitalistas, mas, ao contrário, reconhecer a sua contribuição para uma reflexão desnaturalizada, histórico-crítica e radical sobre a opressão das mulheres e as perspectivas para sua plena emancipação.

Alambert (1986), apesar de afirmar que Marx e Engels examinam a questão feminina de modo unilateral, somente no plano das relações econômicas de produção, ressalta que não se pode acusá-los de terem fugido do tema da mulher, pois o interesse de ambos, no contexto dos anos 40 do século XIX, era desenvolver a teoria da sociedade socialista, a partir do exame das relações de produção e do poder burguês e das condições para a transformação revolucionária, como único caminho para a libertação do ser humano. Marx e Engels captaram o aspecto mais geral da problemática da mulher, isto é, a intensa exploração das mulheres e seus filhos pela grande indústria, bem como também definiram estratégias gerais para sua libertação.

Entendemos que a reflexão de Marx e Engels se dá no plano da totalidade das relações de produção e reprodução social capitalistas. Corroborando com Andrade (2011), a contribuição mais importante da teoria marxista foi a sua perspectiva histórica, dialética e totalizante no trato da questão feminina.

Para Andrade (2011), é um erro atribuir ao marxismo uma postura teórica economicista em relação a questões de gênero, em que a dominação de gênero seria o resultado mecânico de alterações no modo de produção, subsumida à exploração de classe. Para ela, esta visão comum nos espaços acadêmicos é equivocada porque desconsidera a relação histórica que a tradição marxista guarda com os movimentos feministas desde o

século XIX, assim como omite a contribuição do marxismo para o embasamento de teorias que buscam desnaturalizar e historicizar as categorias e relações sociais.

A crítica à postura teórica economicista deve ser endereçada àqueles que fizeram uma leitura enviesada do pensamento de Marx e Engels e trataram a questão das mulheres como uma problemática apartada da totalidade social capitalista e de suas contradições de classes, geralmente vista como uma questão secundária e em oposição à luta de classes.

Nesse sentido, no próximo item veremos o tratamento teórico-político dado à questão da opressão/emancipação das mulheres pelos movimentos socialistas na passagem do século XIX ao XX, num contexto que demarca as divergências entre o feminismo e o socialismo.

Se é desnecessário sublinhar que Marx e Engels não tinham por objetivo analisar a opressão específica dos homens sobre as mulheres, não é demais registrar que naquele período, o movimento feminista ainda não havia apresentado sua agenda política em torno do reconhecimento das diferenças culturais e liberdade as mulheres, algo que só vai acontecer na sua plenitude no final dos anos 1960, com a chamada Segunda Onda feminista.

As particularidades da opressão feminina demandam a tarefa de analisar de modo sócio-histórico as relações de desigualdade entre homens e mulheres, cuja responsabilidade caberá as feministas socialistas e marxistas dos anos 1970, conforme discutiremos no 2º (segundo) capítulo deste trabalho.

2.2 A QUESTÃO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIALISTAS E MARXISTAS.

“O proletariado não pode lograr a liberdade completa sem conquistar a plena liberdade para mulher” (LENIN, 1980, p. 81).⁶⁹

Na Europa, no contexto das lutas sufragistas, na passagem do século XIX ao XX, as péssimas condições de vida da população feminina, marcadas pela superexploração da força de trabalho das mulheres, baixos salários, sem direitos sociais e miséria, puseram em evidência os limites do feminismo burguês, que restrito a lutas pela conquista da igualdade jurídica e de direitos entre homens e mulheres no interior da ordem do capital, não foi capaz de apreender as determinações sócio-econômicas da exploração e opressão das mulheres. Era

⁶⁹ Cf. LENIN, V. I. **Sobre a Emancipação da Mulher**. Tradução de Maria Celeste Marcondes. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1980.

evidente a distância entre a igualdade formal e a desigualdade real que atingia os cidadãos e as cidadãs, revelando o paradoxo da cidadania burguesa.

Os movimentos e as mulheres socialistas e marxistas tornaram-se uma opção política para o enfrentamento da opressão feminina. Puseram em questão a luta feminista sufragista burguesa, restrita à dimensão da emancipação política e buscaram articular a questão feminina à luta da classe proletária e ao projeto emancipatório socialista, a partir da compreensão marxista de que a emancipação das mulheres supõe a superação da ordem capitalista.

Nesta época, em que um segmento das lutas sufragistas foi protagonizado por um feminismo de ótica liberal, o feminismo era visto como um movimento burguês, especialmente nos meios socialistas.

Setores marxistas também enxergavam a organização das mulheres socialistas como uma prática política divisionista, que fragmenta a luta da classe proletária e desvia o foco do socialismo. Assim, instalam-se as tensões entre o marxismo e o feminismo, as quais ainda permanecem até hoje, sob novas configurações e aspectos teórico-políticos.

De outro lado, as mulheres socialistas, como Clara Zetkin, buscavam suscitar nos socialistas o apoio às causas das mulheres, algo que nem sempre ocorreu. Havia uma forte resistência de setores socialistas às lutas e reivindicações das mulheres, mesmo quando as reivindicações partiam das mulheres socialistas.

Zetkin (1976) deixou claro sua opinião sobre o papel central da classe proletária para a emancipação de toda a humanidade da exploração de classe, mas para isso, teve que ocultar suas preocupações feministas para participar da luta socialista. Ao se referir a importância histórica do livro de August Bebel – *“A Mulher e o Socialismo”* - para a participação das mulheres na luta socialista, ela se define como socialista e não como mulher: “E trago estas observações como camarada de partido e não como mulher” (ZETKIN, 1976, p. 107).

As mulheres socialistas reunidas na II Internacional (1889) ⁷⁰ e III Internacional (1919) ⁷¹ rejeitaram o termo “feminista”, por entender que o feminismo estava marcado pelos fundamentos burgueses das reivindicações de direitos.

⁷⁰ A II Internacional foi fundada em Paris em 1889, em que houve a unificação do movimento socialista.

⁷¹ A III Internacional Comunista foi criada pelo bolchevismo em 1919 e sepultada por Stálin em 1943. Nos congressos da III Internacional, nos quais eram discutidos e aprovados manifestos, teses e resoluções sobre questões importantes para a luta proletária comunista, como as Teses sobre as Questões Nacional e Colonial; a Questão Agrária; a Situação Mundial e a Tarefa da Internacional Comunista e Tática do Partido Comunista da Rússia. Foi aprovada uma Tese para a Propaganda entre as Mulheres durante o seu 3º Congresso, realizado no período de 22 de junho a 12 de julho de 1921, em Moscou. Cf. III INTERNACIONAL Comunista. **Manifestos, Teses e Resoluções do 3º Congresso. V. 3.** São Paulo: Brasil Debates Editora, 1989 (Cadernos de Formação Marxista, 5).

Para os (as) socialistas dessa época, a opressão feminina é essencialmente uma questão de classe, e que, portanto, a verdadeira emancipação das mulheres exige a superação do capitalismo. Denuncia-se o caráter ilusório do ideário burguês da liberdade, igualdade e fraternidade no capitalismo⁷², bem como os limites de uma luta feminista restrita a conquista de direitos e a igualdade jurídica entre homens e mulheres nos marcos do capitalismo.

Para Zetkin (1976), a obra de August Bebel (1840-1913), *A Mulher e o Socialismo/Women and Socialism*, publicada originalmente na Suíça em 1879, foi um acontecimento histórico, porque pela 1ª (primeira) vez esclareceu as relações que unem a questão feminina ao desenvolvimento histórico e afirmou que a conquista do futuro depende da participação das mulheres na luta socialista. O livro foi precursor da orientação revolucionária do movimento feminino proletário alemão e nos demais países onde as mulheres oprimidas e exploradas se alinharam ao socialismo.

Neste livro, Bebel ressalta as diferenças entre a interpretação burguesa e a do proletário-revolucionário sobre a problemática da mulher:

Se assim, este trabalho não tivesse outro objetivo, que é demonstrar a igualdade jurídica da mulher frente ao homem, *sobre o terreno da presente sociedade*, o abandonaria imediatamente. Mas, trata-se, pelo contrário, de encontrar o caminho para chegar a solução do problema, que é complexo, já que não tende somente a igualar juridicamente a mulher e o homem, senão também fazê-la *economicamente livre e independente do mesmo* e, na medida do possível, igual na mesma educação intelectual. Agora, uma vez que a solução total do problema, dado a atual ordem social e política, é tão impossível como o é a solução da questão operária, *o caminho que conduz para a solução da questão da mulher será o mesmo que nos conduzirá a resolver a questão operária*. (BEBEL, 1879 apud ZETKIN, 1976, p. 95-96, grifos nossos, tradução nossa).⁷³

Mas o movimento socialista não desprezou as reivindicações femininas pela emancipação política, como, por exemplo, o direito ao voto e a total igualdade jurídica entre

⁷² Segundo Bebel (1879), “aquilo que a sociedade burguesa pedia em vão, e no qual fracassou e devia fracassar, ou seja, em conseguir a liberdade, a igualdade e a fraternidade, que se conseguirá no socialismo” (BEBEL, p. 427 apud ZETKIN, 1976, p. 96, tradução nossa). Texto original: “aquello que la sociedad burguesa pedía en vano, y en locual fracasó y debía fracasar, o sea, en conseguir la libertad, la igualdad y la fraternidad, se conseguirá en el socialismo” (BEBEL, 1879, p. 427 apud ZETKIN, 1976, p. 96).

⁷³ Texto original: Si por tanto este trabajo no tuviese outro objetivo que el de demostrar la igualdad jurídica de La mujer frente al hombre, *sobre el terreno de la presente sociedad*, ló abandonaria inmediatamente. Pero se trata, por el contrario, de encontrar el camino para llegar a la solución del problema, el cual es complejo, ya que no tiende solamente a igualar jurídicamente a la mujer y al hombre, sino también ha hacerla *económicamente libre e Independiente Del mismo* y, em la medida de ló posible, igual al mismo em educación intelectual. Ahora bien, ya que la solución total del problema, dado el actual orden social y político, es tan imposible como lo es la solución de la cuestión obrera, *El camino que conduce a resolver la cuestión de La mujer será el mismo que nos conducirá a resolver la cuestión obrera* (BEBEL, 1879 apud ZETKIN, 1976, p. 95-96, grifos nossos)

os sexos. Buscou articular a luta pela emancipação política das mulheres ao horizonte de emancipação humana defendido pelo socialismo.

Bebel não postergou a reivindicação pela igualdade sexual para um Estado futuro. Ele defendeu o direito de voto para ambos os sexos no Congresso para unificação em Gotha (1875) e proclamou a luta por uma plena equiparação do sexo feminino como um componente da luta do proletariado e como uma tarefa do presente, em que o proletariado masculino e as mulheres devem perseguir o socialismo e sua emancipação (ZETKIN, 1976).

Clara Zetkin (1857-1933)⁷⁴ também considera como legítimas as reivindicações pela conquista da igualdade entre homens e mulheres, como o direito ao voto, à educação e ao trabalho. Entretanto, ela destaca que a luta principal das mulheres socialistas deveria ser contra a sociedade capitalista. A mulher proletária não deve se unir ao movimento feminino burguês, mas estabelecer alianças com o proletariado. A luta não deve ser pela livre concorrência da mulher com o homem no capitalismo, mas contra a exploração da mulher proletária, para que ela possa conquistar seus direitos de esposa e mãe.

Para Zetkin, a conquista dos direitos para as mulheres representa um instrumento para um objetivo maior, qual seja, lutar em condições de igualdade ao lado dos proletários pelo socialismo. Sob esta ótica, o acesso aos direitos não é o fim da luta, mas um meio para fortalecer a luta socialista e a condição da mulher como sujeito político revolucionário. Portanto, a luta pela conquista de direitos no campo da emancipação política faz parte de uma estratégia socialista, cuja finalidade é a conquista do socialismo e da emancipação humana.

Lênin (1870-1924) também assegura que a verdadeira emancipação da mulher só ocorrerá com o fim da propriedade privada e a construção da economia socialista, mas ele não deixou de apontar alguns passos para a conquista da emancipação da mulher, como a participação feminina no mercado de trabalho, a igualdade jurídica entre os sexos e as medidas libertárias que foram implantadas pela revolução russa com a criação de estabelecimentos públicos e coletivos, tais como cozinha, restaurante, lavanderia, creche, orfanato, legislação trabalhista, entre outras. Ele enfatiza a necessidade da mulher livrar-se do

⁷⁴ Clara Zetkin (1857-1933) contribuiu com a organização do movimento feminino proletário. Ela participou dos Congressos da II Internacional (1889), em que defendeu os direitos das mulheres - dentro e fora do movimento dos trabalhadores -, bem como a perspectiva da luta de classes contra o crescente reformismo do partido social-democrata alemão. Clara Zetkin uniu-se a Rosa Luxemburgo na luta política contra o reformismo. Ela organizou a esquerda da socialdemocracia alemã, que mais tarde confluiu para o partido comunista alemão. Foi fundadora da II Internacional (1889) e uma das mais eminentes representantes da III Internacional. Foi editora do jornal feminino socialdemocrata "*Die Gleichheit*" (*Equality/Igualdade*). Em 1920, Clara Zetkin foi eleita presidente do Movimento Internacional das Mulheres Socialistas. Cf. Nota Biográfica, 1976 In: ZETKIN, Clara. **La cuestión femenina y la lucha contra el reformismo**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

trabalho doméstico e participar no trabalho produtivo de uma economia coletiva como condição fundamental para sua emancipação.

Lênin ressaltou os avanços que a revolução russa promoveu para a igualdade entre os sexos no pós-1917, em que a mulher conquistou um grau de paridade com o homem jamais alcançado em qualquer país capitalista, como o direito ao aborto, ao divórcio, a terra, a educação, creche para os filhos e a legislação igualitária. Porém assegura que isso ainda é insuficiente para sua efetiva emancipação.

A verdadeira *emancipação da mulher* e o verdadeiro comunismo não começarão senão onde e quando começa a luta em massa (dirigida pelo proletariado, dono do poder do Estado) contra esta pequena economia doméstica, ou mais exatamente, sua *transformação massiva* em uma grande economia socialista (LENIN, 1980, p. 66, *grifos originais*)⁷⁵.

No folheto “*O DIA INTERNACIONAL DA OPERÁRIA*”, ele ressaltou que o 1º (primeiro) passo em direção à emancipação da mulher é suprimir a desigualdade da mulher e do homem diante da lei. E afirma que o poder soviético suprimiu a desigualdade no direito matrimonial e familiar, a desigualdade no que diz respeito aos filhos. Mas destacou que o 2º (segundo) passo é o principal:

O segundo passo, o principal, foi a abolição da propriedade privada da terra e das fábricas. Assim, e somente assim abre-se o caminho para a emancipação completa e efetiva da mulher, para a libertação da ‘escravidão caseira’ pela passagem da pequena economia doméstica individual à grande e socializada (LENIN, 1980, p. 86).

Lênin critica o caráter convencional dos direitos no capitalismo, mas isto não o impediu defender a educação das massas na luta por direitos como algo imprescindível para a instauração do socialismo. No artigo, “*Por ocasião do Dia Internacional da Operária*”, diz que “O capitalismo combina a igualdade formal com a desigualdade econômica e, portanto, social” (LENIN, 1980, p. 82). Já a república soviética acabou com todos os restos da desigualdade jurídica da mulher e assegurou a ela plena igualdade ante a lei. Porém, ele enfatiza que a luta pela igualdade formal é insuficiente:

⁷⁵ Cf. LENIN, V. I. Ver “Do artigo UMA GRANDE INICIATIVA (O heroísmo dos operários na retaguarda. Os “sábados comunistas”). In: **SOBRE a Emancipação da Mulher**. Traduzido por Maria Celeste Marcondes. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.p. 65-67.

A tarefa principal do movimento operário feminino consiste na luta pela igualdade econômica e social da mulher e não somente pela igualdade formal. A tarefa principal é incorporar a mulher no trabalho social produtivo, arrancá-la da ‘escravidão do lar’, liberá-la da subordinação – embrutecedora e humilhante – ao eterno ambiente da cozinha e dos quartos das crianças (LENIN, 1980, p. 83).

Lênin não desprezava a luta por direitos. Em “*Do artigo sobre a caricatura do marxismo e o ‘economismo imperialista’*” (LENIN, 1980, p.41-44), ele diz que o direito ao divórcio no capitalismo é limitado, que a realização dos direitos no capitalismo é convencional, “[...] porém, sem esta proclamação, sem a luta pela concessão imediata dos direitos, sem a educação das massas no espírito de tal luta, o socialismo é *impossível*” (LENIN, 1980, p. 43-44). Dessa forma, a luta por direitos não tinha por objetivo apenas as conquistas sociais, pois buscava contribuir com o processo de conscientização e politização da classe trabalhadora na direção ao socialismo.

Conforme vimos, as reflexões de Zetkin e Lênin estabeleceram uma relação entre emancipação humana e emancipação política, em que a luta por direitos alcança legitimidade política, mas tem como horizonte a construção de uma consciência política na perspectiva do socialismo. Em relação à emancipação das mulheres, esta concepção permitiu a defesa da igualdade de direitos entre mulheres e homens atrelada à emancipação proletária e, portanto, à emancipação humana.

Mesmo reconhecendo a existência de diferentes situações de opressão vividas pelas mulheres das classes burguesas e proletárias, Zetkin entendia que a solução para a emancipação das mulheres é a mesma para a emancipação da classe proletária.

Esta afirmação está baseada numa verdade histórica bem intuída, porém mal demonstrada: ou seja, que do mesmo modo em que só é possível a emancipação do proletariado mediante a eliminação das relações de produção capitalistas, também a emancipação da mulher só é possível através da abolição da propriedade privada (ZETKIN, 1976, p. 59, tradução nossa).⁷⁶

Em “*A contribuição da mulher proletária é indispensável para a vitória do socialismo*” (Zetkin, 1976), discurso pronunciado no Congresso de Gotha do partido social-democrata alemão, em 16 de outubro de 1896, Zetkin reiterou o ponto de vista marxiano sobre as origens da opressão da mulher e os caminhos para sua emancipação.

Ela recuperou a ideia de que a opressão da mulher coincide com o surgimento da propriedade privada, segundo as reflexões de Bachofen e Morgan, as quais foram

⁷⁶ Texto original: “Esta afirmación está basada en una verdad histórica bien intuída, pero mal demostrada: o sea, que del mismo modo en que sólo es posible la emancipación del proletariado mediante la eliminación de las relaciones de producción capitalistas, también la emancipación de lamujer sólo es posiblea través de la abolición de la propiedad privada”(ZETKIN, 1976, p. 59).

incorporadas por Engels. Reafirmou o pensamento de Engels sobre a 1ª (primeira) contradição de classe, que é aquela existente entre o homem (burguês / possuidor) e a mulher (proletária / não-possuidora) na família. Mostra que a questão feminina moderna surgiu a partir do modo de produção capitalista, que possibilitou a entrada da mulher na produção para garantir sua sobrevivência, assim como gerou uma consciência a respeito da falta de direitos. E defendeu a alternativa socialista como único caminho para solucionar a questão feminina.

Só a sociedade socialista poderá resolver o conflito provocado em nossos dias pela atividade profissional da mulher. Se a família enquanto unidade econômica desaparece, e em seu lugar se forma a família como unidade moral, a mulher será capaz de promover sua própria individualidade em qualidade de companheira ao lado do homem, com iguais direitos jurídicos, profissionais e reivindicativos e, com o tempo, poderá assumir plenamente sua missão de esposa e de mãe⁷⁷ (ZETKIN, 1976, p. 110, tradução nossa).⁷⁸

No Congresso de Copenhague, em 1910, Zetkin propôs a celebração de uma jornada internacional da mulher, dando origem ao principal dia de luta do movimento de mulheres no mundo, o Dia Internacional da Mulher. Conforme revelou o estudo de González (2010), a verdadeira origem do Dia Internacional da Mulher remete as manifestações das mulheres na Rússia, no dia 8 de março de 1917 (23 de fevereiro segundo o antigo calendário russo). Foram estas manifestações que motivaram a escolha do dia 8 de março como a data comum para a comemoração do dia internacional das mulheres, alguns anos depois. A confluência das comemorações do dia internacional das mulheres com a greve das operárias têxteis e a revolta das mulheres com a escassez de alimentos foi o estopim da revolução de fevereiro de 1917 na Rússia. Assim, o Dia Internacional da Mulher passou a ser comemorado em 8 de março para relembrar a ação das mulheres na história da revolução russa. A decisão de unificação da data foi tomada na Conferência das Mulheres Comunistas, coincidindo com o congresso da III Internacional, realizado em Moscou, em 1921⁷⁹.

⁷⁷ Em várias passagens do livro, Zetkin parece reiterar os papéis tradicionais da mulher como esposa e mãe.

⁷⁸ Texto original: “Sólo la sociedad socialista podrá resolver El conflicto provocado en nuestros días por la actividad profesional de la mujer. Si la familia en tanto que unidad económica desaparece, y en su lugar se forma la familia como unidad moral, la mujer será capaz de promover su propia individualidad en calidad de compañera al lado Del hombre, con iguales derechos jurídicos, profesionales y reivindicativos y, con El tiempo, podrá asumir plenamente su misión de esposa y de madre” (ZETKIN, 1976, p. 110).

⁷⁹ González (2010) esclarece que parte dessa história ficou esquecida durante anos. A partir da década de 1930, o stalinismo corrompeu o sentido de luta do 8 de março, transformado-o durante longos anos em festa de exaltação da maternidade, em defesa da paz e da pátria soviética. As reivindicações das mulheres e a busca da igualdade foram deixadas para trás, assim como foram destruídas várias das conquistas iniciadas com a revolução de 1917. Após os anos 60 foram contadas novas versões para o 8 de março, principalmente a história do incêndio que provocou a morte de uma centena de operárias no EUA, fato que realmente ocorreu, mas sua história não se vincula à proposição de um dia de luta das mulheres, nem à definição da data de sua comemoração.

De outro lado, além de defender a imprescindível participação das mulheres na luta proletária para a vitória do socialismo, Zetkin e Lenin entendiam que a luta da classe proletária deve assumir a luta pela verdadeira emancipação das mulheres e pelo fim das discriminações sexuais. No folheto “*Às Operárias*”, Lenin insere a luta pela plena liberdade da mulher como parte da luta proletária e coloca a demanda das mulheres pela liberdade para o movimento socialista. Assim afirma Zetkin (1976):

Porque, se o proletariado só pode conquistar sua plena emancipação graças a uma luta que não faça discriminações de nacionalidade ou de profissão, só poderá alcançar seu objetivo se não tolera nenhuma discriminação de sexo. A inclusão das grandes massas de mulheres proletárias na luta de libertação do proletariado é uma das condições necessárias para a vitória das idéias socialistas, para a construção da sociedade socialista (ZETKIN, 1976, p. 110, tradução nossa).⁸⁰

Apesar de Bebel, Zetkin e Lenin reconheceram as demandas pela liberdade plena para as mulheres e pelo fim da discriminação sexual, as quais deveriam ser incorporadas ao movimento socialista, eles subordinaram a luta das mulheres à luta socialista, relegando a organização das mulheres a um segundo plano.

Os (as) socialistas apresentaram como orientações gerais para o movimento feminino proletário a necessária exclusão dos interesses específicos do universo feminino, isto é, das reivindicações feministas, rejeitando a organização de um movimento autônomo das mulheres.

O princípio-guia deve ser o seguinte: nenhuma agitação especificamente feminista, mas agitação socialista entre as mulheres. Não devemos por em primeiro plano os interesses mais mesquinhos do mundo da mulher: nossa tarefa é a conquista da mulher proletária para a luta de classe. Nossa agitação entre as mulheres não inclui tarefas especiais. As reformas que se devem conseguir para as mulheres dentro do sistema social existente já estão incluídas no programa mínimo de nosso partido. A agitação entre as mulheres deve unir-se aos problemas de importância prioritária para todo o movimento proletário. a tarefa principal consiste na formação da consciência de classe na mulher e seu compromisso ativo na luta de classes (ZETKIN, 1976, p. 107, grifos nossos).⁸¹

⁸⁰ Texto original: “Puesto que si el proletariado solo puede conquistar su plena emancipación gracias a una lucha que no haga discriminaciones de nacionalidad o de profesión, solo podrá alcanzar su objetivo si no tolera ninguna discriminación de sexo. La inclusión de las grandes masas de mujere sproletarias em la lucha de liberación del proletariado es una de lãs premisas necesarias para la victoria de lãs ideas socialistas, para la construcción de la sociedad socialista”(ZETKIN, 1976, p. 110).

⁸¹ Texto original: “*El principio-guía debe ser El siguiente: ninguna agitaciónespecíficamente feminista, sino agitación socialista entre lãs mujeres. No debemos poner en primer plano lós intereses más mezquinos Del mundo de la mujer: nuestra tarea es la conquista de la mujer proletaria para la lucha de clase. Nuestra agitación entre lãs mujeres no incluye tareas especiales.* Las reformas que se deben conseguir para lãs mujeres em el seno del sistema social existente ya están incluídas em el programa mínimo de nuestro partido. La agitación entre lãs mujeres debe unirse a los problemas que revisten una importancia prioritaria para todo El movimiento proletario. La tarea principal consiste em la formación de la consciencia de clase en la mujer y su compromiso activo en la lucha de clases” (ZETKIN, 19676, p. 107, grifos nossos).

Zetkin não desconsiderou a existência de questões específicas das mulheres de todas as classes sociais. Nas conversações com Lênin, Zetkin tenta convencê-lo sobre a existência de questões sexuais e matrimoniais do regime de propriedade privada que causam sofrimento para mulheres de todas as classes sociais, destacando a necessidade de uma análise sobre a superestrutura ideológica e de uma nova concepção⁸².

Lênin criticou a organização específica das mulheres, tal como defendia Clara Zetkin inicialmente, posto que para ele, a tarefa principal naquele momento era a luta pelo socialismo. Nas suas memórias sobre Lênin, Clara Zetkin relatou que Lênin via o movimento feminino como parte de um movimento de massas e decisivo, afirmando que sem as mulheres a revolução não teria vencido. Ele diz que a prioridade é organizar as operárias, que naquele momento todos os pensamentos das operárias devem estar concentrados na revolução proletária, pois ela criará a base para uma renovação efetiva das condições do matrimônio e das relações entre os sexos.

Nesse relato, Lênin diz que é uma falha de Clara dar preferência aos problemas sexuais e do matrimônio nas discussões com as operárias e diz que essa preocupação é eminentemente burguesa, que no partido e no conjunto do proletariado com consciência de classe e combativo não há lugar para isso. Argumenta que o primeiro Estado da ditadura proletária é lutar contra os contra-revolucionários de todo o mundo e que a situação na Alemanha exige maior coesão⁸³.

Mas o pensamento de Lênin sobre a prioridade da luta socialista em face das reivindicações específicas das mulheres deve ser contextualizado. Ao participar ativamente da revolução russa de 1917, Lênin se deparou com os desafios para a consolidação do socialismo diante do crescimento do capitalismo industrial na Europa. Ele percebia que sem a participação da imensa força de trabalho feminina não seria possível a estabilização da

⁸² “Ao chegar aqui fiz a observação de que as questões sexuais e do matrimônio, sob a dominação da propriedade privada e do regime burguês dão origem, de maneira urgente, a múltiplas tarefas, conflitos e sofrimentos para as mulheres de todas as classes e camadas sociais” (ZETKIN, 1980, p. 104). Cf. Zetkin, Clara. Das memórias sobre Lenin. Do CADERNO DE NOTA. In: LENIN, V. I. **Sobre a Emancipação da Mulher**. Traduzido por Maria Celeste Marcondes. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1980.

⁸³ Lênin pergunta se Clara Zetkin pode dar a garantia de que nas discussões com as operárias, os problemas sexuais e do matrimônio são examinados do ponto de vista de um materialismo histórico consequente. Afirma que isso pressupõe um domínio marxista muito preciso de um material enorme e questiona qual a consequência de um exame insatisfatório e não marxista da questão, e critica respondendo que os problemas sexuais e do casamento não são concebidos como parte do problema social, que é o principal. O problema social aparece como um apêndice do problema sexual e esclarece que isso confunde a consciência de classe das operárias: “Em poucas palavras, conservo a minha opinião de que este procedimento de educação política e social das operárias é errado, completamente errado! Você devia ter oposto a tudo isso sua autoridade” (LENIN, 1980, p.106). E para finalizar o debate, Clara diz que as questões sexuais e do matrimônio já não são os pontos centrais nos círculos e nas noites de discussão (ZETKIN, 1980).

nascente sociedade socialista. Conforme Barroco (2001), este era um contexto revolucionário marcado pela necessidade de organizar as massas e ampliar sua consciência de classe para a conquista do poder.

Para Lenin, a mulher é um instrumento da revolução. Ela é importante para a luta de classes do proletariado e para sua missão histórico-criadora: a organização da sociedade comunista. Dessa forma, não é necessária uma organização especial de mulheres comunistas. A luta pelos direitos da mulher tem que estar vinculada ao objetivo fundamental: a conquista do poder e a instauração da ditadura do proletariado.

A necessidade de priorizar a luta proletária na Europa, particularmente a vitória do socialismo na então URSS, levou a uma instrumentalização da teoria para atender a fins políticos. Trata-se de um pensamento originado no meio do movimento socialista, portanto, mais comprometido e voltado para a construção prática do socialismo, ou seja, elaborado para servir de instrumento à luta proletária. Do ponto de vista político, foi uma contribuição crítica e extremamente importante para o pensamento socialista sobre a questão da opressão/emancipação das mulheres, mas caracteriza-se por uma elaboração de caráter político.

Tal entendimento produziu uma visão segundo a qual a emancipação das mulheres seria uma decorrência mecânica da emancipação humana universal. Dessa forma, negou-se a organização específica das mulheres, assim como a análise sobre as relações de opressão homem-mulher foi negligenciada.

Esta visão foi utilizada para fortalecer a prioridade da luta proletária de classes em detrimento das lutas das mulheres, sob o argumento de que a luta feminista desvia e fragmenta a luta da classe trabalhadora em direção ao socialismo. Nessa perspectiva destaca Alambert (1986):

A base teórica de uma necessária conexão entre a emancipação dos deserdados e a superação política do sistema capitalista baseado na propriedade privada e no trabalho alienado é elemento constitutivo da teoria marxista da emancipação da mulher. Nesta conexão se baseia a sua superioridade sobre outras teorias emancipacionistas até então aventadas. É claro que isto trouxe consigo um perigo latente que, afinal, irrompeu em cena na elaboração teórica dos marxistas que se seguiram a Marx e Engels: o perigo de que os problemas particulares da mulher se tornassem teórica e praticamente descuidados por parte da revolução, porque os problemas particulares dos grupos individualizados ficavam subordinados ao interesse comum de todos os oprimidos (ALAMBERT, 1986, p. 17-18).

Tal interesse político pela causa socialista encontrou uma teoria que lhe serviu de sustentação. Predominava no movimento socialista de então uma visão mecânica que entendia

as transformações na esfera da cultura e dos valores como uma decorrência imediata da superação do modo de produção capitalista. No período depois de Marx observou-se uma interpretação reducionista do seu pensamento, o que também influenciou o debate sobre a questão da emancipação das mulheres.

Neste período da luta socialista havia uma leitura positivista e vulgar do pensamento marxiano, testemunhada com a presença de um marxismo positivista e economicista no interior da II Internacional (1889) e III Internacional (1919-1943).

De acordo com Netto (2011), a II Internacional (1889) ⁸⁴ esteve contaminada pela influência positivista, que foi agravada pela incidência neopositivista na III Internacional (1919-1943), culminando na ideologia stalinista⁸⁵. Dessas influências resultou uma representação simplista da obra marxiana, especialmente quanto à compreensão das leis da dialética, do método de Marx limitado a uma idéia de aplicação do método e da análise econômica que gera de forma mecânica o sistema político e as formas culturais.

Sobre esta base surgiu farta literatura manualesca, apresentando o método de Marx como resumível nos “princípios fundamentais” do materialismo dialético e do materialismo histórico, sendo a *lógica dialética* “aplicável” indiferentemente à natureza e à sociedade, bastando o conhecimento das suas leis (as célebres “leis da dialética”) para assegurar o bom andamento das pesquisas. Assim, o conhecimento da realidade não demandaria os sempre árduos esforços investigativos, substituídos pela simples “aplicação” do método de Marx, que haveria de “solucionar” todos os problemas: uma análise “econômica” da sociedade forneceria a “explicação” do sistema político, das formas culturais etc. (NETTO, 2011, p. 12-13, *grifos originais*).

Nesses manuais, Marx é apreendido como um teórico fatorialista, isto é, aquele que situa o “fator econômico” como único determinante em relação aos fatores sociais, culturais, etc. (NETTO, 2011).

Conforme Netto (1995), essas interpretações equivocadas também fizeram Marx recusar o rótulo de marxista. Além das leituras enviesadas, Netto (1995) também chama a atenção para o caráter plural, diverso e até colidente das elaborações baseadas no pensamento

⁸⁴ Os principais pensadores da II Internacional foram Plekhanov e Kautsky. (NETTO, 2011) Aqui o marxismo experimentou seu primeiro período de institucionalização. A II Internacional foi marcada por disputas de concepções e polêmicas no marco da social-democracia, mas não eliminou a hegemonia da vertente marxista representada por Plekhanov e Kautsky (NETTO, 1995)

⁸⁵ No âmbito da III Internacional, a concorrência entre diferentes vertentes do marxismo prosseguiu até a segunda metade dos anos 1920, até a emergência do stalinismo, com a *bolchevização*. A dominância da fração stalinista no Estado-partido soviético impediu a concorrência entre vertentes do marxismo, em que o *marxismo-leninismo* emerge como discurso institucional do Estado-partido soviético, impondo-se como o *marxismo oficial* no movimento comunista, mas não deixou de encontrar resistências. “Amálgama de recuperações vulgarizadas da obra de Marx com elementos típicos do cientificismo positivista, o chamado marxismo-leninismo reclamou-se saber absoluto e como tal chancelou tanto uma paralisia teórico-ideal quanto as cambiantes linhas táticas do pragmatismo da autocracia stalinista” (NETTO, 1995, p. 27).

de Marx e Engels, algo que indica a necessidade do reconhecimento da existência de uma tradição marxista, formada por diversas vertentes teóricas concorrentes⁸⁶.

Essas interpretações equivocadas fizeram Engels responder, em Carta a Bloch (1989), se posicionando contra essa deformação de considerar o fator econômico como o único determinante, “[...] recordando que Marx e ele sustentavam a tese segundo a qual *a produção e a reprodução da vida real apenas em última instância* determinavam a história, [...]” (NETTO, 2011, p. 14).

[...] De acordo com a concepção materialista da história, o fator que em *última instância* determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu jamais afirmamos mais que isto. Se alguém o tergiversa, fazendo do fator econômico o *único* determinante, converte esta tese numa frase vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos fatores da superestrutura que se erguem sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as Constituições que, depois de ganha uma batalha, a classe triunfante redige etc., as formas jurídicas e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais na cabeça dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o seu desenvolvimento ulterior até a sua conversão num sistema de dogmas – exercem também sua influência sobre o curso das lutas históricas e determinam, em muitos casos predominantemente, a sua *forma* (ENGELS, 1890, p. xx, *grifos originais*)⁸⁷.

Nesse período, Alexandra Kolontai (1872-1952)⁸⁸ já criticava a relação mecânica entre estrutura e superestrutura presente no movimento e no pensamento socialista de então. Ela rejeitou a visão que concebe a moral sexual proletária como uma “superestrutura”, na qual qualquer mudança nesta última esfera era percebida como uma consequência direta de uma nova ordem econômica.

Conforme Álvarez (2003), ela questionou essa visão “marxista” que mantém os problemas do amor e da relação entre os sexos como problemas de “superestrutura” e que se solucionarão quando mudar a base econômica da sociedade. Ela também se distanciou de qualquer previsão otimista sobre a solução da crise sexual na sociedade capitalista. Para ela, o proletariado necessita de uma ideologia própria, criar novos valores e hábitos de vida, isto é, realizar uma revolução humana que não pode ser remetida para depois do triunfo político. Ela esteve à frente do seu tempo ao dizer que não basta descobrir a origem da subordinação da

⁸⁶ “Marx inaugurou uma *tradição teórico-intelectual e política* que, sem prejuízo de nítidos supostos e premissas comuns, foi sempre diversificada, plural, problemática e, por vezes, colidente. Composta por desenvolvimentos, desdobramentos, acréscimos, reduções, revisões, interpretações etc., em face de sua fonte original, esta tradição (que me parece, legitimamente, deve ser designada como *tradição marxista*) configurou/configura um bloco cultural extremamente complexo e diferenciado, no interior do qual se estruturam e se movem vertentes que concorrem entre si” (NETTO, 1995, p. 27, *grifos originais*).

⁸⁷ ENGELS, F. F. Engels a J. Bloch, 21-22 de setembro de 1890. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cultura, arte e literatura**. Textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2010.p. 103-104.

⁸⁸ Revolucionária da Rússia, ela participou do governo socialista e foi a 1ª (primeira) mulher do mundo a ocupar um cargo de ministra de Estado, como Comissária de Saúde do Governo Soviético, após a tomada do poder pelos bolcheviques.

mulher para encontrar uma estratégia de libertação (visão de Engels e postura hegemônica na época). Sua tese está próxima do neofeminismo dos anos 1970, pois para ela, a anulação da origem da opressão não elimina a natureza da opressão na sua forma atual. Para Kollontai, qualquer estratégia dirigida à efetiva emancipação das mulheres tem de partir da análise da situação da mulher na sociedade atual, considerando o trabalho, a família e as relações entre os sexos (ÁLVAREZ, 2003).

Kolontai manteve o ponto de vista marxista sobre a necessidade de formação de uma sociedade socialista para a conquista da verdadeira emancipação das mulheres, mas não desprezou a necessidade de transformações na dimensão cultural e dos valores no momento presente, para modificar os comportamentos patriarcais, principalmente dos homens proletários e socialistas, visando o estabelecimento da igualdade sexual e de novas relações entre os sexos.

Ela chama a atenção para a necessidade de começar a construir uma nova moral no presente, e não simplesmente esperar pela chegada da nova sociedade para iniciar o processo de transformação das relações entre os sexos.

Portanto, basta pronunciar as expressões ética proletária e moral proletária, para escapar da trivial argumentação: a moral sexual proletária não é no fundo mais do que uma superestrutura. Enquanto não se experimenta a total transformação da base econômica, não pode haver lugar para ela. Como se uma ideologia, seja qual for o seu gênero, não se formasse até que se produzisse a transformação das relações econômico-sociais necessárias para assegurar o domínio da classe que a gerou! A experiência da história ensina que a ideologia de um grupo social e, conseqüentemente, a moral sexual se elaboram durante o próprio processo da luta contra as forças sociais que se opõem (KOLONTAI, 2007, p. 71).

Com base em Foremann (1979), Álvarez (2003) mostra que Kollontai foi a teórica russa que articulou de forma mais sistemática feminismo e marxismo: “foi a única dos dirigentes bolcheviques a integrar teoricamente na luta revolucionária os problemas da sexualidade e a opressão da mulher” (FOREMANN, 1979, p. 43 apud ÁLVAREZ, 2003, p. 532).

Ela não se limitou a incluir a mulher na revolução apenas por um critério quantitativo, devido à grande presença das mulheres na força de trabalho, como pensou Zetkin, mas definiu o tipo de revolução que a mulher necessita. Para Kollontai, a abolição da propriedade privada e a incorporação da mulher na produção eram insuficientes para a efetiva emancipação da mulher, e por isso, defendeu a necessidade de uma revolução da vida cotidiana e dos costumes e uma nova relação entre os sexos. Sem essas mudanças, não se poderia falar realmente em revolução socialista (ÁLVAREZ, 2003).

Por isso, na sua teoria não tem sentido falar de ‘um adiamento’ de libertação da mulher; em todo caso, haveria que falar de um adiamento da revolução. De fato, Kollontai teve numerosos confrontos com seus camaradas homens e com todos os que, com uma hostil indiferença, negavam a necessidade de uma luta específica e defendiam que as mudanças relativas à emancipação da mulher eram uma simples questão de superestrutura (ÁLVAREZ, 2003, p. 531).

Suas ideias apresentam um forte conteúdo ético, pois apresentam o “*dever ser*” da situação da mulher no socialismo. No artigo “*A nova mulher e a moral sexual*”, escrito em 1918, um ano após a revolução russa, ela faz uma crítica ao problema do amor e à posição da mulher na sociedade burguesa, uma vez que a mulher era vista como propriedade, instrumento de prazer e de reprodução e simples reflexo do marido, sem autonomia.

Para Kolontai (2007), são fatores da crise sexual, o individualismo, o direito de propriedade de um ser sobre o outro e o preconceito secular da desigualdade entre os sexos em todas as esferas da vida. Para ela, a família monogâmica, baseada no conceito de propriedade, é a base da estabilidade social da burguesia⁸⁹.

Ela apreende a desigualdade entre os sexos como desigualdade de direitos e desigualdade no valor das sensações psicofisiológicas dos sexos. Destaca que a nova mulher, independente e que ela denomina de celibatária⁹⁰, começou a surgir como consequência do próprio desenvolvimento do capitalismo, mas que só a transformação das bases econômicas da sociedade poderá modificar a velha moral sexual. A mulher da classe operária não ficou restrita ao espaço doméstico, ela foi para o espaço público do mercado de trabalho, assumindo uma postura semelhante a do homem, o que fortaleceu a consciência de sua independente individualidade. Para ela, o capitalismo contribuiu com o surgimento da mulher moderna.

Ao arrancar do lar, do berço, milhares de mulheres, o capitalismo converte essas mulheres submissas e passivas, escravas obedientes dos maridos, num exército que luta pelos seus próprios direitos e pelos direitos e interesses da comunidade humana. Desperta o espírito de protesto e educa a vontade. Tudo isto contribui para que se desenvolva e fortaleça a individualidade da mulher (KOLONTAI, 2007, p. 20-21).

Para Kolontai (2007), há uma identificação entre a ideologia da classe operária e a personalidade da mulher de novo tipo, as quais estão em processo de constituição no contexto da recente experiência revolucionária.

⁸⁹ “Além do individualismo extremado, defeito fundamental da psicologia da época atual, de um egocentrismo transformado em culto, a crise sexual agrava-se muito mais com outros dois fatores da psicologia contemporânea: a ideia do direito de propriedade de um ser sobre o outro e o preconceito secular da desigualdade entre os sexos em todas as esferas da vida” (KOLONTAI, 2007, p. 58).

⁹⁰ O novo tipo de mulher, as celibatárias, é independente e prioriza o trabalho em detrimento do amor: “[...] na mulher moderna, a paixão e o amor constituem apenas uma parte de sua vida, cujo verdadeiro conteúdo é algo mais sagrado e a cuja realização se entrega, isto é, um ideal social, o estudo da ciência, uma vocação ou o trabalho criador”(KOLONTAI, 2007, p. 111).

No meio operário, não há nem podem existir conflitos agudos entre a psicologia da mulher do novo tipo, em formação, e a ideologia de sua classe. Tanto sua psicologia em formação como sua ideologia de classe encontram-se em um processo de formação, em fase de desenvolvimento. O novo tipo da mulher, que é interiormente livre e independente, corresponde, plenamente, à moral que elabora o meio operário no interesse de sua própria classe. A classe operária necessita, para a realização de sua missão social, de mulheres que não sejam escravas. Não quer mulheres sem personalidade, no matrimônio e no seio da família, nem mulheres que possuam as virtudes femininas – passividade e submissão (KOLLONTAI, 2007, p. 23).

Enfim, as ideias desenvolvidas por Alexandra Kollontai representaram um avanço em relação ao pensamento socialista sobre a emancipação da mulher de sua época, apresentado nas visões de Bebel, Zetkin e Lenin. Ela reconheceu as particularidades da condição das mulheres e das relações de opressão dos homens sobre as mulheres no contexto da sociedade capitalista, analisando-as teoricamente; criticou a instrumentalização da luta das mulheres pelo movimento socialista e o tratamento mecânico da relação entre estrutura e superestrutura, responsável pela subordinação da questão das mulheres à luta geral da classe trabalhadora.

Apesar dessas críticas às leituras instrumentais e economicistas do pensamento de Marx e Engels e da contribuição teórico-política de Alexandra Kollontai, ainda persiste na atualidade uma análise economicista sobre a questão das mulheres no capitalismo.

Para um segmento de mulheres socialistas, a opressão e a emancipação das mulheres encerram exclusivamente uma questão de classe social. Reiteram a visão segundo a qual a emancipação feminina seria uma decorrência natural e imediata da superação do capital e de suas classes antagônicas. A partir dessa visão, as lutas feministas ficam relegadas a um segundo plano, assim como as análises sobre as questões particulares das mulheres são tratadas de modo superficial ou até mesmo negadas.

São elaborações que prescindem das mediações necessárias a apreensão das particularidades das relações de opressão entre os sexos.

O que há de comum na bibliografia contemporânea é a visão de que a origem da opressão da mulher é econômica, posto que coincide com a instauração da propriedade privada, o confinamento da mulher no trabalho doméstico e sua escravização pelo marido, tal como disse Engels.

O livro *Sexo contra sexo ou classe contra classe*, de Evelyn Reed⁹¹ (2008), pode ser analisado como parte dos debates do feminismo marxista e socialista dos anos 1970, mas que se reatualiza no momento presente, nesse contexto de crise mundial do capitalismo. Ela ressalta a abordagem histórica e social do marxismo sobre a origem da opressão feminina em

⁹¹ Evelyn Reed (1905-1979), norte-americana, foi artista, antropóloga e militante marxista. Ela participou das grandes manifestações de mulheres na década de 1970 nos EUA.

detrimento de uma visão naturalizada sobre a inferioridade da mulher; enfatiza a tese da transformação do matriarcado em patriarcado segundo Engels e destaca que a estrutura de classe é a causa fundamental da opressão da mulher, cuja solução está na luta pelo socialismo.

[...] o marxismo nos ensina que a subordinação de um sexo é parte e consequência de uma pressão mais ampla e da exploração da massa trabalhadora por parte dos capitalistas, detentores do poder e da propriedade. Portanto, a luta pela liberação das mulheres é inseparável da luta pelo socialismo (REED, 2008, p. 85-86).

A autora reconhece que todas as mulheres sofrem com o chauvinismo masculino, inclusive as mulheres das classes superiores. Também defende a organização e a luta específica das mulheres contra as desigualdades impostas ao sexo feminino, o que já representa um avanço em face das convicções de Zetkin e Lênin. Reed (2008) considera a luta do “sexo contra sexo” uma luta reformista.

Portanto, *classe contra classe* deve ser a linha mestra da luta pela libertação da humanidade em geral, e da mulher em particular. Somente uma vitória revolucionária sobre o capitalismo, dirigida pelos homens e mulheres trabalhadoras e apoiadas por todos os oprimidos, pode resgatar as mulheres de seu estado de opressão e garantir-lhes uma vida melhor numa nova sociedade (REED, 2008, p. 87, *grifos originais*).

Também se baseando numa leitura empobrecida de Marx e Engels, aqui no Brasil, Toledo (2001) entende que a origem da opressão da mulher é econômica, coincidindo com a instauração da propriedade privada e que o capitalismo só a aprofundou, utilizando-se das “características naturais femininas”, com o objetivo de aumentar seus lucros, seja através dos baixos salários pagos a mulher ou através do trabalho doméstico.

Por ter compreendido que a opressão da mulher tem uma raiz econômica (porque do que se trata aqui é de descobrir a raiz do problema e não suas derivações culturais e psicológicas), o marxismo pôde apontar o caminho para conseguir sua liberação: a abolição da propriedade privada, única forma de proporcionar as bases materiais para transferir à sociedade em seu conjunto as responsabilidades domésticas e familiares que recaem sobre os ombros da mulher. Livres dessas cargas, dizia Marx, as massas de mulheres poderão romper os grilhões da servidão doméstica e cultivar suas plenas capacidades como membros criativos e produtivos da sociedade, e não apenas reprodutivos (TOLEDO, 2001, p. 84)⁹².

Toledo (2001) não nega que haja um descompasso entre os homens e as mulheres das classes trabalhadoras, que a exploração se soma à opressão das mulheres, nem despreza a inclusão das bandeiras específicas da mulher, como a legalização do aborto, salário igual para

⁹² Cf. TOLEDO, Cecília. Mulheres: O gênero nos une, a classe nos divide. **Marxismo Vivo**: Revista do Koorkom, São Paulo, n. 2, p. 77-92, out. / jan. 2001.

trabalho igual, entre outras, mas destaca que “[...] o caminho para a solução de um problema que afeta a ambos, homens e mulheres trabalhadores [...] é o do enfrentamento com a burguesia [...]” (TOLEDO, 2001, p. 90).

A opressão da mulher é vista como uma questão de classe. Sua emancipação supõe mudanças radicais na supressão do modo de produção capitalista na perspectiva do socialismo.

Não é a desigualdade de gênero que explica isso. É a desigualdade de classe. A mulher não tem emprego porque não há emprego para a classe trabalhadora de conjunto. [...] Por isso, é um erro centrar a política nesse aspecto, exigir uma “política de gênero”. Essas são reivindicações democráticas, que advêm de uma contradição estrutural da sociedade: o capitalismo não avança mais, as forças produtivas não se desenvolvem e, por isso, não há espaço para concessões democráticas. É o choque das forças produtivas com as relações produção, que só pode ser resolvido pela revolução socialista, que libertará as forças produtivas para que a sociedade avance e as questões democráticas encontrem um caminho de resolução (TOLEDO, 2001, p. 90-91).

Estas elaborações têm o mérito de defender uma plena emancipação das mulheres a partir da superação das relações de exploração capitalistas. No entanto, mesmo que reconheçam as demandas particulares das mulheres, recaem no equívoco de negligenciar as reflexões e as lutas históricas feministas em face da luta de classes. Dessa forma, não estabelecem as mediações necessárias para a construção da emancipação humana das mulheres, em particular.

A questão da opressão das mulheres aparece subordinada mecanicamente à luta de classes, não reconhecendo que a luta pela real emancipação das mulheres supõe o fim da exploração de classe, assim como requer a superação da opressão histórica sobre o sexo feminino.

Essa é uma das principais críticas feitas ao marxismo: a ideia de que a luta das mulheres não é uma prioridade e que as próprias mulheres devem unir suas forças na luta junto ao proletariado contra a ordem do capital, para conseguir sua emancipação, deixando em segundo plano suas questões particulares. No entanto, tal crítica deveria ser endereçada a um segmento marxista específico, observando-se sua contextualização política e teórica.

Somando-se a esta reflexão crítica, Saffioti (1987) considera que utilizar com exclusividade o enfoque de classe social torna o entendimento sobre a opressão das mulheres profundamente limitado, visto que faz uma análise reducionista das contribuições de Marx e Engels ao subordinar o gênero à classe social.

Esta perspectiva, que ela denomina de *Marxismo Dogmático*, privilegia a luta de classes em detrimento das lutas contra o sexismo e o racismo, em que todos os problemas se

resolveriam automaticamente com a destruição das classes sociais e a implantação do socialismo. Por reduzir todos os fenômenos à luta de classes, negar as especificidades do patriarcado e do racismo e tratá-las como questões menores, Saffioti (1987) afirma que esta corrente não é feminista. Inclusive lembra que os seguidores desta tendência rejeitam o termo *feminismo*, uma vez que só conhecem um tipo de feminismo, o feminismo radical.

[O] marxismo dogmático caracteriza-se por um profundo reducionismo. Tachando de *diversionista* a luta pela democratização das relações de gênero, não apenas privilegia a luta de classes em detrimento de outras (contra o sexismo e contra o racismo), como também só reconhece esta luta como legítima. O reducionismo desta postura reside exatamente em tentar reduzir todos os fenômenos a lutas de classes. Os adeptos desta posição entendem que todos os problemas se resolverão automaticamente com a destruição da divisão da sociedade em classes sociais, ou seja, com a implantação do socialismo. Patriarcado e racismo são, pois, tomados como questões secundárias, menores (SAFFIOTI, 1987, p. 114, *grifos originais*).

De fato, há uma incompatibilidade entre a emancipação humana das mulheres e o capitalismo. De outro lado, entendemos que o socialismo não pode garantir por “decreto” a libertação feminina e o fim das diversas formas de opressão do conjunto dos homens sobre as mulheres.

A visão de que a emancipação das mulheres deriva imediatamente da liquidação da sociedade capitalista não apreende as mediações políticas e culturais entre as lutas socialistas e feministas no processo histórico pela conquista da emancipação humana das mulheres.

Pensar a situação das mulheres numa perspectiva de totalidade e histórico-dialética supõe analisar a totalidade das relações sociais que oprimem as mulheres, na qual comparecem, necessariamente, os antagonismos de classe social e a opressão patriarcal. Trata-se de refletir sobre os impactos da opressão de classe sobre as mulheres, em particular, em todas as dimensões da vida social, na cultura, família, política e economia.

Nesse sentido, no próximo tópico iremos apresentar as contribuições do debate contemporâneo no campo da tradição marxista sobre a questão da emancipação das mulheres nas condições atuais do capitalismo.

2.3 O DEBATE CONTEMPORÂNEO NO CAMPO FEMINISTA EMANCIPATÓRIO.

“A causa da emancipação e da igualdade das mulheres envolve os processos e instituições mais importantes de toda a ordem sociometabólica” (MÉSZÁROS, 2011, p. 307).⁹³

Neste contexto de crise do capital, marcado por fortes desigualdades e contradições de classe social, acentuam-se as formas de opressão das mulheres, expressas na precarização do trabalho feminino, na dupla jornada de trabalho, feminização da pobreza, violência contra as mulheres, negação de seus direitos sexuais e reprodutivos, entre outras.

Tal quadro suscita a necessidade teórica de aprofundar os vínculos entre a exploração de classe social, a divisão sexual do trabalho e a opressão da cultura patriarcal⁹⁴ de subordinação das mulheres, segundo uma ótica de totalidade social⁹⁵. É a fidelidade ao método de Marx, designado por Lukács (1974) como uma ortodoxia em matéria de marxismo, que nos permite aprender a teoria de Marx como algo que permanece em construção⁹⁶ (NETTO, 2011).

Tal reflexão é subsídio imprescindível para alimentar as lutas pela verdadeira emancipação das mulheres, articulada ao projeto de projeto de emancipação humana da classe trabalhadora.

Hoje, após as conquistas feministas do século XX em torno dos direitos à igualdade, autonomia e liberdade das mulheres e reconhecimento das diferenças culturais na vida pública e privada, aprofundam-se as reflexões no campo do marxismo sobre as particularidades da opressão feminina no capitalismo contemporâneo, com vistas a superação das análises empobrecidas do pensamento de Marx e Engels.

⁹³ Cf. MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do Trabalho) A 1ª (primeira) edição deste livro no Brasil foi lançada no ano de 2002.

⁹⁴ Os debates no campo da teoria crítica feminista sobre patriarcado e divisão sexual do trabalho serão abordados no capítulo seguinte.

⁹⁵ Para Lukács (1974), “é o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa” (LUKÁCS, 1974, p.14 apud NETTO, 2011, p. 14)⁹⁵Cf. LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**. Porto: Escorpião, 1974edição brasileira: São Paulo, Martins Fontes, 2003.

⁹⁶ Ao nos oferecer o exaustivo estudo da “produção burguesa”, ele nos legou a base necessária, indispensável para a teoria social. Se, em inúmeros passos do conjunto da sua obra, Marx foi muito além daquele estudo, fornecendo fundamentais determinações acerca de outras das totalidades constitutivas da sociedade burguesa, o fato é que sua teoria permanece em construção – e, em todos os esforços exitosos operados nesta construção, o que se constata é a fidelidade à perspectiva metodológica que acabamos de esboçar. É nesta fidelidade, aliás, que reside o que, num estudo célebre, Lukács (1974, p. 15) designou como *ortodoxia* em matéria de marxismo (NETTO, 2011, p. 59, *grifos originais*).

Nesse sentido, Antunes (2009) corrobora com perspectiva de que a emancipação das mulheres não é uma decorrência direta do socialismo, pois requer mediações de ordem cultural e ideológica. No debate sobre a relação entre gênero e classe social, ele compreende que a luta feminista emancipatória é pré-capitalista, ocorre sob o domínio do capital e também será pós-capitalista, “[...] pois o fim da sociedade de classes *não significa direta e imediatamente o fim da opressão de gênero*” (ANTUNES, 2009, p. 110, *grifos originais*).

A luta pela emancipação da mulher como parte da emancipação do gênero humano envolve uma luta contra o capital, mas também contra a opressão masculina. Dessa forma, a emancipação específica da mulher em relação à opressão masculina é uma conquista feminina para a emancipação do gênero humano (ANTUNES, 2009).

No processo mais profundo de emancipação do *gênero humano*, há uma ação conjunta e imprescindível entre *os homens e as mulheres que trabalham*. Essa ação tem no capital e em seu sistema de metabolismo social a fonte de *subordinação e estranhamento*. [...] Mas a luta das mulheres por sua emancipação é também – e decisivamente – uma ação contra as formas histórico-sociais da opressão masculina (ANTUNES, 2009, p. 110, *grifos originais*).

Partindo do pressuposto de que a opressão das mulheres é anterior ao capitalismo, mas que o capital tem a capacidade de penetrar em todas as dimensões da vida social, seja no espaço público ou privado, não é possível pensar a opressão/emancipação das mulheres dissociada das determinações das relações sociais capitalistas no seu conjunto.

A opressão das mulheres é pensada no interior do modo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas. Acompanhamos Iamamoto (1993, 2007) na sua reflexão acerca da totalidade do processo de reprodução das relações sociais capitalistas, não restrito a sua dimensão econômica, visto que envolve a reprodução das condições materiais (reprodução da força de trabalho e dos meios de produção) e espirituais (formas de consciência jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas) de existência.

Toda a sociedade torna-se o “lugar” da reprodução das relações sociais. Todo o espaço ocupado pelo capital transforma-se em “espaços de poder” - a empresa, o mercado, a vida cotidiana, a família, a cidade, a arte, a cultura, a ciência, entre outros -, tanto aqueles onde a mais-valia é produzida, quanto aqueles em que ela reparte-se e é realizada, abrangendo o conjunto do funcionamento da sociedade. Por não ser esse um processo linear, provoca a manutenção, no essencial, das relações de produção e de propriedade e ao mesmo tempo impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas, em que a natureza dá lugar ao espaço produzido. Verifica-se a regressão, degradação e transgressão no nível das relações de família, de amizade, da vida social de grupos parciais, do meio ambiente, assim como a produção de novas relações no âmbito de segmentos sociais como a juventude, os idosos, as mulheres e os trabalhadores (IAMAMOTO, 2007, p. 50).

A autora indica algumas críticas aos equívocos presentes nas abordagens sobre reprodução das relações sociais, predominante na produção brasileira contemporânea da chamada “Sociologia do Trabalho”, das quais ressaltamos aqui a segmentação entre produção e reprodução. A autora rejeita a ideia de “especialização”, em que a reprodução é reduzida à reprodução da força de trabalho, afeta ao consumo, “fora” do movimento da produção⁹⁷. Todo processo de produção é um processo de reprodução, que envolve as condições sociais de produção e reprodução, em suas contradições sociais e de classes sociais. Ela mostra, ainda, que esta visão reducionista construiu a ideia de que os ‘novos movimentos sociais’ são alheios às determinações de classe, uma vez que estas só se refratariam no movimento operário e sindical.

No texto de apresentação do livro de István Mészáros, “*Para além do capital*”⁹⁸, Ricardo Antunes, ressalta na análise de Mészáros a consideração acerca do caráter “totalizante” do sistema do capital. Afirma que este livro, além do debate sobre o capital e seu sistema sociometabólico, também desenvolve teses sobre a questão feminina e a emancipação das mulheres e a questão ambiental, com a destruição da natureza, em que ambas as questões não são incorporadas de maneira resolutiva pelo capital, e que por isso, elas podem se articular ao potencial emancipatório do trabalho, “[...] convertendo-se, deste modo, em movimentos emancipatórios dotados de uma questão específica (*single issue*), que se integram ao processo de autoemancipação da humanidade” (ANTUNES, 2011, p. 19, *grifos originais*).

A atualidade histórica da dupla opressão das mulheres no capitalismo e na família, apontada por Marx em *O Capital*, revela-se na permanência de uma desigual divisão sexual do trabalho no espaço doméstico e na superexploração do trabalho das mulheres no mercado de trabalho, nas quais atendem as necessidades maximização do processo de valorização do capital.

A tese de Marx e Engels sobre o caráter contraditório do capitalismo para a conquista da emancipação feminina é reafirmada na contemporaneidade. O ingresso da mulher no mercado de trabalho capitalista cria as condições para a construção de relações igualitárias entre homens e mulheres na família, ao mesmo tempo superexplora a força de trabalho feminina no espaço doméstico e no trabalho profissional.

⁹⁷ Ver o debate sobre as conexões entre produção, consumo, circulação e troca, presente na *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política* (1857-1858). Cf. MARX, Karl. *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política*. In: _____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 237-272.

⁹⁸ Cf. Mészáros (2011).

Conforme Nogueira (2010), o capitalismo se utiliza da divisão sexual do trabalho para ampliar seu ciclo reprodutivo e sua valorização, por meio da exploração o trabalho feminino no espaço produtivo e reprodutivo. No contexto de reestruturação produtiva, acumulação flexível e neoliberalismo, observou-se nos anos 1990, o crescimento do emprego e do trabalho feminino, especialmente nas áreas com empregos precários e vulneráveis. A feminização do mundo do trabalho é marcada por uma inserção precarizada da mulher no mercado de trabalho em todos os lugares do mundo. Na Europa e América Latina, a feminização do trabalho ocorre predominante nos empregos de tempo parcial. Nos países de capitalismo avançado da União Européia, na configuração atual da divisão sexual do trabalho, persiste a segmentação e a remuneração diferenciada entre homens e mulheres. Na verdade, a igualdade de salários entre homens e mulheres não existe em nenhuma parte do mundo, sendo a desigualdade entre 10 e 32% na Europa. Já nos países de capitalismo dependente ou subordinado, os salários das mulheres correspondiam a pouco mais da metade (52%) dos salários dos homens, e o desemprego feminino é mais intenso na América Latina⁹⁹.

No Brasil, tomando como base as décadas de 1980/1990, que marcadas pela presença da reestruturação produtiva e pelas mutações do mundo do trabalho, o trabalho feminino caracteriza-se por ter menores salários, se comparados com o salário masculino. Nesse sentido, tal cenário “[...] reafirma a tese de que a divisão social e sexual do trabalho, na configuração assumida pelo capitalismo contemporâneo, intensifica fortemente a exploração do trabalho, fazendo-a, entretanto, de modo ainda acentuado em relação ao mundo do trabalho feminino” (NOGUEIRA, 2010, p. 220).

A partir de suas pesquisas, a autora mostra que na contemporaneidade o processo de feminização do trabalho tem um sentido contraditório, pois se o acesso ao trabalho faz parte do processo de emancipação parcial feminina, também precariza o trabalho feminino de modo acentuado, donde a exploração do trabalho feminino segue marcada pela polivalência, multiatividades, baixos salários, sendo realizado predominantemente em tempo parcial (NOGUEIRA, 2004, 2010).

O trabalho parcial das mulheres é maior do que entre os trabalhos masculinos e combina-se com a necessidade do trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, o que é imprescindível para o processo de valorização do capital, “uma vez que seria impossível para

⁹⁹ Cf. NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (Orgs.). **O Averso do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 336p. p. 199-234.

o capital realizar seu ciclo produtivo sem o trabalho feminino realizado na esfera reprodutiva” (NOGUEIRA, 2010, p. 225).

Nesse sentido, para Nogueira (2010), o capital se opõe frontalmente ao processo de emancipação da mulher, pois ele necessita do trabalho feminino no espaço produtivo e reprodutivo, preservando os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher.

A partir da consideração do caráter “totalizante” do sistema do capital, Mészáros (2011) explica que os complexos sociais sempre funcionam com base em reciprocidades dialéticas. Todas as formas históricas são afetadas pelas características estruturais fundamentais de todo o complexo social, o que impossibilita a plena emancipação das mulheres e uma igualdade verdadeira na família e nas relações sociais entre os sexos.

Assim, dadas as condições estabelecidas de hierarquia e dominação, a causa histórica de emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela *igualdade verdadeira* que desafia diretamente a autoridade do capital, prevalecente no “macrocosmo” abrangente da sociedade burguesa e igualmente no “microcosmo” da família nuclear. [...] Deixando de se adaptar aos imperativos estruturais gerais do modo de controle estabelecido - conseguindo afirmar-se nos ubíquos “microcosmos” da sociedade, na validade e no poder de autorrealização dos intercâmbios humanos baseados na verdadeira igualdade -, a família estaria em direta contradição ao *ethos* e as exigências humanas e materiais necessárias para assegurar a estabilidade do sistema hierárquico de produção e de reprodução social do capital, prejudicando as condições de sua própria sobrevivência (MÉSZÁROS, 2011, p.271, *grifos originais*).

A família não pode ser baseada na igualdade verdadeira, posto que está vinculada ao processo de produção e reprodução do capital, tendo um papel na reprodução de valores.

Portanto, se os imperativos alienantes do sistema estabelecido da reprodução econômica exigem um controle social discriminatório e hierárquico, afinado com o princípio antagonista estruturador da sociedade, e o correspondente modo de administrar o processo do trabalho, o “macrocosmos” abrangente desse tipo encontrará seu equivalente em todos os níveis do intercâmbio humano, até mesmo nas menores “microestruturas” ou “microcosmos” da reprodução e do consumo habitualmente teorizados sob o nome de “família”. Inversamente, enquanto o relacionamento vital entre homens e mulheres não estiver livre e espontaneamente regulado pelos próprios indivíduos em seu “microcosmo” *autônomo* (mas de maneira alguma *independente* da sociedade) do universo histórico interpessoal dado, com base numa *igualdade significativa* entre as pessoas envolvidas – ou seja, sem a imposição dos ditames socioeconômicos da ordem sociometabólica sobre eles – não se pode sequer pensar na emancipação da sociedade da influência paralisante que evita a autorrealização dos indivíduos como seres sociais particulares (MÉSZÁROS, 2011, p. 267-8, *grifos originais*).

Considerando que a mulher tem um papel decisivo na reprodução da família, que por sua vez, ocupa uma posição de importância essencial na reprodução do próprio sistema do

capital, posto que ela é seu “microcosmo” insubstituível de reprodução e consumo, a causa da emancipação das mulheres é impossível no capitalismo (MÉSZÁROS, 2011).

Tudo isso indica uma profunda crise que afeta todo o processo de reprodução do sistema de valores do capital, prenunciando conflitos e batalhas, estando entre estes a luta pela emancipação das mulheres e sua demanda de igualdade significativa – um elemento de crucial importância. Como o modo de funcionamento do capital em todos os terrenos e todos os níveis do intercâmbio societário é absolutamente incompatível com a necessária afirmação prática da igualdade substantiva, a causa da emancipação das mulheres tende a permanecer *não integrável* e no fundo irresistível, não importa quantas derrotas temporárias ainda tenha de sofrer quem luta por ela (MÉSZÁROS, 2011, p.272, *grifos originais*).

Portanto, vemos que a análise da opressão das mulheres na totalidade capitalista, como parte do processo de produção e reprodução social, implica considerar a opressão feminina como um dos pilares de sustentação da sociedade burguesa.

Mas com isso, não é possível concluir que a exploração do trabalho da mulher no mercado de trabalho e no espaço doméstico seja o elemento central para a valorização do capital. O capitalismo não escolhe sexo e seu fundamento reside na exploração da força de trabalho, seja de homens ou de mulheres.

Nesse sentido, em *O Manifesto Comunista*, ao discorrerem sobre o crescimento do trabalho das mulheres na grande indústria capitalista, Marx e Engels disseram que as diferenças de idade e sexo não são importantes para o capital, pois homens e mulheres são componentes indiferenciados da classe trabalhadora.

Quanto menos habilidade e força física venha requerer o trabalho manual, isto é, quanto mais se desenvolve a indústria, tanto mais o trabalho dos homens é substituído pelo das mulheres. Diferenças de idade e de sexo não têm mais validade distintiva social para a classe trabalhadora. São todos instrumentos de trabalho, mais ou menos caros, para serem usados, de acordo com sua idade e sexo (MARX; ENGELS, 1998, p. 20).

Com esta análise, vemos que Marx reconhece o uso das particularidades da condição feminina para maximização dos lucros, mas não atribui à opressão das mulheres um caráter central para a continuidade do capitalismo, posto que o capitalismo se sustenta na exploração da força de trabalho assalariada – seja de homens ou mulheres - para garantir a acumulação de capital.

No debate marxista contemporâneo, compartilhando desta análise, Wood (2003a) argumenta que a opressão de gênero não está necessariamente vinculada à exploração de classe. Ela defende que a exploração de classe é um componente do capitalismo, mas que isto não se aplica às diferenças sexual e racial, apesar de reconhecer que o capitalismo submete

todas as relações sociais às suas necessidades, com a capacidade de reforçar desigualdades e opressões que não criou e adaptá-las aos interesses da exploração de classe.

Para ela, a igualdade racial e de gênero não são antagônicas ao capitalismo e o capitalismo não é incapaz de tolerá-los, algo diferente das lutas pela paz e em defesa da ecologia, que são incompatíveis com o capitalismo. Segundo Wood (2003a), não há necessidade estrutural específica da opressão de gênero no capitalismo, nem mesmo uma forte disposição sistêmica para ela. Ao contrário, o capitalismo tem uma tendência estrutural a rejeitar as desigualdades extra-econômicas (racismo, opressão de gênero). Porém, afirma que isso é uma faca de 2 gumes, pois as lutas concebidas em termos exclusivamente extra-econômicos não representam um perigo para o capitalismo, uma vez que elas podem se sair “vitoriosas” sem destruir o capitalismo, mas ao mesmo tempo, terão pouca probabilidade de se sair realmente vitoriosas caso se mantenham isoladas da luta anticapitalista¹⁰⁰.

É interessante registrar que Clara Zetkin já havia levantado esse problema. Demonstrando sua posição anti-reformista, Zetkin destacou que a burguesia não faz oposição radical as reivindicações do movimento feminista burguês, comprovada pela realização de reformas para garantia de direitos em vários Estados capitalistas. Naquela época, na virada do século XIX para o XX, ela já alertava para os limites das reivindicações pela livre concorrência das mulheres com os homens e igualdade de direitos entre os sexos no capitalismo, pois já observava que a exploração capitalista e o desenvolvimento do modo de produção moderno têm conseguido deslocar essas reivindicações¹⁰¹.

Wood (2003 a) retoma a ideia de Marx de que a emancipação da classe trabalhadora encerra a emancipação humana, mas chama a atenção do movimento socialista para o compromisso com a emancipação de gênero, a igualdade racial, paz, saúde, ecologia, entre outras.

Todo socialista deveria estar comprometido com esses objetivos – na verdade, o projeto socialista de emancipação de *classe* sempre foi, ou deveria ter sido, um meio para o objetivo maior de emancipação humana. Mas esses compromissos não resolvem as questões cruciais relativas a agentes e modalidades de luta, e certamente não resolvem a questão da política de classe (WOOD, 2003 a, p. 227).

¹⁰⁰Cf. WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo editorial, 2003 a.

¹⁰¹“A sociedade burguesa não se opõe radicalmente às reivindicações do movimento feminino burguês: isto tem sido demonstrado pelas reformas em favor das mulheres introduzidas no setor do direito público e privado em distintos Estados” (ZETKIN, 1976, p. 105, tradução nossa) Texto original: “La sociedad burguesa no se opone radicalmente a lãs reivindicaciones del movimiento femenino burgués: esto ha sido demostrado por lãs reformas en favor de lãs mujeres introducidas em el sector del derecho público y privado em distintos Estados” (ZETKIN, 1976, p. 105).

A reflexão de Wood (2003 a) conduz a defesa da centralidade da luta de classes para um projeto verdadeiramente emancipatório, visão da qual compartilhamos neste trabalho. Ela parte do pressuposto de que o capitalismo é mais que um sistema de opressão de classe, é um processo totalizador que dá forma a vida.

Será possível, por exemplo, reconhecer que, ainda que todas as opressões tenham o mesmo peso moral, a exploração de classe tem um status histórico diferente, uma posição mais estratégica no centro do capitalismo; e a luta de classes talvez tenha um alcance mais universal, um maior potencial de progresso não somente da emancipação de classe, mas também de outras lutas emancipadoras (WOOD, 2003 a, p. 224).

Conforme Mészáros (2011), nos séculos XIX e XX fizeram-se avanços na questão da emancipação das mulheres dentro dos limites bem demarcados das concessões puramente formais/legais, como a celebrada vitória das sufragistas ou a eliminação de parte da legislação discriminatória contra as mulheres. Ele destaca que a entrada das mulheres no mercado de trabalho no século XX - que chegam a ser maioria nos países de capitalismo avançado - não resultou em sua emancipação. Ao contrário, ocorreu a imposição de salários mais baixos e a participação crescente das mulheres no setor de serviço. E com o encolhimento da margem de manobra do capital, a melhoria das condições de vida das mulheres dentro das margens da ordem se torna irrealizável.

Para Mészáros (2011), essas mudanças não afetaram significativamente as relações de poder material da desigualdade estrutural. Os obstáculos diante da igualdade e da emancipação estão localizados na base material de todas as práticas legislativas, daí a necessidade de mudanças estruturais:

[...] sem *mudanças fundamentais* no modo de reprodução social, não se poderão dar sequer os primeiros passos em direção à verdadeira emancipação das mulheres, muito além da retórica da ideologia dominante e de gestos da legislação que permanecem sem a sustentação de processos e remédios materiais adequados. Sem o estabelecimento e a consolidação de um modo de reprodução sociometabólica baseado na *verdadeira igualdade*, até os esforços legais mais sinceros voltados para a “emancipação das mulheres” ficam desprovidos das mais elementares garantias materiais; portanto, na melhor das hipóteses, não passam de simples declaração de fé. Jamais se enfatizará o bastante que somente uma forma comunitária de produção e troca social pode arrancar as mulheres de sua posição subordinada e proporcionar a base material da verdadeira igualdade (MÉSZÁROS, 2011, p. 303, *grifos originais*).

A emancipação humana das mulheres é incompatível com a formação social capitalista, fundada sobre a propriedade privada, a alienação do trabalho, a exploração do trabalho assalariado e os antagonismos de classe social.

De outro lado, a luta pela emancipação das mulheres exige o reconhecimento das diversas formas de opressão das mulheres nesse atual contexto sócio-histórico, instituída pelo patriarcado e por uma desigual divisão sexual do trabalho, enquanto mediações que particularizam a opressão das mulheres na totalidade das relações sociais capitalistas.

Portanto, a conquista da igualdade substantiva para as mulheres demanda a superação do trabalho alienado e das classes sociais da sociedade capitalista, assim como a eliminação da divisão sexual do trabalho e do patriarcado.

Com uma ótica de totalidade social sobre a opressão das mulheres, uma perspectiva feminista emancipatória será capaz de unificar as lutas contra o patriarcado, a divisão sexual do trabalho e a exploração de classe que atinge a grande maioria da população feminina.

De acordo com Mészáros (2002), as divergências no movimento feminista nos anos 1960/70 estavam relacionadas a definição de estratégias para assegurar o avanço da emancipação das mulheres se dispondo ou não a questionar os *limites estruturais* impostos pelos parâmetros do sistema do capital.

No campo da tradição feminista socialista e marxista, diversas abordagens buscaram conciliar marxismo e feminismo, no sentido de atualizar a contribuição da tradição marxista na análise da opressão das mulheres no contexto das demandas feministas postas a partir dos anos 1960/1970.

A partir das interlocuções com o pensamento de Marx e Engels, diversas perspectivas teóricas tentaram apreender as mediações da opressão das mulheres no contexto das sociedades capitalistas, das quais se destacam os enfoques sobre as relações entre “*Patriarcado e Capitalismo*”, “*Relações Sociais de Sexo e Divisão Sexual do Trabalho*” e “*Gênero e Classe Social*”.

Considerando a vitalidade dessas abordagens nos movimentos e teorias feministas contemporâneas na realidade brasileira, as quais também repercutem no Projeto Ético-Político do Serviço Social, apontaremos alguns dilemas postos a afirmação de um potencial emancipatório presentes nessas abordagens, discussão a ser apresentada no capítulo seguinte.

3 TENDÊNCIAS FEMINISTAS SOCIALISTAS E MARXISTAS: POSSIBILIDADES E LIMITES À EMANCIPAÇÃO HUMANA DAS MULHERES.

O revigoração do movimento feminista nos anos 1960/1970 em nível mundial, momento conhecido como Segunda Onda feminista, apresenta uma nova agenda política, para além da luta por direitos de cidadania que marcou a Primeira Onda feminista. Denominado como feminismo radical ou neofeminismo, esteve focado na crítica a cultura patriarcal de opressão das mulheres, incluindo ainda reivindicações pela igualdade e respeito às diferenças entre os sexos, autonomia e liberdade para as mulheres nos espaços público e privado.

O cenário mundial dos anos 1960, marcado pelo exaurimento de um padrão de desenvolvimento capitalista – o das “ondas longas” de crescimento, as chamadas “3 décadas gloriosas”, cria um quadro favorável para a mobilização das classes subalternas em defesa de seus interesses. E devido às diferenciações presentes nas sociedades capitalistas surgem outras reivindicações de categorias específicas (mulheres, jovens, negros, emigrantes), relacionadas à cidade, ao meio ambiente e equipamentos coletivos, aos direitos emergentes (prazer, lazer, educação), entre outros (NETTO, 2005).

De acordo com Hobsbawm (1995), o feminismo de classe média ou o movimento de mulheres educadas ou intelectuais expressou o desejo de liberação feminina e de autoafirmação das mulheres. Este feminismo ampliou-se porque suscitava questões de interesse de todas as mulheres, num contexto favorável de uma revolução moral e cultural e de uma transformação das convenções de comportamento social e pessoal. “As mulheres foram cruciais nessa revolução cultural, que girou em torno das mudanças na família tradicional e nas atividades domésticas – e nelas encontraram expressão – de que as mulheres sempre tinham sido o elemento central” (HOBBSAWM, 1995, p. 313). A liberação pessoal, social e sexual estavam unidas nas bandeiras em defesa da homossexualidade e da liberação das drogas. “*O pessoal é político*” tornou-se um slogan importante do novo feminismo, expressando o desejo de transformações nas relações de dominação e opressão vivenciadas no espaço privado (HOBBSAWM, 1995).

A obra considerada como o ponto de partida desse novo feminismo é o livro de Simone de Beauvoir “*O Segundo Sexo*”¹⁰², lançado ainda em 1949, no qual a autora argumenta que *não se nasce mulher, torna-se mulher*. A filósofa existencialista francesa destaca as origens sociais e educacionais da opressão feminina. Em contraposição à ideologia

¹⁰²Cf. BEAUVOIR (Obra citada).

de naturalização da inferioridade da mulher, Beauvoir destaca que não é a natureza que limita os papéis femininos, mas os preconceitos e os costumes tradicionais, dos quais a mulher é cúmplice. Ela ressalta o elemento da aprendizagem, da educação e dos costumes na construção do ser mulher¹⁰³.

A Segunda Onda feminista demarcou uma fase singular para o movimento feminista nos anos 1960/1970, uma vez que pôs em evidência as particularidades da opressão das mulheres, tais como a desigual divisão sexual do trabalho, o controle do corpo e da sexualidade das mulheres, a exclusão das mulheres da esfera pública, a violência doméstica, o sexismo, os preconceitos contra as mulheres, a misoginia. E foi além, visto que ensejou a criação de um campo teórico feminista, com o debate sobre patriarcado e sua relação com o capitalismo, o sistema sexo/gênero, a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo ou de gênero.

Já na América Latina e no Brasil, a experiência da Segunda Onda feminista esteve muito mais marcada pelas lutas contra a ditadura militar, do que pelos questionamentos próprios do feminismo radical internacional acerca das questões específicas das mulheres (divisão sexual do trabalho, igualdade sexual, liberalização sexual, autonomia do corpo e aborto, entre outros). Aqui, a peculiaridade do feminismo radical foi a de tentar articular a luta específica das mulheres às lutas mais gerais contra os golpes militares e seus projetos de capitalismo associado aos interesses internacionais.¹⁰⁴

Nesse contexto, as feministas socialistas e marxistas dos anos 1970 buscaram superar os equívocos das abordagens economicistas que subordinavam de forma mecânica a questão das mulheres à classe social, as quais deixam a problemática da opressão/emancipação das mulheres em segundo plano.

Admitindo que a opressão feminina é anterior ao capitalismo e também poderá ser além do socialismo, elaboraram diversas abordagens para entender as origens da opressão das mulheres, na perspectiva da transformação das relações de opressão entre os sexos/gênero e emancipação das mulheres.

¹⁰³Na Introdução do volume 2, Beauvoir assim se refere a questão feminina: “As mulheres hoje estão em vias de destruir o mito da feminilidade; começam a afirmar concretamente a sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente a sua condição de ser humano.[...] Quando emprego as palavras ‘mulher’ ou ‘feminino’ não me refiro, evidentemente, a nenhum arquétipo, a nenhuma essência imutável; após a maior parte das minhas afirmações, deve subentender-se: ‘No estado atual da educação e dos costumes’. Não se trata aqui de anunciar verdades eternas, mas de descrever o fundo comum sobre o qual se desenvolve toda a existência feminina singular” (BEAUVOIR, 2008, p. 09).

¹⁰⁴Para uma análise das particularidades do feminismo radical na América Latina e Brasil ver: Alvarez (2000), Alves ; Pitangui (1985), Costa (2003), Costa (2009), Moraes (2007), Pinto (2003), Scavone (2004), Toscano; Goldenberg (1992).

As reflexões foram suscitadas pelo sexismo presente em alguns setores socialistas e marxistas, especialmente presente nos sindicatos e partidos políticos. A questão da opressão das mulheres (sexualidade, divisão sexual do trabalho, violência doméstica) não era reconhecida, nem era objeto de reflexão. No máximo, recebiam um tratamento secundarizado, em que a emancipação das mulheres era vista como uma decorrência imediata da superação do capitalismo.

Segundo Delphy (1994), nos anos 1970, a extrema esquerda foi um interlocutor privilegiado e, ao mesmo tempo, o principal inimigo do feminismo.

Sheila Rowbothm, no livro *Além dos Fragmentos - O Feminismo e a Construção do Socialismo* (1981), ressalta que o movimento feminista desafiou a reprodução da desigualdade na esquerda. E afirma que após quase uma década (1980), a maioria das organizações de esquerda admite que o sexismo, assim como o racismo, existe nos partidos de esquerda. E agora, homens e mulheres concordam que não podem mais esperar pelo socialismo para fazer mudanças (WAINWRIGHT; SEGAL; ROWBOTHM, 1981).

A relação do feminismo latino-americano e brasileiro com setores socialistas também foi marcada por tensões e conflitos. As feministas socialistas e marxistas questionavam a postura sexista dos camaradas, ao passo que a esquerda considerava o feminismo um movimento eminentemente burguês¹⁰⁵.

Alvarez (2000) mostra que o feminismo brasileiro se definiu nesta época a partir de uma complexa relação de autonomia absoluta e oposição em relação à esquerda, uma vez que “[...] as mulheres e ‘suas questões’ eram frequentemente relegadas à margem das transformações estruturais- institucionais do futuro” (ALVAREZ, 2000, p. 387). O feminismo não abandonou o projeto de esquerda de transformações estruturais e institucionais, definiu-se a partir da oposição ao Estado e diferenciou-se das não-feministas, construindo uma identidade em torno da “dupla militância”, participando de partidos e organizações de classe para avançar a luta geral e de grupos de mulheres para mudar a situação de opressão das mulheres.

No aspecto teórico, as feministas socialistas marxistas buscaram revisar ou suplementar a teoria marxista de modo a ajustá-la à prática feminista, especialmente com o debate sobre o trabalho doméstico como funcional ao capitalismo; o papel da mulher na

¹⁰⁵ Costa (2009) afirma que as relações do feminismo brasileiro com a esquerda e com os setores progressistas da Igreja Católica foram marcadas por tensões em vários momentos da luta política. Toda a esquerda latino americana considerava as feministas um grupo pequeno-burguês e, por outro lado, as feministas romperam com as organizações de esquerda, mas não abandonaram seu compromisso com a mudança radical das relações de produção e continuaram lutando contra o sexismo dentro da esquerda (STERNBACH; ARANGUREN; CHUCHRYK, 1994).

reprodução dos meios de produção na família; e a opressão das mulheres na esfera ideológica como semi-independente às mudanças econômicas, segundo a concepção de Althusser sobre o caráter autônomo da ideologia diante da estrutura econômica (NYE, 1995).

A interlocução do feminismo com o marxismo, proposta pelas feministas socialistas e marxistas, buscou construir mediações capazes de analisar criticamente a opressão das mulheres no capitalismo. Dessa forma, produziu um debate rico, plural e diversificado. Porém marcado por tensionamentos políticos, impasses teóricos e polêmicas.

As tentativas de revisar, suplementar, compatibilizar ou atualizar a análise marxista sobre a opressão/emancipação das mulheres para atender as demandas feministas inscritas nos questionamentos de ordem cultural a partir da Segunda Onda feminista dos anos 1960/1970 trouxeram contribuições, mas também revelaram alguns dilemas e impasses teórico-políticos no interior da tradição marxista.

Reconhecendo a pluralidade que marca esta produção feminista, iremos apresentar de forma breve, as principais contribuições e dilemas que perpassam o debate da complexa relação entre feminismo e marxismo, consubstanciados nas abordagens sobre “*Patriarcado e Capitalismo*”, “*Relações Sociais de Sexo e Divisão Sexual do Trabalho*” e “*Gênero e Classe Social*”.

Ao mesmo tempo em que tais enfoques enriqueceram e ampliaram a análise crítica sobre a opressão particular das mulheres nas sociedades capitalistas, também evidenciaram tensionamentos teórico-políticos à afirmação do projeto de emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana.

Essas abordagens têm sido recuperadas pelos movimentos e debates feministas do campo anticapitalista no Brasil na atualidade, conforme veremos na discussão sobre a ação política de alguns sujeitos coletivos feministas do país, tais como a União Brasileira de Mulheres (UBM), a Articulação de Mulheres Brasileira (AMB), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), o Movimento de Mulheres em Luta (MML) e o *Pão e Rosas*¹⁰⁶.

Os dados coletados em nossa pesquisa demonstraram que tais enfoques compõem o debate feminista e sobre emancipação das mulheres e estão presentes no âmbito das dimensões do Projeto Ético-Político do Serviço Social, nas suas entidades organizativas (CFESS e ABEPSS), nos seus instrumentos normativos (Código de Ética e Diretrizes Curriculares) e na produção teórica publicada na Revista Serviço Social e Sociedade e nos Anais do CBAS e ENPESS na década de 2000.

¹⁰⁶ Este debate será apresentado no tópico 3.3.

3.1 PATRIARCADO E CAPITALISMO.

“Não se nasce mulher, torna-se mulher.”

Beauvoir, 1949.¹⁰⁷

No campo do feminismo radical desenvolveu-se um debate sobre a opressão específica das mulheres, com destaque para as reflexões sobre o patriarcado. Conforme Garcia (2011), o feminismo radical foi marcado por uma heterogeneidade teórica e prática, mas partiu desse projeto comum.

O patriarcado refere-se a uma forma de poder político. É um termo controverso e seu significado é problemático. Para a interpretação tradicional, o patriarcado foi extinto há 300 anos, posto que é compreendido no seu sentido literal de governo do pai ou de direito paterno¹⁰⁸.

A discussão feminista dos anos 1960 trouxe questionamentos a esta concepção e outras inquietações, como por exemplo, se o patriarcado é uma característica humana universal ou se é histórico e culturalmente variável; se o matriarcado ou a igualdade sexual realmente existiram; se as relações patriarcais estão localizadas na família ou na vida social como um todo e quais as relações entre o patriarcado/dominação sexual e o capitalismo/dominação de classe (PATEMAN, 1993).

Conforme Pateman (1993), não há consenso sobre tais questões e este é um debate ainda em curso no feminismo. Ele defende não abandonar este conceito, pois este é o único que especifica a sujeição da mulher ao homem. O principal desafio é superar as confusões e se desvencilhar das interpretações patriarcais de seu significado, como direito paterno¹⁰⁹, na perspectiva de afirmar uma história política feminista.

¹⁰⁷Cf. BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. V. 2 - A Experiência Vivida. Lisboa: Bertrand Editora Ltda, 2008.

¹⁰⁸“No âmbito da sociologia clássica, na acepção weberiana, a autoridade do homem na figura do pai e do patriarca é naturalizada numa eterna dominação masculina / subordinação feminina. Mas as feministas dos anos 1970 não utilizaram o conceito de Weber, uma vez que o mesmo limita-se a idéia de autoridade do pai: No caso da autoridade doméstica, as antiquíssimas situações naturais constituem a fonte da crença na autoridade fundada na piedade. Para todos os que estão submetidos a uma autoridade pessoal, permanente e especificamente íntima do lar, com sua comunidade de destino externa e interna. Para a mulher, é a superioridade normal da energia física e espiritual do homem. [...] Os filhos de todas as mulheres que vivem no lar, como esposas ou escravas, são admitidos em seu círculo (do patriarca), independentemente da paternidade física, porquanto o dono os considera como ‘seus’ filhos, no mesmo sentido que considera seu gado os animais nascidos dos rebanhos que lhe pertencem” (WEBER, t.2, p.753-4 apud SAFFIOTI, 1992, p. 194, grifos originais).

¹⁰⁹É interessante registrar que a definição contemporânea de patriarcado elaborada por Therborn(2006) tende a enfatizar a importância do direito paterno. Para ele, o patriarcado é representado pelo poder familiar masculino, não importando se de pais, tios maternos nas sociedades matrilineares, maridos ou outros homens

[...] as feministas utilizam o termo “patriarcado” em muitos sentidos. Algumas argumentam que os problemas com o conceito são tão grandes que ele deveria ser abandonado. Seguir tal caminho representaria, na minha maneira de entender, a perda pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens (PATEMAN, 1993, p. 39).

Antes de serem pais e mães, os indivíduos são maridos e esposas, o que denota o caráter mais amplo das relações entre homens e mulheres e a abrangência do direito sexual masculino. A compreensão do patriarcado moderno supõe considerar a relação entre o contrato “personalizado” na esfera privada e o contrato “impessoal” no mundo público do capitalismo (PATEMAN, 1993).

Nesse sentido, a teoria do patriarcado foi adotada pelos movimentos feministas nos anos 1970 em um sentido novo, como um sistema que designa a dominação dos homens, sejam eles pais biológicos ou não. Antes do século XIX a palavra patriarca tinha apenas um sentido religioso, pois designava o dignitário da igreja, em que os patriarcas foram os primeiros chefes de família que viveram antes ou depois Dilúvio. A origem da palavra remete a idéia de autoridade do pai: “Patriarcado” vem da junção das palavras gregas *pater*, que significa pai, e *arkhe*, que remete a origem e comando (DELPHY, 2009).

No século XIX, Morgan e Bachofen apresentam um segundo sentido para o termo patriarcado, em contraposição a existência anterior de um direito materno / matriarcado, tese que foi seguida por Engels e Bebel¹¹⁰ (PATEMAN, 1993; DELPHY, 2009).

O patriarcado pode comportar a noção de autoridade sobre uma família e nenhuma noção de filiação biológica¹¹¹ (DELPHY, 2009), sendo concebido como um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres (WALBY, 1990).

As duas obras fundamentais do Feminismo radical norte-americano¹¹² - *Sexual Politics* (MILLETT, 1969, 1970) e *The Dialectic of Sex* (FIRESTONE, 1970) – estavam baseadas no

membros da família, com foco nas relações entre pais e filhos e entre maridos e esposas: “O patriarcado tem duas dimensões intrínsecas básicas: a dominação do pai e a dominação do marido, nessa ordem. Em outras palavras, o patriarcado refere-se às relações familiares, de geração ou conjugais – ou seja, de modo mais claro, às relações de geração e de gênero. Embora o patriarcado, sob várias formas, modelasse também assimetricamente as relações entre pai e filho, assim como as relações entre sogra e nora, o núcleo do poder patriarcal consistiu, acima de tudo, no poder do pai sobre a filha e no do marido sobre a mulher. O poder do pai sobre o filho, via de regra, era uma versão suavizada daquele sobre a filha e o poder da sogra era delegado pelo sogro e/ou pelo marido” (THERBORN, 2006, p. 29-30).

¹¹⁰ Conforme já vimos, essa tese sobre a existência de um matriarcado original, baseado na ideia da mãe/mulher como sujeito da dominação sobre os homens, não foi aceita entre os (as) estudiosos (as) do tema. Com base em Coward (1983), Pateman (1993) mostra que a existência de uma sociedade matrilinear, em que a descendência era determinada pela mãe, não implica considerar a existência de um matriarcado: “quase ninguém aderiu à visão que Bachofen tinha de mulheres todo-poderosas, suas Amazonas, lutando para defender o direito materno” (COWARD, 1983, p. 53 apud PATEMAN, 1993, p. 50).

¹¹¹ Outros autores do século XIX referem-se ao patriarcado como uma forma de vida simples no campo, sob a autoridade de um chefe de família, em oposição à decadência da vida nas cidades provocada pela indústria e pelo assalariamento (DELPHY, 2009).

marxismo, na psicanálise e no anticolonialismo. Foram obras importantes porque desenvolveram conceitos fundamentais para a análise feminista, como o de patriarcado, gênero e “casta sexual” (GARCIA, 2011).

Expoente do feminismo radical, Kate Millett, no livro *Sexual Politics* (1969, 1970)¹¹³ / *Política Sexual*¹¹⁴, define o patriarcado como política sexual exercida pelo coletivo dos homens sobre o coletivo das mulheres, apreendido como a coluna vertebral de todas as formas políticas do Ocidente, apesar das transformações históricas. Ela diferencia sexo de gênero, afirmando que a sexualidade é moldada pela cultura e estaca que a sociedade organiza as diferenças entre homens e mulheres a partir de processos de socialização mais sutis (D’ATRI, 2008). A concepção feminista de patriarcado formulada por Kate Millett neste livro está em continuidade com o pensamento de Morgan e Bachofen, mas elimina a crença da existência de um matriarcado original, conforme foi pensado por Morgan, Bachofen e Engels (GARCIA, 2011).

Shulamith Firestone (1945-2012), na obra *The Dialectic of Sex* (1970)¹¹⁵ / *A Dialética do Sexo*¹¹⁶ partiu do materialismo histórico para analisar a dialética do sexo na divisão da sociedade em duas classes biológicas. Para ela, a divisão central da sociedade é a divisão entre dois sexos, entendidos como classes, em que a opressão da mulher está relacionada à sua biologia. Nessa interpretação, o patriarcado é estabelecido como uma estrutura de poder generalizada e a-histórica (D’ATRI, 2008). A mulher é uma classe, e o homem é outra classe, ou seja, sexo é classe. A mulher está na reprodução e não na produção e sua desvantagem decorre de sua posição na reprodução. Ela se baseia em noções marxistas da base material determinando a superestrutura ideológica e política e tem sido criticada pelo seu determinismo biológico (WALBY, 1990).

Estas autoras, quando buscam analisar a questão específica da mulher como “sexo oprimido” e sua interseção com a questão de classe, recorrem a conceitos a-históricos, enraizados na natureza biológica, como a noção de “classes sexuais” e “luta entre os sexos” (BENOIT, 2000).

Kate Millet e Shulamith Firestone, na tentativa de incorporar elementos da teoria marxista para a nova concepção de opressão das mulheres, fundamentada na ideia de que as

¹¹²O feminismo radical norte-americano durou de 1967 a 1975 (GARCIA, 2011).

¹¹³Cf. MILLETT, Kate. *Sexual Politics*. New York: Avon, 1969.

¹¹⁴Cf. MILLETT, Kate. *Política Sexual*. Tradução de Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torres. Lisboa: Dom Quixote.

¹¹⁵Cf. FIRESTONE, Shulamith. *The Dialectic of Sex: The case for feminist revolution*. USA: New York: Bantam Book, 1970.

¹¹⁶Cf. FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminina*. Rio de Janeiro: Editorial Labor, 1976.

mulheres são uma classe social, fizeram uma leitura deturpada do pensamento marxiano, marcada pela simples transposição de categorias marxistas (classes social) para a análise da questão das mulheres. Ao considerar a mulher como classe social, esta reflexão rompe com a concepção marxiana de classe social, definida pela posição do sujeito no processo de produção capitalista, e dessa forma, nega o potencial revolucionário da classe trabalhadora.

No Brasil, Heleieth Saffioti, no livro *“a mulher na sociedade de classes: mito e realidade”* (1979) ¹¹⁷, critica o raciocínio que atribui às categorias de sexo as mesmas características presentes nas classes sociais. Para ela, as categorias de sexo não apresentam autonomia e nem constituem determinações essenciais do sistema capitalista de produção. Saffioti (1979) entende que a consideração das determinações essenciais da sociedade de classes não é suficiente para solucionar o problema da mulher. Segundo a autora, a dialética marxista permite reformular interpretações nascidas de outras orientações metodológicas e do próprio socialismo científico, o que difere de qualquer semelhança como o ecletismo, em que se busca apreender os mecanismos através dos quais o fator sexo opera nas sociedades de classes.

[...] a perspectiva socialista [...] assimilou as relações entre os sexos às relações entre as classes sociais, raciocínio inaceitável, uma vez que as categorias sociais em questão possuem natureza diversa. Embora alguns socialistas tenham avançado a ideia de que o feminismo só se legitima enquanto perspectiva inclusa e dependente de pontos de vista estruturalmente determinados, [...] nenhum deles foi capaz de explicar, de maneira convincente, a situação da mulher nas sociedades capitalistas, examinando as relações entre os sistemas axiológicos que informam os esquemas estratificatórios e a estrutura de classes (SAFFIOTI, 1979, p. 374-375).

Nas três últimas décadas, há um movimento de resgate e aceitação do termo patriarcado ¹¹⁸, desde que contextualizado histórica e socialmente, ou até mesmo usado numa abordagem meramente descritiva. A teoria feminista vem buscando superar as lacunas do debate dos anos 1970, que entendiam o patriarcado como um sistema universal, de caráter trans-histórico e imutável (dualidade mulher/dominada e homem/dominador), que

¹¹⁷ Este livro, lançado em 1969 e republicado em 1979, inaugura a análise marxista da situação da mulher no capitalismo no Brasil e hoje constitui um clássico da literatura feminista no país. Ela investiga as relações entre a determinação sexo e a determinação essencial do sistema capitalista de produção – *a divisão da sociedade em classe sociais* – na totalidade do capitalismo internacional, sendo este dividido entre desenvolvido (nos países centrais) e subdesenvolvido (em países como o Brasil).

¹¹⁸ Walby (1990), uma das teóricas feministas mais influentes do Reino Unido da contemporaneidade, afirma que o termo patriarcado continua sendo usado e aceito amplamente nos anos 1980 e 1990. Na Inglaterra, em obras recentes (Walby, 1986; 1990) e num manual de sociologia da família britânica (D. Morgan, 1985). Na França, o termo apareceu em revistas de sociologia, estudos culturais, antropologia e arqueologia entre 1984 e 1996. Walby trabalha com a abordagem do patriarcado como um sistema independente do capitalismo. Mas ela reconhece que as relações entre patriarcado e desigualdade de classe e racismo estão endereçadas em caminhos diferentes entre as escritoras radicais. Cf. WALBY, Sylvia. **Theorizing Patriarchy**. London: Blackwell, 1990. 229p.

desconsiderava as diferenças de classe social, etnia, orientação sexual e nacionalidade entre as mulheres¹¹⁹.

Uma objeção a “patriarcado” era a sua generalidade: pode-se reprová-lo por universalizar uma forma de dominação masculina situada no tempo ou no espaço; ou então correr o risco de cair na falha inversa, de ser trans-histórico e transgeográfico. Alguns autores precisam o tempo e a localização de seu uso (Delphy, 1998), mas o uso atemporal também é legítimo, se não conceder poder explicativo ao termo e “patriarcado” for empregado de maneira descritiva¹²⁰ (DELPHY, 2009, p. 177).

Para Walby (1990), o conceito de patriarcado é indispensável para analisar a desigualdade de gênero na sociedade britânica contemporânea e em qualquer outra sociedade. A autora considera que as críticas ao patriarcado, como o seu essencialismo, a análise a-histórica e insensível para analisar as experiências de mulheres de diferentes culturas, classes e etnia, são inapropriadas. Ao contrário, o conceito e a teoria do patriarcado são essenciais para capturar a profundidade, a onipresença e a interconectividade de diferentes aspectos da subordinação das mulheres e pode ser desenvolvido como um caminho para diferentes formas de desigualdade de gênero no tempo, classe e grupo étnico.

Ela esclarece que existem diferenças entre as feministas radicais sobre as bases da supremacia masculina, mas que frequentemente são considerados a apropriação do corpo e da sexualidade das mulheres, em que alguns relatos consideram a violência masculina como a causa originária. A sexualidade é vista como a maior esfera da dominação dos homens sobre as mulheres, em que os homens impõem sua noção de feminilidade e a heterossexualidade é socialmente institucionalizada, organizando outros aspectos das relações de gênero. E a violência dos homens contra as mulheres é entendida como parte do sistema de controle das mulheres (WALBY, 1990).

¹¹⁹Sobre essas críticas ao patriarcado, conferir D’Atri (2008), Walby (1990), Benoit (2000), Delphy (2009), Saffioti (1992, 2004).

¹²⁰Por exemplo, as abordagens contemporâneas da sociologia de Göran Therborn e Manuel Castells são uma forma descritiva de pensar uma relação social em que a figura masculina simboliza o poder. No entanto, são abordagens que desconsideram as bases materiais capitalistas que sustentam a opressão das mulheres nos espaços público e privado. Para Castells (1999), a família patriarcal, base fundamental do patriarcalismo, vem sendo contestada neste fim de milênio pela transformação do trabalho feminino e conscientização da mulher, em que a incorporação maciça da mulher na força de trabalho aumentou seu poder de barganha *vis-à-vis* o homem, abalando a legitimidade da dominação masculina em sua condição de provedor da família. As forças propulsoras desses processos são o crescimento de uma economia informacional global, as mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie e um movimento feminista multifacetado. Para Therborn (2006), são sociedades pós-patriarcais aquelas localizadas nas regiões mais desenvolvidas em termos econômicos, como na Europa (exceção para algumas partes dos Balcãs e confins da Rússia), América do Norte, América Latina (exceção de partes dos Andes); Japão e Coréia (com generosidade) e Oceania. Porém na África, Ásia do Sul e Ásia Ocidental há uma forte hierarquia do marido sobre a mulher e influência parental sobre o casamento dos filhos.

Certamente, as crescentes críticas das militantes e intelectuais feministas ao caráter neutro e despolitizante do “gênero” enquanto categoria relacional têm contribuído para uma maior visibilidade do debate sobre patriarcado¹²¹.

Saffioti (1994) defende não abandonar o conceito de patriarcado, pois, mesmo com problemas, é o único que expressa a sujeição da mulher ao homem. Ela afirma que é possível abandonar a concepção de poder paterno para entendê-lo como direito sexual, uma vez que dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres. Além disso, o patriarcado não se restringe a uma relação privada, mas civil, que configura um tipo hierárquico de relação em todos os espaços da sociedade. Tem uma base material e representa uma estrutura de poder baseada na ideologia e na violência.

O debate sobre a relação entre o patriarcado e o capitalismo tem origem na tradição feminista socialista dos anos 1970, e hoje vem sendo retomado pelos movimentos feministas em todo o mundo, e particularmente no Brasil, conforme veremos na ação política das principais tendências feministas anticapitalistas em movimento no país atualmente¹²².

As lutas e os debates em torno de agenda política feminista anticapitalista e antipatriarcal estão sendo resgatados devido a cenário de acirramento das contradições do capital e suas consequências nefastas para a vida das mulheres trabalhadoras. Segundo o relatório da ONU, as mulheres representavam 70% dos pobres do mundo em 1994 (MÉSZÁROS, 2011), confirmando que as mulheres da classe trabalhadora conquistaram muito pouco até agora. E conforme Benoit (2000), a própria ONU afirma que a globalização soube integrar a cultura patriarcal.

Nesta discussão, destaca-se a retomada das teorias dos sistemas-dual patriarcado-capitalista ou capitalismo-patriarcal, debate ocorrido nas décadas de 1970 e 1980. Conforme Pateman (1993) e Walby (1990), a reflexão sobre a articulação patriarcado e capitalismo aparece com vários caminhos nessas teorias, apreendidos como sistemas autônomos ou interrelacionados.

Mais do que um foco exclusivo no capitalismo ou no patriarcado, a perspectiva dos sistemas-dual argumenta que ambos os sistemas são presentes e importantes na estruturação das relações de gênero na contemporaneidade. A desigualdade de gênero na

¹²¹Esta discussão sobre o caráter neutro da categoria gênero será objeto de reflexão no tópico 2.3. Segundo Delphy (2009), no domínio dos estudos feministas, patriarcado compete com o conceito de gênero nos países de língua inglesa. Os termos “patriarcado”, “gênero” ou “sistema de gênero”, “relações sociais de sexo” ou “relações sociais de gênero” podem ser opostos ou complementares, mas têm em comum a capacidade de oferecer uma explicação sobre a “dominação masculina” ou a “opressão das mulheres”, sendo estes últimos termos meramente descritivos (DELPHY, 2009).

¹²²As organizações feministas AMB, MMM e *Pão e Rosas* apresentam como perspectiva política a luta anticapitalista e antipatriarcal. Esta discussão será abordada no item 4.3.

contemporaneidade é analisada como um resultado da estrutura capitalista e patriarcal ou sociedade capitalista-patriarcal (WALBY, 1990).

De modo geral, essas abordagens fazem uma crítica a uma suposta incapacidade do marxismo ou de algumas interpretações marxistas economicistas/deterministas para analisar as particularidades da condição de opressão das mulheres nas sociedades capitalistas.

No campo das teorias dos sistemas-dual, destaca-se a reflexão de Zillah Eisenstein, que parte da interdependência entre o capitalismo e o patriarcado, consubstanciada no sistema “patriarcado capitalista”. Eisenstein (1980) fala sobre a necessidade de uma teoria que integre a existência sexual e de classe e conclui que nem os marxistas, nem as feministas radicais tratam de maneira suficiente as interrelações entre as ideias e as condições reais. Por isso, utiliza a análise de classe marxista como a *tese (a mulher como classe)*, a análise radical feminista do patriarcado como a *antítese (a mulher como sexo)* e que de ambos resulta a *síntese (feminismo social)*.

A Introdução do livro de Zillah R. Eisenstein, *Patriarcado Capitalista y Feminismo Socialista* (EISENSTEIN, 1980 a) afirma que o feminismo socialista busca desenvolver as questões feministas socialistas de modo teórico através da síntese entre a teoria marxista e o feminismo radical. Todavia, admite-se que ambos estão em processo de definição e a teoria feminista socialista está também em processo de formulação. Desenvolve-se uma teoria do feminismo socialista a partir do reconhecimento da interdependência entre o capitalismo e a supremacia masculina/patriarcado, na perspectiva do compromisso com o socialismo e o feminismo¹²³.

Segundo Eisenstein (1980 b), a expressão “patriarcado capitalista” é usada para acentuar uma relação dialética que se reforça mutuamente entre a estrutura de classe capitalista e a estruturação sexual hierarquizada. Ela afirma que esta interdependência é essencial para a análise do feminismo socialista.

Ainda que o patriarcado (entendido como a supremacia masculina) existia desde antes do capitalismo e continua existindo nas sociedades pós-capitalistas, o que é necessário entender é sua relação atual, se se quer mudar a estrutura da opressão. Neste sentido, o feminismo socialista transcende a análise marxista singular ou a teoria feminista radical isolada (EISENSTEIN, 1980 b, p. 15, tradução nossa).¹²⁴

¹²³Cf. EISENSTEIN, Zillah R. (Org.) **Patriarcado Capitalista y Feminismo Socialista**. México, España, Argentina e Colômbia: Siglo veintiuno editores, 1980 a.

¹²⁴Texto original: “Aunque el patriarcado (entendido como la supremacia masculina) existia desde antes Del capitalismo y continúa existiendo em lãs sociedades pó scapitalistas, lo que es necesario entender es su relación actual, si se quiere cambiar la estructura de la opresión. En este sentido, el feminismo socialista trasciente el análisis marxista singular o la teoria feminista radical aislada” (EISENSTEIN, 1980 b, p. 15).

A autora afirma buscar superar o pensamento dicotômico por um enfoque que chama de dialético. Assim, define que o 1º (primeiro) passo para formular uma teoria política do feminismo socialista que resulte numa síntese coerente entre feminismo radical e análises marxistas, que não apenas some as teorias do poder, senão que as considere interrelacionadas através da divisão sexual do trabalho, é definir o “*patriarcado capitalista*” como a raiz do problema, o que significa ao mesmo tempo propor o feminismo socialista como a resposta.

Para ela, a estratégia para revolução admite que as concepções sobre um proletariado potencialmente revolucionário são inadequadas para os objetivos do feminismo socialista. No nosso entendimento, tal visão a distancia da aceção de classe social em Marx, para quem a superação das contradições capital X trabalho assume caráter central no projeto de emancipação humana da classe trabalhadora.

Para Eisenstein (1980 b), a estratégia feminista socialista surge das lutas cotidianas das mulheres na produção, reprodução e consumo. Reconhece que a luta feminista começa com uma base comum que deriva dos papéis específicos compartilhados pelas mulheres no patriarcado, mas também argumenta que não é possível a organização interclassista em todas as questões que atingem as mulheres devido aos conflitos de classe entre si. No feminismo interclassista é possível uma mudança somente em torno de problemas como o aborto, o cuidado com a saúde, a violência e o cuidado com as crianças (EISENSTEIN, 1980 b).

Trata-se, ainda, de uma apropriação vulgar do método dialético, visto que Eisenstein (1980) utiliza o esquema de uma simples transposição da dialética de modo superficial (Tese, Antítese, Síntese) para construir sua teoria do feminismo socialista.

A sua perspectiva do sistema “*patriarcado capitalista*” já foi alvo de várias críticas. Pateman (1993) critica esse argumento da estrutura dual, pois, mesmo afirmando que “o capitalismo ainda é patriarcal” e que “eles estão totalmente entrelaçados”, Eisenstein também afirma que se deve reconhecer “dois sistemas, um econômico e o outro sexual, relativamente autônomos” (EISENSTEIN, 1981, p. 20¹²⁵ apud PATEMAN, 1993, p. 63). De acordo com Pateman (1993), “se o capitalismo é patriarcal, é difícil perceber o que se ganha com a insistência de que existem dois sistemas” (PATEMAN, 1993, p. 63).

¹²⁵Cf. EISENSTEIN, Zillah R. **Radical Future of Liberal feminism**. Nova York, Logman, 1981.p. 41-49.

Também com uma reflexão crítica, Saffioti (1988) reconhece a contribuição de Eisenstein (1980), mas a critica por esta reproduzir uma visão dualista que separa a dimensão política da econômica¹²⁶ (SILVA, 1992).

Já Heidi Hartmann (1979)¹²⁷ e Juliet Mitchell (1975)¹²⁸ analisam patriarcado e capitalismo como sistemas distintos e autônomos, mas que interagem empiricamente.

Heidi Hartmann parte do pressuposto que o marxismo é insuficiente para compreender a dinâmica da opressão específica das mulheres, em que suas categorias seriam “*sex-blind*” (ANDRADE, 2011; CHANTER, 2011; SAFFIOTI, 2000, 2004). Para Hartmann (1979), o “casamento” do marxismo com o feminismo tem sido insatisfatório para as feministas porque a luta feminista está subsumida na luta contra o capitalismo. Para ela, é necessário tornar este “casamento” saudável ou propor o divórcio.

Segundo Hartmann (1979), há uma inter-relação entre capitalismo e patriarcado, uma relação de parceria, que institui um capitalismo patriarcal. As relações sociais patriarcais instituíram uma divisão sexual do trabalho e segmentaram a classe trabalhadora, em que o patriarcado se adaptou ao capitalismo.

Nós argumentamos, contudo, que o patriarcado como um sistema de relações entre homens e mulheres existe no capitalismo, e que nas sociedades capitalistas existe uma parceria forte e saudável entre patriarcado e capital. Ainda se um começa com o conceito de patriarcado e uma compreensão do modo de produção capitalista, um reconhece imediatamente que a parceria do patriarcado e capital não era inevitável; homens e capitalistas frequentemente têm interesses conflitantes, particularmente sobre o uso da força de trabalho das mulheres (HARTMANN, 1979, p. 303, tradução nossa).¹²⁹

Também há uma distinção artificial entre luta econômica e ideológica em Mitchell, pelo qual o marxismo aparece como a teoria da luta de classes e a psicanálise como a teoria de análise do patriarcado (BRYSON, 2003).¹³⁰

¹²⁶Silva (1992) indica a leitura dos textos nos quais Saffioti expõe sua crítica: SAFFIOTI, H.I.B. Força de trabalho feminina: no interior das cifras. **Perspectiva**, UNESP, nº 8, 1985. _____. MOVIMENTOS Sociais: face feminina. In: CARVALHO, N. (org.) **A condição feminina**. São Paulo: Vértice, 1988.

¹²⁷HARTMANN, Heidi. The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union (1979). In: SARGENT, Lydia (Org.). **Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism**. Boston: South End Press, 1981. p. 299-308.

¹²⁸MITCHELL, Juliet. **Woman's Estate**. Maryland: Penguin Books, 1971.

¹²⁹Texto original: “We argue, however, that patriarchy as a system of relations between men and women exists in capitalism, and that in capitalist societies a healthy and strong partnership exists between patriarchy and capital. Yet if one begins with the concept of patriarchy and an understanding of the capitalist mode of production, one recognizes immediately that the partnership of patriarchy and capital was not inevitable; men and capitalists often have conflicting interests, particularly over the use of women's labor Power”. (HARTMANN, 1979, p. 303)

¹³⁰Bryson (2003) indica a presença dessa crítica também em Wilson (1980, p. 99) e Foreman (1978).

[...] Nós acreditamos que o objetivo do machismo é principalmente obter a satisfação do ego psicológico, e que só secundariamente isto se manifesta nas próprias relações econômicas [....] Por esta razão, nós não acreditamos que o capitalismo, ou qualquer outro sistema econômico, é a causa da opressão feminina, nem acreditamos que a opressão feminina desaparecerá como resultado de uma revolução puramente econômica. A opressão política das mulheres tem a sua própria dinâmica de classe. E essa dinâmica deve ser entendida em termos anteriormente chamada de 'não-política'- nomeadamente a política do ego [...] a identidade do ego masculino (é) mantida por meio de sua capacidade de ter o poder sobre o ego feminino (MITCHELL, 1971, p. 60).¹³¹

As elaborações teóricas de Hartmann (1979) e Mitchell (1971) são problemáticas porque subestimam a tensão entre patriarcado e capitalismo e além desse problema, tais análises não cobrem toda a gama de estruturas patriarcais, como por exemplo, a sexualidade e a violência. Porém, esta é uma falha superável, desde que seja possível incorporar as contribuições do feminismo radical com as análises de sexualidade, violência, cultura e Estado com as discussões do feminismo socialista sobre trabalho doméstico, trabalho assalariado, cultura e Estado, da qual resulte uma síntese que inclua trabalho assalariado, trabalho doméstico, sexualidade, violência, cultura e Estado (WALBY, 1990).

Walby (1990) considera que patriarcado, racismo e capitalismo produzem efeitos um no outro, em que a 6 estruturas das relações patriarcais (no modo de produção patriarcal, no trabalho pago, no Estado, violência masculina, na sexualidade e nas instituições culturais) se reforçam, mas são relativamente autônomas. Porém, a abordagem desta autora carece de uma ótica de totalidade social, visto que considera o capitalismo e o patriarcado como autônomos.

Conforme a reflexão de Andrade (2011), essa definição de um sistema “capitalista patriarcal” traduz uma abordagem dualista, de uma sociedade organizada pelo capitalismo e pelo patriarcado. Para ela, o dualismo sistêmico, ao separar as lutas contra o capitalismo e contra os homens, recairia numa combinação de determinismo econômico e completo idealismo. E mais, não conseguiria enxergar o capitalismo como totalidade, isto é, como um sistema econômico que interfere em cada área da vida, mudando toda a produção e alterando todas as relações sociais de produção.

De acordo com Andrade (2011), uma visão totalizante da realidade social perceberá a necessidade de unificação das lutas contra a dominação de gênero e de classe sem, com isso, colocar quaisquer das duas em segundo plano: “Ao analisarmos a totalidade social,

¹³¹Texto original: “[...] We believe that the purpose of male chauvinism is primarily to obtain psychological ego satisfaction, and that only secondarily does this manifest itself in economic relationships [...] For this reason we do not believe that capitalism, or any other economic system, is the cause of female oppression, nor do we believe that female oppression will disappear as a result of a purely economic revolution. The political oppression of women has its own class dynamic. And that dynamic must be understood in terms previously called ‘non-political’ namely the politics of the ego the male ego identity (is) sustained through its ability to have power over the female ego” (MITCHELL, 1971, p. 60).

econômica, política e cultural, percebemos então que há uma interconexão fundamental entre a luta das mulheres e a luta de classes, de forma que o capitalismo penetra em todos os cantos da vida social” (ANDRADE, 2011, p. 93).

Com a intenção de superar esses aspectos problemáticos e afirmar uma perspectiva de totalidade social na análise sobre a opressão das mulheres, Saffioti (1987, 1992, 1996, 1999, 2000, 2004) recupera as contribuições das *Teorias do Sistema-Dual patriarcado-capitalismo*, especialmente o paradigma da simbiose, para desenvolver sua tese sobre a simbiose patriarcado-racismo-capitalismo.

Segundo Saffioti (1992) sua reflexão sobre a fusão patriarcado-racismo-capitalismo como um único sistema de dominação tem origem na sua interpretação sobre o pensamento de Marx e Engels.

Para ela, a reflexão de Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, sugere que a opressão da mulher (que hoje corresponde ao gênero) tem o mesmo estatuto teórico das classes sociais, visto que ele considerou o antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia como a primeira contradição e opressão de classe da história (SAFFIOTI, 1992).

Saffioti (1992) assume uma posição contrária a toda e qualquer hierarquização e defende que a exploração e a dominação fazem parte de um mesmo processo:

Também do ponto de vista da história pessoal de cada um existe esta simultaneidade. Eis porque é impossível separar, mesmo para fins exclusivamente analíticos, discriminações de que são alvo as mulheres, segundo sua “filiação” ao patriarcado ou ao capitalismo (Saffioti, 1988) (SAFFIOTI, 1992, p. 195).

Ela defende a concepção que entende o patriarcado e o capitalismo como um único sistema, pois “[...] não são sistemas autônomos, nem mesmo interconectados, mas o mesmo sistema. Como formas integradas, eles devem ser examinados juntos.” (ARMSTROG, 1983 apud SAFFIOTI, 1992, p. 195). Esta postura reforça a idéia da simbiose patriarcado-racismo-capitalismo e do entendimento da classe e do gênero como uma construção simultânea ao longo da história (SAFFIOTI, 1992).

Saffioti apreende o cruzamento – o que difere de paralelismo – das contradições regidas pela simbiose patriarcado-racismo-capitalismo, como um único sistema de dominação.

Não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração. De rigor, não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo. Daí ter-se criado a metáfora do nó para dar conta da realidade da fusão patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 2004, p. 130, grifos originais).

O patriarcado foi se fundindo com o racismo e o capitalismo ao longo da história, o que demonstra a existência de um nó formado pelo patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 2000).

O nó formado pelo patriarcado-racismo-capitalismo constitui uma realidade bastante nova, que se construiu nos séculos XVI-XVIII, e que não apenas é contraditória, mas também regida por uma lógica igualmente contraditória. Não é possível pensar o econômico desvinculado do político, e o próprio Marx foi explícito a esse respeito. Enquanto a dimensão política de uma classe social não for constituída, ela não é verdadeiramente uma classe capaz de lutar por seus interesses. Foi, por conseguinte, o próprio Marx quem ensinou a pensar a nó, [...] A sociedade é uma totalidade, não com articulações entre elementos isolados, mas *orgânica*, como bem ensinou Marx (SAFFIOTI, 2000, p.73-74, grifos originais).

Baseada na reflexão do sistema patriarcal-racista-capitalista, Saffioti (1987) insere sua abordagem no interior da corrente *Feminista Socialista*¹³². Para ela, o *Feminismo Socialista* é o único feminismo radical do ponto de vista político, pois não negligencia os antagonismos fundamentais que respondem pela opressão de mulheres, minorias étnicas e pobres, em que a ideia da simbiose patriarcado-racismo-capitalismo potencia a força de cada contradição (SAFFIOTI, 1987).

A obra de Saffioti (1987, 1992, 1996, 1999, 2000, 2004) trouxe uma enorme contribuição em face das abordagens economicistas e dos enfoques dos sistemas-dual capitalismo e patriarcado, ao ressaltar a necessidade de um ponto de vista de totalidade na análise da questão da opressão das mulheres no capitalismo.

No entanto, entendemos que não se trata de fazer análises comparativas no sentido de atribuir um mesmo estatuto teórico de importância às contradições que regem o patriarcado e o capitalismo. Mesmo se considerarmos que tais contradições têm um mesmo peso moral, as categorias de classe social e de sexo têm estatutos teóricos e políticos distintos, conforme apontou Chanter (2011).

¹³²As outras abordagens sobre a questão feminina definidas por Saffioti (1987) são as seguintes: *Conservantismo*, que situa o estudo da mulher somente no plano fisiológico, no qual a mulher é considerada naturalmente inferior ao homem, assumindo-se como uma corrente não-feminista. *Liberalismo*, que defende a igualdade de oportunidades e a igualdade legal de direitos dentro da ordem capitalista para melhorar a condição de vida das mulheres. O *Feminismo Radical*, que desconsidera as relações intergêneros, reproduzindo uma postura sexista, pois não aceita a diferença biológica, portanto também não é feminista. E o *Marxismo –dogmático*, que apreende a opressão da mulher como uma questão de classe social.

Em Marx, produção e reprodução das relações sociais capitalistas compõem uma totalidade, em que as dimensões econômicas, políticas, ideológicas e culturais estão organicamente vinculadas. A partir dessa ótica, não é possível entender o patriarcado e o capitalismo como sistemas autônomos que se articulam empiricamente, baseado numa dualidade que separa o econômico do político/ideológico.

Da mesma forma, o enfoque da simbiose patriarcado-racismo-capitalismo, como único sistema de dominação/exploração, tende a se distanciar de uma perspectiva de totalidade, uma vez que a reflexão limita a análise sobre a complexidade do capitalismo, do patriarcado e da relação entre ambos. Dessa forma, a análise fusional corre o risco de obscurecer a centralidade do antagonismo de classe social para um projeto de emancipação humana, no qual se incluem as particularidades das mulheres enquanto segmento historicamente oprimido.

Trata-se de resgatar a totalidade da vida social sem perder a riqueza de cada relação, com análises que rejeitam “[...] o jogo das dualidades e/ou articulações, resgatando a noção de totalidade da vida social, sem perder a riqueza de cada relação (Saffioti, 1989), cada uma delas sendo transversa ao todo social (Ferrand, 1989)” (CASTRO; LAVINAS, 1992, p. 242).

De acordo com D’Atri (2008), o feminismo socialista procura combinar a análise marxista da classe com a análise da opressão da mulher, acentuando o conceito de patriarcado e do seu desenvolvimento histórico na organização das relações familiares nos diferentes modos de produção. Aqui, o problema da desigualdade é apreendido como uma questão social, priorizando os conceitos de Divisão Sexual do Trabalho e Patriarcado/ Matriarcado, na perspectiva da defesa de uma revolução socialista e da luta anticapitalista como política global dentro da qual se incluíam as demandas específicas das mulheres.

Salientamos que o termo patriarcado, desde que analisado a partir de uma perspectiva histórica e na totalidade do sistema capitalista, tem sido um avanço teórico-político no campo do feminismo socialista e marxista, por indicar o elemento cultural que perpassa a opressão das mulheres nas suas condições sócio-históricas, rejeitando as concepções estruturalistas que concebiam dominação masculina como imutável. De acordo com Andrade (2011), se apreendido a partir de uma perspectiva histórica, dialética e concreta na totalidade das relações sociais capitalistas, o patriarcado perde o seu caráter abstrato e a-histórico.

Nessa reflexão, vale ressaltar as recentes elaborações de Kergoat (2009), em que a autora considera o patriarcado como um sistema que configura a *Divisão Sexual do Trabalho* no capitalismo, no âmbito das *Relações Sociais de Sexo*, temática a ser discutida no próximo item.

3.2 RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO/DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.

“A classe operária tem dois sexos”.

*Elisabeth Souza-Lobo*¹³³

O enfoque da *divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo* surge na França, no contexto dos anos 1970, como parte dos debates levantados durante a Segunda Onda feminista, particularmente no campo das tendências feministas socialistas e marxistas.

Para Kergoat (2009), uma das expoentes desta abordagem, o movimento feminista nessa época não começou com a reivindicação pelo aborto, mas a partir da tomada de consciência da opressão das mulheres acerca do trabalho doméstico desenvolvido por elas, de forma gratuita e invisível, sob o manto de atribuição natural da mulher, de amor e dever maternal, e portanto, como trabalho não-pago.

Para essas feministas, a origem da opressão das mulheres reside na divisão sexual do trabalho, organizada principalmente sobre a exploração do trabalho doméstico das mulheres, e caracterizada pela separação entre trabalho feminino - próprio da esfera reprodutiva - e trabalho masculino - no espaço produtivo¹³⁴.

No Brasil, o debate sobre a divisão sexual do trabalho também surge nas décadas de 1970/1980, impulsionado pelos movimentos feministas, que em sua maioria tinham uma interlocução com o ideário socialista e marxista.

Até a década de 1970, os estudos sobre trabalho e trabalhadores no Brasil expressavam uma visão homogênea da classe trabalhadora, ocultando a atividade feminina e as desigualdades de gênero. Os estudos pioneiros dessa temática no Brasil foram os de Safiotti (1969)¹³⁵ e Blay (1978), que trataram da condição feminina e do trabalho das mulheres, apresentados ainda como uma categoria específica e sem um enfoque comparativo entre

¹³³ Expressão de Elisabeth Souza-Lobo, uma das pioneiras no debate sobre as relações de sexo/gênero no mundo do trabalho no Brasil. Ela chamou a atenção para a configuração não-homogênea classe trabalhadora, exigindo o reconhecimento das diferenças de sexo/gênero. Cf. SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência**. 2.ed. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2011. 304p. Este livro foi publicado originalmente em 1991. Para a sua publicação no ano de 2011, foi acrescentado um prefácio à 2ª (segunda) edição, elaborado por Leila Blass, Helena Hirata e Vera Soares, com reflexões sobre as novas configurações da divisão sexual do trabalho e os novos enfoques sobre gênero e trabalho no Brasil no período entre 1999-2010.

¹³⁴ Conforme Alambert (1986), o movimento feminista francês se organizou a partir da denúncia da exploração do trabalho doméstico das mulheres pelos homens, apreendido como a causa fundamental da opressão das mulheres. Sob a influência da esquerda, este feminismo esteve mais voltado para a análise da questão da divisão sexual e social do trabalho no âmbito das relações sociais capitalistas. (ALAMBERT, 1986)

¹³⁵ SAFFIOTTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1979. 384p. (Coleção Sociologia Brasileira, v. 4) A primeira edição deste livro foi publicada em 1969.

homens e mulheres. O enfoque comparativo aparece na sociologia brasileira somente no início dos anos 1980 com as reflexões de Elisabeth Souza-Lobo sobre o “masculino e feminino na linha de montagem” (1985) em colaboração com Vera Soares¹³⁶ (BLASS; HIRATA; SOARES, 2011).¹³⁷

As pesquisadoras desta tendência vêm desenvolvendo reflexões sobre o papel da mulher na reprodução social capitalista, incluída nesta a funcionalidade do trabalho doméstico feminino para a reprodução da força de trabalho, a partir do pensamento de Marx e Engels.

O marxismo clássico não problematizou o trabalho doméstico, nem a divisão sexual do trabalho¹³⁸, mas indicou algumas pistas para o seu desenvolvimento, como por exemplo, a existência da dupla opressão das mulheres, pelos maridos na família e pelos capitalistas na indústria.

Considerando que em Marx, produção e reprodução fazem parte de um mesmo processo de acumulação de capital, em que o consumo do trabalhador é produtivo, as feministas marxistas enfatizaram o papel do trabalho feminino doméstico na reprodução da força de trabalho. A partir daí, o trabalho doméstico é situado como parte dos mecanismos de reprodução da força de trabalho, portanto, não é visto como algo isolado do processo de valorização do capital como um todo, composto por produção, distribuição, troca e consumo¹³⁹.

Com base em interpretações do pensamento de Marx, desenvolveu-se um debate polêmico sobre o trabalho doméstico, em que se buscou incorporar as categorias marxistas ao trabalho doméstico. Isto gerou um debate acirrado, marcado por leituras distorcidas e revisionistas do pensamento de Marx, mas também por análises coerentes.

De acordo com Bottomore (2001), os limites do debate sobre o trabalho doméstico no âmbito do feminismo marxista foram observados na tentativa fracassada de desvelar as bases materiais da opressão das mulheres, posto que tentou aplicar as categorias marxistas oriundas

¹³⁶ Com base em suas pesquisas sobre o trabalho e as lutas das operárias nos anos 1980, o gênero do trabalho e os movimentos feministas nos anos 1980/1990, Elisabeth Souza-Lobo publica em 1991 o livro *“A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência”*, pondo em discussão a dimensão das relações de sexo/gênero da classe trabalhadora.

¹³⁷ Conferir o prefácio à 2ª edição do livro de Elisabeth Souza-Lobo *“A Classe Operária tem dois Sexos: Trabalho, dominação e resistência”*, escrito por Leila Blass, Helena Hirata e Vera Soares. Cf. SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência**. 2.ed. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2011. 304p.

¹³⁸ Aliás, Marx e Engels fizeram referência a uma divisão natural do trabalho entre homens e mulheres na família para a reprodução da espécie, em *“A Ideologia Alemã”*. E Engels afirmou que a primeira contradição de classe da história foi aquela entre o homem e a mulher na monogamia, em *“A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”*.

¹³⁹ Ver o debate sobre a relação entre produção, distribuição, troca e consumo em MARX, Karl. Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: _____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 237-272.

da análise do trabalho assalariado, em que um segmento passou a considerar o trabalho doméstico como trabalho produtivo e reivindicar pagamento de salário às mulheres, limitando a análise à sociedade capitalista.

Superando as análises equivocadas que consideram o trabalho doméstico como produtivo, Molineux (1979) afirma que o trabalho doméstico não equivale à produção social. A autora reconhece a importância do trabalho doméstico, mas não o considera crucial para o capitalismo e destacou a necessidade de analisar as dimensões culturais e históricas do trabalho doméstico.

Ela esclarece que uma análise marxista do trabalho doméstico é diferente de pensar o trabalho doméstico dentro do conceito de modo de produção capitalista: “Pois uma coisa é produzir uma análise marxista do trabalho doméstico, e outra bem diferente é tentar assimilar o trabalho doméstico no conceito de modo de produção capitalista e nas leis do movimento da economia capitalista” (MOLINEUX, 1979, p. 20, tradução nossa).¹⁴⁰

Conforme Nogueira (2006), nos termos de Marx, o trabalho doméstico não objetiva a criação de mercadorias, mas a criação de bens úteis indispensáveis para a sobrevivência da família, em que o capital se apropria indiretamente dessa “esfera da reprodução”. O trabalho assalariado cria valor de troca e o trabalho doméstico cria bens úteis necessários à reprodução da família.

O trabalho doméstico feminino é uma atividade laborativa que contribui com a reprodução da força de trabalho, e dessa forma, cria as condições sociais para a reprodução do trabalhador e, portanto, para a continuidade do capitalismo. Não o consideramos como trabalho, nos termos de Marx, seja trabalho produtivo ou improdutivo¹⁴¹, visto que ambos pressupõem uma relação de assalariamento.

As atividades domésticas desenvolvidas nas relações familiares não configuram trabalho, mas são atividades que contribuem para a redução dos custos de reprodução da força de trabalho, e consequentemente, com a acumulação de capital.

Outro aspecto apontado por Bottomore (2001) é que a realidade da dupla jornada de trabalho para as mulheres trabalhadoras, não explica a existência da divisão sexual do trabalho, na qual o trabalho doméstico ainda é, em grande parte, considerado uma atribuição

¹⁴⁰Texto original: “For it is one thing to produce a Marxist analysis of domestic labour, and quite another to attempt to assimilate domestic labour into the concept of the capitalist mode of production and the laws of motion of the capitalist economy” (MOLINEUX, 1979, p. 20) Cf. MOLINEUX, Maxine. Beyond the Domestic Labour Debate. *New Left Review*, Londres, n. 116, jul.-aug., p. 3-27, 1979.

¹⁴¹O tema trabalho produtivo ou improdutivo é polêmico entre os próprios marxistas, conforme salientou Iamamoto (2007). Compartilhamos da interpretação desta autora de que o trabalho produtivo é aquele que produz mais-valia para o capitalista; e que o trabalho improdutivo é aquele que produz valor de uso. Esta discussão é objeto de reflexão no capítulo 6, Inédito de *O Capital*, de Karl Marx.

feminina. Bottomore (2001) ressaltava a necessidade de elaborar conceitos que reconhecessem as diferenças entre homens e mulheres, o que exigiria uma análise mais adequada da divisão sexual do trabalho assalariado, na qual se incluía a opressão *das mulheres* e não uma categoria particular de trabalhadores envolvidos no trabalho doméstico. Nesse sentido, afirma:

Para ir mais além, será necessário produzir conceitos a partir do estudo do próprio trabalho doméstico e da opressão das mulheres. E sobretudo, estes terão de ser conceitos que façam distinção entre homens e mulheres e não reproduzam a indiferença pelos sexos das categorias construídas por Marx para a análise do trabalho assalariado.[...] a relação entre trabalho doméstico concebido como trabalho privado realizado dentro do lar e como trabalho que participa da reprodução terá de ser esclarecida (BOTTOMORE, 2001, p. 385).¹⁴²

Um outro problema teórico-político diz respeito a negação da centralidade da classe social presente na abordagem das *Relações Sociais de Sexo/Divisão Sexual do Trabalho*, aspecto estratégico do projeto societário emancipatório da classe trabalhadora.

Para Kergoat (1986), há uma unidade entre produção e reprodução, o que implica apreender a totalidade da relação social, em que a relação entre os sexos não se esgota na relação conjugal, assim como a relação de classe não se esgota na relação de produção *stricto sensu* ou na relação salarial.

Ao argumentar sobre a necessidade de trabalhar simultaneamente com relações entre os sexos (opressão) e relações de classe (exploração), Kergoat (1986) afirma recusar-se a hierarquizar essas relações, pois considera que não há um inimigo central. As operárias são aliadas e antagônicas em relação aos operários.

Segundo Hirata (2002), a recusa a hierarquização das relações sociais de sexo e de classe, conduziu Kergoat a elaboração da ideia de “coextensividade” para pensar a imbricação de duas relações sociais, as de classe e as de sexo.

Relações de classe ou relações de sexo, antagonismos de classe ou antagonismos de sexo, tudo se passava como se a importância dada a uma dessas relações implicasse deixar a outra no plano secundário. Foi Danièle Kergoat que conceitualizou essas duas relações sociais em termos de “coextensividade”, ou seja, em termos de uma sobreposição parcial de uma pela outra. De fato, nesse caso, há uma recusa a pensar em termos da articulação produção/reprodução e, ao mesmo tempo, uma “recusa a hierarquizar” relações sociais (HIRATA, 2002, p. 276-277).¹⁴³

¹⁴²Cf. BOTTOMORE, Tom. Trabalho Doméstico. In: DICIONÁRIO do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 384-385. A primeira edição deste Dicionário foi publicada no ano de 1983, em Londres.

¹⁴³Aqui, Hirata (2002) faz referência a este trabalho: KERGOAT, D. Plaidoyer pour une sociologie des rapports sociaux: de l'analyse et critique des catégories dominantes à la mise en place d'une nouvelle conceptualisation. In: **Le sexe du travail: structures familiales et système productif**. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1984 a p. 207-20.

Na verdade, por trás dessa chamada “recusa a hierarquizar” as relações de classe ou de sexo, a análise marxista clássica sobre a potencialidade revolucionária da classe trabalhadora cede lugar a um novo conceito, o de “sujeito sexuado”.

A preeminência do econômico, que fez da força de trabalho um conceito-chave na análise marxista clássica das relações de dominação, cede lugar ao conceito de “sujeito sexuado”, inserido em uma rede de relações intersubjetivas. É essa passagem do primado do econômico e das relações de exploração para a afirmativa de uma ligação indissociável entre opressão sexual (e de classe) e exploração econômica (e de sexo) que permite, a meu ver, reconceitualizar o trabalho, dinamizá-lo, a partir da introdução de uma subjetividade efetiva, ao mesmo tempo “sexuada” e de “classe”, de acordo com a expressão de Kergoat (HIRATA, 2002, p.277).¹⁴⁴

A abordagem da *divisão sexual do trabalho/relações sociais de sexo* permanece no debate feminista contemporâneo, com reflexões atualizadas sobre a *divisão sexual do trabalho* e sua relação com o patriarcado no contexto da reestruturação produtiva, mas ainda é minoritária nos meios acadêmicos em nível mundial, particularmente no Brasil, uma vez que o debate em torno da categoria gênero ganhou mais aceitação e visibilidade.

Apesar das conquistas feministas das três últimas décadas, uma desigual *divisão sexual do trabalho* permanece e se reatualiza em todas as partes do mundo. A tradicional *divisão sexual do trabalho*, que historicamente destina às mulheres a realização de tarefas ditas “femininas” no espaço doméstico, e aos homens as atividades de maior especialização e prestígio no mercado de trabalho, mantém-se no capitalismo contemporâneo.

Conforme Hirata (2002), as mudanças nos padrões de produção, com as novas tecnologias, a organização do taylorismo e as novas formas de gestão do trabalho, não modificaram a divisão sexual do trabalho. Com base em pesquisas recentes realizadas na França, Brasil e Japão, ela concluiu que as inovações tecnológicas suprimem mão-de-obra não-qualificada, seja ela masculina ou feminina, mas o desemprego é uma ameaça maior para as mulheres, pois às mulheres são reservadas as funções menos qualificadas e técnicas. Uma das consequências da introdução da automação foi criação de funções qualificadas reservadas à mão-de-obra masculina, reforçando a marginalidade das mulheres. Ela mostra, ainda, que o taylorismo não acabou para a mão-de-obra feminina, mesmo na França atualmente ou nas

¹⁴⁴ Segundo Hirata; Zarifian (2009), Kergoat e outras pesquisadoras do GEDISST (Grupo de Estudos Divisão Social e Sexual do Trabalho) propuseram um novo conceito de trabalho que seja capaz de incluir o sexo social e o trabalho doméstico com a análise do trabalho profissional e doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social, enquanto categorias indissociáveis.

indústrias dos países subdesenvolvidos. Quer dizer, as qualificações femininas ainda são reconhecidas enquanto talentos naturais.

Em relação à gestão da força de trabalho, a flexibilidade do contrato de trabalho tem como alvo as mulheres, em que mão-de-obra flexível significa mão-de-obra feminina contratada em tempo parcial. Dessa forma, a autora argumenta que seria difícil explicar a flexibilização da mão-de-obra feminina sem introduzir a dimensão familiar, a lógica do salário complementar, a preeminência da condição de mães de família sobre a condição de trabalhadoras (HIRATA, 2002).

As características atuais do emprego feminino mantém a segmentação das profissões ditas femininas e a desvalorização do trabalho das mulheres. Conforme Blass, Hirata e Soares (2011) ¹⁴⁵permanece e se reatualiza, nos últimos 20 anos (1990-2010). Em quase todas as partes do mundo observa-se uma bipolarização do emprego feminino, com um pólo majoritário tradicionalmente feminino (áreas de educação, saúde, serviços e comércio), geralmente desprestigiado, e um pólo minoritário de profissões valorizadas (médicas, engenheiras, professoras universitárias, advogadas, etc). De outro lado, a maioria dos empregos criados apresenta uma enorme precarização e vulnerabilidade das condições de trabalho.

As mulheres estão submetidas a empregos precários, terceirizados, subcontratos, em tempo parcial, realizando tarefas minuciosas e polivalentes, e ainda com baixos salários e inferiores ao salário masculino, cenário que tem evidenciado o fenômeno da feminização da pobreza em nível mundial e na particularidade brasileira.

Portanto, esta desigual *divisão sexual do trabalho*, marcada de um lado, pela exploração do trabalho doméstico e de outro, pela precarização e desvalorização do trabalho profissional feminino, se mostra funcional aos interesses de valorização do capital no atual contexto de reestruturação produtiva, demonstrando ser um dos componentes do modo de produção e reprodução social capitalista.

Para Kergoat (1996), a *divisão sexual do trabalho* reflete sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza esta diferenciação para hierarquizar as atividades, demonstrando que há uma relação social entre os grupos de sexo. Portanto, a *divisão sexual do trabalho* está no centro do poder que os homens exercem sobre as mulheres. Mas ela explica que a reflexão sobre as *relações sociais de sexo* é anterior e posterior a *divisão sexual do trabalho*.

¹⁴⁵ Conferir o prefácio à 2ª edição do livro de Elisabeth Souza-Lobo “*A Classe Operária tem dois Sexos: Trabalho, dominação e resistência*”, escrito por Leila Blass, Helena Hirata e Vera Soares. Cf. SOUZA LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência**. 2. ed. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2011. 304p.

Para Kergoat (1992), as relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são expressões indissociáveis. A divisão sexual do trabalho é um aspecto das relações sociais sexuadas (HIRATA, 2002).

As *relações sociais de sexo* são mais amplas. Segundo Kergoat (1996, 2009), elas são formadas pelo grupo social dos homens e das mulheres, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada de *divisão sexual do trabalho*, sendo esta, marcada por uma relação de poder dos homens sobre as mulheres. Portanto, a *divisão sexual do trabalho* é um conceito analítico.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.) (KERGOAT, 2009, p. 67).

Deve-se observar o conjunto das relações sociais na constituição da identidade, em que os sujeitos sofrem a ação das relações sociais e igualmente agem sobre elas. Considerar apenas a relação de dominação homem/mulher é insuficiente, pois a relação entre os sexos não se esgota na relação conjugal (KERGOAT, 1996).

As *Relações Sociais de Sexo* rompem com as explicações biologizantes, com a essencialização do masculino e do feminino e com os modelos universais de dominação, como o patriarcado¹⁴⁶ (KERGOAT, 1996). A reflexão sobre as *Relações Sociais de Sexo* parte do pressuposto de que as condições de vida de homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas de uma construção social.

As *relações sociais de sexo* podem ser consideradas como um paradigma das relações de dominação, visto que elas se encontram em todas as sociedades conhecidas, são estruturantes do campo social, transversais à totalidade social, demarcam uma relação antagônica entre homens e mulheres, marcada por uma relação de poder do homem sobre a mulher e inscrevem-se numa base material e não apenas ideológica (KERGOAT, 1996, 2009).

Em suas reflexões recentes, Kergoat (2009) ressalta a necessidade de se pensar as relações sociais de sexo no interior das relações sociais mais amplas. Nesse sentido, ela destaca que o debate atual problematiza se se deve privilegiar a reflexão sobre relações sociais de sexo ou o conjunto das relações sociais em sua simultaneidade. Defende que “[...]”

¹⁴⁶No artigo de 1996, Kergoat (1996) fazia a crítica a abordagem estruturalista do patriarcado, a qual estava fundada numa visão da subordinação feminina como algo imutável. Admitia a combinação das relações sociais de sexo com a reflexão sobre gênero.

considerar apenas o elo de dominação homem-mulher e as lutas contra ele é insuficiente para tornar inteligíveis a diversidade e a complexidade das práticas sociais masculinas e femininas” (KERGOAT, 2009, p. 73).

Relacionada a estas advertências, outro debate em curso é sobre a transversalidade das *relações sociais de sexo*, considerada um consenso nos estudos reunidos em “*O Sexo do Trabalho*”¹⁴⁷, mas que hoje se mostra insuficiente, se não vier acompanhada de uma reflexão sobre a interpenetração constante das relações sociais, pois é impossível isolar o trabalho ou o emprego das mulheres da totalidade do social (KERGOAT, 2009).

Mas Kergoat (2009) afirma que “o conteúdo da expressão ‘relações sociais de sexo’ é controverso” (KERGOAT, 2009, p. 72). Ela explica que o idioma francês tem a vantagem de possuir duas palavras, *rapporte relation* - ambas traduzidas em português por *relação* - que recobrem dois níveis de apreensão da sexuação do social (tornar o social sexuado), sendo a primeira (*rapport*) referida a *divisão sexual do trabalho*, configurada pela opressão de um sexo pelo outro e, portanto, por um sistema patriarcal, e a segunda (*relation*), que remete ao conjunto das relações sociais.

A noção de *rapport* social aborda a tensão antagônica que se desenrola, em particular, em torno da questão da divisão sexual do trabalho e que termina na criação de grupos sociais com interesses contraditórios. A denominação *relations* sociais remete às relações concretas que os grupos e indivíduos mantêm. Assim, as formas sociais “casal” ou “família”, que podemos observar em nossas sociedades, são ao mesmo tempo expressão das relações (*rapports*) sociais de sexo configuradas por um sistema patriarcal e também espaços de interação social que vão, eles mesmos, recriar o social e dinamizar parcialmente o processo de sexuação do social (KERGOAT, 2009, p. 72).

Kergoat (2009) admite que as *relações sociais de sexo* e a *divisão sexual do trabalho* estejam permeadas por um sistema patriarcal, o que revela a possibilidade de se utilizar esses dois referenciais explicativos para compreender os vários aspectos da condição de opressão das mulheres no âmbito das relações sociais capitalistas¹⁴⁸.

A perspectiva das *Relações Sociais de Sexo*, ao apreender a existência de uma relação antagônica entre homens e mulheres, fruto de uma construção social, expressa numa desigual divisão sexual do trabalho, a qual é permeada por um sistema patriarcal, buscou estabelecer

¹⁴⁷KARTCHEVSKY, Andrée et. al. **O Sexo do Trabalho**. Traduzido por Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

¹⁴⁸Souza-Lobo (2011) considera que a Divisão Sexual do trabalho e o Patriarcado são temáticas próprias, mas que podem estar relacionadas no âmbito do feminismo marxista: “Essas abordagens constituem temáticas próprias: de um lado, aquelas cujo eixo de reflexão está na formulação de uma teoria do patriarcado, de outro, a corrente marxista, cuja principal problemática é a da divisão sexual do trabalho, embora frequentemente tente integrar as duas problemáticas” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 188).

mediações para apreensão das particularidades da opressão feminina no âmbito da totalidade capitalista.

No entanto, a ideia de “coextensividade” e de “sujeito sexuado” representa limites teórico-políticos ao projeto de emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana, uma vez que nega a ótica da centralidade da superação da contradição de classe capital X trabalho.

Entendemos que a luta feminista pela emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana envolve uma luta contra as diversas formas de opressão das mulheres (divisão sexual do trabalho, controle da sexualidade, desigualdade no poder político, violência doméstica, entre outras) na totalidade da sociedade capitalista e patriarcal. A compreensão desses processos na totalidade social certamente conduzirá a uma prática política que nega separar a luta de classes das lutas entre os sexos.

3.3 GÊNERO E CLASSE SOCIAL.

*“[...] o gênero deve ser redefinido e reestruturado
em conjunção com uma visão de igualdade política e social
que inclui não somente o sexo, mas também a classe e a raça”*
(SCOTT, 1990, p. 19).¹⁴⁹

A reflexão sobre gênero também surge como parte dos debates trazidos pela Segunda Onda feminista dos anos 1960/1970, especialmente entre as feministas americanas. Conforme Fonseca (1997), foi num contexto de efervescência dos movimentos e lutas sociais, com destaque para os movimentos contra a guerra do Vietnã, contra o racismo e pelas liberdades sexuais, que as feministas começaram a utilizar a palavra gênero para se referir à construção social das relações entre os sexos.

As feministas americanas insistiam no caráter social das distinções fundadas sobre o sexo. A palavra rejeitava o determinismo biológico implícito no termo “sexo” ou “diferença sexual”, enfatizando o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. A existência de estudos femininos centrados sobre as mulheres de forma estreita também levou a utilização do gênero para introduzir uma noção relacional, em que mulheres e homens são definidos em reciprocidade, donde a compreensão deles não pode ser alcançada por um

¹⁴⁹Cf. SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16 (2), p. 5-22, jul./dez., 1990. Este artigo foi publicado originalmente em 1986, no *American Historical Review*.

estudo separado, isto é, o estudo sobre as “mulheres” implica informação sobre os homens (SCOTT, 1990).

No contexto da “Segunda Onda” da política feminista, a discussão girava em torno dos “determinismos biológicos” *versus* “construcionismo social”. A partir da percepção de Simone de Beauvoir de que *não se nasce mulher*, a construção do “ser mulher” e do “ser homem” tornou-se um problema para os funcionalistas burgueses e os existencialistas pré-feministas no período do pós-guerra, contexto no qual a vida das mulheres passava por reformulações num sistema dominado pelos homens e no mundo capitalista. Nesse ambiente, o psicanalista Robert Stoller formulou o conceito de “identidade de gênero”, elaborado a partir de pesquisa realizada no Centro Médico para o Estudo de Intersexuais e Transexuais, na Universidade da Califórnia, em los Angeles. Ele formulou este conceito a partir da distinção biologia/cultura, em que sexo estava vinculado à biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e gênero à cultura (psicologia, sociologia)¹⁵⁰ (HARAWAY, 2004).

Nessa época, o gênero era usado de modo descritivo, enquanto conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres, podendo ser utilizado como substituto para mulheres e para sugerir que a informação sobre o assunto “mulheres” é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Na sua utilização mais simples, o “gênero” é sinônimo de “mulheres”, também sendo usado para fazer-se reconhecer como um campo de pesquisas. Para isso, buscou assumir uma conotação mais neutra do que “mulheres”, dissociando-se do feminismo (SCOTT, 1990).

Nessa utilização, o termo “gênero” não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, ainda mais que ele não designa a parte lesada (e até o presente invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela sua posição política afirmando (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o “gênero” inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece assim não constituir uma ameaça crítica. Este uso de “gênero” é um aspecto que se poderia chamar de busca de uma legitimidade institucional para os estudos feministas, nos anos 80 (SCOTT, 1990, p. 7).

A crítica a esse caráter neutro e despolitizante do gênero foi apontado pelas feministas, e dirigida especialmente à academia.

¹⁵⁰ Este conceito de “identidade de gênero” foi apresentado no Congresso Internacional de Psicanálise, na cidade de Estocolmo, em 1963 (HARAWAY, 2004).

A palavra “gênero”, cunhada por feministas para designar a base social de adscrição sexual e, assim, para revelar a política sexual, foi neutralizada por acadêmicos a ponto de, hoje, designar simplesmente as diferenças biológicas entre os sexos [...] ‘Gênero’ tornou-se um termo apolítico, uma palavra que permite evitar a designação específica de ‘mulheres’. ‘Gênero’ faz sumir o patriarcado, o contexto histórico e político do poder. É neste contexto em que a sexualidade feminina é prostituída no mundo inteiro a fim de assegurar a dominação das mulheres (BARRY, 1995, p. 11 apud FONSECA, 1997, p. 15).

Os *gender studies* (“*estudos de gênero*”) desenvolvem-se ainda na passagem dos anos 1970 aos 1980 nos meios acadêmicos, suplantando os *women’s studies* (“*estudos das mulheres*”). Estes últimos eram marcados por uma leitura mais descritiva e menos analítica sobre a questão da subordinação e opressão das mulheres¹⁵¹. Por outro lado, conforme assinala Fonseca (1997), as pesquisadoras eram influenciadas pelo movimento feminista, que denunciava as formas de discriminação. O debate acadêmico estava atrelado à causa política, em que a pesquisa estava voltada para a denúncia dos mecanismos de dominação, na perspectiva de construir uma nova igualdade entre os sexos.

“Gênero” surge no âmbito dos “*estudos das mulheres*”, mas essa transformação de “*estudos das mulheres*” para “*estudos de gênero*” representou mais do que uma mera mudança retórica. O gênero passou a ser visto como um objeto de investigação no âmbito das ciências humanas e sociais (FONSECA, 1997). Havia a necessidade de uma teoria para explicar o conceito de gênero (SCOTT, 1990).

Os “*estudos das mulheres*” não atendiam mais aos desafios feministas, pois se buscava entender mais profundamente as várias situações de desigualdade sofridas pelas mulheres (FONSECA, 1997; MACHADO, 1998; LOURO, 1996, 1997). O uso descritivo de gênero não tinha a força de análise suficiente para questionar e mudar os paradigmas históricos existentes (SCOTT, 1990).

O termo gênero começou a difundir-se com força inusitada a partir da influência marcante da antropóloga Gayle Rubin, com a formulação dos sistemas sexo/gênero, dos anos 1970 até o início dos anos 1990 (PISCITELLI, 1998).

A análise pioneira de Gayle Rubin (1979) submete a uma crítica feminista as teorias de Levis-Strauss sobre o parentesco e a psicanálise na vertente Lacaniana e faz incursões com o pensamento marxista. A autora contextualiza a situação das mulheres nas relações sociais capitalistas, destacando a função do trabalho doméstico no desenvolvimento do sistema

¹⁵¹Os “*estudos das mulheres*” tinham um caráter descritivo, os quais estavam voltados para o mapeamento e denúncia da condição feminina em diversas áreas, com estudos sobre Mulher e Trabalho, Mulher e Família, Mulher e Política, Mulher e Saúde/Sexualidade, Violência contra a Mulher, entre outros.

capitalista, mas afirma que a opressão das mulheres não reside na sua utilidade no interior da divisão sexual do trabalho capitalista. Rubin (1979) assim definiu o sistema sexo/gênero:

Adoto como definição preliminar de um ‘sistema de sexo/gênero’ um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas (RUBIN, 1979, p.02).

Em Rubin (1979), a dominação masculina sobre as mulheres é produto de relações sociais específicas que a organizam e possui um caráter histórico e mutável. A construção social do gênero se dá sobre um corpo sexuado, mas com ênfase na dimensão biológica, o que reitera uma dualidade biologia/cultura.

Saffioti (1992) explica que em Rubin (1979) se parte do natural para o social. Na verdade o vetor vai do social para os indivíduos, os indivíduos são transformados através das relações de gênero, o movimento vai das relações de gênero para o sexo anatômico e não o contrário: “As relações de gênero não resultam da existência de dois sexos, macho e fêmea, como fica explícito no conceito de sistema de sexo-gênero, de Rubin” (SAFFIOTI, 1992, p. 187).

Mas o termo gênero irá ganhar enorme legitimidade acadêmica no âmbito das teorias pós-modernas. Até então, os estudos e pesquisas feministas eram quase que exclusivamente elaborados pelo movimento feminista, até o gênero vir a constituir-se num objeto de estudo na academia, que irá oferecer um suporte analítico compatível com as necessidades do feminismo em aprofundar o debate sobre as diferenças e a identidade das mulheres.

Segundo Scavone (2004), necessitava-se de uma teoria capaz de pensar a pluralidade e diversidade, em lugar de unidades universais¹⁵². Apesar de possuir raízes na história das lutas feministas, a emergência das questões feministas nas Ciências Sociais deve ser compreendida no âmbito da chamada “transição paradigmática”, ainda em vigor na sociedade e na ciência. Nesse sentido, não foi por acaso que os estudos e as pesquisas de gênero se desenvolveram nas Ciências Sociais, pois fazem parte de um movimento científico mais amplo, caracterizado por uma “crise de paradigmas”, fundamentada na crítica ao princípio universalista dos

¹⁵²A crítica feminista se abriu ao diálogo com as sociologias contemporâneas, às vezes aceitando, ora recusando: o estruturalismo-marxista de Althusser (Lauretis, 1994); o agir comunicativo de Habermas (Fraser, 1987) e principalmente com o pós-estruturalismo foucaultiano (Scott, 1999; Barret, 1999; Perrot, 1998) ou a dinâmica do habitus de Bourdieu (Fougeriollas-Schewebwl, 1993; Perrot, 1999; Corrêa, 1999), entre outros (SCAVONE, 2004).

paradigmas modernos das ciências e ao seu modelo hegemônico de uma classe, um sexo e uma raça.¹⁵³

O fortalecimento do pensamento pós-moderno nas décadas de 1980 e 1990 em todo o mundo influenciou as novas elaborações em torno da categoria gênero e trouxe implicações para a teoria e ação política feministas.

Nesse contexto, o feminismo entra na sua 3ª fase, que algumas autoras denominam de pós-moderna (Collin, 1995) ou ainda *relacional*, em que homens e mulheres se posicionam e os modelos universais de dominação são questionados (SCAVONE, 2004).

A discussão de gênero ocorre como parte do movimento intelectual pós-moderno, marcado pela rejeição ao paradigma da modernidade. A valorização das diferenças, da diversidade e das identidades e a rejeição ao ideário universalista, da racionalidade científica e das abordagens macrosocietárias e totalizantes serão encaradas como fundamentais para fazer avançar a análise sobre as diferenças de gênero.

Nesse sentido, o trabalho de Rosaldo (1980)¹⁵⁴ é considerado um marco na teoria desta nova perspectiva analítica do gênero, em que a autora rejeita os modelos universais, por considerar que estes apresentam perspectivas teóricas descoladas da realidade. Ela rompe com uma visão essencialista do sexo feminino, afirmando que não existe “a mulher” nem “processos universalmente femininos”. Coloca em questão a *busca das origens* da condição feminina, pois entende-se que gênero é uma construção social, condicionado pelo contexto político, ecológico e social, sob pena de se reiterar uma análise biologicista (FONSECA, 1997).

Assumindo uma perspectiva pós-moderna, Scott (1990) criticou a ênfase na causalidade econômica na determinação das estruturas de gênero. Mesmo reconhecendo que as feministas marxistas têm um compromisso com as críticas feministas e realizam uma abordagem mais histórica, afirma que a busca pela explicação material limitou o desenvolvimento de novas direções. Para ela, a família e a sexualidade aparecem como produtos da transformação do modo de produção, conforme Engels concluiu em “*A Origem da Família*” e o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como um sub-produto das estruturas econômicas, não tendo seu próprio estatuto de análise.

¹⁵³Com referência à Boaventura de Souza Santos (1989), Scavone (2004) mostra que a teoria feminista fez “[...] algumas das críticas mais radicais e consistentes à concepção estreita de racionalidade que subjaz ao paradigma da modernidade, não sendo, de resto, incomum a associação explícita entre feminismo e pós-modernismo.” (SANTOS, 1989, p. 119 apud SCAVONE, 2004, p. 24) SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

¹⁵⁴Cf. ROSALDO, Michele. **The uses and abuses of Anthropology**: Reflections on Feminism and Cross Cultural Understanding, *Signs* 5, Spring, 1980.

Scott (1990) afirma que é a partir de então que as historiadoras têm condições de desenvolver o gênero como categoria de análise. Situa esta concepção de gênero como parte de um momento de efervescência epistemológica, caracterizada pela evolução de modelos científicos para os modelos literários, em que a ênfase sobre a causa é deslocada para o sentido, insistindo na ideia de que toda a realidade é interpretada. Conforme assinalou Rosaldo, não se deve buscar a causa geral e universal, mas uma explicação significativa, pois o lugar da mulher é produto do sentido que ela dá ao que faz.

Com base nesse paradigma, Scott (1990) sistematiza o conceito de gênero por meio da incorporação das teorias de conflito e poder dos pós-estruturalistas (Deleuze, Derrida e Foucault), no contexto das teorias da linguagem.

A construção da identidade de gênero é captada por meio da linguagem: na comunicação, interpretação e representação. Sua definição de gênero apresenta como primeira proposição a ideia de que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p.14).

Diferentemente de Rubin, aqui “[...] o vetor vai do social para o anatômico e não o inverso. Ou melhor, o social engloba tudo, na medida em que o anatômico só existe enquanto percepção socialmente modelada” (SAFFIOTI, 1992, p. 197). Portanto a ênfase é na percepção, interpretação, no universo simbólico.

Scott (1990) apreende as relações de gênero como processos interligados e não separados, donde a subordinação das mulheres se constitui num começo ou recorte de processos complexos. Por isso, compreende a gênese e dinâmica das relações gênero a partir de quatro elementos, quais sejam: *Símbolos Culturais*; *Conceitos Normativos*; *Instituições e Organizações Sociais* e *Identidade Subjetiva*, “[...] em que nenhum deles opera sem os outros. No entanto, eles não operam simultaneamente, como se um fosse um simples reflexo do outro” (SCOTT, 1990, p. 15).

Nos *Símbolos Culturais* estão presentes as representações simbólicas, muitas vezes de caráter contraditórias, como a oposição representada por Eva e Maria como símbolo da mulher pecadora e santa, respectivamente. Os *Conceitos Normativos* ilustram as interpretações dos símbolos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, que definem os valores e papéis opostos para o masculino e o feminino,

num contexto no qual prevalece um padrão em termos de valores¹⁵⁵. Com as *Instituições e Organizações Sociais* demonstra a necessidade de ampliar o debate sobre a condição feminina para além das relações de parentesco (restrito a unidade doméstica ou a família como fundamento da organização social), incluindo também as assimetrias de gênero presentes no mercado de trabalho, na educação e no sistema político-econômico. Para Scott (1990), “O gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia e na organização política [...]” (SCOTT, 1990, p.15). Com a *Identidade Subjetiva* demonstra o quanto o gênero é produto das organizações e representações sociais historicamente situadas.

É através desses elementos que a sociedade constrói, mantém ou modifica as relações de gênero, tendo o gênero um efeito sobre as relações sociais e institucionais, os valores culturais e normativos e a subjetividade; ao mesmo tempo em que é produto destes elementos.

A teorização do gênero apresentada na 2ª Proposição: [...]“o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado [...]” (SCOTT, 1990, p.16), a autora recorre a Foucault para mostrar que as relações de gênero são construídas na dinâmica social das relações de poder partilhadas entre homens e mulheres. O poder tem uma feição transitória, não localizado exclusivamente no domínio masculino, posto que também pode ser apropriado pelas mulheres. A apropriação da categoria *poder* em Foucault concorre para a afirmação do gênero como categoria relacional, pois se entende que é no jogo de forças que um gênero só existe na relação com o outro¹⁵⁶.

A sistematização da categoria de análise gênero como relação de poder e dimensão simbólica, elaborada por Scott (1990) parte das críticas às abordagens a-históricas e estruturalistas do patriarcado, às concepções economicistas e empobrecidas do feminismo socialista e marxista expressas nas noções de “classes sexuais” e à dualidade biologia /cultura do debate sexo/gênero. Nesse sentido, escreve Souza-Lobo (2011):

¹⁵⁵“A posição que emerge como dominante é, contudo, declarada a única possível. A história posterior é escrita como se estas posições normativas fossem o produto de um consenso social mais do que um conflito” (SCOTT, 1990, p.15).

¹⁵⁶Em Foucault (1993), o poder é entendido como constelações dispersas de relações desiguais, constituídas de discursos, saberes, linguagens e cultura, no âmbito de diversas clivagens sociais e campos de forças. Para ele, o poder não pode ser pensado como algo fixo e localizável num centro de poder, como no Estado, por exemplo, uma vez que se multiplica e penetra nas relações para produzir dominação, gestando-se nos embates e conflitos. O poder transita de um pólo a outro e por isso comporta resistências: “[...] parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; [...]” (FOUCAULT, 1993, p.88-89).

A construção do gênero como categoria analítica certamente tem a ver com os impasses da teoria do patriarcado e das análises marxistas, tanto quanto com o desenvolvimento autônomo das abordagens psicanalíticas. O certo é que o eixo de reflexão nas pesquisas feministas passa a ser muito mais o da busca dos significados das representações do feminino e do masculino, as construções culturais e históricas das relações de gênero (SOUZA-LOBO, 2011, p. 189).

Para Araújo (2000), o conceito de *gênero*, por evitar o essencialismo biológico ou a sustentação exclusiva na dimensão econômica, tem o mérito de incorporar as dimensões subjetiva e simbólica de poder, além das fronteiras materiais e biológicas na análise da subordinação das mulheres. Constitui-se num importante recurso analítico para pensar a construção/desconstrução das identidades de *gênero*, em que a sua apreensão como uma categoria relacional permite pensar que o processo de dominação e emancipação envolve relações de conflito e poder entre homens e mulheres. Por isto, esse conceito também foi assumido pelo feminismo de base marxista, preocupado com as relações de opressão entre homens e mulheres, mesmo em contextos econômicos e políticos diferenciados.

Apesar dessas contribuições, concordamos com as críticas feitas a elaboração da categoria gênero por Scott (1990) pela sua deficiência quanto a uma análise crítica e de totalidade sobre a opressão das mulheres nas relações sociais capitalistas. Para Scott (1990), a dimensão simbólica e as representações são o elemento fundante da construção das relações de gênero, dissociados das relações de produção e reprodução social capitalistas.

A análise de Scott (1990) prioriza a dimensão discursiva da linguagem enquanto um sistema de significação, sob a máxima “sem o sentido não há experiência [...]” (SCOTT, 1990, p.11-12), em que a ênfase na construção simbólico-social de gênero recai no idealismo conceitual, negadora de uma análise concreta sobre a condição das mulheres nas relações sociais capitalistas.

Compartilhamos das reflexões de Araújo (2000), as quais ressaltam como problemas do gênero a ênfase na dimensão subjetiva das relações de poder, desvinculada de bases materiais, uma vez que nas análises pós-estruturalistas, a dimensão simbólica ganha centralidade e a referência as relações materiais torna-se opaca. O gênero deixa de ser um conceito meio e torna-se um conceito totalizador, autônomo de análise das relações de dominação/subordinação, centrado quase exclusivamente na construção dos significados e símbolos das identidades masculina e feminina. As práticas materiais e a interseção com outras clivagens praticamente desaparecem ou são secundarizadas. Deslocando-se à dimensão simbólica, o conceito torna-se um código cultural de representação, desvinculado dos contextos socioeconômicos concretos.

Em suma, pose-se dizer que as tentativas de achar um lugar para a dimensão subjetiva da dominação de gênero correm o risco de “jogar fora o bebê com a água do banho”, isto é, abdicar de qualquer perspectiva estrutural de um sistema econômico e político mais amplo, só restando lugar para o “simbólico”, abstraído de bases concretas. A totalização produzida por um conceito – classe – por demais criticada, parece ceder lugar para outra forma de totalização conceitual, a de gênero. Essa apropriação analítica implica, também, o risco de se perder de vista os possíveis impactos que as relações de classe ou de raça podem vir a ter sobre a própria situação da mulher. Como refazer esse recurso preservando ambas as dimensões – materiais e simbólicas – que envolvem as relações de gênero, eis um ponto para reflexão (ARAÚJO, 2000, p. 70).

Sem reconhecer a mulher na sua condição de oprimida e sujeito político e dissociado das condições materiais de exploração do capitalismo, a concepção de gênero como “categoria de análise”, como um *sistema de poder resultante de um conflito social* no campo simbólico, atende ao projeto ideológico do capital de negação da luta de classes e da ideia do sujeito político coletivo. Dessa forma, está em sintonia com o projeto capitalista de conquista de uma hegemonia político-econômica, sustentada na reestruturação produtiva do capital, no neoliberalismo e na pós-modernidade como um todo¹⁵⁷.

Pelo exposto, essas críticas ao conceito de gênero elaborado por Scott (1990) evidenciaram um debate polêmico sobre a incorporação do gênero na tradição feminista socialista e marxista, particularmente quanto à articulação/interseção entre gênero e classe social.

No Brasil, o debate trazido pela revista crítica marxista, no dossiê “*Marxismo e Feminismo*”, apresentou diversos posicionamentos sobre esta polêmica. Neste debate, Castro (2000) admite que o “gênero” é um campo minado por disputas. Na academia há um pensamento de oposição ao marxismo, um feminismo culturalista, que serve de sustentação ao neoliberalismo, visto que privilegia o discurso, a fragmentação, sem referência às relações sociais que limitam o exercício da subjetividade. E há outra tendência que concebe o gênero no âmbito de relações sociais, numa dialética articulação com outras relações, como um estruturante da totalidade social. Por isto, ela defende a propriedade da articulação entre marxismo, feminismo e gênero no sentido de construir um feminismo marxista e socialista.

¹⁵⁷ Sobre a totalidade da hegemonia capitalista na contemporaneidade conferir: Jameson (1996), Simionato(1999).

[...] defendo que investir no engendramento de um feminismo marxista e de um feminismo socialista tem hoje particular pertinência, quer pela propriedade do marxismo – a insistência em uma saída radical, considerando a falência das fórmulas liberais, inclusive no plano de políticas de identidade, para as mulheres -, quer porque, como há muito defendem as feministas marxistas e socialistas, não bastaria uma interpretação centrada apenas no marxismo para dar conta da complexidade das relações desiguais entre os sexos, as divisões sexuais de trabalho, de poder e de codificação do prazer, o que pede diálogo, guardados os limites ideológicos, entre distintos feminismos. Tal empreendimento também se justifica considerando que gênero e direitos da mulher são, hoje, um campo minado por disputas de sentidos, com alto investimento por agências do capitalismo internacional e correntes que reduzem o debate a orientações idealistas e culturalistas (CASTRO, 2000, p.107).

A junção entre o marxismo e a análise de gênero é vista como uma possibilidade, posição defendida por Castro (2000), Moraes (2000) e Saffioti (1992, 1999, 2000, 2004 a). Nessa perspectiva, geralmente ocorre uma neutralização do caráter analítico do gênero, o qual é apreendido como um conceito meramente descritivo, de modo a permitir sua articulação com a classe social e com a tradição marxista.

Moraes (2000) argumenta que a categoria gênero indica que o sexo biológico é sobredeterminado pelos valores e atributos que a cultura confere, e que por isso, se presta ao uso das correntes feministas marxistas e de qualquer pesquisador interessado nas consequências da assimetria cultural. Ao conceber o gênero como uma categoria meramente descritiva, a autora defende a incorporação da categoria gênero ao marxismo: “A categoria gênero, portanto, pode ser incorporada ao marxismo, assim como à psicanálise. Inversamente, por ser uma categoria meramente descritiva, o gênero não sobrevive sem o sustentáculo de teorias sociais e/ou psicanalíticas” (MORAES, 2000, p. 07).

Para Moraes (2000), a perspectiva feminista ressalta a dimensão da opressão universal sobre as mulheres e busca nas estruturas objetivas as marcas das desigualdades, ao passo que o marxismo objetiva entender o capitalismo e sua lógica de desenvolvimento. Para ela, não há dúvidas de que existe uma “questão da mulher”, pois os homens ainda concentram o poder econômico e político na maior parte do mundo, as mulheres são as responsáveis pela família, ganham menos que os homens e estão segregadas em nichos profissionais relacionados ao “cuidar”; o que revela o efeito combinado da exploração de classe e da discriminação sexual.

A reflexão de Saffioti também segue nessa direção. Apesar de suas críticas à ênfase na dimensão simbólica presente na abordagem de gênero em Scott (1990), ela reconhece os avanços do gênero no que diz respeito à negação do essencialismo biológico e propõe a apreensão do gênero como uma categoria histórica, situada no interior das relações sociais capitalistas.

Saffioti (1999), com sua crítica à Scott (1990), entende que as significações atribuídas pelos indivíduos e as realidades discursivas da consciência são produtos da existência, e não da consciência em si, como ensina Marx e Engels. A linguagem não é apenas instituinte, é também instituída pelo conjunto da totalidade do ordenamento social. Por isto, Saffioti opta por pensar o gênero como uma categoria histórica, tomada também em uma dimensão descritiva.

Para manter o rigor conceitual, entretanto, pode-se adotar a expressão *categorias de sexo* para se fazerem referências a homens e a mulheres como grupos diferenciados, embora a gramática os distinga pelos gêneros masculino e feminino e apesar de o *gênero* dizer respeito às imagens que a sociedade constrói destes mesmos masculino e feminino. Neste sentido, o conceito de gênero pode representar uma *categoria social, histórica*, se tomado em sua dimensão meramente descritiva, ainda que seja preferível voltar à velha expressão *categoria de sexo* (SAFFIOTI, 1969 a, 1977)¹⁵⁸. Uma das razões, porém, do recurso ao termo *gênero* foi, sem dúvida, a recusa do *essencialismo biológico*, a repulsa pela imutabilidade implícita em “*a anatomia é o destino*”, assunto candente naquele momento histórico (SAFFIOTI, 2004 a, p. 110, grifos originais).

Em outro trecho desta mesma obra¹⁵⁹, ao apontar o caráter neutro e despolitizante da categoria gênero, uma vez que esta não deixa claro a situação da mulher como oprimida e por entender que a ideia da construção de gênero sempre existiu nas sociedades, Saffioti (2004 a) defende o uso do termo *ordem patriarcal de gênero*:

[...] o *gênero* é aqui entendido como muito mais vasto que o *patriarcado*, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o *gênero compreende também relações igualitárias*. Desta forma, o *patriarcado* é um caso específico de relações de *gênero* (SAFFIOTI, 2004 a, p. 118-119, grifos originais).

Numa posição diferente, Benoit (2000) advoga pela incompatibilidade teórico-metodológica e política entre gênero e marxismo. Já Araújo (2000) sugere que se trata de uma discussão inconclusa.

Benoit (2000) afirma a impossibilidade de conciliar a categoria gênero com o marxismo. A autora argumenta que essa incompatibilidade reside na perspectiva teórico-metodológica que consubstancia esses paradigmas de análise da realidade social. Ao passo que o marxismo privilegia uma ótica de análise em que toda forma de consciência possui

¹⁵⁸ A publicação de 1969 a qual a autora faz referência é o livro “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade, publicado em 1969 pela editora Quatro Artes e republicado em 1976 e 1979 pela editora Vozes, tendo ainda uma versão em inglês em 1978. A publicação de 1977 foi o artigo “Mulher, modo de produção e formação social”, lançado na Revista Contexto, nº 4, nov. 1977.

¹⁵⁹ Cf. SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004 a. (Coleção Brasil Urgente)

determinações na existência social, portanto, está organicamente conectada ao modo de produção e reprodução da vida em sociedade; a perspectiva de gênero toma como elemento central as construções simbólicas, independente das relações sociais.

Para Marx, a análise e a síntese teórica das relações sociais não podem ter como elemento essencial as significações que os indivíduos lhes atribuem, ou seja, as realidades discursivas da consciência. Aquilo que os indivíduos pensam não coincide, em geral, com o seu ser real, conforme Marx escreveu no *Prefácio à crítica da economia política* [...] Ao contrário de ser reveladora de conteúdos, a consciência – na sociedade de classes – seria o lugar privilegiado das *deformações ideológicas das relações sociais*. Portanto, do ponto de vista de Marx, pode-se dizer que os estudos atuais sobre o feminino, ao tomarem construções simbólico-sociais de gênero como fio condutor de suas análises recaem no engano comum a todas as manifestações do idealismo conceitual (BENOIT, 2000, p.82-83, *grifos originais*).

160

Benoit (2000) também reconhece que o debate de gênero representou um avanço teórico no domínio geral antes ocupado pelo chamado “feminismo”, donde foi importante a superação do reducionismo biológico que sobredeterminava as categorias da anterior reflexão feminista (luta entre os sexos, diferenças sexuais). Admite que a elaboração de Scott opera uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos “sexo” e “diferença sexual”, bem como enfatiza o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade.

Porém, a ênfase nos conteúdos subjetivos, no significado e no elemento simbólico, construído culturalmente, parte da sociologia da cultura de Weber, em que, à semelhança dos tipos ideais weberianos, gênero é uma espécie de abstração sem maior realidade ontológica. Ainda no corpus teórico da sociologia da cultura, há uma proximidade do conceito de gênero com certas categorias simmelianas (BENOIT, 2000).

A incorporação da categoria gênero, como uma categoria descritiva e histórica, na tradição feministas socialista e marxista, tem sido defendida principalmente por meio da articulação ou interseção entre gênero e classe social.

No entanto, a simples referência a uma articulação/interseção entre gênero e classe social não encerra fundamentalmente a abordagem marxista clássica, donde a classe social designa a posição dos indivíduos no processo de produção¹⁶¹.

¹⁶⁰ A autora refere-se a seguinte passagem do *Prefácio à crítica da economia política*, de Marx: “o modo de produção da vida material domina, em geral, o desenvolvimento da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a sua existência, ao contrário, é a sua existência social que determina sua consciência”. (MARX apud BENOIT, 2000, p.82-83). Cf. MARX, K. “Avant Propos”. In: *CRITIQUE de l'Économie Politique*. In: MARX, K., Oeuvres, T: *Economie I.* Paris: Gallimard. p. 273. (Col. Bibliothèque de La Pléiade)

¹⁶¹ Para Marx e Engels, as classes fundamentais são a burguesia e o proletariado, as quais representam uma unidade contraditória: o capital não sobrevive sem o trabalho, mas o proletário assume o papel histórico de sujeito revolucionário com vistas à destruição do capitalismo. A classe média baixa (pequeno fabricante,

Do ponto de vista do marxismo, não se trata de uma leitura estática da classe social, mas de analisar suas novas configurações históricas à luz da realidade concreta, reconhecendo a centralidade da superação do antagonismo capital X trabalho para o projeto de emancipação humana, necessário à plena emancipação das mulheres.

A definição marxista de classes sociais está atenta à inserção do indivíduo no processo produtivo, bem como ao caráter histórico em que a produção social se realiza. As classes são entendidas como um componente estrutural da sociedade capitalista, em que os sujeitos coletivos têm suas formas de consciência e de atuação determinadas pela dinâmica da sociedade. O desenvolvimento do capitalismo tende a polarizar a sociedade em duas classes antagônicas, a dos proprietários dos meios de produção e a dos trabalhadores e as demais categorias de trabalhadores (campesinato, pequena burguesia urbana) são vistas como resquícios de formação social anteriores (FREDERICO, 2009).

Considerando as transformações históricas no mundo do trabalho, concordamos com a reflexão de Antunes (2009) sobre a noção ampliada de classe trabalhadora. A sua definição da “classe-que-vive-do-trabalho” envolve a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos. Engloba os trabalhadores produtivos e improdutivos (serviços, bancos, comércio, turismo, realizam atividades nas fábricas, mas não criam diretamente valor), o conjunto dos assalariados que vendem sua força de trabalho, os que estão desempregados, o proletariado rural, trabalhadores informais, terceirizados (as), precarizados (as), etc.

Há enfoques que reivindicam o reconhecimento da articulação ou cruzamento/interseção entre gênero e classe social para analisar de forma mais ampla a questão da mulher e atender as demandas das mulheres negras, pobres, latino-americanas e lésbicas¹⁶², sem adotar necessariamente uma perspectiva de superação da contradição fundamental capital X trabalho da sociedade capitalista. Aqui, a classe social é definida pela

lojista, artesão, camponês) luta contra a burguesia para não naufragar e são conservadores, mas tende a ser absorvida pela classe trabalhadora: “A condição para a existência e para o poder da classe burguesa é a formação e o crescimento de capital. A condição para o capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado fundamenta-se exclusivamente na competição entre os trabalhadores. [...] O que a burguesia, portanto, produz, acima de tudo, é seus próprios coveiros. A sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis”(MARX ;ENGELS, 1998, p. 28). Cf. MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura)

¹⁶²As reivindicações pelo reconhecimento das questões raciais, de orientação sexual e de classe social no feminismo foram levantadas pelas feministas negras americanas, ainda no contexto da Segunda Onda feminista dos anos 1960/1970, questionando a hegemonia de um feminismo formado pelas mulheres brancas, da elite e heterossexuais. Scott (1990) lembra que as pesquisadoras feministas que tinham uma visão política mais global apelavam para a analogia entre as categorias gênero, etnia e classe para a escrita da nova história, indicando que as desigualdades de poder são organizadas segundo estes 3 eixos, pelo menos.

posição social, status, nível de renda e de consumo¹⁶³, em oposição à concepção marxista clássica.

Nesse sentido, Scott (1990) adverte que a tríade classe, raça e gênero sugere uma paridade equivocada entre os termos, uma vez que a “classe” remete fundamentalmente ao marxismo, ainda que outras abordagens sejam utilizadas, ao passo que o uso do “gênero” pode comportar diversas posições teóricas e abordagens descritivas das relações entre os sexos.

A litania classe, raça e gênero sugere uma paridade entre os termos, mas em realidade, isto não é assim. Enquanto que a categoria “classe” repousa sobre a teoria complexa de Marx (e seus desenvolvimentos ulteriores) da determinação econômica e da transformação histórica, as de “raça” e “gênero” não carregam associações semelhantes. Não há unanimidade entre aqueles que utilizam os conceitos de classe. Alguns pesquisadores se servem de noções weberianas, outros utilizam a classe como uma fórmula momentaneamente heurística. Não obstante, quando nós invocamos a classe, nós trabalhamos com ou contra uma série de definições que, no caso do marxismo, implicam uma idéia de causalidade econômica e uma visão do caminho pelo qual a história avançou dialeticamente (SCOTT, 1990, p. 6).

Saffioti (1992), ao assumir uma perspectiva feminista socialista, defende o entrecruzamento entre gênero, raça/etnia e classe social, em que essas três contradições fundamentais são parte de um único sistema de dominação/exploração, formando um nó.

Desta forma, as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no *gênero* são introduzidas pela emergência das classes. Para amarrar melhor esta questão, precisa-se juntar o racismo. O nó (SAFFIOTI, 1985, 1996) formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. [...] Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexas (SAFFIOTI, 2004 a, p. 115, *grifos originais*).

Na reflexão de Saffioti (1992), o gênero tem o mesmo estatuto teórico da classe social. Na sua ótica de análise, Engels, em “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*”, atribuía à opressão da mulher (que hoje corresponderia ao gênero) o mesmo estatuto teórico conferido às classes sociais quando afirmou que a primeira forma de divisão do trabalho que existiu na história foi entre o homem e a mulher para a procriação, que a primeira contradição de classe foi o antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia, sendo a opressão do sexo feminino pelo masculino a primeira forma de opressão de classe.

¹⁶³Sobre as diversas concepções de classes sociais conferir: GOHN, Maria da Glória. Classes e Movimentos Sociais. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social**. Módulo 2-Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD-UnB/ CFESS/ ABEPSS, 1999.

No entanto, nos parece que seu entendimento de classe social afasta-se da concepção marxista clássica. Discutindo as possibilidades de estratégias de luta das feministas socialistas, Saffioti (1992) argumenta que uma aliança entre classes na luta de gênero será possível se o analista não se limitar ao esquema marxista simplificado de classe social:

A qualificação ‘simplificado’ refere-se à concepção de apenas duas classes tomadas enquanto categorias objetivas de análise, ao invés de uma identidade historicamente construída. Marx, além de incluir em seu esquema a classe média ou pequena burguesia (MARX, 1963 b) (classe com novos contornos na sociedade capitalista contemporânea), não se contentava em diferenciar as classes a partir da propriedade ou não dos meios de produção (SAFFIOTI, 1992, p. 1999).¹⁶⁴

Entendemos que não se trata de estabelecer análises comparativas para demonstrar o mesmo nível de importância dessas categorias, na tentativa de superar as abordagens unilaterais que ora reduziam a opressão feminina à classe social, ora focalizavam na dimensão cultural, mas de analisá-las numa perspectiva de totalidade social, no interior das relações de produção e reprodução social do capital. Conforme Castro; Lavinas, (1992), o caminho é pensar a totalidade dialética e não de forma fusional.

Ao considerar as categorias classe social e gênero com o mesmo estatuto teórico-político, a abordagem da fusão gênero-classe social corre o risco de negligenciar a reflexão sobre as particularidades destas formas de opressão e exploração, e dessa forma, obscurecer a centralidade e o caráter estratégico da classe social, condição indispensável para a superação da ordem do capital e a realização do projeto de emancipação humana para mulheres e homens.

Chanter (2011) destaca a necessidade do reconhecimento da raça, classe e sexualidade pelo feminismo, tradicionalmente dominado pelas mulheres brancas, de elite e heterossexuais¹⁶⁵, bem como a importância da análise sobre a interseção classe-gênero-etnia.

O feminismo feito um apelo em favor das intersecções entre gênero, raça, classe e sexualidade, a qual passou a prevalecer na atualidade. Por outro lado, Chanter (2011) adverte para o modismo deste debate na atualidade, que não analisa a questão com a devida profundidade e complexidade que encerra.

Ela defende uma análise da interseção dessas categorias, mas também não despreza que as mesmas possuem uma integridade própria.

¹⁶⁴ A obra de Marx indicada nesta citação é o *Manifesto Comunista*.

¹⁶⁵ É o que ela denomina como feminismo *mainstream* (tradicional, dominante), que se marcou racialmente como branco, pertencente à classe média e heterossexista.

A própria tentativa de lançar luz sobre uma dinâmica traz luz ao problema inelutável de sua implicação histórica para com outra dinâmica. E mesmo tentando, separá-las com clareza analítica, o patriarcado não fica em pé sozinho sem entender sua relação inevitável e irrevogável com o colonialismo. Também não podemos entender o desenvolvimento da lógica do capital sem também atender à da colônia. Da mesma forma, a subordinação das mulheres está de mãos dadas com a das minorias raciais. E assim sucessivamente (CHANTER, 2011, p. 59-60, *grifos originais*).

As categorias de gênero, raça e classe social surgem em determinados momentos da história (CHANTER, 2011¹⁶⁶; SAFFIOTI, 2004 a¹⁶⁷) e são objeto de análise por parte das ciências humanas e sociais, tais como a antropologia, a psicologia/psicanálise e a sociologia, entre outras, o que demonstra o caráter diverso, plural e complexo que envolve a articulação dessas temáticas.

A fluidez da vida, juntamente com a rigidez das categorias, deixa como herança para nós – que estamos interessados na clareza filosófica e na transformação política em nome da justiça – uma série complexa de problemas. Esse nexo de problemas pode ser iluminado sob o título do fetichismo. Marx analisou o problema do fetichismo da mercadoria muito detalhadamente e com grande discernimento, ainda que de uma maneira que não aborda uma série de outros problemas, ao mesmo tempo que seu método do materialismo histórico continua a oferecer recursos para a formulação desses problemas (CHANTER, 2011, p. 37-38).

Nesse sentido, concordamos com Chanter (2011) a respeito da validade do materialismo histórico dialético como a alternativa teórico-metodológica capaz de analisar a complexa questão da opressão particular das mulheres no interior das demais contradições de classe social que permeiam a sociedade capitalista contemporânea, condição necessária para o fortalecimento de projetos societários e lutas direcionadas à emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana.

Nessa perspectiva, Castro (2000) defende a propriedade da relação entre o marxismo e o feminismo, na perspectiva de um feminismo marxista.

¹⁶⁶Para Chanter (2011), o conceito de gênero foi herdado da antropologia e filtrado pelas lentes sociológicas e psicológicas. Como uma categoria mobilizada pelas feministas ocidentais, toma forma como conceito branco, burguês e heterossexista e seu surgimento como categoria política pretendeu aplicar-se a todas as mulheres, o que tornou invisível seus preconceitos raciais, classistas e heterossexistas. O conceito moderno de raça surge no momento do capitalismo industrial e colonialista, sendo atrelado à história da escravidão e da colonização. Já o conceito de classe está intrinsecamente imbricado à história do capitalismo industrial.

¹⁶⁷A elaboração de Saffioti (2004 a) sobre a fusão racismo, gênero e classe considera a história dessas categorias, em que o gênero existe desde o início da humanidade; ao passo que a classe social é um fenômeno ligado ao capitalismo, iniciado no século XVI, mas que se só torna um modo de produção com a constituição de sua dimensão industrial, no século XVIII.

Na tradição de relacionamento entre o marxismo e o feminismo enfatiza-se uma perspectiva sobre a vida social que recusa separar a materialidade dos sentidos, identidades, corpos, estado e nação das demandas da divisão social do trabalho que hoje se entrelaçam com a realização do capitalismo como um sistema global (HENNESSY; ROSEMARY; INGRAHAM, 1997, p. 07 apud CASTRO, 2000, p. 107).

Dessa forma, entendemos que um feminismo socialista e marxista, comprometido com o projeto de emancipação humana de mulheres e homens, será capaz de elaborar uma crítica radical ao capitalismo, à exploração do trabalho feminino, à desigual divisão sexual do trabalho e ao sistema patriarcal no capitalismo contemporâneo, enquanto dimensões que estão organicamente vinculadas e põe determinações à opressão das mulheres.

O desafio teórico-político é suplantar as abordagens duais, do tipo capitalismo e patriarcado (HARTMANN, 1979; MITCHELL, 1975) ou as análises paralelas, como marxismo e feminismo, feminismo e teoria lésbica, feminismo e teoria de raça (CHANTER, 2011), assim como os enfoques simbióticos do sistema patriarcal-capitalista (EISENSTEIN, 1980, 1981; SAFFIOTI, 1985, 1987, 1992, 1996, 1999, 2000) e fusionais do gênero-classe social (SAFFIOTI, 1992, 1999, 2000, 2004 a), em favor de uma análise materialista, histórica e dialética, capaz de apreender a questão das mulheres na totalidade social das relações de produção e reprodução do capital.

No próximo capítulo, veremos que estas abordagens feministas socialistas e marxistas aqui problematizadas, reatualizam-se no debate das tendências feministas antcapitalistas da atualidade, demonstrando a efervescência e as disputas teórico-políticas que marcam o feminismo de cunho antcapitalista no país. Ademias, tal cenário tem se constituído numa importante base de sustentação política à incorporação de uma perspectiva feminista no âmbito do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

4 FEMINISMO, SERVIÇO SOCIAL E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL NO BRASIL.

Neste capítulo iremos mostrar como se estabeleceu a trajetória de relacionamento entre o Serviço Social e as lutas e ideias feministas no país. Destacaremos os momentos históricos que demarcaram uma relação de oposição entre as primeiras Assistentes Sociais e as feministas sufragistas e anarquistas, assim como de aproximação entre o Serviço Social e o feminismo no período de redemocratização do país, na passagem dos anos 1970/80.

É no contexto da “virada” profissional na passagem dos anos 1970 aos 1980, quando o Serviço Social busca consolidar uma nova legitimidade profissional, agora ancorada na articulação com os movimentos sociais e das classes trabalhadoras, que a profissão aproxima-se das lutas e ideias feministas, rompendo com sua marca antifeminista que lhe é peculiar na origem da profissão.

Dadas essas condições sócio-históricas, veremos que na década de 1990 o Serviço Social irá incorporar o debate feminista nas várias dimensões que compõem o Projeto Ético-Político profissional, demarcando alguns avanços e impasses teórico-políticos advindos da adoção da categoria “gênero”, os quais serão explicitados no debate da década de 2000.

Considerando que o Projeto Ético-Político está fundado na aliança com os movimentos sociais e das classes trabalhadoras, a dinamização das lutas e debates feministas do campo “anticapitalista” e “emancipatório” da atualidade tem se constituído num cenário fecundo para o debate feminista no Serviço Social.

4.1 FEMINISMO E SERVIÇO SOCIAL: DO ANTAGONISMO À APROXIMAÇÃO.

“Uma corrente, procurando igualar o papel social feminino ao masculino, definiu-se de um modo falso e errôneo. Ao seu lado, porém, outra mentalidade surgiu: a de formar a personalidade feminina, dando-lhe pleno desenvolvimento, tornando-a apta a cumprir de modo eficaz o seu papel no lar e fora dele. Contra o feminismo do primeiro sentido [...]”

Lucy Pestana da Silva¹⁶⁸

¹⁶⁸ Oradora da primeira turma concluinte da Escola de Serviço Social de São Paulo, em 1938. Discurso transcrito por Carvalho (1993, p. 176). Cf. CARVALHO, Raul de. PARTE II – Aspectos da história do Serviço Social no Brasil. In: IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no**

Este tópico apresenta a emergência histórica do feminismo e do Serviço Social no Brasil, no quadro da nascente “questão social” brasileira das primeiras décadas do século XX, a qual configura uma relação de antagonismo entre ambos. E no bojo da conjuntura de reaparecimento das forças democrático-populares da sociedade brasileira no contexto de crise da autocracia burguesa, o Serviço Social realiza um movimento de ruptura com o seu conservadorismo profissional, aproximando-se dos movimentos sindicais, sociais e populares, entre eles, os movimentos de mulheres e feministas.

O movimento feminista e o Serviço social no Brasil emergem nas primeiras décadas do século XX, frutos das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, ocasionadas pela recente industrialização do país. O desenvolvimento do capitalismo monopolista trouxe a industrialização e urbanização das cidades, a conformação de uma classe operária formada por homens e também por mulheres, sendo que estas ingressavam especialmente na indústria têxtil, o pauperismo, a “desagregação familiar” e as revoltas operárias, enquanto expressões da chamada “questão social”.

A “questão social”¹⁶⁹ nas duas primeiras décadas do século XX no país é marcada pela entrada dos (as) trabalhadores (as) na cena política, exigindo o reconhecimento de seus direitos junto ao Estado, por meio da realização de greves e da organização em ligas operárias, anarquistas e socialistas, que os tornaram alvo da repressão policial e das ações caridosas dos setores burgueses.

Particularmente em relação às mulheres, a “questão social” podia ser observada na superexploração de sua força de trabalho, na dupla jornada de trabalho e na necessidade de abandono dos (as) filhos (as) para trabalhar e sustentar a família. Paradoxalmente, tal quadro contribuiu para modificar a posição das mulheres na família, gerar aspirações políticas e sociais pela conquista da emancipação feminina e independência em relação aos homens, tanto entre as mulheres da burguesia, como entre as mulheres trabalhadoras.

Para enfrentar essa situação de opressão e a ausência de direitos civis, políticos e sociais, as mulheres se organizaram em diversos movimentos feministas que lutavam pela “emancipação” feminina, tanto os movimentos sufragistas, organizados pelas mulheres da elite intelectual e da burguesia, quanto os movimentos de mulheres anarquistas, formado pelas mulheres da classe trabalhadora.

Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 9. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1993. p. 125-364.

¹⁶⁹De acordo com Iamamoto (1998), a questão social deve ser “[...] apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada” (IAMAMOTO, 1998, p. 27).

Nos anos 1920, as lutas sufragistas das mulheres burguesas protagonizaram a primeira onda feminista no Brasil, influenciadas pelas lutas sufragistas que ocorriam na Europa e EUA. Lutaram pela conquista do voto, pela igualdade de direitos entre os sexos e pela “emancipação” das mulheres.

As sufragistas enfrentavam a resistência do congresso para a aprovação do voto feminino, dado o conservadorismo dos homens e das mulheres da sociedade brasileira, que atribuía ao voto feminino a responsabilidade pela extinção da família. Mas a influência dos padrões de comportamento dos países de centro capitalista contribuiu com o aparecimento de diversas organizações e associações que discutiam os caminhos para a “emancipação” das mulheres¹⁷⁰. Mas a maioria dessas organizações tinha um caráter conservador, como a Cruzada Feminista Brasileira (1931), que defendia a ordem, a harmonia social e considerava o trabalho como uma virtude (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992).

Uma das principais líderes da luta sufragista foi Bertha Lutz, que criou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (1922), a maior expressão do feminismo da época (PINTO, 2003). No âmbito dos partidos políticos, o Partido Republicano Feminista, criado pela baiana Leolinda Daltro, mobilizou as mulheres na luta pelo sufrágio, sendo uma organização muito atuante na mobilização de uma quantidade significativa de mulheres (COSTA, 2009).

As sufragistas concebiam a emancipação das mulheres a partir da conquista de direitos civis e políticos, portanto, estava restrita ao horizonte da emancipação política, isto é, a conquista de direitos e à igualdade jurídica entre homens e mulheres no interior da sociedade capitalista. Conforme Pinto (2003), o feminismo sufragista caracterizava-se por um feminismo bem comportado, visto que não questionava os interesses das classes dominantes, nem as relações patriarcais.

Já as organizações situadas no campo à esquerda, eram formadas por militantes de Partidos Políticos de esquerda e do movimento anarquista. Segundo Toscano & Goldenberg (1992), a União Feminina do Brasil (1935), contava com militantes do Partido Comunista Brasileiro (Eugênia Álvaro Moreira e Maria Werneck) e do Partido Trotskista (Norma Muniz), que faziam oposição ao governo Vargas. Conforme Costa (2009), a Associação Feminista, de perspectiva anarquista, teve forte influência nas greves operárias de 1918 em São Paulo, e foi muito atuante na mobilização das mulheres.

¹⁷⁰ Algumas organizações feministas sufragistas da época foram a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (1922), a União Feminina de Mulheres Universitárias (1929), a Obra da Fraternidade da Mulher Brasileira (1934), a Cruzada Feminista Brasileira (1931) e Cruzada Feminina do Brasil (1935) (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992).

Influenciadas pelas ideias anarquistas e socialistas dos imigrantes espanhóis e italianos, as mulheres anarquistas participaram das lutas sindicais pela defesa de melhores salários e condições de higiene e saúde no trabalho, além do combate às discriminações por sua condição de gênero. (COSTA, 2009) Elas colocaram em xeque os limites da luta sufragista por direitos¹⁷¹, visto que acusavam o capitalismo como o grande responsável pela opressão feminina (PINTO, 2003).

Por outro lado, havia certa resistência das anarquistas em relação ao feminismo, no sentido de reconhecer a especificidade da condição da mulher, uma vez que o anarquismo concebia a questão da dominação da mulher como um problema igual ao da dominação de classe. O movimento de mulheres anarquistas constituiu-se como um movimento não-feminista em princípio, mas paradoxalmente, propiciou manifestações radicalmente feministas, no sentido de identificar a opressão masculina, algo que as sufragistas não apontaram. Uma das mais importantes feministas da época, a anarquista Maria Lacerda de Moura, que defendia a participação política, o amor livre e a educação sexual, também se colocou contra as sufragistas, por considerar que a luta pelo voto iria beneficiar poucas mulheres¹⁷² (PINTO, 2003).

Nesse contexto de ebulição das lutas feministas e da classe trabalhadora, o Serviço Social surge como parte das estratégias do capital, da Igreja e do Estado para enfrentar essas expressões da “questão social”, marcadas pela entrada de homens e mulheres da classe trabalhadora na cena política, exigindo o reconhecimento de direitos, igualdade entre os sexos e liberdade.

As classes capitalistas promovem uma expansão da ação assistencialista por meio da criação de associações assistenciais e da militância católica, as quais se tornaram a principal base para o surgimento do Serviço Social (CARVALHO, 1993; IAMAMOTO, 1994).

Os grupos pioneiros, isto é, as chamadas protoformas do Serviço Social foram a Ação Social Católica, com a organização da Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Universitária

¹⁷¹ Algo que pode ser verificado na resposta de Isabel Cerruti, do jornal anarquista “*A Plebe*”, às posições da Revista Feminina: “A Revista Feminina em seu programa propõe propugnar pela emancipação da mulher conseguindo para ela o direito de empenhar-se em lutas eleitorais. É isto que chamam emancipação feminina? [...] Qualquer reforma das leis vigentes que venha conferir-lhes direitos políticos iguais aos dos homens não a põe a salvo das chacotas e humilhações, não a livra de ser espezinhada pelo sexo forte e prepotente, enquanto perdurar a moral social que constrange e protege a prostituição” (CERRUTI apud PINTO, 2003, p. 37)

¹⁷² Maria Lacerda de Moura deixou claro a oposição do programa anarquista ao feminismo sufragista: “Como se a emancipação da mulher se resumisse em tão pouco [...] O programa anarquista é mais vasto neste terreno; é vastíssimo; quer fazer compreender à mulher, na sua inteira concepção, o papel grandioso que ela deve desempenhar, como fator histórico, para a sua inteira integralização na vida social” (MOURA apud PINTO, 2003, p. 37).

Católica (JUC) e Juventude Feminina Católica (JFC), a Liga das Senhoras Brasileiras, fundada em 1922, no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas, criada em 1923, em São Paulo (CARVALHO, 1993).¹⁷³

Originado no seio do bloco católico e constituído por mulheres católicas e da elite, o Serviço Social aparece como uma “profissão feminina”, formada majoritariamente por mulheres. Conforme Carvalho (1993), as chamadas “qualidades naturais” do comportamento feminino presentes nas representações das classes dominantes eram consideradas necessárias para o ingresso na carreira do Serviço Social, tais como a capacidade de devotamento e amor ao próximo, boa comunicação, bom humor, desprendimento, simplicidade, calma, saber conquistar a simpatia, influenciar e convencer, entre outras.

O conservadorismo moral presente na sociedade brasileira nesse período recomendava às mulheres a realização do papel tradicional de mãe e esposa, mas caso desejassem trabalhar fora do espaço doméstico, deveriam exercer ofícios nos quais pudessem desenvolver suas tarefas naturais de mulher, em profissões relacionadas ao cuidar e educar, tais como Serviço Social, Pedagogia e Enfermagem (BARROCO, 2001).

o Serviço Social tornou-se progressivamente uma alternativa para a profissionalização das mulheres daquela época¹⁷⁴, em que às mulheres era conveniente ingressar em carreiras nas quais pudessem exercer as chamadas “qualidades naturais femininas”, realizando tarefas que representassem uma extensão de suas atividades domésticas enquanto mãe e esposa (NETTO, 2005).

O perfil feminino e conservador da profissão nos anos 1930, formada por mulheres da burguesia e oriundas da igreja católica, adequava-se aos interesses dominantes da sociedade, em que as características e papéis tradicionais atribuídos à mulher atendiam aos objetivos do projeto conservador. A formação moral das mulheres nas bases conservadoras da Igreja e das classes dominantes conferia à profissão um perfil de cunho conservador, caracterizado pela perspectiva da conciliação de classes, do “bem comum”, da ordem e do progresso, da defesa da família patriarcal e da crítica à independência da mulher (BARROCO, 2001).

¹⁷³É dessa forma que o Serviço Social se torna um instrumento da Reação Católica e do seu projeto de recristianização da sociedade. Nos anos 1920, a Igreja Católica buscava recuperar seus privilégios e combater o positivismo, o laicismo, as tendências anarquistas e marxistas do movimento operário. O Movimento Católico Leigo e a Ação Integralista, representante da direita, fazem uma clara oposição a Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma organização de esquerda (CARVALHO, 1993)

¹⁷⁴Netto (2005) assim afirma: “Campo de pesquisa em aberto, e potencialmente promissor, é aquele que aponta para as relações entre a profissionalização do Serviço Social e os movimentos específicos das mulheres. Sem projetar para o passado questões que só recentemente ganharam notoriedade, parece-me válida a hipótese de que, pela via da profissionalização no Serviço Social, contingentes femininos conquistaram papéis sociais e cívicos que, fora desta alternativa, não lhes seriam acessíveis” (NETTO, 2005 a, p. 88).

Fundamentadas no pensamento conservador e na doutrina social da Igreja (IAMAMOTO, 1994; BARROCO, 2001), as pioneiras do Serviço Social se posicionaram contra as bandeiras feministas pela igualdade entre os sexos e plena emancipação para as mulheres. Defenderam a família patriarcal e os papéis domésticos e tradicionais das mulheres como meios de impedir a “desestruturação familiar” gerada pelo ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Ainda que as primeiras Assistentes Sociais e as feministas sufragistas tenham a mesma identidade de classe burguesa e sejam representantes do projeto ideológico capitalista, divergem quanto às reivindicações pela emancipação política das mulheres. Já em relação às mulheres anarquistas, que reivindicavam a “emancipação” das mulheres numa perspectiva mais ampla, que incluía o fim da opressão masculina e principalmente, a superação dos antagonismos de classe social e do sistema capitalista, a relação de antagonismo estava claramente posta.

Dessa forma, a profissão se colocava frontalmente contra todas as tendências dos movimentos feministas, em oposição tanto ao feminismo sufragista burguês, quanto ao movimento de mulheres anarquistas e dos Partidos Políticos de esquerda.

Nessa perspectiva, Heckert (1991) demonstra que a gênese do Serviço Social nos anos 1930 no Brasil coincide com a emergência de dois movimentos feministas, o Movimento Sufragista e os movimentos baseados numa ideologia de “esquerda” ou “progressista”. A orientação liberal do Movimento Sufragista o distancia da profissão, apesar de ter em comum a presença de mulheres da burguesia, uma vez que o Serviço Social surge no seio da igreja católica, que busca recuperar seus privilégios em face da influência das ideias liberais e socialistas. De outro lado, não houve identidade de classe entre as primeiras Assistentes Sociais e os movimentos feministas de “esquerda”, que eram integrados por mulheres da classe proletária e de estratos médios da população, assim como a orientação ideológica desses movimentos, contrária ao ideário católico anticomunista presente no Serviço Social. Heckert (1991) mostra ainda que nessa época, a União Feminina, fundada em 1934, como parte da Aliança Nacional Libertadora (ANL), tem como seu opositor, o movimento católico leigo. Assim Heckert (1991) analisa o distanciamento entre o Serviço Social e o feminismo:

A identidade da mulher assistente social se constrói distante dos movimentos feministas e mais próxima das concepções religiosas, em nossa sociedade. O panorama histórico dos cinquenta anos da profissão no Brasil revela que a incursão das ideias feministas no Serviço Social parece ser um processo em ascensão, mas que ainda não atinge a maioria da *categoria profissional* (HECKERT, 1991, p. 66-67, *grifos originais*).

Essa relação de oposição entre o Serviço Social e o feminismo só vai sofrer uma alteração no momento em que a profissão busca romper suas raízes conservadoras, como parte do processo de renovação profissional, explicitado na década de 1960.

A conjuntura mundial dos anos 1960, com a emergência de movimentos libertários, propiciou uma primeira vinculação do Serviço Social aos movimentos sindicais e sociais, dentre eles, os movimentos de mulheres e feministas, configurando um momento significativo pela possibilidade de aproximação entre o Serviço Social e o feminismo no país.

Conforme vimos, no plano internacional, o feminismo ressurgiu no contexto dos anos 1960, marcado pelas lutas mundiais desta década, representada pelo maio de 68, com os hippies, a geração paz e amor, a descoberta da pílula anti-concepcional, a mini-saia, e agora em outro patamar, com a renovação da discussão sobre o sistema sexo/gênero e a produção literária crítica, a partir das ideias de Simone de Beauvoir, sintetizadas na famosa frase “*Não se nasce mulher, torna-se mulher*”, publicada em “*O Segundo Sexo*” (NETTO, 2005).

Na América Latina, a crise mundial do padrão de acumulação capitalista que vinha ocorrendo desde a Segunda Guerra Mundial, somada à política econômica desenvolvimentista, agrava as contradições e as desigualdades sociais e acirra as lutas sociais. Crescem as lutas populares de libertação nacional e de resistência em face do imperialismo, como atestam a experiência da Revolução Cubana (1959), a experiência socialista no Chile (1970-1973), a Revolução Sandinista (1979) e outras tentativas guerrilheiras em vários lugares do continente (BARROCO, 2001).

No Brasil, entre os diversos sujeitos coletivos com forte sentimento de libertação nacional destacam-se aqueles vinculados à Igreja Católica, através da Teologia da Libertação, tais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), a Ação Popular (AP), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC); e aqueles envolvidos com a Educação Popular, influenciados por Paulo Freire, como o Movimento de Educação de Base (MEB).¹⁷⁵

Antes da década de 1970, no Brasil havia um movimento de mulheres das classes médias e populares, de diferentes classes sociais e ideologias, organizados nas lutas contra a carestia. A passeata da “*Panela Vazia*”, ocorrida em 1953, foi uma das manifestações dessa luta, que foi organizada pela Federação de Mulheres do Brasil, influenciada pelo Partido Comunista. As mulheres se organizaram na condição de dona-de-casa, esposa e mãe para

¹⁷⁵ Nesses grupos, o marxismo passa a ser utilizado a partir da ética cristã. (BARROCO, 2001). Eles criticavam o totalitarismo stalinista e defendiam um socialismo humanista, tendo como protagonista histórico o povo e o popular (MORO; MARQUES, 2011).

intervir na esfera pública e reivindicaram o acesso a direitos sociais, como postos de saúde, escolas, creches e serviços públicos de qualidade. Uma das organizações que atraíram as mulheres nesse período foram os clubes de mães, que tiveram o apoio ou a promoção das CEB's. Ainda que não sejam considerados como movimentos feministas, pois não questionavam os papéis tradicionais atribuídos às mulheres, nem se organizaram para por em xeque a condição de opressão das mulheres, peculiaridade esta do feminismo, estes movimentos não estavam totalmente dissociados do movimento feminista¹⁷⁶ (PINTO, 2003).

Neste contexto, foi possível uma primeira aproximação do Serviço Social com os movimentos sindicais, sociais e populares. Conforme Moro; Marques (2011), a construção de uma relação orgânica do Serviço Social com os movimentos sindicais e os chamados *Novos Movimentos Sociais (NMS)* foi viabilizada pela emergência das organizações de classe dos trabalhadores de questionamento ao capitalismo e dos NMS, bem como pela interlocução com a tradição marxista, porém marcada pela ausência da teoria de Marx.

Os rebatimentos deste cenário sócio-político no Serviço Social foram observados com a contestação das práticas do “Serviço Social Tradicional”¹⁷⁷, o que deu origem ao chamado Movimento de Reconceitualização latino-americano, voltado à construção de um *Serviço Social latino-americano*¹⁷⁸, comprometido com as classes populares e a transformação social.

A crítica ao Serviço Social tradicional se esboça nos anos 1950, mas aparece com mais vigor nos anos 1960, num contexto de questionamento ao imperialismo e aparecimento de movimentos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, das mulheres, dos estudantes, negros, entre outros. Nesse contexto, o Serviço Social do Brasil e América Latina - principalmente nos países do cone sul - é palco do chamado Movimento de Reconceitualização, (NETTO, 2005), em que “a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações

¹⁷⁶ Conforme Pinto (2003), a tendência foi a diminuição das distâncias e da resistência dos movimentos de mulheres aos movimentos feministas nas três últimas décadas do século XX. Com a continuação dessas lutas na década de 1970, as mulheres organizadas, ao conquistar serviços em decorrência das lutas protagonizadas por feministas, aproximaram-se do feminismo e passaram a questionar a própria condição de mulher. Nesse sentido, “as fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminista têm sido sistematicamente ofuscadas, com um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores dos movimentos de mulheres incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares” (SOARES, 1998, p. 47 apud PINTO, 2003, p. 45).

¹⁷⁷ Por Serviço Social Tradicional, Netto (2005 b) entende a prática empirista, paliativa, burocratizada, baseada numa ética liberal-burguesa, voltada para a correção – de um ponto de vista funcionalista – de resultados psicossociais considerados indesejáveis, contribuindo na defesa da ordem capitalista, apreendida como um dado factual.

¹⁷⁸ O Movimento de Reconceitualização, experiência ocorrida entre 1965 e 1975, tinha a intenção de construir um *Serviço Social latino-americano*, com a recusa da importação de teorias e métodos estrangeiros, a busca pela cientificidade profissional, a afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” e a defesa da perspectiva da “transformação social” nas ações profissionais (IAMAMOTO, 1998).

da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora” (FALEIROS, 1987, p. 51 apud NETTO, 2005, p. 09).¹⁷⁹

No Brasil havia um movimento democrático-popular (1961-1964), que apoiava as reformas de base propostas pelo então presidente João Goulart, além de movimentos com tendências anticapitalistas e comunistas (NETTO, 2005 b).

Tal contexto histórico de crítica à ordem capitalista e ao ideário conservador teria permitido uma aproximação entre o Serviço Social reconceituado e o feminismo, mas tanto o desenvolvimento deste Serviço Social Reconceituado, como os movimentos feministas foram interrompidos pelo golpe militar de 1964 no Brasil. A experiência da Reconceituação também é abortada, obrigando a profissão a realizar uma Reconceituação apenas no plano metodológico, no sentido de uma modernização profissional.¹⁸⁰

A Segunda Onda feminista, que ocorre nos países centrais entre o final dos anos 1960 e início dos 1970, aqui é alvo de repressão e os movimentos feministas entram na clandestinidade.

Dessa forma, a ditadura militar no país operou a repressão a todas as lutas sociais e manifestações populares de questionamento da ordem social desigual e opressora, bloqueando as condições políticas para uma maior aproximação entre o Serviço Social Reconceituado e os movimentos feministas.

A autocracia burguesa instalada com o golpe militar no Brasil em 1964 adotou um padrão de modernização conservadora no país, baseado na associação da burguesia nacional aos interesses internacionais e imperialistas, e como parte desse projeto, promoveu a expansão do mercado de trabalho e do ensino superior para a classe média, cujas consequências foram a deterioração das condições de vida da população brasileira e o acúmulo de uma imensa “dívida social” (NETTO, 2005 b).¹⁸¹

¹⁷⁹De acordo com Netto (2005), a reconceituação deve ser situada como um processo de caráter mundial, em que a realidade dos anos 1960 e especialmente o quadro conjuntural de 1968, marcado por uma crise de fundo da ordem capitalista, pelos tensionamentos das classes trabalhadoras pela garantia de interesses econômicos imediatos e pelas reivindicações no campo da cultura, do direito à cidade, ao meio ambiente, ao prazer e das identidades de grupos específicos (mulheres, jovens, negros, imigrantes).

¹⁸⁰A profissão viabilizou uma renovação profissional sob o aspecto de sua modernização, conformando a chamada “perspectiva modernizadora”, para atender as exigências do Estado ditatorial capturado pelo capital monopolista. Impedidos de fazer a crítica à política econômica, social e ao aniquilamento da liberdade política da ditadura militar, os (as) Assistentes Sociais aprimoraram seu perfil profissional de um técnico imparcial e neutro, fundamentado nas bases científicas do estrutural-funcionalismo. E o Serviço Social ampliou sua participação nas várias instâncias das políticas sociais dos governos federal e estaduais (NETTO, 2005 b).

¹⁸¹Conforme Netto (2005 b), o Estado ditatorial do pós-1964 garantiu as condições econômicas e políticas para assegurar a acumulação capitalista no Brasil, aprofundando os traços de um desenvolvimento dependente e associado ao grande capital monopolista internacional, caracterizado por uma modernização conservadora. Na segunda metade da década de 1960, seus resultados gerais foram: “a afirmação de um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente aos interesses imperialistas, com uma nova

Dessa maneira, a dominância de uma “Perspectiva Modernizadora” na profissão no período ditatorial impediu a aproximação do Serviço Social aos movimentos feministas, que também entraram na clandestinidade.

Porém, mesmo com as constrictões da ditadura, entre 1972 e 1975, surge o chamado Método Belo Horizonte (Método BH), considerada a primeira experiência ancorada no Movimento de Reconceituação. Baseada numa perspectiva teórico-metodológica de inspiração “marxista”, ela sinaliza a emersão da perspectiva de “Intenção de Ruptura” com o conservadorismo profissional no Serviço Social¹⁸². Mesmo restrita aos muros da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG)¹⁸³, representou a emergência de um projeto profissional de oposição, tanto à autocracia burguesa, como ao tradicionalismo e à modernização conservadora no interior do Serviço Social¹⁸⁴.

Mas esta tentativa de superar o tradicionalismo profissional ficou apenas na intenção uma vez superestimou as possibilidades transformadoras do Serviço Social, não reconhecendo as contradições de classe que perpassam a prática profissional no mercado de trabalho, conferindo um tom messiânico e militante ao exercício profissional¹⁸⁵.

Tais problemas teórico-políticos surgiram em decorrência de uma aproximação enviesada do pensamento de Marx, própria de um marxismo vulgar, marcada pela ausência da teoria de Marx (IAMAMOTO, 1998; NETTO, 1989, 2005 b.).¹⁸⁶

Dessa forma, engendrou o vício da instrumentalização da teoria para legitimar estratégias, promovendo interpretações empobrecidas, seja com empirismo (Mao TseTung) ou

integração, mais dependente, ao sistema capitalista; a articulação de estruturas políticas garantidoras da exclusão de protagonistas comprometidos com projetos nacional-populares e democráticos; e um discurso oficial (bem como uma prática policial-militar) zologicamente anti-comunista”. (NETTO, 2005 b, p. 17).

¹⁸²As três tendências do processo de renovação do Serviço Social no Brasil (*perspectiva modernizadora*, de *reatualização do conservadorismo* e de *Intenção de Ruptura*) entre os anos 1960 e 1980 foram identificadas e analisadas por Netto na sua tese de doutoramento, intitulada “*Autocracia burguesa e Serviço Social*”. Cf. NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005 b. Vale registrar que este livro chegou a sua 16ª edição em 2011.

¹⁸³Experiência realizada por docentes e estagiários em bairros da cidade de Itabira (MG), por esta ser um centro de mineração com população eminentemente operária, considerada uma população com maior potencial de transformação.

¹⁸⁴Inspirados (as) no “marxismo”, os (as) formuladores (as) do Método BH definiram um novo objeto de atuação profissional, a ação social da classe oprimida, e apresentaram como objetivo-meta do Serviço Social “a transformação da sociedade e do homem” e como objetivos-meios “a conscientização, a capacitação e a organização”. Cf. SANTOS, Leila Lima; QUIROGA, Ana Maria. A Relação “Teoria-Prática” no Trabalho Social: Método B.H. In: SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

¹⁸⁵Não se pode atribuir a uma profissão a transformação da sociedade e do homem. Isto pode ser posto apenas como perspectiva histórica de um projeto profissional (NETTO, 2005 b).

¹⁸⁶A aproximação do Serviço Social à tradição marxista caracteriza-se pelo cariz instrumental nessa interlocução; por uma apropriação seletiva, no aspecto prático-político, visto que se aproxima de Marx pela via da militância política, especialmente o movimento estudantil e a esquerda católica (JEC, JUC, JOC, MEB e AP); e pela via dos divulgadores de Marx, pois não foi às fontes. Trata-se de uma aproximação enviesada, isto é, de um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes “clássicas” (NETTO, 1989, 2005 b).

estruturalismo (Althusser). É o “marxismo sem Marx”, que não foi às fontes originais, sem uma sustentação ontológico-dialética, cheio de contaminação positivista (epistemologismo), em que se opera a combinação do formalismo ao empirismo. Essa leitura enviesada da tradição marxista gerou uma apreensão simplificada das mediações entre a profissão e a sociedade e deformou as relações entre teoria, método e prática profissional, comprometendo a renovação da “Intenção de Ruptura” (NETTO, 2005 b).

A experiência do Método BH não fez menção à questão das mulheres, visto que fazia referência a uma noção universal de classe trabalhadora e a uma abordagem genérica sobre classe oprimida.

Apesar de existir uma identificação teórico-política entre o Método BH e algumas tendências feministas marxistas da época, que também adotavam o referencial marxista de inspiração maoísta¹⁸⁷, o caráter restrito da experiência de BH (localizada na cidade de Itabira, entre 1972-1975) e o contexto de forte repressão que marca este período do pós AI-5 (1968 até 1974), impossibilitaram uma aproximação ou articulação com os movimentos de mulheres de esquerda e feministas que lutavam pela democracia.

Nesse sentido, o curto tempo do movimento de reconceituação não permitiu o aprofundamento da relação entre o Serviço Social e os sujeitos coletivos. É somente com o fim do processo autocrático burguês, numa conjuntura propícia a transformações, que a relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais ganhará novos contornos (MORO; MARQUES, 2011).

As tendências críticas da Reconceituação reaparecem a partir da segunda metade dos anos 1970 com a crise da ditadura¹⁸⁸, marcada pela reinserção da classe trabalhadora e dos Novos Movimentos Sociais no cenário político do país.

Na passagem dos anos 1970 aos 1980, momento de efervescência dos movimentos sindicais, populares e dos chamados NMS, o Serviço Social se articula com os movimentos

¹⁸⁷ As publicações “*Brasil Mulher*” (1975-1980) e “*Nós Mulheres*” (1976-1979) na década de 1970 reunia militantes de origem maoísta, fundamentadas nas teses marxistas, tendo como eixos a importância da infraestrutura, com centralidade na luta anticapitalista e a atuação na esfera pública. (MORAES, 2007)

¹⁸⁸ Netto (2005 b) elabora uma reflexão histórico-crítica sobre o processo da autocracia burguesa, apreendido em 3 momentos distintos: 1964-1968: marcado pela inépcia da ditadura em legitimar-se politicamente, face ao descontentamento popular diante dos baixos salários, perdas de empregos, em que o movimento operário, sindical e estudantil rompe o pacto contra-revolucionário. 1968-1974: período com características fascistas, iniciado com a instauração do *Ato Institucional nº 5* (AI-5), caracterizado pelo chamado “milagre brasileiro”, tornado um instrumento organizador do consenso passivo e pela resistência residual do movimento democrático e popular. Porém, em 1973, a crise do “milagre” e a resistência democrática do movimento popular provocarão a crise do regime autocrático burguês, dando início ao seu último momento. 1974-1979: com o aprofundamento da crise do “milagre” e o fortalecimento do movimento democrático com a reinserção da classe operária na cena política, a partir das greves do ABC paulista, o governo ditatorial se viu obrigado a realizar uma “distensão lenta, segura e gradual” para manter a dominação burguesa nos mesmos moldes de um capitalismo monopolista dependente, mas agora num regime político democrático.

coletivos e as forças democrático-populares da sociedade brasileira, e assim, tem as condições sócio-políticas para explicitar seu projeto profissional de ruptura com a modernização conservadora na profissão, aliando-se aos interesses das classes trabalhadoras e segmentos historicamente oprimidos. Nessa perspectiva aponta Abramides (2007):

O projeto de profissão como processo de ruptura com o conservadorismo apresenta sua referência emblemática na ambiência sócio-histórica, ideopolítica e cultural do avanço das lutas sociais dos anos 80, às quais a categoria profissional organizada esteve colada e vinculada organicamente. Neste momento refiro-me à organização político-sindical dos assistentes sociais no interior das lutas da classe trabalhadora, no interior do sindicalismo classista, autônomo e independente (ABRAMIDES, 2007, p. 39).

O aprofundamento da crise do “milagre” e a enorme “dívida social”, heranças do regime ditatorial, acenderam as manifestações pela redemocratização do país. Se o período dos anos 1980 representou uma década perdida do ponto de vista da economia, com estagnação econômica e altos índices de desemprego e inflação, no aspecto político foi uma época de revitalização da democracia brasileira e de avanços em termos das lutas e conquistas de direitos civis, políticos e sociais, os quais culminaram com a aprovação da chamada “Constituição Cidadã”, em 1988.

Conforme Netto (2009, p. 663), “[...] o protagonismo operário traz à tona a crise do regime ditatorial [...]”, pois conseguiu catalisar as lutas contra o regime, articulando expressões até então atomizadas, como os movimentos de caráter policlassista: pela anistia, contra a carestia, estudantil, de mulheres e negros.

Para Abramides (2009), as lutas sociais deste período estiveram marcadas pela revitalização do movimento estudantil, que realiza manifestações de rua; pelo movimento do custo de vida e contra a carestia e pelas mobilizações operárias contra a ditadura, apoiadas por intelectuais, artistas e setores da igreja católica.

Destacam-se a retomada do movimento sindical classista, com as greves operárias do ABC paulista e a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1979; a reorganização do movimento estudantil, com o revigoramento da União Nacional dos Estudantes (UNE); os movimentos negros, de homossexuais e ecológicos; os movimentos sociais urbanos e as lutas de cunho popular por políticas sociais e melhoria dos serviços públicos; as lutas pela reforma agrária, com o aparecimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); a campanha pelas “diretas já” e os movimentos feministas e de mulheres, organizados principalmente nas lutas pela anistia, por

políticas sociais e em manifestações direcionadas para o enfrentamento à violência contra as mulheres.

O feminismo volta à cena pública brasileira na segunda metade dos anos 1970, especialmente através das lutas pela anistia política aos exilados pela ditadura militar, integrando o conjunto das forças democráticas que exigem o fim da autocracia burguesa. Nesse sentido, o desenvolvimento tardio da Segunda Onda feminista no Brasil e América Latina, devido ao quadro repressivo, apresenta um feminismo que vai além das lutas específicas contra a opressão das mulheres, pois se envolveu nas lutas políticas mais gerais contra o sistema político-econômico da ditadura militar.

A Segunda Onda feminista na América Latina surge nos anos 1970 sob o impacto do movimento feminista internacional e da modernização do país que implicou uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho e a ampliação do sistema educacional (COSTA, 2003).

De acordo com Alvarez (2000), a experiência da Segunda Onda feminista na América Latina e Brasil esteve muito mais marcada pela luta contra a ditadura militar, do que pelos questionamentos próprios do feminismo radical internacional acerca das questões específicas das mulheres (divisão sexual do trabalho, igualdade sexual, liberalização sexual, autonomia do corpo e aborto, entre outros). A peculiaridade do feminismo radical no Brasil foi a de tentar articular a luta específica das mulheres às lutas mais gerais contra o golpe militar de 1964 e seu projeto de capitalismo associado aos interesses internacionais¹⁸⁹.

Conforme Moraes (2000), a importância do feminismo marxista/socialista na década de 1970 no Brasil refletiu-se na grande recepção que suas teses tiveram junto aos movimentos sociais. As feministas marxistas brasileiras incluíam em sua bibliografia obrigatória autores como Marx, Engels, Alexandra Kollontai, Simone de Beauvoir e Juliet Mitchell. Havia uma preocupação com questões as quais o marxismo oferecia um modelo explicativo, tais como destino natural da mulher como mãe e esposa, família patriarcal, emancipação econômica da mulher e salários iguais. A análise dos editoriais e temas da imprensa feminista, especialmente o jornal paulista “*Nós Mulheres*” (1976-1979) revela a influência do marxismo

¹⁸⁹ Assim Alvarez (2000) ressalta a peculiaridade do feminismo latino-americano no contexto dos regimes ditatoriais das décadas de 1960/1970: “Para melhorar a situação das mulheres em uma região marcada por notórias desigualdades sociais e econômicas, a maioria das fundadoras da segunda onda do feminismo latino americano afirmou a necessidade de se engajar plenamente na “luta geral” por justiça e contra os modelos de “capitalismo selvagem” implantados pelos militares, as elites políticas civis, seus aliados imperialistas e da classe dominante durante as décadas de 1960 e 1970. [...] Muitas entraram para organizações clandestinas de esquerda e partidos legais de oposição e concentraram suas energias na propagação da participação de mulheres de classe trabalhadora e pobres em grupos de mulheres comunitários, lutas de sobrevivência, sindicatos combativos e movimentos pelos direitos humanos[...]” (ALVAREZ, 2000, p. 386-387).

– o discurso da opressão específica da mulher, com sua dupla jornada de trabalho – e a primazia de artigos sobre trabalho e política.

Conforme Cardoso (2004), a imprensa feminista brasileira pós-1974 compreendeu uma primeira geração, entre 1974-1980, que estava preocupada com as questões de classe. O principal conceito abordado foi o de classe, apresentando temas gerais de interesse social, como carestia, creches, injustiça social e movimentos sociais em geral. Já a segunda geração, entre 1981-1999, trouxe a questão de gênero como central e apresentou temáticas específicas para as mulheres, como saúde da mulher, mulher e trabalho, violência contra a mulher, sexualidade feminina e movimento feminista¹⁹⁰.

Nessa época, surgem os primeiros trabalhos acadêmicos e as publicações de intelectuais e pesquisadoras brasileiras, notadamente influenciados pela tradição marxista, cuja temática girava em torno das relações entre a classe social e sexo (SAFFIOTI, 1979¹⁹¹, 1987) e sobre trabalho doméstico e divisão sexual do trabalho (BLAY, 1978¹⁹²; LOBO, 1985¹⁹³). Destacam-se também uma gama de trabalhos publicados no Grupo de Trabalho (GT) “*Mulher na Força de Trabalho*”, dos Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), entre 1979-1989¹⁹⁴, embasados no debate sobre patriarcado, divisão sexual do trabalho, produção-reprodução e relações sociais de gênero. Além disso, publicações internacionais sobre as relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho nas esferas da produção e reprodução social (KARTCHEVSKY et. al., 1986) foram traduzidas e publicadas na década de 1980, o que contribuiu para aquecer e aprofundar o debate.

Pelo visto, esse foi um período propício a uma aproximação entre o Serviço Social e o feminismo, nas suas várias tendências, uma vez que ambos estavam inseridos no largo campo das forças democráticas de oposição à ditadura militar e de defesa de um projeto popular e anticapitalista para o país, a serviços das classes trabalhadoras e segmentos oprimidos.

¹⁹⁰ A autora pesquisou 7 periódicos em circulação na primeira geração, que circularam nas cidades de São Paulo, São Bernardo do Campo, Porto Alegre, Londrina, Paris/França. Na segunda geração, autora pesquisou 67 jornais, localizados quase que em todos os estados do país, com exceção para a região norte.

¹⁹¹ Cf. SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. 384p. (Coleção Sociologia Brasileira, v. 4) A primeira edição foi publicada em 1969. O livro é resultado de sua tese de doutorado (1968).

¹⁹² Cf. BLAY, Eva. **Trabalho Domesticado: mulher na indústria paulista**. São Paulo: Ática, 1978. A obra é produto de sua tese de doutorado, defendida em 1973.

¹⁹³ Trata-se do trabalho “Masculino e Feminino na linha de montagem”, redigido em 1985, em colaboração com Vera Soares. Esta artigo está reproduzido em SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência**. 2. ed. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2011. 304p.

¹⁹⁴ Nesse período, foram publicados 103 trabalhos. Cf. CASTRO, Mary Garcia; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira (orgs.). **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

A dinamização do feminismo marxista e socialista durante as décadas de 1970 e 1980 no Brasil, marcada pela disputa entre os grupos de mulheres classistas, que analisavam a opressão das mulheres como uma questão de classe social, e os segmentos feministas, que buscavam relacionar a opressão particular das mulheres à exploração capitalista, contribuiu para uma primeira aproximação do Serviço Social ao feminismo, uma vez que a profissão também passa a incorporar a tradição marxista.

Um ícone desse processo foi a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido em fins de setembro de 1979, na cidade de São Paulo¹⁹⁵.

O III CBAS trouxe o Serviço Social para a cena política brasileira no sentido de conectar a profissão às lutas de resistência democrática em vigor no país naquele momento. Além de ser um “marco no processo de politização e mobilização de profissionais e estudantes de Serviço Social e na reativação das entidades sindicais em todo o país” (YASBEK et. al., 2008, p. 21 apud NETTO, 2009, p. 651), o III CBAS repercutiu de forma ampla e profunda no meio profissional¹⁹⁶.

Os (As) Assistentes Sociais se reconhecem como trabalhadores, vinculam seus propósitos profissionais aos interesses da classe trabalhadora, organizam seu sindicato e grande parte da vanguarda profissional aderiu ao recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT) (NETTO, 2009).

No aspecto da organização política da profissão, este giro político-profissional também se fez presente nos sujeitos coletivos da categoria, a partir da criação de sindicatos de Assistentes Sociais e da inserção das vanguardas profissionais nas entidades responsáveis pela formação e o exercício profissional do (a) Assistente Social, a ABESS¹⁹⁷ e o conjunto CFAS/CRAS¹⁹⁸, respectivamente.

¹⁹⁵ Não foi à toa a sua designação como “Congresso da Virada”, em que a mesa “oficial” do Congresso formada por representantes do regime ditatorial foi destituída e substituída por representantes da classe trabalhadora organizada, entre eles o líder metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva.

¹⁹⁶ Sobre o significado histórico, político e profissional do “Congresso da Virada” nas várias dimensões do Novo Projeto Profissional conferir os seguintes artigos: Netto (2009); Bravo (2009); Braz (2009); Vinagre (2009); Abramides; Cabral (2009); Boschetti (2009), ambos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade, organizada com o tema “O Congresso da Virada e os 30 anos da Revista”. Cf. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, nº 100, p. 593-800, out./dez. 2009. Outra consulta indispensável é a leitura da Revista organizada pelo CFESS e co-organizada pela ABEPSS, ENESSO e CRESS/SP, produto de um seminário em comemoração aos “30 anos do Congresso da Virada: começaria tudo outra vez se preciso fosse”. Cf. CFESS, CRESS 9ª Região/SP, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇOSOCIAL. EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES EM SERVIÇO SOCIAL. **30 anos do Congresso da Virada: começaria tudo outra vez se preciso fosse**. Brasília, nov. 2009.

¹⁹⁷ Um exemplo desse processo na ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social), hoje ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), foi a recusa do conservadorismo na formação profissional, o que culminou com a aprovação de um novo currículo mínimo em 1982, a partir das discussões realizadas na XXI Convenção da ABESS, em 1979, na cidade do Natal (RN). Outra inovação foi a

Nesse sentido, a criação da Associação Nacional dos (as) Assistentes Sociais (ANAS), entidade nacional sindical da categoria profissional, em 1983, foi um marco do vínculo orgânico do Serviço Social com os movimentos sociais. A partir do momento que os (as) Assistentes Sociais se reconhecem como parte da classe trabalhadora, buscam se articular as lutas sociais e políticas da sociedade brasileira. A ANAS fortaleceu os vínculos da profissão com as lutas gerais da classe trabalhadora, além de encaminhar as questões específicas dos (as) Assistentes Sociais enquanto trabalhadores (MORO; MARQUES, 2011).

Conforme Abramides (2009), é através da ANAS que a categoria das/os Assistentes Sociais apoia e participa das lutas sociais e populares da década de 1980.

[A] ANAS (1983-94), ao articular-se diretamente nas lutas populares, mobiliza parcela significativa dos profissionais no apoio concreto a essas lutas, que, por sua vez, se apresentam como demandas por serviços e políticas sociais nos espaços socioprofissionais em que se inserem (ABRAMIDES, 2009, p. 90-91).

Dentre estas lutas, estavam a luta pela Reforma Sanitária e a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS); a luta pela reforma urbana e por políticas habitacionais e ambientais; por transporte público e coletivo de qualidade; pelo ensino público, laico, gratuito, socialmente referenciado e universal, assim como as lutas relacionadas às reivindicações feministas e das mulheres, tais como lutas por creches, vistas como direitos das crianças, das mulheres e dos homens trabalhadores; as lutas contra as discriminações e opressão de classe, gênero, raça/etnia e orientação sexual; e as lutas por políticas sociais públicas específicas para mulheres, negros, indígenas, crianças e adolescentes, livre orientação sexual e sexualidade, entre outras (ABRAMIDES, 2009).

No entanto, essa aproximação entre as vanguardas da categoria profissional e as lutas dos movimentos de mulheres e feministas não repercutiu de forma mais ampla no debate da profissão. Certamente houve o apoio e até a participação de segmentos da categoria profissional nos movimentos de mulheres e feministas, porém, tal envolvimento não obteve desdobramentos em termos de uma sistematização teórica sobre a questão da opressão/emancipação das mulheres e as demandas feministas postas ao Serviço Social.

formulação de uma política de pesquisa, com a criação do Centro de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (CEDEPSS), na segunda metade dos anos 1980.

¹⁹⁸ Os conselhos de regulamentação profissional, o Conselho Federal do Assistente Social (CFAS) e os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) aboliram o caráter corporativista desses Conselhos, em favor de uma atuação político-educativa balizada pela defesa de um projeto profissional sintonizado com os interesses da população usuária do Serviço Social. Tal processo culminou com uma nova denominação para esses conselhos, que passaram a ser nomeados como Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a partir da nova Lei de Regulamentação Profissional, lei nº 8.662/93.

Corroborando com essa afirmação, a pesquisa de Silva (2009) revelou que entre 1979-1989 os temas mais abordados na Revista Serviço Social e Sociedade foram aqueles relacionados ao universo profissional, seja sobre o Serviço Social (26,66% ou 76 artigos) ¹⁹⁹ ou referido aos campos de prática profissional e aos sujeitos da prática interventiva e acadêmica da profissão (37,75%) ²⁰⁰, representando mais de 2/3 do total de artigos publicados (64,41%). O tema “Movimento de Mulheres/Feminismo” compareceu somente em 3 artigos, representando 1,05% do quantitativo de trabalhos.

Nesse sentido, um estudo sugere que esse afastamento entre o Serviço Social e o feminismo nos anos 1970 e 1980 é uma decorrência do momento particular pelo qual passava a profissão, que neste momento estava empenhada na superação das suas bases teórico e ético-políticas conservadoras, com os olhos mais voltados para o interior da profissão. Assim ela afirma:

[...] enquanto o movimento [feminista] lutava pelos direitos da mulher, publicizando e dando visibilidade para a questão da violência contra ela, o Serviço Social, como profissão, tentava avançar na superação de um patamar conservador, conforme Netto (1991), deixando para trás suas raízes vinculadas à doutrina social da Igreja para assumir uma postura mais crítica frente à sociedade (LISBOA; PINHEIRO, 2005, p. 204).

De fato, a literatura profissional estava voltada para a elaboração de uma reflexão crítica sobre aspectos do Serviço Social, sua inserção nas instituições e nas políticas sociais. Neste momento, as vanguardas intelectuais da profissão investiam no aprofundamento teórico, tendo em vista a necessidade de consolidação acadêmica da perspectiva de *Intenção de Ruptura* com o conservadorismo profissional.

Na abertura dos anos 1980, o *novo projeto profissional*, agora denominado *Projeto de Ruptura*, deixa de ser uma *Intenção de Ruptura*, e consolida-se, sustentado nas alianças com as lutas das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais e populares; no fortalecimento da organização política da categoria e na conquista de uma maturidade intelectual, adquirida com a leitura dos clássicos do pensamento marxista.

¹⁹⁹Os temas sobre o Serviço Social foram Prática Profissional (10,53%), Formação Profissional/Currículo/Ensino/Estágio (5,26%), Organização Política dos Assistentes Sociais (2,46%), A Profissão Serviço Social (2,11%), Serviço Social de Empresa (1,40%), História do Serviço Social (1,40%), Supervisão em Serviço Social (1,40%), Metodologia do Serviço Social (1,05%) e Reconceitualização do Serviço Social (1,05%), perfazendo um total de 26,66%.

²⁰⁰Já os temas relacionados aos campos da prática profissional e aos sujeitos da prática interventiva e acadêmica da profissão foram Saúde (7,02%), Participação Social/Participação Popular (5,97%), Movimentos Sociais Populares/Movimento Operário/Gestão Popular (5,97%), Política Social (5,61%), Trabalho Comunitário/Desenvolvimento de Comunidade (4,21%), Família (6,16%), Criança e Adolescente (2,81%), representando 37,75% dos artigos.

A obra de Marilda Iamamoto em 1982²⁰¹, fundamentada numa leitura das fontes originais do pensamento de Marx e algumas obras de Antonio Gramsci (1891-1937)²⁰², contribuiu para a consolidação do *Projeto de Ruptura*, e conforme destacou Netto (2005 b), sinaliza a maioria intelectual da perspectiva da *Intenção de Ruptura*, sendo a primeira incorporação bem sucedida da fonte “clássica” da tradição marxiana para a compreensão profissional do Serviço Social.

A questão da opressão/emancipação das mulheres e as demandas daí decorrentes também não foram abordadas no Código de Ética de 1986, nem no Currículo Mínimo de 1982, dois instrumentos normativos e de formação profissional da categoria que expressam a consolidação do Projeto de Ruptura nos anos 1980.

A normatização do Código de Ética de 1986 denota uma nova moralidade profissional²⁰³, mas com a subordinação da ética à opção política, em que os interesses da classe trabalhadora aparecem como o único compromisso ético-político do/a profissional. Fundamentado numa ética marxista tradicional, em que tudo está em função dos interesses de classes, não houve espaço para problematizar outras formas de opressão cultural vigentes na sociedade e sua relação com a sociabilidade burguesa. Conforme ressaltou Barroco (2001), este código trouxe uma concepção ética mecanicista, fundada na ética marxista tradicional, na qual a moral deriva do interesse/ideologia de classe, como se a classe trabalhadora fosse a única detentora dos valores positivos, isenta de contradições, o que configura uma visão ética idealista²⁰⁴.

²⁰¹Apresentada em sua dissertação de mestrado, denominada “Legitimidade e Crise do Serviço Social”, incorporada ao livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica”. Cf. Iamamoto ;Carvalho (1993).

²⁰²Conforme Simionato (2004), Gramsci foi o recurso teórico utilizado para pensar os conflitos presentes nas instituições com base na reflexão sobre os aparelhos privados de hegemonia, o alargamento do Estado e o debate sobre intelectual. A reflexão gramsciana serviu de base para apreender o/a Assistente Social enquanto intelectual orgânico, comprometido com a classe trabalhadora e o movimento contraditório entre a prática profissional e as instituições, e dessa forma, permitiu explicitar a dimensão política da prática profissional. Ela destaca que Iamamoto faz algumas recorrências ao Gramsci de “americanismo e fordismo” e ao debate sobre intelectuais e também ressalta as distintas reflexões de outros intelectuais do Serviço Social, como os trabalhos de Vicente de Paula Faleiros (1972), Safira Bezerra Ammann (1980) Alba Maria Pinho de Carvalho (1983), Marina Maciel e Franci Gomes Cardoso (1989).

²⁰³A reformulação do Código de Ética de 1986 foi um avanço, se comparado com os Códigos do Serviço Social tradicional (1947, 1965 e 1975), uma vez que a sua aproximação com o marxismo permitiu superar a ética tradicional, em que os valores eram tidos como universais e acima dos interesses de classe, eleger o compromisso com a classe trabalhadora como princípio fundamental e estabelecer deveres profissionais nessa perspectiva.

²⁰⁴O Código de 1986 não apreendeu as particularidades da ética, isto é, seu compromisso com valores; desconheceu o papel de um Código, que é o de prescrever normas e diretrizes para o exercício profissional capazes de serem operacionalizadas; assim como excluiu da análise as contradições que envolvem a prática do/a Assistente Social no mercado de trabalho. Vincula mecanicamente o compromisso profissional com a classe trabalhadora, sem estabelecer a mediação de valores próprios à ética, reproduzindo uma visão abstrata. O problema não foi o compromisso com as classes trabalhadoras tomado como princípio, mas a forma como

Conforme demonstramos, o Serviço Social, através de sua entidade sindical, apoiou e incentivou a participação da categoria nas lutas das mulheres e das feministas. Na verdade, o que se observou foi a ausência de um debate mais amplo sobre a questão da opressão/emancipação das mulheres no interior da profissão, o que configura uma aproximação parcial do Serviço Social ao feminismo.

O debate sobre a questão das mulheres foi transportado para a década de 1990, quando o *Projeto de Ruptura* torna-se hegemônico na categoria profissional, balizado pelo fortalecimento das alianças com diversos sujeitos coletivos anticapitalistas e pelo aprofundamento do debate marxista, especialmente a partir da discussão sobre ética, marxismo e Serviço Social.

É a partir desse momento que a profissão passa a incorporar as questões de “gênero” nas várias dimensões que compõem o Projeto Ético-Político do Serviço Social, conforme veremos no próximo item.

4.2 A INTRODUÇÃO DO DEBATE FEMINISTA NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: AVANÇOS E IMPASSES.

*“Violência contra a mulher:
QUEM METE A COLHER?”*

Marlise Vinagre²⁰⁵

O debate feminista ingressa de forma mais ampla no Projeto Ético-Político do Serviço Social nos anos 1990, por meio da adoção da expressão “gênero”, o que pode ser observado na literatura profissional, nos instrumentos normativos da profissão, como o Código de Ética (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996) e na organização política da categoria.

A introdução do debate feminista sob a ótica do “gênero” ocorre no momento em que a profissão aprofunda o debate sobre ética, marxismo e Serviço Social, sob a influência de

ele é colocado, no âmbito de um Código de Ética Profissional. Sobre essa discussão ver: Barroco (1998; 1998 a, 2001), Iamamoto (1998 a), Paiva et. al. (1998), Paiva; Sales (1998); Sales (1998), Silva (1998).

²⁰⁵ Título do livro da autora, publicado em 1992. Enquanto publicação em livro, este livro inaugura o debate feminista no Serviço Social, relacionando-a a intervenção do Serviço Social. A partir de um *olhar marxista-feminista*, aborda a questão da violência contra a mulher, bem como analisa as respostas das/os Assistentes Sociais no atendimento às mulheres em Delegacias de Polícia, segundo uma abordagem feminista-marxista, orientada pelo materialismo histórico. Cf. VINAGRE, Marlise. **Violência contra a mulher: QUEM METE A COLHER?** São Paulo: Cortez, 1992.

autores marxistas do porte de Gramsci (1891-1937) e especialmente Lukács (1885-1971). De acordo com Barroco (2001),

A crítica ontológica ao marxismo mecanicista e à epistemologia é uma das características do pensamento de Gramsci e Lukács. De modos diferenciados, sua crítica totalizante ao economicismo, ao determinismo histórico, às concepções positivistas repõe em novos patamares a discussão filosófica; por exemplo, eles recuperam um dos elementos centrais à discussão da ética de classe: sua relação com o humano-genérico (BARROCO, 2001, 185-186).

Conforme Barroco (2001), foi possível enfrentar o debate ético no interior da tradição marxista a partir de filósofos que sistematizaram as bases ontológicas da teoria social de Marx, principalmente Lukács²⁰⁶ e seus discípulos (Heller, Mészáros e Markus)²⁰⁷. A profissão entra em contato com o debate crítico sobre a ética marxista tradicional e as possibilidades de elaboração de uma ética coerente com o método de Marx, o que permitiu uma renovação no debate da ética profissional no Serviço Social.

Lukács resgata o pensamento de Marx, concebendo-o como uma ontologia, o que lhe permite superar os possíveis elementos da ética marxista tradicional, colocando suas conquistas em novos patamares. Na ética marxista tradicional, a moral e os valores são decorrentes da posição e dos interesses de classe, em que o proletariado encarna a imagem de um Deus. A concepção dominante no marxismo tradicional apresenta uma interpretação simplificadora da unidade entre ética e política, em que a ética fica subordinada, mecanicamente, à ideologia de classe²⁰⁸ (BARROCO, 2001).

A ética marxista é apoiada na teoria da emancipação proletária marxiana, em que Marx concebe o proletariado como sujeito histórico, potencialmente capaz de subverter essa ordem social. Ontologicamente considerada, a superação do capitalismo é um processo

²⁰⁶Segundo Barroco (2001), a obra de Lukács se inscreve no processo de renovação do marxismo e ocorre no contexto do colapso do stalinismo e crise do marxismo-leninismo, o que permitiu o aparecimento de novas interpretações do legado de Marx. Mas antes disso, Lukács foi acusado de revisionista e antimarxista, em que sua obra *História e Consciência de Classe*, publicada em 1923, foi objeto de condenação pela Internacional Comunista. Um traço da sua obra é o recurso à Hegel e a crítica aos fundamentos do marxismo vulgar, com a negação da ortodoxia marxista alheia ao caráter crítico da teoria de Marx. O movimento marxista renovador busca romper com a ideia de um único marxismo, pressuposto para a superação do marxismo-leninismo, dondeseu caráter alternativo e plural. Assim, retomam-se Gramsci, Lukács e Bloch, autores antes marginalizados pelo marxismo soviético.

²⁰⁷Heller, Mészáros e Markus buscaram desenvolver reflexões sobre o lugar e a função da ética no processo de superação da alienação (BARROCO, 2001).

²⁰⁸Barroco (2001) esclarece que esta é uma concepção gerada no interior da II e III Internacionais, num contexto revolucionário marcado pela necessidade de organizar as massas e ampliar sua consciência de classe para a conquista do poder. Tal concepção também é explicitada no “Anti-Düring” de Engels, o qual sugere uma ética utilitarista, donde os valores positivos derivam de sua utilidade em face da condição de classe. Referindo-se à ética marxista tradicional, ela afirma que “De modo geral, não consegue apreender as bases ontológicas – da ética e da moral – na práxis e na vida cotidiana; não desvela a relação entre a ética e a alienação moral; não apreende as mediações entre os interesses de classe e as escolhas ético-morais, entre o valor ético e o econômico. Isso evidencia uma ausência da dialética na sistematização ética, o entendimento de que Marx não oferece tais fundamentos, entre outros aspectos” (BARROCO, 2001, p 158).

desencadeado pelo proletariado, mas se reconhece que o proletariado não está imune a alienação.

É evidente que a supressão da sociedade burguesa supõe uma normatividade e a adesão consciente a valores éticos emancipatórios. A práxis político-revolucionária é uma das possibilidades de conexão dos indivíduos com o humano-genérico. Porém, não se enfrentou, nas produções éticas a partir da II Internacional, a possibilidade de a alienação estar presente, contraditoriamente, na moral socialista. Para isso, seria preciso, além da teoria da alienação, uma apreensão das particularidades da ética; como vimos, a unidade real entre ela e a ação política, em face das necessidades imediatas da revolução, não possibilitou desvendar sua simultânea unidade e diferencialidade (BARROCO, 2001, p. 190).

Fundado na ontologia social, os fundamentos do Código de Ética de 1993 estabelecem o compromisso com valores emancipatórios e não com uma única classe. Preserva o compromisso com as classes trabalhadoras, agora mediado pela defesa de valores éticos que têm como horizonte a supressão da sociedade capitalista na perspectiva do socialismo e da emancipação humana.

Nesse sentido, a aprovação do Código em 1993 representou o coroamento da consolidação do Projeto de Ruptura com o conservadorismo profissional, que conquista hegemonia nos anos 1990, passando a denominar-se Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Esta reflexão ética fundada na ontologia social permitiu à profissão ampliar o olhar sobre as múltiplas expressões de exploração e opressão do ser social, como as de “gênero”, raça/etnia, orientação sexual, entre outras, apreendidas na totalidade da sociedade capitalista, com seus antagonismos de classe social.

A partir daí, a profissão explicita o compromisso com um conjunto de princípios éticos, como a liberdade plena e a autonomia; a ampliação da cidadania; a democracia radical; a eliminação do preconceito e o respeito à diversidade; o combate à discriminação por questões de classe social, “gênero”, etnia, orientação sexual, identidade de “gênero”, entre outros; o compromisso com uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero e a articulação com os movimentos que partilham dos princípios do Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as, valores esses inscritos no horizonte da emancipação humana²⁰⁹.

²⁰⁹Barroco (2001) esclarece que os princípios do Código de 1993, como a defesa da liberdade como valor ético central, da democracia, justiça social, cidadania, o respeito à diversidade, o combate ao preconceito (de classe social, gênero, etnia, religião, orientação sexual, etário, entre outros) não podem ser confundidos com a perspectiva liberal desses valores, uma vez que estão articulados a um projeto societário de construção de uma nova sociedade, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero, com vistas a conquista da emancipação humana segundo o pensamento de Marx.

O Código de Ética de 1993 inaugura uma análise sobre os indivíduos sociais para além do pertencimento de classe e inclui as contradições de “gênero” como expressões de relações sociais de dominação-exploração, em articulação com as questões de classe social. Com isso, o Serviço Social mostra-se sensível as diversas formas de opressão, reconhecendo pela 1ª (primeira) vez as opressões culturais do sexismo, do racismo e da homo/lesbofobia.

Paiva; Sales (1998), no texto elaborado para explicar os fundamentos teórico-políticos dos princípios do Código, esclarecem que a introdução das questões de gênero e etnia no Código de Ética de 1993 revela o interesse de contemplar as distintas determinações do ser social, considerando a particularidade dos indivíduos sociais. Mostram que dessa forma, amplia-se o campo de intervenção do Serviço Social, adotando uma perspectiva de totalidade. Estas autoras afirmam ainda que foi uma referência política importante para a profissão admitir a classe trabalhadora como principal sujeito político da transformação social no Código de 1986, mas que a redução dos processos sociais à oposição burguesia/proletariado espelhava a influência do estruturalismo no Serviço Social e omitia os conflitos de gênero, etnia e outros.

Após a vivência e a avaliação do Código de 1986, chegou-se, enfim, à conclusão da necessidade de assegurar o compromisso com a classe trabalhadora, mas traduzido de uma maneira ampla e articulada com a particularidade dos desafios da prática profissional. Desse modo, o código atual resguardou os princípios que permitiram a vinculação explícita da profissão com os usuários dos serviços sociais e com a construção de um novo projeto societário, agora afinado com as múltiplas demandas inerentes a essa direção social, portanto, respaldado por uma concepção de sociedade que preconiza o fim da dominação ou exploração de classe, etnia e gênero (PAIVA; SALES, 1998, p. 200-201).

Contudo, o texto de Paiva e Sales (1998) não expõe os fundamentos teóricos acerca da articulação entre classe social e “gênero”. Houve sensibilidade ético-política para dar visibilidade às opressões no campo da cultura, mas não apresentou uma análise teórica mais aprofundada e um amplo debate sobre a emancipação humana das mulheres na totalidade das relações sociais capitalistas.

Como parte do processo de aprofundamento do Projeto Ético-Político, destaca-se também a discussão e aprovação das Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social em 1996, sob a coordenação da ABESS/CEDEPSS. As Diretrizes Curriculares (1996) também sinalizaram para a incorporação do termo “gênero”, reconhecem a diferenciação de “gênero” no Núcleo da Formação Sócio-Histórica do Brasil, mas também não indica a perspectiva teórica do debate.

O termo “gênero” aparece nas publicações da profissão em meados da década de 1990, conforme já vinha ocorrendo no conjunto das ciências sociais e humanas do país desde a abertura dos anos 1990. Isto pôde ser evidenciado na denominação dos eixos temáticos sobre a questão das mulheres nos CBAS’s desta década. Se no VII CBAS (1992), a denominação ainda fazia referência ao termo *mulher* (Atuação do Serviço Social junto à Mulher e à Família), no VIII CBAS’s (1995) a terminologia do eixo temático já incorporava a questão de “gênero”, com o eixo “O Serviço Social Frente às Relações de Gênero e Etnia”. A partir daí, o termo “gênero” permanece como nomenclatura do debate sobre *mulheres*, sofrendo alterações apenas para contemplar a articulação com o debate sobre Raça/Etnia e Orientação Sexual.

A presença do termo “gênero” nesses documentos normativos da profissão e no CBAS revela que as entidades da categoria profissional, particularmente o CFESS e a ABEPSS, passam a reconhecer a legitimidade dos “estudos de gênero” para a análise sobre a questão das *mulheres*, o que comprova a ampla aceitação do “gênero” no debate acadêmico brasileiro da década de 1990.

Na Revista Serviço Social e Sociedade, “gênero” só vai parecer na década de 2000, conforme os dados apresentados por Silva (2009) na pesquisa sobre as temáticas abordadas na Revista Serviço Social e Sociedade nos últimos 30 anos (1979-2009). A trajetória do debate feminista na *Revista* mostra uma mudança nos conteúdos da temática, conforme a denominação usada pela autora: de “Movimento de Mulheres/Feminismo”, no período 1979-1989²¹⁰; para “Mulher/Feminismo”, entre 1990-1999²¹¹ e “Gênero”, no período 2000-2009²¹².

Essa mudança demonstra como a entrada do “gênero” dominou o debate feminista nos anos 2000 na profissão²¹³, refletindo a tendência de afastamento entre o movimento feminista e o debate sobre “gênero”. Conforme vimos, de uma reflexão oriunda do movimento feminista nos anos 1970, o debate sobre “gênero” no campo dos estudos pós-modernos assume um caráter acadêmico e se dissemina com rapidez em todo o mundo e no Brasil nos anos 1990, operando um movimento de deslocamento e autonomia em relação ao movimento feminista.

²¹⁰Entre 1979-1989 foram publicados 03 artigos, representando 1,05% do total de artigos da *Revista* (SILVA, 2009).

²¹¹Entre 1990-1999 foram publicados 07 artigos, representando 2,18% do total de artigos da *Revista*. Silva (2009) esclarece que na década de 1990, a temática mais pesquisada foi Serviço Social, mas com uma frequência menor, passando de 76 para 57 artigos, em relação ao período 1979-1989.

²¹²Entre 2000-2009 foram registrados 07 trabalhos sobre “gênero”, com um percentual de 1,34%. Silva (2009) afirma que a temática do Serviço Social ainda predomina na produção teórica da Revista Serviço Social e Sociedade entre 2000 e 2009, sendo semelhante ao período entre 1979-1989.

²¹³As perspectivas do debate de “gênero” na profissão serão abordadas no capítulo seguinte, a partir da pesquisa realizada nos trabalhos publicados no CBAS, ENPESS e Revista Serviço Social e Sociedade entre 2000 e 2011.

Na década de 1990, o debate feminista na profissão no âmbito da *Revista* ainda estava voltado para os “estudos sobre a mulher”, o qual já predominava nas ciências sociais e humanas nos anos 1980. Os “estudos de gênero” já dominavam as discussões acadêmicas fora do Serviço Social na década de 1990, o que demonstra a incorporação tardia desse debate na profissão.

O estudo de Silva (2009) traz uma contribuição importante ao mostrar que o debate feminista está entre as temáticas recorrentes nessas três décadas de existência da *Revista* (1979-2009), portanto, não pode ser considerado como um tema emergente na profissão.

Mas, por outro lado, devido ao quantitativo pequeno de artigos, vem a corroborar com os resultados apontados por este estudo no que diz respeito ao caráter periférico do debate sobre *feminismo* e a “*emancipação*” das mulheres na profissão, conforme veremos no capítulo seguinte.

Se a incorporação da temática de “gênero” nos debates profissionais representou um avanço na profissão nos anos 1990, em face da ausência desta discussão nos anos 1980, e principalmente do perfil claramente antifeminista e conservador das primeiras Assistentes Sociais, a polêmica da (in) compatibilidade entre “gênero” e marxismo contribuiu para complexificar a relação do Serviço Social com o feminismo e o debate de “gênero” nos anos 1990.

Esta aproximação ao debate feminista ocorre numa conjuntura política marcada pelo refluxo dos movimentos sociais anticapitalistas, dos quais se incluem os movimentos feministas socialistas e marxistas, em todo o mundo e no Brasil, bem como pela dominância das concepções pós-modernas nos “estudos de gênero”.

No Brasil da década de 1990, a reestruturação produtiva do capitalismo, a implementação da agenda neoliberal, a ideologia de crise das utopias socialistas e as teorias pós-modernas de fim da história e negação do antagonismo capital X trabalho expressam a hegemonia do projeto do capital, conformando uma conjuntura adversa para a organização sindical da classe trabalhadora e das lutas sociais contrárias à sociabilidade do capital.

As saídas encontradas para crise do capital monopolista iniciada nos anos 1970 contabilizaram um quadro de perdas para o conjunto da classe trabalhadora. Na economia, a adoção de um modelo de acumulação flexível provocou o aumento do desemprego estrutural, a precarização do trabalho, acentuou o padrão de exploração sobre os imigrantes e as mulheres, componente essencial da força de trabalho, bem como a consequente dessindicalização. O projeto político do capital em torno do ideário neoliberal operou em

favor da “redução do Estado”, da liquidação dos direitos sociais e transferiu suas responsabilidades para a sociedade civil (HARVEY, 2012; NETTO, 1996).

De um lado, a crise dos sindicatos e dos partidos políticos populares/operários, provocando uma dissolução de identidades classistas; de outro, o crescimento dos chamados NMS e o apoio dos organismos internacionais à organização em torno das novas identidades. O problema é que uma parte dos movimentos feministas, étnicos, de homossexuais, ecológicos foi funcional ao ideário capitalista, uma vez que estavam desvinculados de um projeto de superação das classes e de emancipação humana.

Nessa perspectiva, Netto (1996) destaca que esses movimentos têm um papel importante na vitalização da sociedade civil e da democracia por meio da luta por novos direitos e pela ampliação do estatuto de cidadania, mas chama a atenção a necessidade política de articular a pluralidade de interesses ao seu potencial emancipatório:

Na medida, contudo, em que a esses movimentos, até agora, não se imbricam instâncias políticas capazes de articular e universalizar a pluralidade de interesses e motivações que os enfiaram, seu potencial emancipatório vê-se frequentemente comprometido (inclusive com a recidiva de vínculos corporativos) (NETTO, 1996, p. 99).

De acordo com Fraser (2009), no plano internacional o movimento feminista perdeu seu potencial emancipatório e anticapitalista no contexto do neoliberalismo. Ela afirma que ocorreu uma cooptação das políticas de gênero pelo “novo espírito” do capitalismo pós-fordista, bem como uma subordinação da crítica radical feminista a uma agenda neoliberal, que instrumentalizou as bandeiras da Segunda Onda do Feminismo.

Fraser (2009) mostra que nos países centrais, a Segunda Onda feminista surgiu e prosperou junto com uma mudança histórica no caráter do capitalismo, isto é, com o neoliberalismo, a privatização, a desregulamentação, a responsabilização pessoal e o Estado enxuto. E no 3º mundo, com o cenário de vigência do ajuste estrutural, da abertura dos mercados e dos cortes de gastos sociais. A partir dessa análise, ela argumenta que há uma afinidade secreta entre a segunda onda do feminismo e o neoliberalismo, em que o efeito disso foi a “ressignificação dos ideais feministas”²¹⁴.

²¹⁴A *ressignificação dos ideais feministas* refere-se a transformação do feminismo numa variante da política de identidade, em que as reivindicações em torno do reconhecimento da identidade e da diferença estavam separadas da crítica ao capitalismo. Outro aspecto da instrumentalização do feminismo pelo neoliberalismo foi a crítica das feministas ao paternalismo do Estado de Bem-estar social, uma vez que contribui com a ideologia neoliberal de Thatcher: a ideia de autoajuda e o entusiasmo com as ONG's, em substituição aos vazios deixados pelo Estado, o que veio a legitimar a mercantilização e a redução das despesas do Estado nas pós-colônias (FRASER, 2009).

No Brasil, a conjuntura do final dos anos 1980 e a década de 1990, já marcada pelas insatisfações da população diante do desmonte neoliberal da chamada constituição cidadã de 1988 e pelo aumento do desemprego devido à adoção de um padrão de acumulação capitalista flexível e de economia de mão-de-obra, acentuaram as péssimas condições de vida da população brasileira. Nesse quadro de hegemonia neoliberal, o governo transfere suas responsabilidades para o chamado terceiro setor e as Organizações Não-Governamentais (ONG's), provocando o esvaziamento de movimentos sociais e populares, além da fragilização do movimento sindical, desafiado pela diversidade da classe trabalhadora, inserida no trabalho formal, informal, terceirizado, temporário e parcial.

Tal cenário provocou um processo de despolitização e “onguização” do movimento feminista, em que muitos movimentos feministas autônomos transformaram-se em ONG's e passaram a receber financiamentos de governos e organismos internacionais (ONG's internacionais, Banco Mundial, Organização das Nações Unidas), perdendo parte de sua autonomia, à medida que se submetiam aos interesses dessas organizações, processo esse acentuado no Brasil dos 1990, no auge da implantação do receituário neoliberal.

No Brasil, a “onguização” do movimento feminista também foi acentuada pelo processo de preparação à participação do país na Quarta Conferência Mundial da Mulher (QCMM) em Beijing (China), em 1995, conforme apontou Alvarez (2000).

Esta autora destacou cinco tendências recentes da política feminista na América Latina a partir do processo de Beijing: a multiplicação dos espaços e lugares das práticas e discursos feministas; a absorção das agendas feministas pelas instituições culturais dominantes, organizações da sociedade civil, do Estado e das instituições internacionais do desenvolvimento; a crescente profissionalização de setores significativos dos movimentos feministas, isto é, a ONGuização; a articulação e formação de redes por militantes individuais, grupos, ONG's feministas e suas semelhantes em outros lugares da região e do globo, fazendo parte da “sociedade civil global” do final do século XX e por último, a transnacionalização dos discursos e práticas feministas (ALVAREZ, 2000).

O processo de participação das feministas brasileiras na QCMM também provocou uma reanimação do feminismo no Brasil, com o aparecimento de novos grupos e rearticulação dos que estavam desativados. A década de 1990 favoreceu não só um aumento quantitativo das organizações feministas, mas também provocou o aparecimento de diversas tendências teórico-políticas no campo do feminismo. Nesse processo, é interessante ressaltar a formação de redes e organização feministas que possuem uma coordenação nacional, com agrupamentos nos estados e municípios e geralmente com uma articulação no âmbito latino-

americano, que passam a disputar a hegemonia do pensamento e da militância feminista no país nas duas últimas décadas (ALVAREZ, 2000), particularmente a partir dos anos 2000.

Como expressão desse movimento de ampliação e diversificação do feminismo, em função da participação do Brasil na QCMF de Beijing (1995), surge em 1994, a Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing 1995²¹⁵, dando origem a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

O formato da organização da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) expressa as tendências do feminismo na América Latina deste período, tais como a influência dos organismos internacionais (UNIFEM), a aceitação de diversas formas de atuação feministas (diversos sujeitos coletivos e individuais), a profissionalização e a transnacionalização do feminismo.

A AMB reúne hoje diversos grupos, coletivos e fóruns feministas espalhados por todo país²¹⁶, bem como também participa do feminismo na América Latina, integrando a Articulação Feminista Marcosur (AFM) e o Comitê de Mulheres da Aliança Social Continental, através das quais atua na esfera latino-americana e mundial²¹⁷.

Outra organização feminista, a União Brasileira de Mulheres (UBM), fundada em 1988 pelo feminismo emancipacionista²¹⁸, também se enquadra em todas as tendências da política feminista dos anos 1990 apontadas por Alvarez (2003). A UBM é definida como uma entidade nacional de direito privado, constituída sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, que possui núcleos estaduais e municipais, assim como uma articulação em nível

²¹⁵ Segundo Costa (2009), em janeiro de 1994 ocorre uma primeira reunião preparatória para Beijing no Rio de Janeiro, articulada por algumas feministas e com apoio do UNIFEM (Fundo das Nações Unidas para Mulher), da qual participaram por volta de cem militantes representantes de fóruns estaduais e municipais de mulheres, articulações locais e grupos de mulheres de 18 estados, que deliberaram pela criação de uma coordenação nacional – a Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing 95 – com o papel de supervisionar, divulgar, buscar recursos e articular as ações do movimento para que o processo de Beijing seja democrático. Tal processo provocou uma reanimação do movimento feminista brasileiro, com a rearticulação de fóruns e grupos que estavam desativados e o surgimento de novas articulações, grupos ou setores/departamentos em entidades de classe.

²¹⁶ A AMB é um movimento nacional organizado de forma democrática e popular e está presente em todos os estados. Reúne um total de 28 organizações de mulheres de diversos tipos de grupos populares, entre núcleos acadêmicos, secretarias de sindicatos e federações, organizações político-profissionais, ONG's, etc., além de mulheres que não se encontram nessas organizações. Disponível em: <<http://www.bibliotecafeminista.org.br>>. Acesso em :10 jan. 2012.

²¹⁷ Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br>>. Acesso em: 20 set. 2008. Acesso em 10 jan.2012.

²¹⁸ A União Brasileira de Mulheres (UBM) foi fundada em 1988 sob influência do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Foi organizada ainda sob o ânimo das lutas democráticas vitoriosas com o fim de regime militar e a conquista de direitos para as mulheres com a constituição de 1988. Sua criação foi aprovada no I Encontro Nacional de Entidades Emancipacionista de Mulheres, realizado em Salvador entre 05 e 07 de agosto de 1988. Conferir Estatuto da UBM. Disponível em <<http://www.ubmulheres.org.br>>. Acesso em: 11 set. 2012. Conferir também: VALADARES, Loreta. O Gênero do Sindicato. In: AS FACES do Feminismo. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2007. p. 73-79. Este trabalho foi apresentado ao Terceiro Congresso da UBM, realizado em Goiânia (GO), em maio de 1994.

internacional, sendo filiada à Federação Democrática Internacional de Mulheres (FEDIM)²¹⁹, recebe financiamento de governos, instituições da cooperação internacional e organismos multilaterais e se apresenta como uma entidade com nível de profissionalização²²⁰.

Algumas dessas tendências apontadas por Alvarez (2000) irão se explicitar com mais força na década seguinte, em que se acentuam o caráter plural do feminismo, com a convivência e a disputa entre diversas organizações feministas “anticapitalistas” em nível nacional. Além da UBM e AMB, foram criadas a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), em 2000, o Movimento de Mulheres em Luta (MML), em 2008 e o *Grupo Pão e Rosas* do Brasil, em 2009, demarcando o caráter plural do feminismo de base “anticapitalista”²²¹.

Na conjuntura da década de 2000, ao mesmo tempo em que o debate sobre “gênero” ganha terreno a partir da orientação pós-moderna da Terceira Onda feminista, em vigência no mundo e no Brasil, também surgem as críticas dos movimentos feministas ao caráter neutro do conceito de “gênero”, uma vez que tal conceito não designa a mulher como o sujeito oprimido, tendo como consequência a deslegitimação da histórica luta feminista contra a opressão das mulheres.

Entretanto, devido à grande receptividade e aceitação do uso do “gênero” nos países de língua inglesa e particularmente no Brasil, “gênero” tornou-se uma categoria em disputa entre abordagens culturalistas/pós-modernas e aquelas situadas no campo feminista socialista e marxista; sendo que para as primeiras, o gênero é uma categoria de análise que expressa uma relação de poder, enquanto que para as segundas, o gênero é apreendido como categoria histórica e em sua dimensão meramente descritiva.

Tais posições demarcam o caráter polêmico da discussão sobre a (in) compatibilidade entre “gênero” e marxismo. No debate brasileiro, a crítica ao caráter despolitizante do gênero e a polêmica sobre a sua (in) compatibilidade com o marxismo serão explicitadas somente no início dos anos 2000, conforme já ressaltamos.

²¹⁹ A FEDIM foi fundada em 1945 e em 2010 contava com 660 organizações filiadas em 160 países. No XIV congresso da FEDIM realizado na Venezuela, no período de 08 a 14/04/2007, as mulheres declararam seu compromisso com a justiça econômica, social, política e de gênero, a necessidade de provocar mudanças na ordem econômica, social, política e patriarcal imposta pela globalização neoliberal e no sistema capitalista e suas reminiscências patriarcais para eliminar a assimetria de poderes entre homens e mulheres. Conferir Federação Democrática Internacional de Mulheres, 04 de junho de 2010. Disponível em <<http://www.ubmulheres.org.br>>. Acesso em: 11 set.2012.

²²⁰ São exemplos desse nível de profissionalização da UBM, a realização de atividades educativas e de formação junto às mulheres em parceria com governos municipais e federal, bem como a dinamização de um Centro de Estudos e Pesquisas sobre a Emancipação da Mulher (CEPEM), criado com o papel de elaborar estudos, pesquisas e debates sobre a emancipação da mulher.

²²¹ A discussão sobre as perspectivas teórico-políticas que fundamentam a ação político dessas organizações será feita no próximo item.

Scavone (2004) mostra que as Ciências Sociais acompanharam as lutas políticas do feminismo contemporâneo e que a maioria dos conceitos (sexismo, androcentrismo, patriarcado, gênero, relações sociais de sexo, direitos reprodutivos, entre outros) teve sua origem na trajetória política do feminismo, em sua necessidade de denunciar, descrever e analisar as causas das desigualdades sexuais. Ela ressalta que esse processo demarca a influência do movimento social no processo de produção do conhecimento científico e destaca que o inverso também ocorre, a produção de conhecimento tem influenciado a atuação do movimento.

Nesse contexto, a influência da produção acadêmica pós-moderna sobre “gênero” contribuiu para a fragilização e despolitização dos movimentos feministas, em que muitos se transformam em ONG’s, assumiram uma intervenção centrada exclusivamente nas relações de gênero, voltadas para a complementaridade das relações homem-mulher, com o objetivo de receber financiamento de organismos internacionais e instituições públicas.

Na década de 1990, no campo do feminismo socialista, algumas intelectuais (SAFFIOTI, 1992, 1999; LOBO, 1991²²²); incorporaram a elaboração de Scott (1990) – o aspecto relacional do gênero a partir da dimensão de poder em Foucault e os seus elementos (símbolos culturais, conceitos normativos, organizações e instituições sociais e identidade subjetiva), porém teceram uma crítica ao caráter discursivo da categoria gênero e a sua ênfase na dimensão simbólica.

Entendemos que a abordagem da articulação/interseção gênero-classe social, ao sugerir a idéia da paridade entre as categorias de classe social e gênero, conforme comparece em Saffioti (1992, 1999)²²³, na tentativa de se afastar de análises unilaterais, que ora privilegiavam a dimensão de gênero (que minimizava ou anulava a questão de classe social na vida das mulheres), ora enxergavam apenas a determinação de classe social (tendência economicista restrita ao enfoque exclusivo da classe social), bloqueou o caráter estratégico da luta de classe²²⁴, inviabilizando o projeto de emancipação humana das mulheres.

²²² Trata-se do livro “*A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência*”, publicado na sua primeira edição em 1991. A segunda edição é de 2011. Cf. SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência**. 2. ed. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo 2011.304p.

²²³ Saffioti (1992) diz recusar toda e qualquer hierarquização das categorias de gênero e classe social. Cf. SAFFIOTI, Heleieth I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

²²⁴ Saffioti (1992) apreende corretamente o pensamento de Marx e Engels sobre o fator determinante da história, referido a totalidade da produção e reprodução da vida real, como faces de um mesmo processo, e não a uma única dimensão econômica. Porém, a autora comete um deslize ao afirmar que Marx, por considerar a existência de uma classe média, no *Manifesto Comunista*, não se contentava em diferenciar as classes a partir da propriedade e dos meios de produção.

A anulação do status central da classe social, segundo o pensamento de Marx e Engels, implícita nesta abordagem, expressa a incompatibilidade teórico-política entre a abordagem de gênero em Scott (1990) e o pensamento de Marx e Engels.

Dessa forma, a abordagem de gênero segundo a perspectiva pós-moderna tensiona com a larga tradição marxista que serve de fundamentação teórica ao Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Se o feminismo dos anos 1990 se ajustou aos imperativos pós-modernos e neoliberais do capital, no âmbito do Serviço Social, esta conjuntura produziu um efeito contrário, na medida em que o Projeto Ético-Político Profissional conquista hegemonia no conjunto da categoria profissional, fortalecendo a defesa de um projeto societário anticapitalista, antineoliberal, radicalmente democrático e de combate aos preconceitos (contra as mulheres, população negra, homossexuais, entre outros), na perspectiva da superação dos antagonismos de classe social, dirigido à plena emancipação humana de mulheres e homens. Dessa forma, tal contexto coloca Serviço Social e feminismo em lados opostos, reatualizando, sob novas bases, a oposição entre Serviço Social e feminismo.

Pelo exposto, nos é possível afirmar que a década de 1990, ao mesmo tempo em permite uma incorporação do debate feminista por meio do conceito de “gênero” na profissão, promove um distanciamento entre o Serviço Social e o feminismo, uma vez que este é absorvido na lógica do neoliberalismo e da pós-modernidade.

A introdução do debate feminista no Projeto Ético-Político nos anos 1990 representou um avanço, mas ocorreu num momento em que houve um deslocamento das vertentes feministas socialistas e marxistas, consubstanciadas nos enfoques do *Sistema Capitalista-Patriarcal* e das *Relações Sociais de Sexo-Divisão Sexual do Trabalho*, em favor do debate *Gênero-Classe Social*, com a adoção da categoria “gênero”, uma categoria em disputa entre abordagens pós-modernas e marxistas.

O enfoque *Gênero-Classe Social*, na medida de obscurece o caráter central da classe social expressa na contradição capital X trabalho representa um impasse ao projeto de emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana, e portanto, uma incoerência frente aos fundamentos emancipatórios do Projeto Ético-Político.

É nesse cenário teórico-político que o Projeto Ético-Político do Serviço Social incorpora a perspectiva da articulação/ interseção entre classe social e gênero, explicitada nas suas dimensões normativa, organizativa e teórica.

A fim de clarificar como tais impasses se expressam no âmbito do Projeto Ético-Político do Serviço Social, no próximo capítulo apresentaremos os resultados da nossa

pesquisa sobre a constituição de uma perspectiva feminista emancipatória nas dimensões normativa (Código de Ética e Diretrizes Curriculares), organizativa (CFESS e ABEPSS) e teórica (artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade e nos Anais dos CBAS's e ENPESS's) do Projeto Ético-Político na década de 2000.

Entendemos que a incorporação do debate feminista inicia-se no Projeto Ético-Político nos anos 1990²²⁵, mas será somente no contexto da primeira década do século XXI, marcado pela retomada do protagonismo teórico-político das lutas e organizações feministas “anticapitalistas” no país, que o Projeto Ético-Político explicita a defesa de uma perspectiva “feminista emancipatória” e uma maior articulação com os movimentos feministas “anticapitalistas” no país.

Nesse sentido, no próximo item abordaremos, de forma breve, o protagonismo teórico-político de algumas organizações e movimentos feministas “anticapitalistas” que possuem uma articulação em nível nacional na década de 2000, uma vez que estas lutas trazem rebatimentos ao Projeto Ético-Político da profissão, podendo servir de sustentação política a uma perspectiva “feminista emancipatória” no Serviço Social.

4.3 TENDÊNCIAS FEMINISTAS ANTICAPITALISTAS ATUAIS: BASES POLÍTICAS AO PROJETO PROFISSIONAL.

“Um outro mundo, sem o feminismo, é impossível”.

*Diane Matte*²²⁶

Nos anos 2000, a aproximação do Serviço Social com os movimentos e o ideário feministas tem sido favorecida pelo revigoramento das lutas feministas “anticapitalistas”. O cenário político de mobilização dessas lutas se insere num movimento mais amplo de questionamento das contradições do capitalismo e do projeto neoliberal.

Tal quadro tem permitido uma dinamização do debate feminista no país, o qual repercute no interior da profissão, provocando um maior estreitamento das articulações do Serviço Social com o feminismo.

²²⁵ Segundo Lisboa e Pinheiro (2005), ainda não se observam uma maior vinculação entre o Serviço Social e os movimentos feministas na década de 1990.

²²⁶ Diane Matte é coordenadora da Marcha Mundial das Mulheres no Canadá. Cf. Matte apud Alvarez, (2003, p.537).

Considerando ainda, que a manutenção da hegemonia do Projeto Ético-Político na categoria profissional depende, em larga escala, da capacidade de revigoração da agenda antineoliberal, anticapitalista e emancipatória dos movimentos sindicais, sociais e populares, um segmento desses movimentos feministas constitui-se numa importante base de sustentação política para o fortalecimento de um feminismo emancipatório no interior do Projeto Ético-Político Profissional.

Outro elemento que tem suscitado uma interlocução do Serviço Social com as lutas e o pensamento feminista diz respeito à crescente inserção profissional nas políticas públicas para as mulheres organizadas no plano nacional pelo governo federal, em parceria com estados e municípios²²⁷. Trabalhando no planejamento e execução dessas políticas de atendimento às mulheres²²⁸, os/as Assistentes Sociais puderam entrar em contato com a perspectiva feminista que fundamenta os princípios e diretrizes da Política Nacional para as Mulheres, bem como conhecer as demandas e reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres.

Sendo assim, não pretendemos fazer uma análise exaustiva dos movimentos feministas “anticapitalistas” em vigência na atualidade, mas tão somente situar diversas tendências feministas nesse campo, no sentido de apreender as possíveis contribuições e implicações dessas lutas e debates feministas para a conformação de uma perspectiva feminista emancipatória no interior do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Optamos por trazer à discussão as perspectivas teórico-políticas de diversas redes e organizações feministas existentes em nível nacional, com ramificações nos estados e

²²⁷ Em 2003, na gestão de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) na presidência da república, foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), responsável pela elaboração e coordenação das políticas a serem implementadas em nível estadual e municipal. Cf. BRASIL (2004, 2008). As Políticas Nacionais para as Mulheres, especialmente o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres/ 2004 e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres/2008, foram elaboradas e aprovadas nas respectivas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, que contou com a participação de diversos grupos de mulheres e feministas de todo o país.

²²⁸ Dentre essas políticas, destaca-se “*A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*”(2011), que está estruturada em 4 eixos: combate, prevenção, assistência e garantia de direitos, a serem organizados numa Rede de Enfrentamento e Atendimento à Violência contra as Mulheres nas áreas de habitação, educação, trabalho, seguridade social, cultura, assistência social, justiça, segurança pública e saúde. Os serviços não-especializados de atendimento à mulher são aqueles que constituem a porta de entrada da mulher na rede, tais como: hospitais, serviços de atenção básica, delegacias comuns, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Ministério Público, entre outros. Os serviços especializados de atendimento à mulher são aqueles que atendem exclusivamente as mulheres em situação de violência, tais como Casas Abrigo, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual e doméstica, entre outros (BRASIL, 2011).

articulações em nível internacional, as quais expressam a tendência plural e diversificada do feminismo brasileiro, processo esse iniciado no período pós-constituição federal de 1988²²⁹.

Dessa forma, abordaremos o protagonismo teórico-político da União Brasileira de Mulheres (UBM), criada em 1988; da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), organizada em 1994 para participação das mulheres brasileira na Conferência de Beijing (1995); da Marcha Mundial de Mulheres (MMM), formada em 2000; do Movimento de Mulheres em Luta (MML), fundado em 2008 e do grupo de mulheres *Pão e Rosas*, que chegou ao Brasil no ano de 2009²³⁰.

Na primeira década do século XXI, assiste-se a um quadro mundial de crise do capital, que passa a exigir o apoio do Estado ao setor financeiro, o que contraria o princípio neoliberal do livre mercado²³¹. Como consequências desse processo, ocorre o aumento do desemprego estrutural e a precarização do trabalho, que somados à privatização das políticas sociais e a transferência de responsabilidades do Estado para as organizações privadas e não-governamentais, tem provocado uma crescente pauperização das classes trabalhadoras, particularmente das mulheres trabalhadoras, tendo sua expressão na chamada feminização da pobreza.

As implicações dessa atual crise do capital sobre o conjunto da classe trabalhadora, em especial das mulheres trabalhadoras, tem favorecido o revigoramento das tendências “anticapitalistas” e emancipatórias do movimento feminista em todo o mundo. No Brasil está em movimento uma diversidade de articulações e redes feministas “anticapitalistas” e emancipatórias que disputam a hegemonia no interior das lutas feministas. São portadoras de diferentes perspectivas teórico-políticas e se encontram reunidas em torno do ideário “anticapitalista” e contra o neoliberalismo.

No país, esta conjuntura tem sido marcada pela implementação de políticas (neo) desenvolvimentistas²³², pelo revigoramento do projeto neoliberal, com a focalização e privatização das políticas sociais públicas e a passivização dos movimentos sociais, em que um grande segmento destes coloca-se como aliado do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), desde 2003, quando o PT assume a presidência da república.

²²⁹Sobre o caráter plural do feminismo, conferir Alvarez (2000).

²³⁰Sabemos que existem outras organizações feministas anticapitalistas em atividade no país, mas optamos por estas devido a abrangência nacional das mesmas. Cisne (2008) faz referência às Mulheres da *Via Campesina* e, dentro desta, ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), surgido em 2004, enquanto movimentos que representam focos de resistência classista, com uma ação radical contra o capital. Para a autora, estes movimentos são considerados aliados para a luta de classes e, dessa forma, para o fortalecimento do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

²³¹Sobre a barbárie do capitalismo contemporâneo e a crise do capitalismo conferir: Netto (2012); Braz (2012).

²³²Sobre as políticas (neo) desenvolvimentistas ver: Mota (2012); Pinassi (2013); Sampaio Jr. (2012).

O comando da nação sob a direção do PT, um partido político originado das lutas democráticas e populares e da classe trabalhadora, não significou a ausência de medidas neoliberais de favorecimento do capital financeiro, mas ao contrário, o governo adotou uma agenda contrária aos interesses dos movimentos sociais, populares e da classe trabalhadora, o que incluiu uma estratégia de cooptação e adesão de parte dos movimentos sociais e sindicais ao projeto governamental²³³, dentre os quais se incluem os movimentos feministas.

A assunção do PT ao governo federal provocou uma maior disputa teórico-política no campo feminista “anticapitalista” ao longo da década de 2000, período em que irão surgir tendências feministas anticapitalistas e socialistas de oposição às políticas do governo federal, tais como o Movimento de Mulheres em Luta (MML)²³⁴, em 2008 e o grupo de mulheres *Pão e Rosas*²³⁵, no ano de 2009.

A implementação de políticas sociais precarizadas e conservadoras destinadas às mulheres no âmbito do governo federal têm sido alvo de críticas por parte de segmentos do movimento feminista, como vemos na atuação política da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)²³⁶, do Movimento de Mulheres em Luta (MML) e do Grupo de Mulheres *Pão e Rosas* do Brasil.

²³³ Uma reflexão sobre a conjuntura brasileira e o divisionismo político da esquerda no período do governo Lula e suas implicações para o Projeto Ético-Político do Serviço Social pode ser encontrada em Netto (2004, 2007); Braz (2004, 2007); Mota ; Amaral (2009).

²³⁴ O MML foi lançado em abril de 2008 no I Encontro Nacional de Mulheres da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), que começou a organizar-se a partir de 2004, com a reunião de diversos setores do movimento sindical na luta contra as reformas neoliberais do governo Lula. Depois deu início a uma experiência de incorporação dos movimentos populares numa mesma entidade, a ser constituída na organização da Central Sindical e Popular (CSP) - Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) / CSP-CONLUTAS, em 2010. Disponível em: <<http://www.cspconlutas.org.br>>. Acesso em: 08 jun. 2012.

²³⁵ No Brasil, o *Pão e Rosas* surgiu em março de 2009. Também participa do CSP CONLUTAS e integra o movimento latino-americano *Pan y Rosas*, o qual possui agrupações no Chile, Argentina, Bolívia, México e no Estado Espanhol. Este movimento foi impulsionado pela Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional e Independentes (LER-QI). O nome *Pan y Rosas* é uma homenagem as operárias norte americanas de uma fábrica têxtil em Massachusetts, que no começo do século XX realizaram uma greve na luta pelos seus direitos e levantaram a bandeira “*O direito ao pão, mas também as rosas*”. O pão representa comida e todas as condições necessárias para viver, e as rosas, o direito à cultura, à arte, ao lazer e a possibilidade de se desenvolver plenamente enquanto mulheres. Disponível em: <<http://nucleopaoerosas.blogspot.com>>. Acesso em: 12 mai. 2011.

²³⁶ A AMB se define como “[...] uma articulação política não-partidária, que potencializa a luta feminista das mulheres brasileiras nos planos nacional e internacional. A AMB tem sua ação orientada para a transformação social e a construção de uma sociedade democrática, tendo como referência a Plataforma Política Feminista (construída pelo movimento de mulheres do Brasil, em 2002). No presente contexto, a AMB se orienta por cinco prioridades: a mobilização pelo direito ao aborto legal e seguro, a ação pelo fim da violência contra as mulheres, o enfrentamento da política neoliberal, a organização do movimento e a luta contra o racismo”. (AMB, 2011) Cf. ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. **Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas**: III Conferência de Políticas para as Mulheres-Propostas e questões para o Debate. Brasília, dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecafeminista.org.br>>. Acesso em 10 jan. 2012.

Entre as principais tendências do feminismo no Brasil, o divisionismo político se faz presente. Tendências dos movimentos feministas, como a AMB, o MML e o *Pão e Rosas* do Brasil fazem a crítica e a resistência ao capitalismo, ao neoliberalismo e ao conservadorismo presente nas políticas públicas para as mulheres, à baixa qualidade das políticas sociais, ao bloqueio do orçamento das políticas para as mulheres, entre outras.

De outro lado, algumas organizações feministas “anticapitalistas”, como a União Brasileira de Mulheres (UBM) e a Marcha Mundial de Mulheres (MMM)²³⁷, são acusadas de colaboracionismo com o governo federal nesta última década²³⁸.

O documento “Considerações gerais sobre a União Brasileira de Mulheres”, de 06/06/2010, mostra que a UBM realizou várias parcerias com governos municipais do estado de São Paulo em projetos de conscientização das mulheres sobre DST/AIDS, de educação, formação profissional e geração de trabalho e renda, e também desenvolve parcerias com o ministério da cultura, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do governo federal²³⁹, o que traz o risco de comprometer sua autonomia crítica perante o governo.

Este conflito político traz à tona a histórica polêmica que perpassa a trajetória de relacionamento entre os movimentos feministas e o Estado²⁴⁰, o qual demonstra as contradições e os desafios que atravessam a atuação dos movimentos sociais na luta por direitos, no campo da emancipação política.

Além da forma de relacionamento com o Estado, outra diferenciação refere-se a perspectiva “anticapitalista” desses movimentos, em que um segmento minoritário assume

²³⁷A MMM surge ainda na conjuntura do governo neoliberal de FHC, em 2000, na forma de uma campanha internacional de luta contra a pobreza e a violência sexista. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulher>>. Acesso em: 20 set. 2008. Essa primeira campanha começou no dia 08 de março, dia internacional da mulher, e se estendeu até 17 de outubro. A inspiração para a realização dessa Marcha foi a ocorrência de uma marcha de mulheres em Quebec/Canadá em 1995, quando 850 mulheres caminharam pedindo “Pão e Rosas”. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/marcha>>. Acesso em: 20 jan.2012.

²³⁸Segundo o MML, a sua conexão com as organizações da classe trabalhadora, o diferencia de outros movimentos de mulheres que afirmam projetos no marco da manutenção do Estado burguês e acabam por defender governos que em nada avançam para resolver as condições das mulheres trabalhadoras. Nesse sentido, para o MML, a Marcha Mundial das Mulheres, a maior organização feminista do país, questiona o capitalismo, mas apresenta limites, pois defende a economia solidária e caminha na direção de “uma profunda redemocratização do Estado”, não questionando a dimensão central dos problemas das mulheres e da maior parte da população mundial, que é a divisão da sociedade em classes sociais.

²³⁹Disponível em <<http://www.ubmulheres.org.br>>. Acesso em: 11 set.2012.

²⁴⁰Na década de 1980, a corrente chamada de “feminismo radical” no Brasil temia a incorporação pelo Estado das questões feministas pelo risco de desvirtuar o trabalho feminista. Defendia que a plena igualdade só seria alcançada com uma mudança radical da sociedade e com o fim do patriarcado e não com mudanças parciais e pequenas reformas. Mas existia um grupo que apostava na elaboração de políticas públicas para mulheres, inclusive apoiando a participação de militantes feministas no poder, como meio de garantir às mulheres condições imediatas de participação na sociedade, em pé de igualdade com os homens (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992).

uma perspectiva de tendência reformista e um grupo maior defende o socialismo e a emancipação das mulheres a partir da superação das classes.

De acordo com Wood (2003 b), os movimentos “anticapitalistas” podem assumir uma perspectiva socialista ou voltada para a humanização do capitalismo. Um traço comum dos movimentos “anticapitalistas” é o compromisso com a democracia, mas resta saber qual a concepção de democracia. Para ela, o capitalismo é incompatível com a democracia, entendida como “governo do povo”, embora alguns concordem que seja importante lutar por reformas dentro do capitalismo. Já outros defendem que a democracia é compatível com um capitalismo reformado, fazendo a crítica somente à globalização, à desregulamentação e ao neoliberalismo.

Wood (2003 a) defende que um capitalismo democrático é mais irreal que o socialismo, pois a dinâmica do capitalismo é uma ameaça à própria democracia.

Essa perspectiva feminista anticapitalista de cunho reformista pode ser observada na unidade política presente no III Fórum Social Mundial (FSM) de 2003²⁴¹, quando diversas expressões do feminismo latino-americano e global definiram como consenso a oposição as consequências nefastas da globalização neoliberal para a vida dos indivíduos sociais e das mulheres em particular (ALVAREZ, 2003)

Para Diane Matte (coordenadora da MMM no Canadá), o FSM possibilita estreitar “a relação entre o movimento feminista e o movimento por uma outra globalização, aí inscrevendo nossas prioridades e fortalecendo as possibilidades de luta do feminismo na perspectiva de verdadeira transformação social. [...] (MATTE apud ALVAREZ, 2003, p. 537).

Para a brasileira Julia Ruiz Di Giovanni, as jovens feministas que participam do FSM “são portadoras de um feminismo renovado porque precisam responder continuamente a desafios históricos que se colocam hoje não apenas para o feminismo, mas também para o conjunto dos projetos emancipatórios [...]” (GIOVANNI apud ALVAREZ, 2003, p. 537)²⁴².

A Marcha Mundial de Mulheres (MMM) define-se como um movimento anticapitalista, antipatriarcal, antiracista e contrário ao neoliberalismo, assumindo como horizonte político a construção de um mundo com liberdade, igualdade, justiça, paz e solidariedade, mas não deixa claro qual o seu projeto societário e a concepção desses valores.

Conforme consta em seus documentos, desde o início a MMM fazia uma crítica global ao capitalismo e ao neoliberalismo, e devido a sua capacidade de mobilização das mulheres, a

²⁴¹O III FSM foi realizado entre 23 e 28 de janeiro de 2003, em Porto Alegre.

²⁴²Julia Ruiz Di Giovanni não explicita a concepção de emancipação.

MMM foi crescendo e abarcou vários setores do movimento de mulheres, o que culminou com a avaliação de que a Marcha deveria continuar como uma ação permanente (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2008).²⁴³

A MMM realizou 3 ações internacionais. Na primeira campanha, em 2000, com o tema “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”, participaram 159 países, em que a MMM se apresentou como um movimento feminista integrante do movimento antiglobalização que teve nas manifestações em Seattle um dos seus marcos. Criticou o sistema capitalista como um todo e não apenas sua face neoliberal. Mostrou a sua visão sobre as mulheres, entendidas como sujeitos na luta para mudar radicalmente esse modelo que também é patriarcal, racista, homofóbico e depredador do meio ambiente (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2008).

No Brasil e na América Latina a MMM se tornou uma alternativa ao processo de institucionalização e de perda de radicalidade, retomando a ideia da auto-organização das mulheres, da mobilização e da luta feminista vinculada à luta antipcapitalista. Recolocou, portanto, a questão de gênero e classe como co-extensivas e a necessidade de transformação global do modelo, sem abandonar outras questões como raça-etnia, juventude etc. (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2008, p. 08).

Na ação internacional de 2005, a MMM reitera sua crítica à sociedade capitalista, patriarcal, racista e homofóbica através do slogan “Somos mulheres e não mercadorias!”²⁴⁴ E em 2010, com o tema “seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, a MMM realiza sua terceira Ação Internacional, através da qual reafirma sua luta contra “... as relações de opressão machistas e patriarcais sobre as mulheres, que são estruturantes do capitalismo que também é racista, lesbofóbico e depredador da natureza” (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2010, p. 03).

Já a União Brasileira de Mulheres (UBM), definindo-se como parte do feminismo emancipacionista, no seu projeto político feminista propõe a organização da luta da mulher contra a opressão de gênero, pela defesa de seus direitos e por uma sociedade socialista, livre de toda exploração e opressão, conforme consta em seu estatuto: “A UBM é uma entidade que

²⁴³Cf. MARCHA MUNDIAL DE MULHERES. **Caderno Marcha Mundial das Mulheres**, n. 01. São Paulo, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulher>>. Acesso em: 20 set. 2008.

²⁴⁴“Queremos construir a perspectiva feminista a partir do questionamento global ao capitalismo que também é machista, racista e homofóbico. Afirmamos o direito à autonomia e a auto-determinação das mulheres e reivindicamos a igualdade como um princípio organizador do mundo que queremos construir” (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2008, p. 09).

congrega mulheres para a luta pelos direitos e emancipação da mulher e pela igualdade nas relações sociais de gênero” (artigo 2º do Estatuto) ²⁴⁵.

Loreta Valadares, uma das expoentes da corrente feminista emancipacionista, chama a atenção para necessidade de se fazer análises históricas sobre a luta de classes e a luta contra a opressão de gênero, bem como viabilizar medidas concretas que redimensionem o papel da mulher na produção, estabeleçam a função social da reprodução e promovam a real participação política da mulher. Nessa perspectiva, ela afirma:

Há que se levar em conta as condições históricas, o grau de desenvolvimento da sociedade, as condições objetivas da luta de classes, o nível de luta contra a opressão de gênero. No entanto, queremos reafirmar, aqui, que nossa concepção da luta de gênero tem bases históricas, busca desenvolvê-la teoricamente sob a ótica do marxismo e enfatiza sua realização prática na luta revolucionária pela transformação de toda a sociedade, até a construção de uma outra sociedade, socialista, sem qualquer tipo de opressão (VALADARES, 2003, p. 549).

No 1º Boletim Especial UBM – SP (2010), sobre os “*100 anos do Dia Internacional da Mulher*”, a UBM relaciona a opressão da mulher ao capitalismo. Na sua análise, o sistema capitalista se utiliza do conceito de inferioridade da mulher para promover a opressão de classe. Por isso, é necessário construir alternativas ao neoliberalismo, enfrentar o capitalismo em crise e descortinar o rumo do socialismo.

Para a UBM, embora se registrem algumas conquistas para as mulheres nos últimos tempos, é necessário avançar com a implementação integral da lei Maria da Penha, a legalização do aborto, resolver o impasse da dupla jornada de trabalho da mulher e a questão da desigualdade salarial entre mulheres e homens, negros/as e brancos/as, além de aumentar a representação feminina no parlamento, entre outras questões (UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES, 2010). ²⁴⁶

No entanto, observa-se uma mudança nos rumos políticos ou mesmo uma incongruência entre a teoria e a prática política da UBM desde seu surgimento até o momento atual. Mesmo mantendo a crítica ao neoliberalismo, ao capitalismo e apontando a perspectiva de defesa do socialismo, a UBM migra de uma postura crítica, autônoma e de oposição aos governos, para assumir uma postura de colaboração aos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011 - xxxx).

²⁴⁵ Conferir Estatuto da UBM. O Estatuto foi registrado em cartório no dia 02/07/2007, na cidade de São Paulo/SP.

²⁴⁶ UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES. 1º Boletim Especial UBM – SP. 2010. sobre os “*100 anos do Dia Internacional da Mulher*”.

Ou ainda, é possível afirmar que a UBM passou do patamar de apoio a um projeto societário dirigido à emancipação humana das mulheres para o horizonte limitado de defesa da emancipação política, restrito a conquista das políticas públicas para as mulheres na sociedade capitalista.²⁴⁷

Já o bloco feminista que mantém uma posição crítica, autônoma e independente ao governo federal sinaliza com um projeto societário de defesa do socialismo e da emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana.

Nesse sentido, a AMB mantém um diálogo crítico e autonomia frente aos dois últimos governos federais (Lula e Dilma). Faz a crítica ao baixo investimento governamental em políticas públicas para as mulheres, devido à adoção de um modelo neoliberal; a política econômica desenvolvimentista que agrava a crise social e ambiental e a estratégia de cooptação dos movimentos sociais.

Segundo Sílvia Camurça (2011), uma das militantes e teóricas da AMB, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) tem apenas 1 (um) programa para o período 2012-2015, muito menos do que a proposta da AMB de 7 (sete) programas. Ela ressalta que o fato de termos uma mulher como presidenta não significa a garantia de uma orientação feminista e libertária nas políticas para mulheres. Ao contrário, observa-se a ênfase na maternidade e não nas mulheres. Ela também denuncia que houve um crescimento da domesticação da população nas conferências e que a participação das mulheres nas lutas sociais tem sido substituída pela participação institucional sob hegemonia do governo²⁴⁸.

Para a AMB, na atual conjuntura de crise global do capitalismo e do governo de uma mulher na presidência da república, é necessário atuar nas contradições do governo, mantendo a autonomia e a crítica do movimento frente ao poder público. Segundo a AMB, é preciso fazer a crítica ao modelo desenvolvimentista que aumenta a exploração do capitalismo patriarcal e racista sobre as mulheres, bem como a política econômica que favorece a concentração de renda; defender a economia solidária como modelo alternativo; lutar por

²⁴⁷Para a FEDIM, federação a qual a UBM é vinculada, a mulher brasileira está conquistando o pleno emprego, a igualdade de direitos e sua emancipação plena no governo do PT. E ressalta a satisfação pela eleição da primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, considerada companheira de luta da FEDIM. Esta afirmação foi publicizada por sua presidenta, Márcia Campo, na ocasião das comemorações pelos 65 anos de existência da FEDIM, em 06/12/2010.

²⁴⁸Cf. CAMURÇA, Sílvia. É tão mais complexo o que a gente está vivendo hoje. In: ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. **Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas**: III Conferência de Políticas para as Mulheres-Propostas e questões para o Debate. Brasília, p. 11-13, dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecafeminista.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

políticas públicas redistributivas e integradas que enfrentem as desigualdades de gênero, classe e raça e que gerem autonomia para as mulheres (BARCELOS, 2011).²⁴⁹

A AMB apresenta como objetivo central a conquista da autonomia das mulheres, e para isso, será necessário transformar o mundo e por fim à exploração e opressão. Nessa direção, se orienta por um projeto político anticapitalista, contrário à globalização capitalista, tendo como horizonte utópico a construção de uma sociedade democrática e igualitária, ou ainda, defende um socialismo com democracia.

Temos defendido, para além dos limites do capitalismo, um socialismo com democracia que ainda está por ser construído, mas que, concretamente, nos identifica como anticapitalistas. Nossa ética anticapitalista caminha no sentido de que queremos ser o que queremos ver na sociedade, daí a proposição de sintetizarmos as lutas anticapitalistas num projeto popular feminista para a defesa da vida das mulheres. Isso inclui o debate sobre o consumismo, a produção da pobreza, e a exploração existente também entre as mulheres (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2011, p.25).²⁵⁰

A AMB se define como um movimento social feminista, antipatriarcal, antiracista e anticapitalista. Para a AMB, o capitalismo se realiza de forma imbricada com o patriarcalismo e o racismo, e daí a necessidade de construir um feminismo anticapitalista, articulado com a questão de classe:

Enquanto perdurar a contradição capital / trabalho, não há como haver liberdade e autonomia para as mulheres. Mas a superação dessa contradição não nos dá nenhuma garantia de superação da opressão das mulheres. Por isso, articular o feminismo com a discussão de classe é condição imprescindível para impulsionar as lutas feministas de enfrentamento ao capitalismo e formular, a partir do feminismo, qual a sociedade que a gente quer (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2011, p.25).²⁵¹

²⁴⁹Para Barcelos (2011), as mulheres são especialmente atingidas pelas consequências da globalização econômica e do neoliberalismo presentes nos governos do PT. Lula se elege com uma proposta de enfrentamento ao Estado Neoliberal, mas com o passar dos anos, seu governo incorporou elementos neoliberais, resultando num governo permeado por fortes contradições. Mas há um consenso entre as mulheres brasileiras de que foi no governo Lula que mais se avançou na criação e implementação de políticas para as mulheres. No governo Dilma há contradições mais acentuadas do que no governo Lula, como a questão ambiental; a ênfase no programa bolsa família, no crescimento do agronegócio, na repressão à violência urbana, redução dos salários, aprofundamento da desigualdade salarial e políticas públicas precarizadas. A AMB também critica as iniciativas governamentais de valorização do papel da mulher na família presentes no programa bolsa família e a ideologia que fundamenta essas iniciativas, como aquela que considera a mulher como culpada pela “desestruturação familiar”. Cf. BARCELOS, Gilsa Helena. Conjunturas Internacional e Nacional e as Mulheres. In: ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. **Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas**: III Conferência de Políticas para as Mulheres- Propostas e questões para o Debate. Brasília, p. 15-21, dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecafeminista.org.br>>. Acesso em 10 jan. 2012.

²⁵⁰Ibd.

²⁵¹Cf. ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. **Memória ENAMB 2011**. Transformando o mundo pelo Feminismo. ENCONTRO NACIONAL DA ARTICULAÇÃO DAS MULHERES BRASILEIRAS, 2., 2011. Brasília. Disponível em: <<http://www.bibliotecafeminista.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

A AMB apresenta como objetivos permanentes: promover a auto-organização das mulheres e de seus movimentos como sujeitos políticos da transformação social; lutar pela democratização do Estado no Brasil e na América Latina por meio de políticas públicas capazes de efetivar direitos para as mulheres e garantir um desenvolvimento com justiça social, econômica e ambiental contra a perspectiva neoliberal; e democratizar a vida social e política no Brasil e América Latina, com vistas à promoção de um ambiente de liberdade para as mulheres, para que estas possam ter uma vida com autonomia, auto-determinação e sem violência²⁵².

Já o Movimento de Mulheres em Luta (MML) faz uma crítica mais contundente a política neoliberal dos governos do PT, expressa no ataque aos direitos trabalhistas, na proposta de flexibilização dos direitos do ACE (Acordo Coletivo Especial), entre outras.

O MML²⁵³, como parte da CSP- CONLUTAS, uma Central Sindical e Popular que privilegia a unidade das lutas contra toda forma de exploração e opressão capitalista e em defesa dos interesses da classe trabalhadora, define-se como um movimento de mulheres feminista, classista e socialista.

A CSP-CONLUTAS²⁵⁴ surgiu agregando organizações da juventude e de luta contra a opressão que concordaram com a unificação em torno de um programa comum, a defesa dos interesses da classe trabalhadora e a luta contra a exploração e opressão capitalista. Ressalta que essa é uma experiência inovadora de organização de classe no Brasil, pois reúne numa mesma entidade nacional, movimentos sindicais, populares, da juventude e da luta contra a opressão das mulheres, negros, homossexuais e outros segmentos. Mas também admite que esse programa de unidade das lutas não está acabado e que esse objetivo ainda deverá ser alcançado. Defende os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, tendo como objetivo o fim de toda de exploração e opressão, com a perspectiva de construir uma sociedade socialista. Por isso, defende a autonomia e independência frente ao Estado,

²⁵²Disponível em: <[http:// www.articulacaodemulheres.org.br](http://www.articulacaodemulheres.org.br)>. Acesso em 10 jan. 2012.

²⁵³Em dezembro de 2012, o MML estava presente nos estados do Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo (sede), Sergipe. Disponível em: <[http:// www.mulheresemluta.blogspot.com.br](http://www.mulheresemluta.blogspot.com.br)>. Acesso em: 08 dez. 2012. Em agosto de 2013, o MML também está organizado nos seguintes estados: Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Disponível em: <[http:// www.mulheresemluta.blogspot.com.br](http://www.mulheresemluta.blogspot.com.br)>. Acesso em: 31 ago. 2013.

²⁵⁴A CSP CONLUTAS – Central Sindical e Popular foi fundada no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), realizado na cidade de Santos/SP, nos dias 5 e 6 de junho de 2010. A maior parte da base sindical desta nova entidade veio da CONLUTAS. Fazem parte da CSP CONLUTAS: a Assembleia Nacional de Estudantes Livres (ANEL), o Movimento Mulheres em Luta (MML), o Movimento Quilombo Raça e Classe, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento Urbano dos Sem Teto (MUST), o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, dentre outros. Disponível em: <[http:// www.cspconlutas.org.br](http://www.cspconlutas.org.br)>. Acesso em: 08 jun. 2012.

governos e partidos políticos, a unidade das lutas, a mobilização coletiva como forma privilegiada de luta e o internacionalismo da luta da classe trabalhadora.²⁵⁵

O MML também teve sua formação ligada ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), por meio da Secretaria de Mulheres deste partido²⁵⁶. No 5º Encontro Nacional de Mulheres do PSTU, realizado entre 23 e 25 de março de 2012, o PSTU reafirmou a necessidade de organização das mulheres da classe trabalhadora, à exemplo do que vem sendo realizado pelo MML, considerado como uma alternativa às organizações governistas ou policlassistas. O programa de luta contra o machismo aprovado neste encontro se posicionou contrário à ideologia do “empoderamento” das mulheres, que disfarça a opressão machista crescente na sociedade capitalista; na defesa de uma alternativa de organização classista e de luta pelo socialismo e de uma necessária união da luta contra a opressão da mulher com a luta do conjunto da classe trabalhadora contra o capitalismo. Tal programa fundamenta-se na idéia do partido revolucionário como a possibilidade concreta da unidade entre homens e mulheres da classe trabalhadora, algo considerado essencial para a emancipação das mulheres²⁵⁷.

O MML entende que o capitalismo tem mostrado sua inviabilidade para a conquista da liberdade para todas as mulheres do mundo. E também reconhece que o primeiro Estado operário da história da humanidade garantiu direitos e igualdade para as mulheres, mas a experiência foi interrompida pelo stalinismo e sua ditadura. Por isso, defende a necessidade de construir um novo feminismo capaz de resgatar as concepções classistas que foram parte das lutas das mulheres no século XX.²⁵⁸

O Grupo de Mulheres “*Pão e Rosas do Brasil*”²⁵⁹ enfatiza a necessidade de resgatar o espírito de luta internacionalista do movimento revolucionário do início do século XX. Segundo D’Atri (2010)²⁶⁰, fundadora do grupo de mulheres *Pan y Rosas* na Argentina, a maioria do feminismo se inclinou para uma perspectiva reformista. De outro lado, outro segmento do feminismo, limitado ao terreno da cultura e da contracorrente ao patriarcado, despolitizou a luta das mulheres por sua emancipação. Por isso, defende que é necessário

²⁵⁵Disponível em: <<http://www.cspconlutas.org.br>>. Acesso em: 08 jun. 2012.

²⁵⁶Desde o momento de sua criação, o MML vem recebendo apoio do PSTU. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br>>. Acesso em: 08 jun. 2012.

²⁵⁷Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/opressao>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

²⁵⁸Idem. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/opressao>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

²⁵⁹O *Pão e Rosas* ainda não possui grupos articulados na maior parte dos estados, estando localizado em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Disponível em: <<http://nucleopaoerosas.blogspot.com>>. Acesso em: 31ago. 2013.

²⁶⁰Andrea D’Atri é autora do livro “*Pão e Rosas. Identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo*”, publicado pela editora Iskra em 2008, no Brasil. É compiladora do livro “*Lutadoras. Histórias de mulheres que fizeram história*”. E também é dirigente do Partido dos Trabalhadores Socialistas (PTS), da Argentina. Disponível em: <<http://nucleopaoerosas.blogspot.com>>. Acesso em: 12 mai. 2011.

construir um feminismo alternativo a essas perspectivas reformistas e culturalistas. O atual contexto de crise do capital acentuou a feminização da força de trabalho, da pobreza e o aumento da violência contra as mulheres, em que a única saída posta é a de construir uma nova sociedade, sem exploração e opressão.

D'Atri (2010) entende que a demanda dos direitos democráticos mais elementares para as mulheres encerra um potencial subversivo. Por isso, a luta é para arrancar deste sistema, todos os direitos que foram privados às mulheres ao longo da história, mas com a perspectiva e com a estratégia do socialismo. Serão as mulheres mais exploradas e oprimidas da América Latina as que impulsionarão o surgimento de um novo feminismo socialista que ainda espera por nascer. Para ela, a premissa de Rosa Luxemburgo, “Socialismo ou barbárie”, adquire uma vigência inusitada, em que as mulheres exigem o direito ao *pão* e às *rosas*.

Nesse sentido, o projeto político da AMB, do MML e do Grupo de Mulheres *Pão e Rosas* tem como horizonte a defesa de uma sociedade anticapitalista na perspectiva do socialismo, apreendida como condição necessária para a plena emancipação das mulheres.

A práxis política dessas organizações feministas que fazem uma clara oposição às políticas econômicas, sociais e para as mulheres dos governos Lula e Dilma também revelam uma estratégia política de articulação entre as lutas pela emancipação política e emancipação humana.

Para a AMB, que considera como igualmente central as lutas anticapitalista, antipatriarcal, antiracista e antilesbofóbica para o fim da opressão das mulheres, a garantia de direitos às mulheres configura-se numa mediação estratégica dessas lutas, tendo como objetivo maior a conquista da autonomia e liberdade das mulheres.

Nos grupos feministas classistas que enfatizam a ótica da superação do capitalismo e a centralidade da classe social na determinação da opressão/emancipação das mulheres, a emancipação das mulheres é pensada na perspectiva da emancipação humana. A reivindicação por políticas públicas para as mulheres, inscrita no campo da emancipação política, não é desprezada, mas não é a estratégia principal ou o fim da luta feminista para a plena emancipação das mulheres. Portadores de uma perspectiva classista e revolucionária, o *Pão e Rosas* e o MML ressaltam os limites da conquista de direitos no âmbito da sociedade capitalista e dos projetos de reforma do capital para a radical emancipação das mulheres.

Para o *Pão e Rosas*, a luta por direitos faz parte de uma estratégia, cuja finalidade é o socialismo e a plena emancipação das mulheres.

Já para o MML, que se define como um movimento antineoliberal e antigoverno, a luta por direitos é um meio de mobilização das mulheres para a luta socialista, reiterando que

a tarefa prioritária deve ser a luta anticapitalista. Dessa forma, sem negar a necessidade de garantia de direitos, no patamar da emancipação política, tais organizações defendem a emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana, tomando como fundamental a superação dos antagonismos de classes que estruturam a sociedade capitalista.

Dessa forma, resgata o debate socialista realizado no início do século passado sobre a relação entre emancipação política e emancipação humana na discussão sobre a emancipação das mulheres, em que para Bebel, Zetkin e Lênin a defesa de direitos iguais para as mulheres estava necessariamente vinculada ao projeto emancipatório e socialista da classe trabalhadora.

Quanto aos fundamentos teóricos, se na década de 1990, “gênero” influenciou e foi incorporado pelas organizações feministas em nível internacional e também no Brasil, observa-se que nos anos 2000 predomina o debate sobre a relação entre patriarcado e capitalismo no país.

A UBM, única organização feminista que adota a discussão sobre gênero, questiona sobre o uso dessa categoria no campo marxista. Segundo Loreta Valadares, uma das expoentes da corrente feminista emancipacionista, tanto como militante, como intelectual, desde os anos 1980, e também membro do PC do B, o feminismo emancipacionista objetiva contribuir na identificação de lacunas e avançar na formulação do ponto de vista marxista sobre a questão de gênero, com a perspectiva de enfrentar as diversas concepções em luta e combater o feminismo burguês.

Na discussão sobre a inter-relação entre as teorias de gênero e classe, Valadares (2007) mostra a necessidade de aprofundar este debate e definir a posição do feminismo emancipacionista da UBM: “E o feminismo emancipacionista marxista, o que pensa disso? Precisamos entrar nesta discussão, formular o nosso uso da categoria gênero, avançar nos estudos feministas marxistas” (VALADARES, 2007, p. 92).²⁶¹

Para a perspectiva emancipacionista defendida pela UBM, a opressão da mulher tem uma base estrutural, o capitalismo, mas uma expressão cultural, a dimensão de gênero, o que supõe uma análise da articulação/interseção entre gênero e classe social.

O MML não adota as abordagens de gênero ou patriarcado, visto que apreende a opressão das mulheres como uma resultante do *machismo*²⁶² e do capitalismo. O *machismo*²⁶³

²⁶¹Esta citação consta no artigo “À Guisa de Contribuição para o Seminário: A Questão da Mulher e o Projeto Político do PC do B”, publicado originalmente em 1992.

²⁶²Fruto dos debates teóricos travados no âmbito da Segunda Onda feminista dos anos 1960/70, a expressão *machismo* foi usada para descrever os homens que acreditavam na inferioridade das mulheres.

²⁶³Para Ana Pagamunici, da Secretaria Nacional de Mulheres do PSTU, “[...] machismo é uma ideologia criada pela sociedade de classes para manter a propriedade privada, servir à dominação e também à exploração”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br>>. Acesso: 25 abr. de 2011.

aparece como um instrumento do capitalismo para superexplorar metade da classe trabalhadora, em que as mulheres estão sujeitas a diferença salarial e a dupla jornada de trabalho (trabalho doméstico não-pago), algo que contribui com o aumento da mais-valia capitalista. Defende que o fim do machismo e da opressão só virá com o fim do capitalismo, a partir da união das lutas das mulheres e dos homens da classe trabalhadora. Reconhece que a opressão atinge trabalhadoras e burguesas, mas destaca que as mulheres trabalhadoras são exploradas pelas burguesas, o que torna a opressão da mulher trabalhadora mais intensa²⁶⁴.

O capitalismo utiliza a opressão para superexplorar um setor da classe trabalhadora, as mulheres. Essa opressão se exerce sobre todas as mulheres, mas as mulheres trabalhadoras combinam a exploração capitalista com a opressão machista. A lógica de funcionamento da sociedade capitalista é a exploração de uma classe sobre a outra, portanto o cerne das resoluções de seus problemas está no enfrentamento de classe contra classe, de homens e mulheres trabalhadores contra homens e mulheres da burguesia (LISBOA, 2012, p. 1).²⁶⁵

O MML admite que a opressão das mulheres não começou com o capitalismo, mas ressalta que o capitalismo é incapaz de acabar com o *machismo* e emancipar as mulheres, pois os componentes ideológicos e econômicos da opressão das mulheres são necessários para a manutenção da exploração, são o sustentáculo do sistema capitalista.

Portanto, a luta contra a opressão é parte indissociável da luta contra a exploração de classe, uma vez que a opressão atinge a metade da classe trabalhadora e as “especificidades” das mulheres trabalhadoras fazem parte das demandas da classe trabalhadora. Por isso, o MML defende que os sujeitos da luta contra o *machismo* são as mulheres e os homens da classe trabalhadora, que unidos devem lutar também contra o capitalismo²⁶⁶.

Enfim, para o MML, a problemática da emancipação da mulher encerra uma questão de classe, em que mulheres e os homens da classe trabalhadora devem lutar juntos contra a exploração e opressão capitalista na perspectiva de construção de uma sociedade socialista.

Apesar de ter o mérito de pensar a emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana, fundada na superação dos antagonismos de classe social, o MML pouco avançou em relação às abordagens do socialismo do início do século XX, que reconheciam algumas particularidades da condição de opressão das mulheres no capitalismo, mas deixavam em segundo plano a análise sobre as relações de opressão dos homens sobre as

²⁶⁴Conferir o texto: MOVIMENTO DE MULHERES EM LUTA. **Conheça algumas concepções programáticas do Movimento Mulheres em Luta.** 2012. Disponível em: <<http://www.mulheresemluta.blogspot.com.br>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

²⁶⁵Conferir o texto: LISBOA, Camila. **O Significado da Rio+20 para as mulheres e o novo feminismo**, 2012. Disponível em: <<http://www.mulheresemluta.blogspot.com.br>>. Acesso em: 08 dez. 2012.

²⁶⁶Op. cit.

mulheres. A referência ao *machismo*, apreendido como produto da sociedade de classes, reitera o caráter secundário da reflexão sobre questão das mulheres em face da prioridade pela luta de classes.

Nesse sentido, acompanhamos a reflexão de Santos (2003) sobre a desqualificação das demandas específicas dos segmentos historicamente oprimidos presente na chamada “esquerda tradicional”. Conforme a autora, a “esquerda tradicional” se mostra solidária com as lutas dos grupos específicos, mas não define estratégias políticas para enfrentar as problemáticas desses segmentos, pois se entende que a resolução de suas questões fica subordinada, de forma mecânica, à superação da ordem do capital. Assim, “reitera-se, desse modo, uma concepção restrita na articulação entre classe e cultura e entre indivíduo e gênero humano” (SANTOS, 2003, p. 94).²⁶⁷

Já a MMM, a AMB e o Pão e Rosas trabalham com o enfoque patriarcado e capitalismo de modos distintos.

A MMM analisa a opressão das mulheres a partir do patriarcado, apreendido como um elemento estruturador do capitalismo, sendo ao mesmo tempo alimentado pelo capitalismo, visto também como um sistema racista, homo/lesbofóbico e destruidor do meio ambiente. Tal entendimento se aproxima de análises que consideram o patriarcado, o capitalismo e o racismo como sistemas interligados ou simbióticos, que tratado dessa forma, obscurece tanto as particularidades da opressão feminina no capitalismo, quanto negligencia a centralidade da luta de classes para a plena emancipação das mulheres, conforme já analisamos.

Para a AMB, as origens da situação de exploração e dominação das mulheres remete a reflexão dos sistemas patriarcal, racista e capitalista, os quais são entendidos como sistemas diferentes, mas que se articulam e se alimentam mutuamente. O patriarcado é pensado como a dominação dos homens sobre as mulheres em todas as dimensões da vida, entendido como um sistema de poder simbólico e material, onde o capitalismo se estrutura reestruturando-o. São considerados instrumentos do patriarcalismo, a divisão sexual do trabalho, a violência contra as mulheres, o controle do corpo e da sexualidade, a heteronormatividade e os obstáculos a participação política das mulheres²⁶⁸.

Apesar de mostrar a necessidade de articulação entre o capitalismo e o patriarcado como fatores determinantes da opressão das mulheres, o entendimento dos sistemas patriarcal

²⁶⁷ A outra tendência apresentada pela autora é a chamada “esquerda democrática”, que elabora estratégias de enfrentamento das opressões de gênero, raça, orientação sexual, entre outras, mas se contenta com o horizonte da luta pelos direitos humanos e acesso ao aparato jurídico-político do Estado, sem questionar a exploração capitalista.

²⁶⁸ Disponível em: <[http:// www.articulacaodemulheres.org.br](http://www.articulacaodemulheres.org.br)>. Acesso em 10 jan. 2012.

e capitalista como sistemas diferentes compõem um dualismo sistêmico, que, conforme vimos, compromete uma reflexão de totalidade social sobre a questão da opressão/emancipação das mulheres nas sociedades capitalistas.

Já a reflexão do *Pão e Rosas* faz a defesa da emancipação das mulheres como parte de um projeto de emancipação humana, segundo o qual a superação das classes assume um status central, considerando o patriarcado como parte integrante da totalidade do capitalismo.

O *Pão e Rosas* apreende a opressão das mulheres a partir da relação entre capitalismo e patriarcado. A sociedade capitalista, baseada na exploração de classe, também é um sistema de discriminação na exploração, visto que realiza a exploração sistemática de toda forma de discriminação: o patriarcado, a homofobia e o racismo.

O capitalismo se apropria da opressão patriarcal histórica da mulher para fortalecer a exploração, ampliar seus lucros, além de dividir a classe trabalhadora. Com o desenvolvimento da tecnologia poderíamos socializar as tarefas domésticas, tendo, por exemplo, creches, lavanderias e restaurantes comunitários. Entretanto, se isso não acontece, é porque no trabalho doméstico não remunerado está uma parte dos lucros do capitalista que, desta forma, fica isento de pagar aos trabalhadores e às trabalhadoras pelas tarefas que correspondem a sua própria reprodução como força de trabalho (alimentos, roupas, higiene, etc.). Incentivar e sustentar a cultura patriarcal na qual os afazeres domésticos sejam tarefas “naturais” das mulheres permite que esse “roubo” dos capitalistas fique invisível, constituindo para mulheres uma dupla jornada, uma dupla exploração²⁶⁹ (PÃO E ROSAS, 2009, p. 01).

O capitalismo é um sistema que para seu benefício perpetua o patriarcado, o racismo, o heterossexismo, a homofobia e os fundamentalismos. Portanto, o capitalismo é um sistema de discriminação na exploração, ao mesmo tempo em que é também um sistema de exploração sistemática de toda forma de discriminação. Por isso, defende a articulação da luta das mulheres com a luta dos/as trabalhadores/as contra o sistema capitalista que explora e oprime, convocando todos/as para lutar pelos direitos das mulheres e da classe trabalhadora e pela emancipação das mulheres.

Admite que o patriarcado é anterior ao capitalismo. Sustenta que, apesar de não ter surgido com o capitalismo, a opressão das mulheres neste modo de produção assume traços particulares, convertendo o patriarcado em um aliado indispensável para a exploração e manutenção do *status quo*. O capitalismo é visto como um sistema baseado na exploração da força de trabalho de milhões de mulheres e homens da classe trabalhadora em todo o mundo.

Dessa forma, o *Pão e Rosas* se aproxima de uma análise de totalidade da opressão das mulheres no capitalismo, afastando-se das análises dualistas e simbióticas presentes nas

²⁶⁹Disponível em: <<http://nucleopaoerosas.blogspot.com/quem-somos>>. Acesso em: 12 mai. 2011.

reflexões sobre a relação entre capitalismo e patriarcado, sem cair nas armadilhas de priorizar uma forma de opressão em detrimento da outra, ou obscurecer a centralidade da luta de classes como parte de um projeto verdadeiramente emancipatório.

Mesmo considerando a existência de um divisionismo político no campo feminista “anticapitalista”, em que determinados segmentos assumiram uma postura de tendência à colaboração com os governos, a predominância de grupos autônomos e críticos em face das políticas governamentais e que defendem um projeto societário na direção da emancipação humana de mulheres e homens constitui-se numa importante base de sustentação sócio-política ao Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Entendemos que essa efervescência e dinamização das lutas e debates feministas no país contribuem com uma maior incorporação do ideário feminista anticapitalista e emancipatório no interior do Serviço Social. O debate teórico-político travado nos segmentos feministas (AMB, MMM e *Pão e Rosas*) certamente alimentam uma reflexão necessária à constituição de uma perspectiva feminista verdadeiramente emancipatória para o Serviço Social, coerente com os fundamentos teóricos, éticos e políticos do Novo Projeto Profissional.

Veremos que este debate teórico-político travado pelas feministas sobre a questão da opressão e emancipação das mulheres tem servido de subsídio ao Serviço Social, como poderá ser observado na pesquisa realizada sobre a constituição de uma perspectiva “feminista emancipatória” no âmbito do Projeto Ético-Político do Serviço Social, a ser apresentada no próximo capítulo.

5 A CONSTITUIÇÃO DE UMA PERSPECTIVA FEMINISTA EMANCIPATÓRIA NAS DIMENSÕES DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO.

A partir das reflexões apresentadas ao longo do trabalho e dos dados coletados na pesquisa, buscamos analisar a conformação de uma perspectiva feminista emancipatória nas dimensões normativa, organizativa e teórica do Projeto Ético-Político do Serviço Social na atualidade, no período entre 2000-2011.

Trata-se apreender a direção sócio-política do debate *feminista* e sobre *emancipação das mulheres*, e assim, elucidar as possíveis disputas e tensões teórico-políticas para a constituição de uma perspectiva “feminista emancipatória” no conjunto do Projeto Ético-Político (PEP), em suas dimensões normativa, organizativa e teórica.

Como vimos em Netto (1999), a unidade em torno das dimensões que compõem o PEP é condição necessária para a conquista da hegemonia desse projeto junto à categoria profissional, exigindo uma articulação entre valores, normas, conhecimentos teóricos, saberes interventivos e a organização política da categoria.

Nesse sentido, apreender a direção sócio-política do debate sobre *feminismo* e *emancipação das mulheres* no âmbito das várias dimensões do PEP será fundamental para a consolidação e o espraio²⁷⁰ de uma perspectiva “feminista emancipatória” no Serviço Social, capaz de subsidiar o exercício e a formação profissional frente às demandas feministas e das mulheres postas ao Serviço Social.

O desafio é assegurar um horizonte “feminista emancipatório” no Serviço Social, coerente com os fundamentos marxistas e a perspectiva da emancipação humana que sustentam o Projeto Ético-Político Profissional.

²⁷⁰ Utilizamos o termo *espraio* no mesmo sentido atribuído por Netto (2005 b) para descrever um dos 3(três) momentos do Projeto de Ruptura com o conservadorismo no Serviço Social, os quais demarcaram o momento da emergência, da consolidação acadêmica e do espraio junto à categoria profissional.

5.1 DIMENSÃO NORMATIVA: CÓDIGO DE ÉTICA E DIRETRIZES CURRICULARES.

*“Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”.*²⁷¹

Enquanto documentos jurídicos, a apreciação do Código de Ética e das Diretrizes Curriculares pretende tão somente assinalar como a temática do *feminismo* e da *emancipação das mulheres* se expressa na dimensão normativa da profissão. Consideramos que tais instrumentos normativos também se constituem em referências educativas, servindo de parâmetro orientador para o exercício e da formação profissional, tornando-se uma referência ético-política para a profissão.

5.1.1 O Código de Ética de 1993.

Em relação à incorporação de uma perspectiva “feminista emancipatória”, o Código de Ética (CE) sinaliza nessa direção ao apresentar o horizonte da emancipação humana, estabelecendo como méis à emancipação das mulheres a superação da dominação/exploração de classe social e gênero nos seus princípios fundamentais.

Nesse sentido, o CE apresenta como princípio I o *“Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”*.

Considerando que a emancipação é o valor de caráter humano-genérico mais central do CE e que os demais princípios são valores e formas de viabilização da emancipação humana (BARROCO, 2012), este princípio é fundamental no sentido de balizar a incorporação de uma perspectiva “feminista emancipatória” na profissão, capaz de apreender a emancipação das mulheres como parte do processo mais amplo de emancipação humana.

Em relação à dimensão particular da emancipação das mulheres, o CE aponta para a superação das contradições de classe social e “gênero”, enquanto mediações para a plena autonomia e emancipação das mulheres, conforme o princípio ético VIII: *“Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”*.

²⁷¹VIII princípio do Código de Ética do/a Assistente Social. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012 b).

Articulado ao princípio I, este princípio VIII sugere que a emancipação das mulheres exige a superação da dominação-exploração de classe, etnia e “gênero”.

Este princípio VIII é considerado pelo CFESS (2012) ²⁷² como um dos mais ousados e posicionados compromissos ético-políticos. E a partir daí, ressalta a necessidade de explicitar, fortalecer e espalhar o Projeto Ético-Político, assegurando o compromisso com a classe trabalhadora, assim como a afirmação e superação dos direitos.

Nessa mesma direção, Barroco (2012) ressalta que este princípio do CE representa o ideário socialista que marca a origem do Projeto Ético-Político e o seu pólo profissional mais crítico ao explicitar a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração” (BARROCO, 2012, p. 67).

Nessa discussão, Barroco (2012) esclarece que é um equívoco considerar a articulação entre projeto emancipatório e projeto profissional como algo incompatível, com base no suposto de que toda atividade profissional no capitalismo somente reproduz a desigualdade, a dominação e o capital. Toda atividade social no capitalismo contribui em níveis diferentes para a objetivação das relações burguesas. Por outro lado, a análise do significado social da profissão no processo de reprodução das relações sociais capitalistas (IAMAMOTO, 1983) mostra que o/a Assistente Social reproduz simultânea e contraditoriamente interesses e necessidades do capital e do trabalho. E, por isso, o/a profissional pode fazer a opção pelo fortalecimento do projeto da classe trabalhadora por meio da atuação profissional nos serviços prestados.

Outro princípio diretamente relacionado a afirmação de uma perspectiva “feminista emancipatória” também faz referência a questão de “gênero” e classe social, é o princípio XI, que versa sobre o *“Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero”²⁷³, idade e condição física”*.

²⁷² Conferir o texto de apresentação do livro *“Código de Ética do/a Assistente Social Comentado”* (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012 a).

²⁷³ A mudança do termo “opção sexual”, presente na 1ª edição do Código, para “orientação sexual” e a inclusão do reconhecimento da “identidade de gênero” na 9ª edição de 2011, incorporam os avanços nas discussões acerca dos direitos da população LGBT pela livre orientação e expressão sexual, bem como reafirmam os valores do Projeto Ético-Político. Tais mudanças foram fruto das discussões realizadas no âmbito do conjunto CFESS/CRESS, especialmente na temática da ética e dos direitos humanos, aprovadas no 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS (2010) e consignadas na Resolução CFESS 594 de 21 de janeiro de 2011. Esta Resolução também incorpora o reconhecimento da linguagem de gênero, adotando a forma masculina e feminina, expressando um posicionamento político no sentido de contribuir para a negação do machismo na linguagem, especialmente por ser a categoria profissional formada majoritariamente por mulheres. Cf. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Apresentação à edição de 2011. Brasília, janeiro de 2011, gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta (2008/2011). In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇOSOCIAL (2012 b).

O compromisso com um horizonte feminista de luta contra a opressão das mulheres, enquanto segmento historicamente oprimido, também pode ser identificado no princípio VI do CE, que destaca o *“Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”*.

Sobre a relação do Serviço Social com os movimentos feministas, o CE sugere como princípio norteador da profissão a articulação com movimentos coletivos sintonizados com os princípios do CE e com as lutas da classe trabalhadora, conforme explicitado no princípio IX: *“Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as”*.

Esses 5 princípios do CE estão mais diretamente ligados a constituição de uma perspectiva feminista emancipatória. No entanto, uma reflexão sobre todos os artigos articulados apontam na direção da afirmação de um referencial “feminista emancipatório” no Serviço Social, pela possibilidade da garantia dos direitos humanos e sociais, com equidade à mulheres, especialmente aquelas pertencentes às classes trabalhadoras. Nosso Projeto Profissional não se limita à conquista de direitos no capitalismo, mas aponta para sua superação. Isto é, trata-se de articular a defesa da emancipação política a um projeto de emancipação humana.

O projeto profissional aponta para a defesa de uma democracia radical e da plena cidadania na perspectiva da emancipação humana, o que supõe a superação dos seus limites burgueses. Nesse sentido, o princípio III *“Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras”*, sugere a apreensão do campo de viabilização dos direitos como mediação estratégica da prática profissional nos marcos de um projeto emancipatório socialista. Nessa perspectiva, a democracia não se limita ao direito de participação política, uma vez que requer a democratização de toda a riqueza social produzida pela classe trabalhadora, conforme consta no princípio IV: *“Defesa do aprimoramento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”*.

Pelo exposto, é possível afirmar que o Código de Ética do (a) Assistente Social constitui-se num instrumento normativo e educativo favorecedor de uma perspectiva feminista emancipatória no Serviço Social, por meio da defesa da emancipação humana, da liberdade e da superação das relações de dominação/exploração de classe social e “gênero”.

No entanto, conforme já vimos em Paiva; Sales (1998), o debate sobre a incorporação da dimensão de “gênero” no CE não explicitou a perspectiva teórica do debate de “gênero”, nem se o termo é usado apenas de modo descritivo, ou para designar uma área de estudos relacionada à temática das mulheres ou ainda se é utilizado como substitutivo para mulheres.

A aprovação do CE ocorre no mesmo momento em que o conceito de gênero elaborado pela historiadora Joan Scott é socializado no Brasil, sendo rapidamente absorvido nos meios acadêmicos e na militância feminista. Legitimado no âmbito do pensamento pós-moderno, o gênero como categoria analítica, entendido como relações de poder que circulam entre o pólo masculino e o feminino, inscrito no campo das representações atribuídas ao masculino e ao feminino, é amplamente utilizado, inclusive entre segmentos de intelectuais feministas marxistas.

Nessa época, dado a enorme receptividade em torno dos “estudos de gênero”, ainda não havia um debate crítico sobre o caráter neutro e despolitizante da categoria “gênero”, responsável pela negação do sujeito político feminista e dos questionamentos a ordem capitalista e patriarcal de opressão das mulheres.

Da mesma forma, somente a partir da segunda metade dos anos 1990 e na década seguinte irá se explicitar o debate sobre a polêmica da (in) compatibilidade entre “gênero” e marxismo, trazida a partir dos enfoques que adotavam a perspectiva da articulação/interseção entre “gênero” e classe social, tal como aparece no CE e nas DC. Na visão de Castro (2000), “gênero” é uma categoria em disputa pelas tendências culturalistas/pós-modernas e feministas socialistas e marxistas.

5.1.2 As Diretrizes Curriculares.

As *Propostas básicas para o projeto de formação profissional* e as *Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social* fazem referência a questão das mulheres por meio do termo “gênero”. A ênfase recai na consideração da condição de “gênero” do/a Assistente Social como sujeito social, uma vez que o Serviço Social é uma profissão formada majoritariamente por mulheres.

Na “*Proposta básica para o projeto de formação profissional*”, elaborada e aprovada na XXIX Convenção Nacional da ABESS (1995)²⁷⁴, a condição do sujeito Assistente Social

²⁷⁴ Este documento foi apresentado para subsidiar as discussões sobre a revisão curricular na XXIX Convenção Nacional da ABESS, realizada em Recife (PE), em novembro de 1995. É de responsabilidade da ABESS/CEDEPSS e foi elaborado pelos seguintes consultores: Ana Elizabete Mota (UFPE), Isabel Cristina

é entendida como atravessada por componentes objetivos, originados da sua condição de classe, enquanto um trabalhador assalariado, em que sua força de trabalho possui valor de troca e valor de uso no mercado de trabalho. Da mesma forma, compreende-se que a sua condição de sujeito social também é perpassada por elementos subjetivos, relacionados aos valores internalizados no seu processo de socialização, os quais envolvem as relações de “gênero”. A sua dimensão objetiva/subjetiva é apreendida num contexto da alienação e subalternidade que percorrem as esferas da vida social.

Sendo o assistente social sujeito do trabalho, os resultados da ação perpassam necessariamente pelo universo de valores incorporados na trajetória do seu processo de socialização. Ou seja, na formação da sua subjetividade, o que exige da formação não somente uma dimensão informativa, mas formativa. Nesta última, defende-se a consideração de questões como as *relações de gênero*, etnia, valores, aspirações religiosas, expressões artísticas e culturais, além de outros componentes de ordem afetiva, emocional etc. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL / CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 163, *grifos nossos*).

O Documento demonstra sensibilidade no reconhecimento das relações de “gênero” como elemento constitutivo da identidade do/a profissional. O Documento define como uma das metas, entre outras, a consideração da dimensão formativa e informativa no processo de ensino/aprendizagem, em que se deve reconhecer o perfil do alunado quanto a “[...] sua inserção na classe social, gênero, raça, religião, nacionalidade, opção sexual, idade, condição física; seu processo de socialização, seu universo de valores em suas manifestações ideológicas e culturais e expressões afetivas;” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL / CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 168, *grifos nossos*).

Nessa mesma direção, na “*Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate*”, de junho de 1996²⁷⁵ (CARDOSO et. al, 1997), há o reconhecimento das identidades de classe, “gênero”, raça, orientação sexual, entre outras, como elementos responsáveis pela formação das ideologias e valores ético-culturais dos/as

Cardoso (UERJ), Marilda Villela Iamamoto(UFRJ), Nobuco Kameyama (UFRJ), Maria Lucia Barroco (PUC-SP) e Maria Rosângela Batistone (PUC-SP). Cf. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL / CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. Documento apresentado na XXIX Convenção Nacional da ABESS, realizada em Recife (PE), em novembro de 1995. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n.50, abr. 1996.

²⁷⁵ A “*Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate*” expressa uma síntese do conteúdo dos debates realizados em junho de 1996, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em reunião de consultores convocada pela ABESS. Foi elaborada para aprofundar os pontos centrais do Documento aprovado em Recife/1995. Cf. CARDOSO, Isabel Cristina da C. et. al. Proposta básica para o projeto de formação profissional - novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS**, n. 07. Formação Profissional: trajetórias e desafios. São Paulo: Cortez, 1997.

futuros/as Assistentes Sociais, os quais podem interferir nos rumos do trabalho profissional, exigindo um trabalho de formação educativa desses sujeitos no sentido da internalização e defesa dos valores inscritos no Projeto Ético-Político.

Na discussão sobre o “Processo de Trabalho do Serviço Social”, este Documentode1996 (CARDOSO et al, 1997) ²⁷⁶ também concebe o/a Assistente Social como sujeito de classe e em sua condição de “gênero”.

Depreende-se, então, que são as condições objetivas e subjetivas que interagem na conformação da sociedade e do próprio Serviço Social e que constroem os níveis de experiência e consciência possíveis dos Assistentes Sociais enquanto sujeitos de classes. [parágrafo] A partir deste marco de compreensão histórica, podemos verificar que componentes aparentemente dispersos – como o forte traço que demarca a *condição de gênero do Serviço Social*; a recorrência a valores de messianismo e voluntarismo, postos por nossa tradição e filiação religiosa; o conteúdo tutelar dos próprios serviços sociais no Brasil, que associa a intervenção neste campo às práticas de controle e benemerência; os componentes de subalternidade que marcam nossa trajetória intelectual e nossas relações com as demais especializações do trabalho coletivo; entre outros elementos – convergiram e permanecem organizando a inserção social do trabalho do Serviço Social e a constituição histórica desta profissão (CARDOSO, 1997, p. 32, *grifos nossos*).

A reflexão em torno das implicações da questão de “gênero” esteve mais voltada para o universo do/a sujeito profissional, enquanto gênero feminino, em que o termo gênero parece ser usado como substitutivo de “mulheres”, do que para a consideração da problemática da “questão de gênero” /opressão das mulheres, de modo a contemplar a condição feminina das usuárias dos serviços prestados pelo/a profissional.

A “*Proposta básica para o projeto de formação profissional*” (1995) reconhece a diferenciação de “gênero” no *Núcleo de fundamentos da Formação Sócio-Histórica da sociedade brasileira*, mas não apresenta uma reflexão sobre a questão, nem indica a perspectiva teórica do debate de “gênero”.

As “*Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social*”, aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária da ABESS/CEDEPSS, em 8 de novembro de 1996²⁷⁷, consideram a condição de “gênero” do sujeito Assistente Social, bem como as desigualdades de “gênero” da realidade social presentes no contexto da sociedade capitalista, abrindo a possibilidade para se pensar também sobre a questão de “gênero” no universo das usuárias da intervenção do

²⁷⁶O item sobre o “Processo de Trabalho do Serviço Social” foi elaborado pela consultora da ABESS Isabel Cristina Cardoso (UERJ). Cf. CARDOSO, Isabel Cristina da C. *Processo de Trabalho do Serviço Social*. In: *Ibid*.

²⁷⁷Cf. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL / CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL. *Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social* (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleias Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). *Formação Profissional: trajetórias e desafios*. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n.7, 1997.

Serviço Social e não somente enquanto Assistentes Sociais. Nas considerações sobre o *Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira*, este Documento aponta como impactos econômicos, sociais e políticos do desenvolvimento capitalista no país, “... as desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico-raciais, exclusão social” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL / CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL, 1997, p. 65).

A reformulação dessas Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL / CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL, nov. 1996) pela Comissão de Especialistas do Serviço Social em 1999, realizada para atender as exigências de adequação à nova LDB (promulgada em dezembro de 1996), referenda a proposta das *Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social* (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL / CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL, nov. 1996), com base no currículo mínimo aprovado na Assembleia da ABESS/nov.1996, mas introduz algumas alterações nas suas formulações teóricas.²⁷⁸

Nas Diretrizes de 1999 foi incluída a matéria “Classes e Movimentos Sociais”, com o debate sobre a estrutura de classes na sociedade brasileira, os direitos sociais e humanos e os “movimentos sociais em suas relações de classe, “gênero” e étnico-raciais. Identidade e subjetividade na construção dos movimentos societários” (BRASIL, 1999, p. 06, *grifos nossos*).²⁷⁹

Nas diretrizes de 1996, a matéria que contemplava esse conteúdo era “Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais”, que partia da análise sobre a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, articulando com a constituição das classes sociais, do Estado e das particularidades regionais, categorias e grupos sociais, incluindo as “*relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários*” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL / CENTRO DE

²⁷⁸As “*Diretrizes Curriculares elaboradas pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, aprovadas pela ABEPSS e encaminhadas ao MEC em 1999*” foram elaboradas pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, formada pelas professoras Maria Bernadete M. P. Rodrigo, Marilda Villela Iamamoto e Mariangela Belfiore Wanderley. Conforme Werner (2011), essa comissão foi nomeada pelo Secretário de Ensino Superior do MEC, mas isso não impediu a comissão de trabalhar de forma articulada com a ABEPSS.

²⁷⁹Cf. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/Secretaria da Educação Superior /Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social /Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares:** Curso: Serviço Social. Brasília, 26 de fevereiro de 1999.

DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL, 1997, p.70, *grifos nossos*).

Foi um avanço a introdução da matéria “Classes e Movimentos Sociais”, uma vez que dá visibilidade e privilegia a análise dos “Movimentos Sociais” e suas relações com o movimento das classes sociais, mas não faz referência ao capitalismo, tal como sugeria a matéria “Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais”, presente nas Diretrizes de 1996.

A vinculação do debate sobre “Movimentos Sociais” com a questão das “Classes Sociais” e com o capitalismo é fundamental para imprimir uma perspectiva verdadeiramente emancipatória aos movimentos sociais, dentre eles, o movimento feminista.

Uma das diretrizes mais importantes da reforma curricular é a apreensão crítica do processo histórico como totalidade, que envolve as esferas socioeconômicas, políticas, ideológicas, éticas e culturais da vida social, pensadas no âmbito das determinações postas pelas contradições da ordem capitalista.

As DC não desenvolvem os fundamentos teórico-políticos do debate de “gênero”, se o termo é usado de modo descritivo, apenas como substitutivo de “mulheres” ou se quer fazer referência a um campo de estudos. As DC fazem referência à articulação entre classe social e “gênero”, mas não explicitam os fundamentos do debate. Devido à ausência dos fundamentos de uma reflexão sobre a opressão particular das mulheres na sociedade capitalista ou sobre o debate de “gênero”, não é possível afirmar que as Diretrizes Curriculares aprovadas pela categoria profissional apresentem uma perspectiva “feminista emancipatória”.

De outro lado, reconhecemos que tais Diretrizes oferecem os subsídios necessários para o delineamento de uma concepção de emancipação das mulheres no horizonte da emancipação humana, uma vez que adota a perspectiva da totalidade social para analisar o real nas suas múltiplas dimensões, sócio-econômicas, políticas, ideológicas e culturais²⁸⁰. As Diretrizes Curriculares aprovadas pelo conjunto da categoria profissional oferecem um

²⁸⁰ A Proposta das Diretrizes de 1995 destacava como perspectiva fundante da formação profissional, o rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social, em que a adoção de um referencial teórico metodológico crítico seja capaz de apreender o singular como expressão da totalidade social. Exigia: “Capacitação teórico-metodológica que permita uma apreensão crítica do processo histórico como totalidade, o que implica compreendê-lo principalmente em seu movimento dinâmico e contraditório, em sua constituição universal, particular e singular, nas mediações e esferas da vida social (socioeconômica, política, ideológica, ética e cultural);[...]” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL / CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 166).

conjunto de conhecimentos necessários a uma análise crítica, histórica e de totalidade sobre as diversas formas de opressão que atingem homens e mulheres sob a ordem do capital²⁸¹.

Nesse sentido, em resposta ao nosso *Questionário de Pesquisa*, a ABEPSS – reconhece não ser possível afirmar que a entidade seja feminista – mas afirma que adota uma perspectiva de formação profissional que fortalece o movimento feminista e de mulheres, uma vez que oferece um conjunto de conhecimentos necessários a um posicionamento crítico à sociedade patriarcal e a toda forma de opressão, discriminação e preconceito, em conformidade com o Código de Ética.

Considerando essas lacunas quanto a definição de uma abordagem de “gênero” no CE e nas DC, no próximo item veremos como as entidades organizativas da categoria têm se posicionado frente ao debate *feminista* e sobre *emancipação das mulheres* e incorporado uma perspectiva feminista emancipatória.

5.2 DIMENSÃO ORGANIZATIVA: CFESS e ABEPSS.

*“O amor fala todas as línguas:
Assistente social na luta contra o preconceito”.*²⁸²

Considerando o papel estratégico do CFESS e da ABEPSS na garantia da direção social do exercício e da formação profissional em Serviço Social em conformidade com o Projeto Ético-Político, procuramos apreender o posicionamento político dessas entidades em face do debate *feminista* e sobre “*emancipação*” das mulheres existente na sociedade brasileira na atualidade.

Não se trata de fazer uma análise de todo o protagonismo político-profissional do CFESS e ABEPSS na construção de uma perspectiva “feminista emancipatória”²⁸³, mas tão

²⁸¹Vale salientar que os 3 (três) Núcleos de Fundamentação para a formação profissional formam um conjunto de conhecimentos indissociáveis para desenvolver uma análise crítica sobre esta questão. A nova lógica curricular, formada pelos *Núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional*, reúne um conjunto de conhecimentos, presentes em matérias, disciplinas e outros componentes curriculares, que são indissociáveis para se obter uma análise histórico-crítica da realidade e do Serviço Social, conforme explicitado na Proposta Básica (1995).

²⁸²Campanha Nacional pela Livre Orientação e Expressão Sexual lançada pelo CFESS em 2006. A campanha foi uma realização da gestão “Defendendo Direitos, Radicalizando a Democracia” (2005-2008), em parceria com o Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual (DIVAS) e colaboração da LBL, Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL) e Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT). A campanha esteve fundamentada numa perspectiva feminista e de defesa da igualdade substantiva, da liberdade e diversidade humana. Conferir o projeto da Campanha no endereço eletrônico do CFESS. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 18 dez. 2012.

somente captar a possível incorporação dessa perspectiva no âmbito das suas ações político-profissionais dessas entidades.

5.2.1 O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

Conforme os dados coletados na resposta ao *Questionário de Pesquisa* enviado, o processo de incorporação de uma perspectiva “feminista emancipatória” no âmbito do CFESS inicia-se a partir do momento em que a profissão estabelece um giro profissional no sentido da ruptura com suas bases conservadoras e em defesa das classes trabalhadoras e oprimidas, no contexto da “virada” profissional do final dos anos 1970. É nesse movimento que o CFESS nega uma atuação conservadora e policialesca²⁸⁴ na sua atividade de fiscalização e disciplinamento do exercício profissional, assumindo uma ação educativa e ético-política voltada à afirmação dos princípios inscritos no projeto ético-político.

A passagem dos anos 1970 aos 1980 marca a aliança do Serviço Social com os movimentos sindicais, populares e sociais. As vanguardas da profissão se aproximam das lutas feministas, demarcando as primeiras condições sócio-políticas necessárias à incorporação de uma perspectiva “feminista emancipatória” no Serviço Social.

Porém, como vimos, a adoção de um referencial feminista em um dos principais instrumentos normativos da profissão, o Código de Ética (CE), só vai ocorrer com a aprovação do CE de 1993.

Nesse sentido, conforme o CFESS, em resposta ao nosso *Questionário de Pesquisa*, a questão das *mulheres/gênero* é posta no processo de reformulação do CE de 1986 e aprovação do novo CE em 1993, em que esta questão é incorporada nos princípios 8º e 11º do CE de 1993. O debate sobre a questão das *mulheres/gênero* se consolida nos anos 1990, sendo também incorporado na agenda política do CFESS por meio da articulação com o movimento feminista, da publicação de artigos na *Revista Inscrita*²⁸⁵, das deliberações dos Encontros

²⁸³Tal análise exigiria um estudo focado exclusivamente no protagonismo histórico dessas entidades na construção do Projeto Ético-Político e sua vinculação com os movimentos sociais e das classes trabalhadoras, dentre eles os movimentos feministas, o que extrapolaria os objetivos deste trabalho.

²⁸⁴A atividade policialesca refere-se a uma prática de fiscalização do exercício profissional de caráter eminentemente punitivo, restrito a observância e cumprimento da legislação profissional.

²⁸⁵A *Revista Inscrita* é uma publicação do CFESS. Os artigos publicados na *Revista Inscrita* não fizeram parte de nosso universo de pesquisa, mas vale registrar os trabalhos produzidos sobre a temática das mulheres: um trabalho sobre a mulher no cinema brasileiro (*Inscrita* nº 1/1998), outro sobre a mulher negra (*Inscrita* nº 4/1999), um relacionado à mulher brasileira (*Inscrita* nº 6/2000) e um artigo sobre a polêmica do aborto (*Inscrita* nº 11/2009). Informação obtida através da resposta do CFESS ao nosso *Questionário de Pesquisa*.

Nacionais do conjunto CFESS/CRESS²⁸⁶ e dos encontros e seminários promovidos pelo CFESS.

Na década de 2000, o CFESS tem demonstrado possuir um vínculo com os movimentos e os debates feministas no país, visto que tem conseguido pautar a agenda política feminista nas discussões da categoria profissional, especialmente o debate sobre a legalização do aborto, a violência contra a mulher e a liberdade de orientação sexual, observado nas publicações do “*CFESS Manifesta*”, das temáticas tratadas no último CBAS (2010), nas deliberações dos Encontros Nacionais CFESS/CRESS, além das articulações com as maiores organizações feministas em nível nacional, tais como a AMB, a MMM, a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL)²⁸⁷ e o Grupo *Pão e Rosas*²⁸⁸.

O CFESS vem viabilizando a adoção de um referencial feminista na profissão por meio de sua intensa atividade político-educativa no âmbito do Serviço Social e no apoio às lutas feministas da sociedade brasileira. A aliança com os movimentos feministas revela-se como uma estratégia fundamental de defesa de uma perspectiva feminista no âmbito do CFESS e da profissão.

Sobre a articulação com os movimentos feministas, o CFESS informou que vem buscando articulação política com tendências feministas sintonizadas com os princípios do Código de Ética e com um projeto societário emancipatório, na perspectiva da emancipação humana.

Em resposta a pergunta do *Questionário de Pesquisa* sobre a existência de articulação/alianças com movimentos e organizações feministas, relatou que a aliança com o movimento feminista se destaca devido às lutas pela descriminação e legalização do aborto, sendo mais intensa a aliança com a AMB, a MMM e a LBL, a partir dos anos 2000²⁸⁹.

Em resposta ao *Questionário*, o CFESS revelou que essa estratégia de articulação com os movimentos feministas se insere na incorporação das lutas e reivindicações do movimento feminista na agenda política do Conjunto CFESS/CRESS, com vistas a provocar o debate

²⁸⁶O Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS é o fórum máximo de deliberação do Conjunto CFESS/CRESS. Ocorre anualmente e é formado por integrantes do CFESS, representantes do CRESS e da categoria profissional de cada estado da federação e o Distrito Federal.

²⁸⁷A Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) é uma articulação feminista de mulheres lésbicas e mulheres bissexuais.

²⁸⁸No site do CFESS há um link com a indicação de páginas eletrônicas de vários movimentos e organizações feministas. Porém, o CFESS esclarece que o conteúdo desses sites não reflete necessariamente a opinião do Conselho. As organizações ligadas ao movimento feminista e de mulheres citados são as seguintes: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), Centro Feminista de Estudos e Assessorias (CFEMEA) e Liga Brasileira de Lésbicas (LBL). Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 17 dez. 2012. No site do CFESS, em maio de 2011, o CFESS indicava o site da organização feminista Núcleo *Pão e Rosas*, porém hoje esta indicação não se faz presente. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 12 mai. 2011.

²⁸⁹O Grupo de Mulheres *Pão e Rosas* não foi citado na resposta ao *Questionário*.

junto à categoria profissional, e depois, transformar-se em uma deliberação no Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, vindo assim, a consolidar a agenda feminista na profissão.

A introdução da temática das demandas e lutas feministas nos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS pode ser observada nas deliberações dos últimos Encontros Nacionais sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a descriminalização e legalização do aborto.

Estes Encontros demonstraram a necessidade de discutir com a categoria profissional a questão da descriminalização e legalização do aborto, conforme observados nos debates e deliberações dos 36º (Natal-RN/2007)²⁹⁰, 37º (Brasília-DF/2008), 38º (Campo Grande-MS/2009) e 39º (Florianópolis-SC/2010) Encontros Nacionais CFESS/CRESS.

A discussão sobre a descriminalização e legalização do aborto foi retomada no 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS (Brasília-DF/2008). Este Encontro deliberou sobre a realização de debate no âmbito do CFESS e junto a categoria, com vistas a intensificação da agenda feminista no Serviço Social sobre os direitos sexuais e reprodutivos, especialmente nas discussões sobre a descriminalização e legalização do aborto. Foi também aprovada uma deliberação que propõe a realização de discussões na categoria profissional acerca da norma técnica do Ministério da Saúde sobre o aborto legal e seguro como um direito reprodutivo, entendido como parte dos direitos humanos, no contexto de um Estado laico, na perspectiva da garantia da justiça social e da igualdade de gênero²⁹¹. Este Encontro deliberou que no próximo Encontro Nacional CFESS/CRESS deverá deliberar sobre a aprovação da proposta de descriminalização do aborto.

Sendo assim, no 38º Encontro, o CFESS manifestou sua posição favorável à descriminalização do aborto e a difusão da norma técnica do Ministério da Saúde sobre o aborto legal e seguro²⁹².

²⁹⁰ As discussões sobre a descriminalização e legalização do aborto foram muito polêmicas neste Encontro. Conforme documento sobre as *Deliberações de Encontros Nacionais CFESS/CRESS (2000-2012)*, enviado pelo CFESS, em anexo às respostas do nosso *Questionário de Pesquisa*, este Encontro deliberou sobre a necessidade de “Fortalecer ações de defesa dos direitos humanos, construindo uma agenda que contemple as temáticas de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual, pessoas com deficiência, dentre outras, divulgando o posicionamento do conjunto CFESS/CRESS publicamente, garantindo articulação e ações conjuntas com os movimentos de direitos humanos, contemplando a transversalidade nas políticas públicas”.

²⁹¹ Conforme documento sobre as *Deliberações de Encontros Nacionais CFESS/CRESS (2000-2012)*, enviado pelo CFESS, em anexo às respostas do nosso *Questionário de Pesquisa*.

²⁹² Conforme informado pelo CFESS no documento que nos foi enviado sobre as *Deliberações de Encontros Nacionais CFESS/CRESS (2000-2012)*. Neste Encontro houve uma mesa de discussão com o título “O trabalho do/a Assistente Social e a Questão do Aborto”.

De acordo com as deliberações do 38º Encontro, no 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS (2010) foi deliberado posição favorável à legalização do Aborto. E com isso, deliberou-se sobre a necessidade de divulgar amplamente esse posicionamento do conjunto CFESS/CRESS, em que a legalização do aborto é considerada como uma questão de saúde pública e como direito das mulheres. Nesse sentido, o CFESS propõe a implementação de políticas públicas que considerem os vários aspectos que envolvem estas questões, bem como a realização de debates e eventos estaduais articulados às políticas públicas já existentes, os quais também contemplem as implicações éticas e normativas profissionais do Serviço Social, contextualizados pelos recortes de classe e “gênero” e pelo caráter laico do Estado²⁹³.

As deliberações dos 38º (2009) e 39º Encontros Nacionais CFESS/CRESS (2010) aprovaram a proposta de fortalecimento da discussão sobre a constitucionalidade e a luta pela implementação da Lei Maria da Penha, em articulação com o movimento feminista.

Em 2011, o 40º Encontro Nacional CFESS/CRESS (Brasília-DF) aprovou uma série de deliberações que reafirmam as propostas dos Encontros anteriores sobre a legalização do aborto. Foram aprovadas as seguintes propostas: dar continuidade as ações políticas para divulgação do posicionamento do CFESS favorável à legalização do aborto, realizando campanha de âmbito nacional; acompanhar os projetos de Lei (PL) que tramitam no Congresso Nacional, manifestando posição favorável aos que descriminalizam o aborto; promover articulação do conjunto CFESS/CRESS com os movimentos feministas, de mulheres negras e lésbicas para realizar audiências públicas sobre a temática, no sentido de exigir políticas públicas de saúde para as mulheres no âmbito da rede SUS para atendimento referente ao aborto previsto em lei, fazer incidência política junto aos gestores públicos e compor comitês em defesa da descriminalização e legalização do aborto; criar material para difundir a Norma Técnica do Ministério da Saúde sobre o aborto legal.

E quanto à lei Maria da Penha, foram aprovadas as propostas de prosseguir com os debates sobre a constitucionalidade e a luta pela implementação da Lei Maria da Penha, em articulação com o movimento feminista.

Outras deliberações foram a realização do Encontro Nacional sobre Serviço Social e Direitos Humanos e uma proposição para o Grupo Temático de Pesquisa - GTP da ABEPSS “classe social, gênero, raça, etnia, geração, diversidade sexual e serviço social”, que foi a necessidade do fortalecimento da temática da legalização do aborto no âmbito da formação profissional.

²⁹³ Conforme documento sobre as *Deliberações de Encontros Nacionais CFESS/CRESS (2000-2012)*, enviado pelo CFESS.

Dessa forma, pudemos identificar que a articulação do CFESS com os movimentos feministas e de mulheres é evidenciada através das alianças e apoios a agenda feminista, como a legalização do aborto, o combate à violência contra a mulher, a visibilidade lésbica, os direitos sexuais e reprodutivos, a defesa da seguridade social para as mulheres, a luta contra a exploração sexual e tráfico de mulheres e crianças, além da participação nas comemorações e lutas pelo Dia Internacional da Mulher.

A participação do CFESS nas instâncias de controle social é vista como um meio de fortalecimento da articulação do CFESS com os movimentos feministas. Assim, a defesa de uma perspectiva feminista ocorre também através da participação do CFESS em instâncias de controle social, como a Comissão Intersectorial de Saúde da Mulher (CISMU) / Conselho Nacional de Saúde (CNS) e Comissão Intersectorial de Saúde da População LGBT²⁹⁴. O CFESS considera estas Comissões como espaços estratégicos de participação, discussão e proposições.

Conforme os dados coletados no *Questionário*, um dos espaços de discussão da temática das *mulheres, gênero e/ou feminismo* são as Comissões de Trabalho do CFESS. Para o CFESS, este é um tema transversal que perpassa todas as suas Comissões, mas que está presente de forma mais efetiva nos debates da Comissão de Seguridade Social (uma vez que esta comissão discute todas as políticas sociais, dentre elas a Política para as Mulheres) e da Comissão de Ética e Direitos Humanos.

Os dados informados no *Questionário* pelo CFESS mostram que outros meios de socialização e discussão sobre estas questões feministas junto à categoria profissional são os encontros e seminários promovidos pelo CFESS destinados ao conjunto da categoria profissional, particularmente o CBAS.²⁹⁵

No XIII CBAS (Brasília/2010), na modalidade de Plenárias Simultâneas, ocorreu um debate sobre “*Feminismo, Marxismo e Serviço Social*” e outro cuja temática foi “*Homofobia, Racismo e Patriarcado na Sociabilidade Capitalista: a Superação do preconceito como Desafio Ético-Político ao Serviço Social*”. Neste encontro aconteceu ainda uma Mesa Redonda sobre os “*Sujeitos políticos na sociedade brasileira: resistência ao capitalismo*”, com a participação do movimento feminista.

²⁹⁴ Em resposta ao nosso *Questionário de Pesquisa*, o CFESS informou que, no âmbito da CISMU, por exemplo, recentemente fez a crítica ao caráter conservador do Programa Rede Cegonha e ao fato de que o Governo não consultou esta Comissão antes da implementação do referido Programa.

²⁹⁵ O CBAS é um encontro organizado pelo CFESS, em parceria com a ABEPSS e a ENESSO, que ocorre a cada 3 anos, sendo reconhecido como o maior evento da categoria profissional no país.

As temáticas deste Encontro expressam a incorporação de debate feminista de cunho crítico, demonstrando que a posição política do CFESS em relação ao feminismo está vinculada ao campo feminista anticapitalista e emancipatório. Tal posicionamento torna-se mais claro nos artigos publicados no “*CFESS Manifesta*”.

Para o CFESS, o Serviço Social deve buscar fortalecer os movimentos de defesa dos direitos da mulher na perspectiva emancipatória. Nas edições do “*CFESS Manifesta*” com a temática das *mulheres/gênero/feminismo*, afirma-se a necessidade da luta contra todo tipo de opressão e discriminação na perspectiva da emancipação humana, bem como a articulação com movimentos feministas emancipatórios.

O Código de Ética dos/as Assistentes Sociais é um instrumento que dá materialidade ao projeto ético-político do Serviço Social e aponta valores emancipatórios referidos à conquista da liberdade e ao combate a todo tipo de opressão e discriminação. Assim, o Dia Internacional da Mulher, como símbolo da luta feminista, situa-se no campo de possibilidades de luta dos/as Assistentes Sociais em conjunto com os movimentos sociais na perspectiva emancipatória. Assim, o CFESS, representando aproximadamente mais de 84 mil Assistentes Sociais no Brasil, vem adensar o conjunto das manifestações feministas pela celebração dos cem anos do Dia Internacional da Mulher neste 8 de março (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011, p. 164, *grifos nossos*).²⁹⁶

É possível afirmar que o CFESS faz a opção por um projeto feminista emancipatório, sem se limitar ao horizonte da emancipação política. Estabelece como mediações da luta pela emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana, a superação da dominação/exploração de classe, etnia e “gênero”.

²⁹⁶ Cf. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Cem anos do Dia Internacional da Mulher*. (15/05/2011). In: _____. *GESTÃO Atitude Crítica para Avançar na Luta (2008-2011)*. **CFESS Manifesta** Brasília: mai. 2011. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>> Acesso em: 17 mai. 2011. Texto elaborado pelas Conselheiras Marylucia Mesquita e Maria Elisa Braga, membros das gestões do CFESS2008-2011 e 2011-2014.

[...] ressaltando um dos nossos mais ousados e corajosos compromissos ético-políticos: a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. A emancipação a que nos referimos não se limita à emancipação política, embora a socialização da política e a radicalização da democracia sejam princípios fundamentais que devem orientar a elaboração de estratégias de resistência e mediar as lutas sociais em defesa de uma sociedade não mercantil. *A sociedade emancipada que defendemos é esta à qual se refere o Código de Ética Profissional: uma sociedade em que homens e mulheres sejam livres e emancipados/as de relações sociais que transformam a força de trabalho em uma mercadoria subjugada pelo capital.* Defendemos uma sociedade fundada na igualdade real e substantiva, como condição necessária para o pleno desenvolvimento da subjetividade, da liberdade e da diversidade humana (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011 a, p. 280-281, grifos nossos).²⁹⁷

Com a incorporação das questões de “gênero” num projeto societário emancipatório, o CFESS reafirma o enfoque da articulação/interseção entre classe social e “gênero” na perspectiva da emancipação humana, presente desde a aprovação do Código de Ética de 1993.

No manifesto Conjunto CFESS, ABEPSS e ENESSO, com o texto “*Conjunto CFESS-CRESS: compromisso de classe por uma sociedade emancipada*”, o CFESS entende que “a exploração de classe é, permanentemente, acompanhada pela opressão relacionada à questão étnico-racial, de “gênero” e de orientação sexual” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011 b, p.01).²⁹⁸

Apesar do “*CFESS Manifesta*” ser um boletim de socialização do ideário ético-político do conjunto CFESS-CRESS geralmente condensado em 2 (duas) ou 3 (três) páginas, um espaço insuficiente para detalhar os fundamentos teóricos do debate, foi possível identificar que o debate sobre “gênero” não está dissociado da questão de classe social, podendo ainda sugerir que a classe social assume centralidade na análise sobre a opressão das mulheres e as perspectivas para sua plena emancipação.

Isto pôde ser confirmado na resposta do CFESS ao nosso *Questionário de pesquisa*, quando perguntamos se o CFESS assume uma perspectiva feminista e qual a compreensão sobre a mesma. Mesmo reconhecendo a articulação entre a sociabilidade capitalista e o patriarcado como sistema de exploração e dominação das mulheres, o CFESS destaca a

²⁹⁷Cf. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Dia do/a Assistente Social. Serviço Social: Compromisso de Classe com uma Sociedade Emancipada*. (15/05/2011). In: _____. *GESTÃO Atitude Crítica para Avançar na Luta* (2008-2011). **CFESS Manifesta**. Brasília: mai.2011. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>> Acesso em: 17 mai. 2011. Texto elaborado pela Conselheira Presidente do CFESS, Ivanete Boschetti.

²⁹⁸Conferir o Manifesto das entidades da categoria (CFESS, ABEPSS, ENESSO) para comemorar o dia do/a Assistente Social (15 de maio) de 2011. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Conjunto CFESS-CRESS: compromisso de classe por uma sociedade emancipada**. Brasília: mai. 2011 b. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>> Acesso em: 17 mai. 2011.

dimensão de classe como elemento fundamental e intensificador da opressão das mulheres no cotidiano.

Pelo exposto, é possível afirmar que o CFESS, não apenas tem incorporado o debate feminista na profissão, mas também tem conseguido imprimir uma direção política a este debate, ao assumir o projeto político feminista de emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana.

Nesse projeto, não nega a importância das conquistas na esfera da emancipação política, relacionadas ao acesso a direitos no campo da seguridade social e das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres e assistência ao aborto legal, mas não se limita a ela, uma vez que assume o projeto de emancipação de classe. O CFESS vai além de um referencial feminista restrito à defesa da igualdade entre homens e mulheres ou à garantia de direitos específicos às mulheres nesta sociabilidade do capital, uma vez que considera as particularidades da opressão da condição feminina no contexto da sociedade capitalista, a qual encerra obstáculos à plena emancipação das mulheres.

Reconhece as particularidades do processo de conquista da emancipação das mulheres quando defende a superação dos antagonismos de classe social e “gênero” e a luta anticapitalista e antipatriarcal. O CFESS assume a perspectiva da emancipação das mulheres como emancipação humana e faz a crítica às opressões de classe social e “gênero”, apontadas no CE de 1993, assumindo também a luta contra o sistema capitalista e patriarcal.

5.2.2 A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Conforme as informações coletadas no *Questionário de Pesquisa*, a ABEPSS iniciou o processo de incorporação do debate sobre *mulheres/gênero/feminismo* a partir do Projeto de Formação Profissional aprovado em 1996 pela categoria, em que tal discussão foi registrada no Documento das Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social.

A articulação da ABEPSS com grupos de pesquisas na área de *mulheres/gênero/feminismo* é algo muito recente, pois teve início a partir da aprovação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP's) no ano de 2010²⁹⁹, os quais ainda estão em fase de implementação.

São alguns dos objetivos dos GTP's: I - Propor e implementar estratégias de

²⁹⁹Foi no XII ENPESS (2010/Rio de Janeiro) que se desencadeou a estrutura dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP's), uma estratégia da ABEPSS voltada para o fortalecimento da pesquisa na área de Serviço Social (pós graduação e graduação) e para a resistência política em face do produtivismo acadêmico (APRESENTAÇÃO DOS ANAIS DO XII ENPESS). Neste encontro ocorreram Colóquios dos GTP's, e dentre eles, o Colóquio do GTP de “Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social”, com a participação dos (as) seguintes palestrantes: Elisabeth Pinto, Serafim Paz, Mirla Cisne e Marylucia Mesquita.

articulação entre grupos e redes de pesquisa na perspectiva do fortalecimento da área do Serviço Social; II – Organizar estratégias de fortalecimento ou redimensionamento das linhas de pesquisa na área de Serviço Social; III- Realizar levantamentos permanentes das pesquisas desenvolvidas e dos eixos temáticos de cada GTP; IV- Coordenar ações acadêmico-científicas da entidade relativas aos eixos de cada grupo temático; VI- Socializar as pesquisas relativas aos eixos de cada grupo temático com a sociedade, com outras entidades da categoria e demais interessados; VII - Contribuir com a construção de uma agenda de pesquisa voltada para a temática do GTP que expresse as necessidades e os interesses da profissão junto à mesma (ABEPSS, 2012).

Nesta pesquisa, o foco da investigação foi o GTP “*Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades*”, particularmente o item sobre “Gênero”. O ementário geral deste GTP apresenta o seguinte conteúdo:

Sistema capitalista-patriarcal-racista-heteronormativo. Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. Interseccionalidade das opressões de classe, gênero, raça/cor/etnia, geração e sexualidade (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 01).

Conforme já vimos, as reflexões em torno da “interseccionalidade das opressões de classe, gênero, raça/etnia, geração e sexualidade” trazem o risco de obscurecer o caráter central e fundante da superação das contradições de classe social para um projeto de plena emancipação dos indivíduos sociais, sejam homens ou mulheres.

Considerando que o capitalismo invade todas as dimensões da vida social, utilizando-se das diversas formas de opressão (mulheres, população negra e LGBT) como parte de sua lógica de acumulação, a superação dos antagonismos de classe social do sistema capitalista adquire um status diferenciado. Nessa direção, não se trata de secundarizar as lutas específicas de grupos culturalmente oprimidos, mas de apreender as diversas formas de opressão na totalidade das relações sociais capitalistas, fundamento necessário para a crítica desse sistema e unificação das lutas contra as mais diversas formas de opressão.

As opressões do sistema capitalista e patriarcal, se apreendidas na totalidade social, econômica, política e cultural da sociedade capitalista, certamente nos oferecem os conhecimentos necessários para alimentar as críticas e as lutas pela transformação dessas relações de exploração/opressão, que sem desprezar as particularidades da condição das mulheres, toma como horizonte a superação dos antagonismos de classe social e o projeto de emancipação humana.

Especialmente sobre o debate de “Gênero”, a ementa privilegia a perspectiva da “*Divisão Sexual do Trabalho*”, trabalho doméstico e a reflexão sobre reprodução social no capitalismo.

Gênero: Divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico e reprodução social no capitalismo; Condição social das mulheres e políticas públicas. Violência contra mulher e a Lei Maria da Penha: atualidade e desafios. Feminismo: teoria, história, debates e dilemas estratégicos na contemporaneidade. Feminismo, Serviço Social e Projeto Ético-Político do Serviço Social (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 01).

A ementa sugere que o termo “gênero” aparece somente para designar uma área de estudo, uma vez que não comparece como fundamento teórico do debate sobre a questão das mulheres. Dessa forma, o debate da temática de “gênero” exclui o enfoque centrado na categoria gênero enquanto relações de poder e na dimensão do simbólico.

A ementa faz a opção por uma abordagem situada no campo da tradição feminista socialista e marxista, especialmente a perspectiva da “*Divisão Sexual do Trabalho*”, apreendida como o elemento chave da opressão feminina. Este é o enfoque de análise que mais representa a contribuição da tradição marxista ao feminismo, porém também pode apresentar limites teórico-políticos ao projeto de emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana, se negar a concepção marxista de classe social.

Também não faz referência ao *patriarcado* no contexto da atual sociedade capitalista. Entendemos que a superação de uma tradicional e desigual *Divisão Sexual do Trabalho* não conduz necessariamente as mulheres à plena liberdade, exigindo a superação das classes sociais e do patriarcado, apreendidas na totalidade social, econômica, política e cultural da sociedade capitalista.

Um aspecto importante desta ementa que precisa ser ressaltado é a discussão sobre esta temática articulada ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, tendo em vista a necessidade de estreitar o debate sobre a questão da opressão das mulheres, a luta feminista e o Serviço Social, na perspectiva da afirmação da direção social do Projeto Ético-Político.

Mesmo estando em processo de consolidação, o GTP “*Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades*”, particularmente o debate na área de “Gênero”, já representa um avanço no que diz respeito a inclusão do debate sobre feminismo e a adoção de uma abordagem no campo feminista socialista e marxista, com o enfoque da *Divisão Sexual do Trabalho*, uma vez que tais conteúdos não estão explícitos

nos Documentos da Diretrizes Curriculares, vindo a suprir essa lacuna no debate de “gênero” nesses documentos.

Pelo exposto, foi possível identificar que a ABEPSS incorpora o debate *feminista* e sobre *emancipação das mulheres* com a adoção do enfoque sobre “*Divisão Sexual do Trabalho*” na área de “gênero” e as abordagens sobre a interseção classe social-gênero e o sistema capitalista-patriarcal.

No próximo item veremos como os fundamentos teóricos dessas perspectivas aparecem na literatura publicada na profissão entre 2000 e 2011, particularmente nos trabalhos sobre *feminismo* e *emancipação das mulheres* publicados nos anais dos ENPESS’s, CBAS’s e na *Revista Serviço Social & Sociedade*.

5.3 DIMENSÃO TEÓRICA: ENPESS, CBAS E REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE.

*“O socialista que não é feminista carece de amplitude.
Mas quem é feminista e não é socialista carece de estratégia”.*

Louise Kneeland³⁰⁰

A reflexão sobre a constituição de uma perspectiva “feminista emancipatória” na produção intelectual do Serviço Social nesta última década (2000-2011) elegeu como objeto de análise as publicações dos anais do ENPESS, CBAS e da Revista Serviço Social e Sociedade, particularmente aquelas que faziam referência aos termos *feminismo* e “*emancipação*” das mulheres.

Numa abordagem inicial, apresentamos uma sistematização do quantitativo de artigos publicados, suas respectivas autoras, os espaços de publicação, o caráter do artigo e os temas mais abordados. A partir desses dados, foi possível apontar algumas características do debate sobre *feminismo* e *emancipação das mulheres* na profissão, como, por exemplo, o seu caráter periférico, pois se trata de um debate protagonizado por segmentos acadêmicos e feministas da categoria profissional.

Posteriormente, fizemos uma caracterização das abordagens teóricas sobre a questão da “emancipação” das mulheres, as quais podem envolver uma perspectiva de defesa da

³⁰⁰ Louise Kneeland é uma socialista norte-americana. Cf. D’Atri, Andrea. **Feminismo e Marxismo**. Discurso pronunciado no IV Simpósio Lutas Sociais, GEPAL-UEL, Londrina (PR), Brasil. Disponível em: <<http://nucleopaoerosas.blogspot.com>>. Acesso em: 12 mai. 2011.

emancipação humana, restrita à emancipação política, que articula esses dois patamares de emancipação ou que simplesmente não indicam a perspectiva teórico-política do debate.

Nos trabalhos que apreendem a emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana, predomina uma reflexão que estabelece diversos caminhos para entender as particularidades da opressão das mulheres na sociedade capitalista, incorporando na análise as questões de “*gênero*” e *classe social, patriarcado e capitalismo, divisão sexual do trabalho*; os quais ensejam alguns dilemas da interlocução entre marxismo e feminismo, especialmente os limites para afirmação da emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana.

A maior parte dos artigos (81,82%) foi publicada nos anais dos ENPESS’s e CBAS’s. Entre 2000 e 2011 foram publicados 22 (vinte e dois) trabalhos sobre a temática do *feminismo* e da “*emancipação*” das mulheres, sendo 04 (quatro) na Revista *Serviço Social e Sociedade* (01 artigo e 03 resenhas); 06 (seis) artigos nos anais do CBAS e 12 (doze) trabalhos nos anais do ENPESS, conforme demonstrado no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Número de Artigos sobre *feminismo* e “*emancipação*” das mulheres (2000-2011).

Fonte	Anais do ENPESS	Anais do CBAS	Revista Serviço Social e Sociedade	Total
Número de artigos	12	06	04	22
Porcentagem %	54,55%	27,27%	18,18%	100%

Fonte: Anais dos ENPESS’s, CBAS’s e Revista Serviço Social e Sociedade.

Mais da metade dos artigos (54,55%) foram publicados nos anais dos ENPESS’s³⁰¹, revelando que o tema desperta mais interesse entre os/as Assistentes Sociais pesquisadores/as e docentes.

O ENPESS é um dos mais importantes eventos científicos do Serviço Social, sendo o espaço de socialização de estudos e pesquisas acadêmicas realizadas pelo conjunto da categoria profissional, especialmente aquele segmento com formação pós-graduada, inserido em programas de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado), mas também são apresentadas pesquisas elaboradas por Assistentes Sociais, a partir da experiência profissional, e estudantes de Serviço Social inseridos/as em projetos de iniciação científica.

³⁰¹O evento ocorre a cada dois anos, desde 1988, sendo hoje organizado pela ABEPSS, em parceria com o conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO.

Somente 27,27% dos artigos foram apresentados nos anais dos CBAS's. Considerando que o CBAS³⁰² é o maior evento de reunião da categoria profissional, mais voltado para a socialização de experiências profissionais nas mais diversas áreas de atuação do/a Assistente Social, esse dado pode sugerir que a temática do *feminismo* e da “*emancipação*” das mulheres ainda é uma preocupação distante do universo dos/as profissionais do campo.

O menor percentual de artigos foi publicado no espaço da Revista Serviço Social e Sociedade (18,18%), o que vem a demonstrar o caráter periférico e não consolidado desta temática na produção intelectual do Serviço Social.

A Revista Serviço Social e Sociedade³⁰³ possui uma periodicidade trimestral, com a publicação de 4 números por ano. No período pesquisado, de 2000 a 2011, foram publicadas 47 Revistas, entre a Revista Serviço Social e Sociedade nº 62 (ano XXI, mar. 2000) e a de nº 108 (out./dez. 2011/especial). Destas, somente 04 (quatro) *Revistas* trazem artigos ou resenhas com o tema do *feminismo* e da “*emancipação*” das mulheres, o que representa 8,51 % do total de *Revistas*, conforme demonstrado no Quadro 2, abaixo.

Quadro 2 – Artigos sobre *feminismo* e “*emancipação*” das mulheres na Revista Serviço Social e Sociedade (2000-2011).

	Revista/Ano	Autora	Grau de Formação ³⁰⁴	Título do Artigo/Resenha	Caráter do Artigo
1	Nº 69/2002	NOGUEIRA, Cláudia	---	CECÍLIA TOLEDO: <i>Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide</i> . São Paulo (SP): Xamã, 2001, 126 p.	Resenha
2	Nº 80/2004	ABRAMIDES, Maria Beatriz	---	CLÁUDIA MAZZEI NOGUEIRA: <i>A feminização no mundo do trabalho – entre a emancipação e a precarização</i> . Campinas: Autores Associados. 1ª ed. 2004, 112 p	Resenha
3	Nº 84/2005	OSTERNE, Maria do Socorro e GEHLEN, Vitória	Doutorado Doutorado	A condição paradoxal que constitui o feminismo: dilemas sobre igualdades e diferenças.	Ensaio Teórico

³⁰² O CBAS também é destinado a divulgação dos conhecimentos produzidos por pesquisadores, docentes, profissionais de campo e estudantes, sendo que sua peculiaridade reside no aspecto de ser um congresso voltado para a socialização de experiências profissionais. O CBAS é um evento organizado pelo conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, realizado a cada 3 anos.

³⁰³ Conforme o texto de orientação para apresentação de artigos, a *Revista* constitui-se “[...] num espaço de manifestações de questões do Serviço Social, da categoria dos assistentes sociais, da teoria social e de tema preferencialmente da realidade brasileira” (REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE, nº 108, 2011, p.803). A Revista recebe artigos resultantes de monografias, trabalhos de conclusão do curso, projetos, relatos de experiência profissional, incluindo ainda entrevistas, resenhas, reprodução de debates, depoimentos, notas, comunicações e registros significativos. Todos os artigos são submetidos ao Conselho Editorial para decisão sobre a publicação. Na avaliação dos artigos, serão excluídos para publicação aqueles “[...] que atentem contra a ética profissional, que contenham termos ou idéias preconceituosas ou que expressem pontos de vista incompatíveis com a filosofia de trabalho do Conselho Editorial e da Cortez Editora” (REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE, nº 108, 2011, p. 805).

³⁰⁴ A coluna indicativa do Grau de Formação das autoras foi elaborada de acordo com a presença de informações sobre a titulação das autoras em cada artigo.

4	Nº105/ 2011	NOGUEIRA, Cláudia	---	HIRATA; LABORIE; DOARÉ e SENOTIER (Orgs.): <i>Dicionário Crítico do Feminismo</i> . São Paulo: UNESP, 2009, 341 p.	Resenha
---	----------------	----------------------	-----	--	---------

Fonte: Revista Serviço Social e Sociedade.

Considerando que foram publicados somente 1 artigo e 3 resenhas de livros, nos parece que a *Revista* tem sido muito mais um espaço de divulgação de uma produção científica através de resenhas, elaborada especialmente no âmbito das ciências sociais e humanas e que abordam problemáticas sobre a questão das mulheres e do feminismo numa perspectiva crítica e vinculada ao campo marxista.

Os artigos publicados não abordaram a relação do Serviço Social com o tema do *feminismo* e da “*emancipação*” das mulheres, porém dos 4 (quatro) artigos, 2 (dois) foram elaborados por pesquisadoras da área do Serviço Social.

A *Revista*, a principal revista de divulgação da produção intelectual do Serviço Social no país, vem sendo publicada ininterruptamente pela Cortez editora desde 1979, ano da realização do III CBAS, um marco do processo da “virada” profissional na direção de um projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. Nesse sentido, vale ressaltar que a criação da *Revista* nesse momento, em 1979, se insere no processo de amadurecimento intelectual e político do projeto de ruptura, sendo também uma expressão de um pluralismo profissional³⁰⁵. Conforme Netto (2005 b), o pluralismo profissional foi uma das conquistas do processo de renovação profissional.

O fato de mais de 80% dos artigos serem publicados nos anais do ENPESS e CBAS, encontros que reúnem pesquisadores (as) e Assistentes Sociais da prática profissional, revela que a temática do *feminismo* e da “*emancipação*” das mulheres está em processo de constituição e consolidação, mas que ainda não se espalhou para a massa da categoria profissional, uma vez que não comparece com frequência na maior e mais antiga *Revista* da profissão.³⁰⁶

Nos ENPESS's e CBAS's foram objeto de pesquisa os artigos enviados para a modalidade de Comunicação Oral nos eixos temáticos de “Gênero” e “Movimentos Sociais”

³⁰⁵ A Revista assegura o caráter plural das suas publicações quando admite possíveis diferenças entre o conteúdo dos textos publicados e o pensamento do Conselho Editorial/Cortez Editora: “Os conceitos e as informações contidas nos textos e publicados na Revista Serviço Social & Sociedade são de inteira responsabilidade do (a) autor (a), não refletindo necessariamente o pensamento do Conselho Editorial da Revista ou da Cortez Editora”. (REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE, nº108, 2011, p. 805).

³⁰⁶ Conforme vimos na pesquisa de Silva (2009), a temática do feminismo aparece nos artigos publicados na Revista desde o período de início de circulação da Revista, mas com um número pequeno de trabalhos.

³⁰⁷, sendo que para o ENPESS também foram analisados os trabalhos enviados para a modalidade de Oficinas de Projetos de Teses/Dissertações /Iniciação Científica.

Entre 2000 e 2011, período de realização desta investigação, foram realizados 06 (seis) ENPESS's, mas a temática em estudo esteve presente somente nos 3 últimos Encontros, em 2006, 2008 e 2010. O debate sobre *feminismo* e “*emancipação*” das mulheres vem à tona no X ENPESS (2006/Recife-PE), cuja temática - “*Crise contemporânea, Emancipação Política e Emancipação Humana: questões e desafios do Serviço Social no Brasil*” - certamente serviu como estímulo para as publicações sobre a questão da emancipação das mulheres.

No CBAS's, a temática também aparece em meados dos anos 2000, no XI CBAS (2004/Fortaleza-CE), cujo tema foi “*O Serviço Social e a Esfera Pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos*”. Considerando que o CBAS realiza-se a cada 3 anos, entre 2000 e 2011 ocorreram 04 (quatro) CBAS's, dos quais somente o X CBAS (2001/Rio de Janeiro-RJ)³⁰⁸ não apresentou artigos sobre a temática do *feminismo* e da “*emancipação*” das mulheres.

A ausência deste debate no X CBAS ((2001/Rio de Janeiro-RJ), VII ENPESS (2000/Brasília-DF)³⁰⁹, VIII ENPESS (2002/Juiz de Fora-MG)³¹⁰ e IX ENPESS (2004/Porto Alegre-RS)³¹¹ pode ser um indicativo de que a questão das mulheres ainda era pensada predominantemente na ótica do debate de “*gênero*”, considerando a grande repercussão e aceitação que esse referencial obteve nos meio acadêmicos do país desde o início dos anos 1990. Nessa época, a discussão sobre a “*emancipação*” das mulheres e outros enfoques feministas ainda não tinha ganhado força no Serviço Social.

O X ENPESS (2006/Recife-PE)³¹², apresentou 05 trabalhos sobre o tema do *feminismo* e da “*emancipação*” das mulheres, dentre o total de 32 trabalhos apresentados no sub-eixo “*Questões Étnico-Raciais, de Gênero e de Geração.*”³¹³

³⁰⁷ Vale esclarecer que a nomenclatura desses eixos temáticos passaram por alterações em sua denominação, de acordo com cada ENPESS e CBAS, mas o conteúdo refere-se as questões de “*gênero*” e dos movimentos sociais, conforme será demonstrado.

³⁰⁸ O X CBAS (2001/Rio de Janeiro-RJ) teve como tema “*Trabalho, Direitos e Democracia – Assistentes Sociais Contra a Desigualdade*”.

³⁰⁹ O tema do VII ENPESS (2000/Brasília-DF) foi “*O Serviço Social e a Questão Social: Direitos e Cidadania*”.

³¹⁰ O VIII ENPESS (2002/Juiz de Fora-MG) não apresentou um tema central.

³¹¹ A temática abordada no IX ENPESS (2004/Porto Alegre-RS) foi “*Os desafios da pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social*”.

³¹² Os eixos temáticos definidos para o X ENPESS (2006) foram 04 (quatro): 01-Fundamentos do Serviço Social; 02-Formação Profissional e Processo Interventivo do Serviço Social; 03-Questão Social e Trabalho (Sub-eixo 3.2 Práticas Sociais, instituições sociais, lutas sociais e organizações; Sub-eixo 3.4: Questões Étnico-Raciais, de Gênero e de Geração); e 04-Política Social.

³¹³ Desses 32 artigos, 03 trabalhos abordaram a temática do movimento de mulheres e da participação das mulheres em movimentos sociais, sindicais ou nas lutas pelo controle social das políticas públicas. Em todo o ENPESS, foram aprovados 745 trabalhos.

Os trabalhos de Cisne (2006), Gurgel (2006), Costa (2006) e Santos (2006) foram apresentados no eixo temático Questão Social e Trabalho - Sub-eixo “*Questões Étnico-Raciais, de Gênero e de Geração*”, na modalidade Comunicação Oral. Já o artigo de Lopes (2006) foi apresentado no eixo temático Questão Social e Trabalho - Sub-eixo “*Práticas Sociais, instituições sociais, lutas sociais e organizações*”, na Oficina de Projetos de Iniciação Científica.

No XI ENPESS (2008/São Luís-MA)³¹⁴, cujo tema foi “*Trabalho, Políticas Sociais e Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social: resistência e desafios*”, também foram apresentados 05 artigos, do total de 42 artigos aprovados para o sub-eixo “*Questão de Gênero*”³¹⁵.

Os artigos de Oliveira; Santos (2008) e Costa; Pereira; Cruz (2008) foram apresentados no eixo temático Questão social e Trabalho – sub-eixo “*Questão de Gênero*”, na modalidade Comunicação Oral. Os artigos de Gurgel da Silva (2008) e Cisne (2008) foram apresentados no eixo temático Questão Social e Trabalho – sub-eixo “*Trabalho e Classes Sociais*”, na modalidade Comunicação Oral. O artigo de Diniz (2008) foi apresentado no eixo “*Ética e Serviço Social*”³¹⁶, na modalidade Oficina de Projetos de Tese/Dissertação/Iniciação Científica.

No XII ENPESS (2010/Rio de Janeiro-RJ)³¹⁷ com o tema “*Crise do Capital e produção do Conhecimento na realidade brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?*”,

³¹⁴Os eixos temáticos definidos para o XI ENPESS (2008) foram 04 (quatro): 01-Fundamentos do Serviço Social(Sub-eixos Fundamentos Histórico e Teórico-Metodológicos; Pesquisa em Serviço Social; Projeto Ético Político do Serviço Social; Ética e Serviço Social); 02-Formação Profissional e Processo Interventivo do Serviço Social (Sub-eixos Formação Profissional e Serviço Social; Processo Interventivo do Serviço Social); 03-Questão Social e Trabalho (Sub-eixos Trabalho e Classes Sociais, Práticas Sociais e Instituições Sociais Lutas Sociais e Organizações da Sociedade Civil; Questão Agrária, Urbana e Sócio-Ambiental; Questões Étnico-Raciais, de Gênero, Geracional; Controle Social e Participação Social; Estado, Direitos e Democracia); 04-Política Social (Planejamento e Gestão de Política; Seguridade Social e Políticas Sociais; Desenvolvimento social e regional).

³¹⁵Desses 42 artigos, 3 abordaram a temática do movimento de mulheres e da participação das mulheres em movimentos sociais, sindicais ou nas lutas pelo controle social das políticas públicas O XI ENPESS aprovou 738 trabalhos (636 artigos para comunicação oral e 102 para apresentação de Projetos de Teses, Dissertações e Iniciação Científica em Oficina).

³¹⁶Apesar do eixo “*Ética e Serviço Social*” não se incluir nos critérios de escolha dos artigos para esta investigação, este trabalho fez parte da amostra por apresentar um tema diretamente relacionado ao objeto de estudo em questão: “*Direção ética do movimento feminista na luta pela emancipação da mulher*”.

³¹⁷Os eixos temáticos definidos para o XII ENPESS (2010) foram 07 (sete): 1-Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 2- Política Social e Serviço Social; 3-Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional (Ênfase na Formação Profissional; Ênfase no Trabalho Profissional; Ênfase nos Fundamentos); 4 Movimentos Sociais e Serviço Social; 5-Questões Agrárias, Urbana, Ambiental e Serviço Social; 6-Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual (Ênfase em Relações de Gênero; Ênfase em Relações de Raça e Etnia; Ênfase na Diversidade Sexual; Ênfase nas questões Geracionais); 7-Ética, Direitos e Serviço Social. Este ENPESS não prosseguiu com a organização dos ENPESS anteriores (2006 e 2008) quanto à apresentação de trabalhos de pesquisa nas Oficinas de Projetos de Teses, Dissertações e Iniciação Científica.

foram apenas 02 trabalhos (0,22%), dentre um total de 67 artigos aceitos para o sub-eixo “Relações de Gênero”³¹⁸.

Os artigos de Cisne Álvaro (2010) e Mesquita (2010) foram apresentados no eixo temático “*Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social: Ênfase em Relações de Gênero*”.

Abaixo, o Quadro 3 mostra o título dos artigos apresentados nos ENPESS's, suas respectivas autoras, o grau de formação das mesmas (graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado) e o caráter do artigo (ensaio teórico, projeto de Tese/Dissertação/Iniciação Científica).

Quadro 3 – Artigos sobre *feminismo e “emancipação” das mulheres* nos Anais do ENPESS (2000-2011).

	ENPESS/ Ano	Autora	Grau de Formação ³¹⁹	Título do Artigo	Caráter do Artigo ³²⁰
1	X ENPESS 2006	CISNE, Mirla	---	A (Im) Possibilidade da Emancipação das Mulheres na “ordem sociometabólica” do capital.	Ensaio Teórico
2	X ENPESS 2006	GURGEL, Telma	---	Gênero e Emancipação: possibilidades políticas e desafios estratégicos na relação do Serviço Social com o feminismo.	Ensaio Teórico
3	X ENPESS 2006	COSTA, Gilmaísa M. da	Doutorado	Mulher e Emancipação Humana: uma reflexão sob o ponto de vista ontológico-genérico.	Ensaio Teórico
4	X ENPESS 2006	SANTOS, Cláudia Cristina de S.	Mestranda	A creche como política pública: pode contribuir para a emancipação da mulher trabalhadora?	Ensaio Teórico
5	X ENPESS 2006	LOPES, Paula F. de C.	Graduanda	A relação entre o movimento feminista e as ONG's: possibilidades e limites para a construção da autonomia das mulheres no Rio Grande do Norte.	Oficina de Projetos de Iniciação Científica
6	XI ENPESS 2008	OLIVEIRA, Leidiane S. e SANTOS, Silvana Mara de M. dos	Orientanda Doutorado	Análise da luta de sujeitos coletivos feministas pela efetivação da Lei Maria da Penha.	Resultado de Pesquisa
7	XI ENPESS 2008	COSTA, Jussara C. (orientadora); PEREIRA, Jaíra Alana C.; CRUZ, Albertina	---	O Gênero como questão para a economia solidária: aspectos revelados pelo estudo de caso acerca da relação entre o movimento feminista e a	Resultado de Pesquisa

³¹⁸ Desses 67 artigos, 3 abordaram o tema movimento de mulheres e da participação das mulheres em movimentos sociais, sindicais ou nas lutas pelo controle social das políticas públicas. Para o XII ENPESS foram 913 trabalhos aprovados para comunicação oral.

³¹⁹ A indicação do Grau de Formação das autoras foi elaborada conforme os dados informados em cada artigo. Dessa forma, não possível apresentar o Grau de Formação das autoras cujo artigo não continha esta informação.

³²⁰ O caráter do artigo (Ensaio Teórico, Resultado de Pesquisa ou Projetos de Tese/Dissertação/Iniciação Científica) foi definido segundo as regras de classificação dos trabalhos nos ENPESS's de 2006 e 2008.

		F. da.		economia solidária na Paraíba.	
8	XI ENPESS 2008	GURGEL da SILVA, Telma	Doutorado	Feminismo e Políticas Públicas: reivindicações coletivas e autonomia política no Rio Grande do Norte.	Resultado de Pesquisa
9	XI ENPESS 2008	CISNE, Mirla	---	Institucionalização do feminismo: a que será que se destina?	Ensaio Teórico
10	XI ENPESS 2008	DINIZ, Maria José e MUSTAFÁ, Alexandra	Mestranda Orientadora Doutorado	Direção ética do movimento feminista na luta pela emancipação da mulher.	Oficina de Projetos de Dissertação
11	XII ENPESS 2010	CISNE ÁLVARO, Mirla	---	Gênero e Serviço Social: do “marianismo” à luta pela emancipação humana.	Ensaio Teórico
12	XII ENPESS 2010	MESQUITA, Andrea Pacheco de	---	Relendo a história do Serviço Social no Brasil sob as lentes do feminismo.	Ensaio Teórico

Fonte: Anais dos ENPESS's.

O grau de formação das autoras demonstra que a grande maioria tem um nível de pós-graduação (mestrado ou doutorado), em andamento ou concluído.

Quanto ao caráter do artigo, é interessante observar que dos 12 artigos publicados nos ENPESS's, 7 estavam incluídos na modalidade de ensaio teórico, 3 foram resultado de pesquisa e 2 representavam projetos de pesquisa de dissertação e iniciação científica. Esses dados revelam que a temática vem sendo abordada mais no campo dos fundamentos teóricos, do que a partir de pesquisas relacionadas com a questão da opressão das mulheres ou das lutas feministas pela emancipação das mulheres na realidade brasileira.

Nos CBAS's foram publicados 06 artigos, conforme apresentados no Quadro 4, abaixo.

Quadro 4 – Artigos sobre *feminismo* e “*emancipação*” das mulheres nos Anais do CBAS (2000-2011).

	CBAS/ Ano	Autora	Grau de Formação ³²¹	Título do Artigo	Caráter do Artigo ³²²
1	XI CBAS 2004	FERREIRA, Verônica; FROTA, Francisco	Mestrandas	Feminismo e saúde: análise crítica das lutas pela saúde integral da mulher no Brasil, do final dos anos 70 ao início dos anos 90.	Resultado de Pesquisa
2	XI CBAS 2004	MESQUITA, Marylucia	---	Lesbianidade e feminismo: sinalizando desafios para a efetivação de direitos.	Resultado de Experiência Profissional

³²¹ A coluna do Grau de Formação foi elaborada de acordo com os dados informados no artigo de cada autora. Dessa forma, não possível apresentar o Grau de Formação das autoras cujo artigo não continha esta informação.

³²² A qualificação do caráter do artigo, se Ensaio Teórico, Resultado de Pesquisa ou Resultado de Experiência Profissional, foi utilizada de acordo com as regras de classificação dos trabalhos definidas nos últimos CBAS's.

3	XII CBAS 2007	GURGEL, Telma	---	Um feminismo anticapitalista, libertário e democrático: o feminismo como um coletivo total na América Latina.	Ensaio Teórico
4	XII CBAS 2007	FERREIRA, Verônica; PEREIRA, Nívea	Pesquisadora & Doutoranda	O movimento feminista e a agenda de saúde reprodutiva: contradições de sua trajetória no Brasil nos anos 1980 e 1990.	Ensaio Teórico
5	XIII CBAS 2010	GURGEL, Telma; GUIMARÃES, Maria	Doutorado & Bolsista	Gênero nas Políticas Públicas: respostas do Estado às reivindicações do movimento feminista.	Resultado de Pesquisa
6	XIII CBAS 2010	LISBOA, Teresa	Pós-Doutorado	Uma leitura crítica sobre a história do Serviço Social no Brasil: Aportes para uma estratégia feminista.	Ensaio Teórico

Fonte: Anais dos CBAS's.

No XI CBAS (2004/Fortaleza-CE), cujo tema foi “*O Serviço Social e a Esfera Pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos*”, foram apresentados 02 (dois) trabalhos sobre *feminismo e emancipação das mulheres*, dentre um total de 59 trabalhos aprovados para Comunicação Oral no eixo “*Questões de Gênero, Etnia, Raça e Sexualidade*”.³²³ Esses trabalhos são de autoria de Ferreira & Frota (2004) e Mesquita (2004) e foram apresentados no eixo “*Questões de Gênero, Etnia, Raça e Sexualidade*”.

No XII CBAS (2007/Foz do Iguaçu-PR), com o tema “*A Questão Social na América Latina: Ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social*”, foram 02 (dois) trabalhos sobre *feminismo e emancipação das mulheres*, do total de 44 trabalhos aprovados para a modalidade de comunicação oral do eixo “*Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade*”³²⁴. Esses artigos foram apresentados por Gurgel (2007) e Ferreira & Pereira (2007), no eixo “*Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade*”.

No XIII CBAS (2010/Brasília-DF), cuja temática abordou as “*Lutas Sociais e Exercício Profissional no Contexto da Crise do Capital: mediações e a consolidação do Projeto Ético-Político Profissional*”, também foram 2 trabalhos, de um total de 32 trabalhos aprovados para comunicação oral do eixo “*Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade*”³²⁵. Esses

³²³ Desses 59 artigos, 3 foram sobre a temática do movimento de mulheres e da participação das mulheres em movimentos sociais, sindicais ou nas lutas pelo controle social das políticas públicas. O XI CBAS aprovou um total de 1169 trabalhos para Comunicação Oral.

³²⁴ Desses 44 artigos, 4 foram sobre a temática do movimento de mulheres e da participação das mulheres em movimentos sociais, sindicais ou nas lutas pelo controle social das políticas públicas. O XII CBAS aprovou um total de 715 trabalhos para a modalidade de comunicação oral.

³²⁵ Desses 32 artigos, 1 trabalho abordou a temática do movimento de mulheres e da participação das mulheres em movimentos sociais, sindicais ou nas lutas pelo controle social das políticas públicas. O XIII CBAS aprovou um total de 914 trabalhos para a modalidade de comunicação oral.

trabalhos, de autoria de Gurgel & Guimarães (2010) e Lisboa (2010), foram apresentados no eixo “*Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade*”.

Ao relacionar os dados sobre grau de formação das autoras e o caráter do artigo, foi possível identificar que a temática do *feminismo* e da “*emancipação*” das mulheres não desperta a preocupação da grande maioria dos/as profissionais do campo. Dos 6 (seis) trabalhos publicados, 3 trabalhos tinham um caráter de ensaio teórico, 2 foram resultado de pesquisa e somente 1 foi uma reflexão resultado de experiência profissional. E o perfil quanto ao grau de formação das autoras revelou que prevalece o nível de pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado), em andamento ou concluído.

O CBAS’s caracteriza-se por ser um encontro voltado para as reflexões em torno da experiência profissional, mas quando se trata da temática do *feminismo* e da “*emancipação*” das mulheres, a experiência profissional desaparece. Este dado pode sugerir que o/a Assistente Social não tem atuado na assessoria à movimentos feministas, nem tem incorporado uma perspectiva feminista na sua prática profissional no atendimento às mulheres, seja em organizações governamentais ou não-governamentais.

Vale salientar que as mulheres são as principais usuárias do trabalho do/a Assistente Social no âmbito das mais diversas políticas sociais, especialmente nas áreas de saúde, assistência social, sócio-jurídica e nas políticas públicas para as mulheres, as quais buscam responder às demandas das mulheres por saúde, direitos sexuais e reprodutivos (serviços de aborto legal, prevenção a DST/AIDS e gravidez não planejada, entre outros), diversos direitos sociais e pelo enfrentamento à violência doméstica e familiar.

O único trabalho que apresentou uma reflexão fruto da experiência profissional, o artigo “*Lesbianidade e feminismo: sinalizando desafios para a efetivação de direitos*”, retrata a atuação numa ONG, chamada DIVAS (Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual) voltada para a questão dos direitos das mulheres lésbicas, um segmento da luta feminista.

Com esses dados, vemos que o feminismo no Serviço Social ainda é um assunto ou uma preocupação de um segmento de profissionais feministas, e nesta realidade, retrata o compromisso com a agenda feminista voltada para a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos e a liberdade de orientação sexual. O ideário feminista ainda não se espalhou para a massa da categoria profissional, o que distancia a profissão de imprimir uma perspectiva feminista na sua intervenção junto às mulheres, principais usuárias das políticas sociais e sujeitos do trabalho profissional.

Conforme expõe o Quadro 5, a seguir, os temas mais abordados no conjunto dos artigos pesquisados foram “*Emancipação*” das Mulheres, em 06 (seis) artigos (27,27%);

seguido por *Movimento Feminista*, em 04 (quatro) artigos (18,18%) e *Feminismo e Serviço Social*, em 03 (três) trabalhos (13,64%), os quais representam 59,09% do total dos temas estudados. Esses dados demonstram que há uma preocupação em refletir sobre a questão da “emancipação” das mulheres, o feminismo enquanto movimento e organização de sujeitos coletivos, bem como a relação do Serviço Social com o feminismo.

Os outros temas abordados foram *Gênero, Emancipação e Serviço Social*, *Políticas Públicas* e *Saúde Reprodutiva*, todos com 02 (dois) artigos cada, representando 9,09% para cada tema. E por último, observamos uma pulverização da temática, com 1 trabalho sobre *Violência contra as Mulheres*, outro sobre *Dicionário Feminista*, um com o tema da *Lesbianidade* e outro sobre *Gênero e Economia Solidária*.

Esses temas revelam um interesse em relacionar o Serviço Social com o debate de gênero e a “emancipação”, assim como retratam algumas áreas de atuação profissional relacionadas às demandas e lutas feministas, como a questão das *Políticas Públicas*, da *Saúde Reprodutiva*, da *Lesbianidade* e do *Gênero e Economia Solidária*.

Quadro 5 – Eixos Temáticos do debate sobre *feminismo* e “*emancipação*” das mulheres por Autoras e número de Artigos (2000-2011).

	Tema	Autoras	Número de artigos	Porcentagem %
1	Emancipação das Mulheres	NOGUEIRA (2002) ABRAMIDES (2004) CISNE (2006) COSTA (2006) SANTOS (2006) DINIZ (2008)	06	27,27%
2	Movimento Feminista	OSTERNE ; GEHLEN (2005) LOPES (2006) GURGEL (2007) CISNE (2008)	04	18,18%
3	Feminismo e Serviço Social	GURGEL (2006) LISBOA (2010) MESQUITA (2010)	03	13,64%
4	Gênero, Emancipação e Serviço Social	GURGEL (2006) CISNE (2010)	02	9,09%
5	Políticas Públicas	GURGEL (2008) GURGEL; GUIMARÃES (2010)	02	9,09%
6	Saúde Reprodutiva	FERREIRA; FROTA (2004) FERREIRA; PEREIRA (2007)	02	9,09%
7	Violência contra as Mulheres	OLIVEIRA; SANTOS (2008)	01	4,55%
8	Dicionário Feminista	NOGUEIRA (2011)	01	4,55%

9	Lesbianidade	MESQUITA (2004)	01	4,55%
10	Gênero e Economia Solidária	COSTA; PEREIRA; CRUZ (2008)	01	4,55%
	Total		23	104, 56%

Fonte: Anais dos ENPESS's/CBAS's e Revista Serviço Social & Sociedade. Observação: O resultado geral é maior que 100% porque o artigo de Gurgel (2006) está incluído em dois eixos temáticos “Feminismo e Serviço Social” e “Gênero, Emancipação e Serviço Social”.

Conforme vimos, o feminismo, enquanto movimento político e campo do saber voltado à emancipação das mulheres, tem sido historicamente marcado por lutas pela emancipação política das mulheres, como a garantia de direitos civis, políticos, sociais e humanos, igualdade entre os sexos, liberdade e autonomia, estando essas lutas articuladas ou não a um projeto de emancipação humana de mulheres e homens.

Quanto à concepção sobre a “emancipação” das mulheres, do total de artigos sobre “emancipação” das mulheres (15 trabalhos) ³²⁶, 13 artigos (86,66%) conceberam a emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana.

Somente 1 trabalho (6,67%) não abordou a concepção de emancipação das mulheres e outro artigo (6,67%) apreendeu a emancipação das mulheres no horizonte da emancipação política, conforme os dados expostos no Quadro 6, a seguir.

Quadro 6 – Concepção sobre “Emancipação das Mulheres” nos Artigos pesquisados (2000-2011).

	Concepção sobre Emancipação das Mulheres	Artigos	Número de artigos	Porcentagem %
1	Perspectiva da Emancipação Humana.	NOGUEIRA (2002) ABRAMIDES (2004) MESQUITA (2004) CISNE (2006) COSTA (2006) GURGEL (2006) FERREIRA; PEREIRA (2007) CISNE (2008) CISNE (2010) DINIZ (2008) GURGEL (2008) OLIVEIRA E SANTOS (2008)	13	86,66%

³²⁶Do total de 22 artigos analisados, 15 trabalhos abordaram a questão da emancipação das mulheres e 7 artigos (31, 82%) enfocaram o feminismo, mas não fizeram referência a “emancipação” das mulheres.

		GURGEL ; GUIMARÃES (2010)		
2	Faz referência a “Emancipação” das Mulheres sem abordar a concepção.	SANTOS (2006)	01	6,67%
3	Perspectiva da Emancipação Política.	OSTERNE & GEHLEN (2005)	01	6,67%
	Total		15	100%

Fonte: Anais dos ENPESS's/CBAS's e Revista Serviço Social e Sociedade.

Nos artigos pesquisados na *Revista* e nos Anais dos ENPESS's e CBAS's, somente 01 artigo (OSTERNE; GEHLEN, 2005) concebeu a emancipação das mulheres como conquista de direitos e possibilidade de convivência da diferença com a igualdade, sendo esta a utopia emancipatória.

Osterne ; Gehlen (2005) resgatam algumas questões presentes na histórica oposição entre igualdade *versus* diferença, mostrando que os dilemas da categoria gênero ainda gravitam em torno das explicações da natureza para justificar as diferenças entre os sexos. As autoras esclarecem que o interesse do artigo

[...] não será negar as diferenças, tampouco fazer desistir do ideal da igualdade. *Muito menos não acreditar na utopia emancipatória da possibilidade de convivência do diferente em contextos de igualdade*, mas única e exclusivamente poder discutir as “construções teóricas” anunciadoras dos paradoxos que sempre acompanharam a história do feminismo ou, melhor dizendo, a história das mulheres (OSTERNE; GEHLEN, 2005, p. 142, *grifos nossos*).

As autoras enfatizam que com o surgimento e a expansão da categoria gênero - como “sexo socialmente construído” – vislumbra-se maiores possibilidades para a explicação da *subordinação feminina / dominação masculina* como um sistema de poder, em que a saída é buscar uma nova complementaridade.

A busca de uma nova complementaridade, desta feita não mais entendida como justificativa de uma relação desigual entre homens e mulheres, mas como possibilidade de uma relação igualitária, mesmo que não necessariamente assimétrica, respaldada no reconhecimento de que a “*diferença de sexo*” *jamaiz* poderia justificar a exclusão das mulheres do poder político e da cidadania social, esta sim parece ser a utopia (OSTERNE; GEHLEN, 2005, p. 164, *grifos nossos*).

Por trazer a ideia da convivência diferença/igualdade e da conquista de direitos políticos e sociais para as mulheres como sendo a utopia emancipatória, a emancipação das mulheres parece ser pensada no limite da emancipação política. O trabalho apresenta como

reflexão central a categoria gênero, apreendida com “sexo socialmente construído” e como relações de poder para a explicação da “subordinação feminina / dominação masculina”, com base em Scott (1990).

Conforme vimos, há também a referência a “emancipação” das mulheres, sem abordar sua concepção ou conteúdo, o que pode sugerir a idéia de emancipação política.

A esse respeito, Montañó e Duriguetto (2010) já haviam alertado sobre o uso indiscriminado do termo emancipação. Esclarecem que o mesmo pode remeter a diversos significados, como emancipação jurídica, emancipação pela educação, pela cidadania, pela “inclusão social”, emancipação da mulher. Afirmam que nessas abordagens, geralmente a emancipação estaria representada por alguma conquista de direitos sociais ou políticos ou redução de desigualdades.

É verdade que a relação igualitária e a igualdade de direitos entre homens e mulheres ainda se apresenta como uma reivindicação legítima e necessária no atual contexto do mundo capitalista, tanto nas culturas orientais, como nas sociedades ocidentais, especialmente nos países periféricos, onde as desigualdades entre os sexos ainda é enorme e perpassa todas as esferas da vida social, tanto o espaço público (poder político, mercado de trabalho, entre outros), como a dimensão privada (violência doméstica e familiar, divisão sexual do trabalho desigual, controle da sexualidade das mulheres, entre outras).

Mas para a radical superação do atual cenário de desigualdade entre os sexos e negação de direitos às mulheres, especialmente às mulheres trabalhadoras, expressos na disparidade entre o salário de homens e mulheres, na precarização do trabalho feminino, na desigual divisão sexual do trabalho, entre outros, é imprescindível pensar a emancipação das mulheres na perspectiva de construção de um projeto societário emancipatório socialista.

Se a luta feminista for restrita ao campo dos valores e da cultura, à relação de igualdade entre os sexos e à garantia de direitos no capitalismo – campo da emancipação política – as conquistas feministas para as mulheres serão muito limitadas.

Mas, na literatura pesquisada predomina uma abordagem da emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana, segundo a tradição socialista e marxista, estando presente em 13 artigos (86,66%). A análise sobre a emancipação das mulheres ressalta a impossibilidade de emancipação das mulheres no contexto da sociedade capitalista, em que sua emancipação é pensada como parte do processo mais geral de emancipação humana. Esta reflexão está fundamentada principalmente nas obras de Marx, Lukács e Mészáros.

Um dos artigos que adota esta perspectiva é o trabalho de Diniz ; Mustafá (2008), em que as pesquisadoras destacam a relação entre emancipação humana e emancipação política, bem como suas diferenças. Com base em Mustafá (2003) ³²⁷ e Tonet (2005) ³²⁸, assim elas escrevem:

Diante do exposto entendemos que a luta pela emancipação da mulher numa perspectiva da emancipação humana, pautada na ética emancipatória que tem como telos a liberdade que significa a erradicação da exploração do homem pelo homem e quando falamos aqui do “homem” estamos falando do Ser Humano, incluindo a mulher, tem caráter relevante pelo agravamento da condição de vulnerabilidade em que ela se encontra na sociedade brasileira. A emancipação humana que tem como telos a liberdade do sujeito, no sentido amplo, de ver o Ser Humano como sujeito livre da exploração, dominação e opressão, mazelas estas que ele é submetido nessa atual ordem societária que o impede de pensar e agir autonomamente. [...] No caso da emancipação política, esta tem apenas o caráter de assegurar e ampliar a cidadania e a democracia como um processo infinito para a busca da emancipação humana (DINIZ; MUSTAFÁ, 2008, p. 03).

Dentre as autoras que se vinculam a essa perspectiva, aparecem diversas abordagens sobre a questão da opressão das mulheres e os caminhos a sua emancipação, uma expressão do pluralismo que marca a produção intelectual feminista socialista e marxista.

A compreensão da emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana estabelece como mediações para a superação da opressão particular das mulheres e a conquista da sua plena emancipação, quatro enfoques inscritos na tradição feminista socialista e marxista: a superação das relações de dominação/exploração de *classe social e gênero*, da sociedade *capitalista e patriarcal*, da *divisão sexual do trabalho* e da *classe social*.

Do total de 13 artigos que defendem a emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana, 8 trabalhos (ABRAMIDES, 2004; CISNE, 2006, 2008, 2010; GURGEL, 2006; FERREIRA; PEREIRA, 2007; DINIZ, 2008; OLIVEIRA; SANTOS, 2008) fizeram referência a “**relação, articulação ou interseção entre Gênero-Classe Social**”, alguns incluindo ainda a dimensão raça/etnia, orientação sexual e geração.

³²⁷“A liberdade significa não apenas a capacidade de decidir e fazer escolhas individuais e coletivas, mas também a condição concreta de exercer o trabalho sem as amarras da exploração e da alienação – o que só será possível em outro modo de organização social e não sob a égide do capital.” (MUSTAFÁ, 2003, p. 67 apud DINIZ; MUSTAFÁ, 2008, p. 03) Cf. MUSTAFÁ, Alexandra Monteiro. Reflexões sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Presença Ética**. Revista Anual do Grupo de Estudos e pesquisa sobre Ética(GEPE). Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. Recife, ano III, nº3, dez. 2003.

³²⁸“[...] a efetiva emancipação humana é, por seus fundamentos e sua função social, algo radicalmente distinto e superior à cidadania, que é parte integrante da emancipação política. É da máxima importância esclarecer, hoje, essa distinção se queremos que a luta social esteja orientada no sentido da superação dessa forma desumanizadora de sociabilidade, cujas raízes se encontram no capital” (TONET, 2005, p.137 apud DINIZ; MUSTAFÁ, 2008, p. 03). Cf. TONET, Ivo. **Em defesa do futuro**. Maceió: EDUFAL, 2005.

As referências teóricas mais citadas e que serviram de fundamento para a reflexão deste eixo foram as obras de Saffioti (1992, 1998, 1999, 2000, 2004), Tonet (1997, 2005) e Mészáros (2002) ³²⁹.

Dos artigos pesquisados, somente o trabalho de Cisne (2008) questiona a forma de articulação e a paridade entre as categorias classe social e “gênero”. Discordando da reflexão de Scott (1990), a autora defende uma ótica de totalidade, com base em Saffioti (2004).

A ladainha “classe, raça e gênero” sugere uma paridade entre os três termos que na realidade não existe. Enquanto a categoria de “classe” está baseada na teoria complexa de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) da determinação econômica e da mudança histórica, as de “raça” e “gênero” não veiculam tais associações (SCOTT, 1991, p.03). [...] Percebemos nesta citação o isolamento da concepção de gênero que a autora anuncia diante da dimensão econômica/estrutural da sociedade. Esta articulação de gênero e classe é indispensável para pensarmos concretamente as opressões e explorações vivenciadas pelas mulheres, [...] Indo também de encontro com a perspectiva fragmentária e resgatando a totalidade, a feminista marxista Saffioti (2004) propõe para a análise das relações sociais uma unidade dialética entre classe, gênero, raça/etnia, ou ainda, entre patriarcado, racismo e capitalismo. É o que a autora denomina de “nó” ³³⁰ (CISNE, 2008, p. 03).

O trabalho de Cisne (2008) foi o único que fez a crítica ao conceito de gênero elaborado por Scott (1991), afirmando que gênero é uma categoria ideológica e subserviente aos interesses internacionais (CISNE, 2008). Ela também destaca a necessidade da consideração da classe social, na perspectiva da reconstrução de um movimento feminista autônomo e classista comprometido com o projeto societário da emancipação humana (CISNE, 2008).

Ainda neste enfoque, Abramides (2004), na resenha do livro de Nogueira (2004), “*A feminização no mundo do trabalho – entre a emancipação e a precarização*”, ressalta a necessidade da articulação das questões de “gênero” e classe, presente na reflexão de Nogueira (2004)

³²⁹Esses/as autores/as foram citados em pelo menos 2 artigos.

³³⁰“O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó.[...] Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade [...] De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, afim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – *novelo patriarcado-racismo-capitalismo* – historicamente constituída” (SAFFIOTI, 2004, p. 125 apud CISNE, 2008, p.03).

Claudia [Nogueira] analisa centralmente a relação entre gênero e classe, realçando que o processo de emancipação feminina está presente nas relações diretas com o capital no espaço produtivo, mas também nas especificidades de suas funções reprodutivas. De outro lado, compreende a necessária articulação entre emancipação feminina como parte do processo de conquista pela emancipação humana (ABRAMIDES, 2004, p. 162).

A obra de Nogueira (2004), *“A feminização no mundo do trabalho – entre a emancipação e a precarização”*, faz referência ao termo “gênero” em alguns trechos do livro, mas não analisa o significado dessa categoria, as concepções em disputa entre as tendências feministas e pós-modernas/culturalistas, sugerindo que “gênero” é utilizado para referir-se a mulheres ou a um campo de estudos que envolve a questão da mulher ou as relações sociais entre os sexos.

No geral, os demais trabalhos fizeram a incorporação do conceito de gênero sem observar os problemas quanto ao seu aspecto neutro e caráter despolitizante, o qual traz embutida a negação do sujeito político feminista, visão defendida por Scott (1990). E além disso, incorporaram a abordagem de Saffioti, sem problematizar ou se posicionar diante da polêmica da conciliação do “gênero” com o marxismo³³¹.

Um aspecto a ser problematizado diz respeito a elaboração de Saffioti (1992, 1998, 1999, 2000, 2004) sobre a ideia do nó classe-gênero-raça/etnia, que ao tratar estas categorias com um mesmo status de importância, obscurece o caráter central da superação dos antagonismos de classe social para um projeto de emancipação humana. Concordamos com a ideia de Wood (2003 a) a respeito do status histórico diferenciado da classe social, uma vez que a luta de classes tem um alcance mais universal e um maior potencial de emancipação de classe e para outras lutas emancipatórias.

Em outra abordagem, a defesa da emancipação das mulheres como emancipação humana estabeleceu como caminho para a emancipação das mulheres a **“relação/articulação entre a sociedade Patriarcal e Capitalista ou interseção/simbiose do Sistema Patriarcal-Capitalista”**, presente em 6 trabalhos (MESQUITA, 2004; CISNE, 2008, 2010; DINIZ, 2008; GURGEL, 2008; GURGEL; GUIMARÃES, 2010).

Este enfoque está fundamentado principalmente nas reflexões de Saffioti (1992, 2004), Antunes (1999) e Alvarez (1998, 2000)³³².

Entre esses trabalhos, o artigo de Gurgel e Guimarães (2010) defende uma luta feminista de caráter anti-capitalista-patriarcal, entendida em seu caráter emancipatório.

³³¹ Uma exceção é o trabalho de Oliveira; Santos (2008), que não adotou a abordagem de Saffioti e enfatizou a luta dos sujeitos coletivos feministas.

³³² Esses/as autores/as foram citados em pelo menos 2 artigos.

O desafio de desenvolver simultaneamente a crítica ao Estado e ao capitalismo, sem perder de vista as demais questões que constroem a identidade compartilhada das mulheres, seja na reivindicação de direitos sociais ou no processo de oposição à estrutura patriarcalizada da sociedade, confere o caráter emancipatório do feminismo como movimento social (GURGEL; GUIMARÃES, 2010, p. 05).

Conforme vimos, a abordagem de Saffioti sobre o sistema capitalista-patriarcal como um único sistema de dominação/exploração, que se encontra simbiotizado, não apresenta uma análise profunda sobre a sociedade capitalista e de como o patriarcado é incorporado na sua lógica de acumulação e opressão. A apreensão do sistema capitalista-patriarcal como algo simbiótico corre o risco de negligenciar a análise sobre as relações de produção e reprodução da sociedade capitalista, em particular, e como tais relações abrangem os mecanismos de opressão e as demandas das mulheres.

Ao problematizar o caráter contraditório das reivindicações por políticas públicas feitas pelo movimento feminista, e os desafios a autonomia dessas lutas, Gurgel e Guimarães (2010) fazem referência ao sistema patriarcal-capitalista como único sistema de opressão/dominação/exploração: “o movimento também vive o tensionamento entre a exigência da interlocução com o Estado e a necessidade de se manter numa posição de autonomia frente às estruturas patriarcal-capitalistas, que singularizam a condição de subalternidade das mulheres na sociedade” (GURGEL; GUIMARÃES, 2010, p. 03).

Pensar o patriarcado na totalidade das relações sociais capitalistas implica reconhecer a opressão das mulheres como um dos sustentáculos da sociedade burguesa. No entanto, não é plausível concluir que o capitalismo só se sustenta no patriarcado, uma vez que o capitalismo não tem sexo. A dominação feminina não surgiu com o capitalismo, mas as relações sociais capitalistas invadem todas as esferas da vida em sociedade, portanto, ele reforça as contradições e opressões antes existentes para atender aos seus interesses de acumulação.

Acompanhamos a interpretação de Wood (2003 a), quando ela afirma que o capitalismo submete todas as relações sociais às suas necessidades, tendo a capacidade de reforçar opressões que não criou. O capitalismo não é incompatível com a igualdade de gênero, claro que se esta for limitada a ordem do capital e à igualdade parcial/formal da sociedade capitalista.

A relação entre o capitalismo e o patriarcado, pensada numa perspectiva histórica, dialética e totalizante - perspectiva essa entendida como a contribuição mais importante da teoria marxista - nos possibilita entender o capitalismo e o patriarcado como parte de uma totalidade social, sem cair num dualismo sistêmico ou numa abordagem simbiótica

Já uma outra reflexão considera as relações entre o capitalismo e a ideologia patriarcal, com vistas a uma análise de totalidade social. Conforme Diniz ; Mustafá (2008), a sociedade é permeada por um padrão de desigualdade nas relações de gênero, classe e etnia, em que o sistema capitalista impede a emancipação plena das mulheres, uma vez que alimenta a ideologia patriarcal: “Neste sentido, entendemos que o sistema capitalista é um criador de entraves para se alcançar o telos da emancipação da mulher em sua plenitude. Porque este sistema alimenta a ideologia patriarcal, vindo a enfraquecer este movimento” (DINIZ; MUSTAFÁ, 2008, p. 03).

Uma outra abordagem apreende a emancipação humana das mulheres por meio da análise ou do reconhecimento das **“Relações Sociais de Sexo/Divisão Sexual do Trabalho”**, responsável pela opressão das mulheres na sociedade capitalista. Os 3 (três) artigos que adotam este enfoque (COSTA, 2006; FERREIRA; PEREIRA, 2007; CISNE, 2008) estão fundamentados nas análises de Daniele Kergoat (1994, 2003) e Helena Hirata (2002, 2004, 2006), as principais expoentes desta tendência.

O trabalho de Costa (2006) fez referência a Marx e principalmente a Luckács para abordar a questão da emancipação das mulheres. Costa (2006) faz referência à nova divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2006) para ilustrar como o desenvolvimento industrial criou mecanismos novos e mais sutis de subalternidade da mulher. Porém, sua análise central está fundada nas contribuições de Marx e principalmente Lukács (1981), conforme observado nesta citação de Luckács (1981).³³³

A igualdade, porém, deve ser conquistada antes de tudo através da luta no terreno específico no qual tem ficado bloqueada, no plano da própria sexualidade. *A subalternidade sexual da mulher é certamente um dos princípios basilares da sua subalternidade em geral*, tanto mais quanto as atitudes humanas que lhe correspondem não apenas são parte relevante na vida ideal e afetiva do homem, mas no curso de milênios foram profundamente incisivos na própria psicologia feminina e formaram sólidas raízes [...] *[a] luta pela libertação da mulher contra essa sua alienação, porém, no plano ontológico não é só dirigida contra os impulsos alienantes que derivam do homem, mas deve também apontar em direção à própria autolibertação interior* (LUKÁCS, 1981, p.591-592 apud COSTA, 2006, p. 05 grifos nossos).

Nas suas considerações finais, a autora destaca que o pensamento de Luckács faz uma aproximação pertinente ao tema das relações entre os sexos, trazendo uma contribuição para uma apreensão ontológica, visto que “Identifica questões centrais relacionadas à importância da luta da mulher para a emancipação humana devido à fundamental articulação dessa luta

³³³ Cf. Lukács, G. *Per'ontologia dell'essere sociale*.

com a problemática da genericidade em direção ao para-si do gênero humano” (COSTA, 2006, p. 07).

Em relação ao movimento de mulheres e feminista, ela ressalta que o movimento deve avançar se deseja alcançar um alto nível de luta pela humanização, pois terá que incidir na luta contra alienações em sentido objetivo e subjetivo. E afirma que a luta nessa área da relação entre os sexos é básica, porque sem a superação dessas alienações, é impossível o alcance de uma genericidade autêntica, uma vez que se encontra bloqueado o desenvolvimento da individualidade feminina, em que superar a condição de submissão da mulher é um momento do alcance de libertação da humanidade, de sua ascensão a uma humanidade para-si (COSTA, 2006).

Já o trabalho de Ferreira ; Pereira (2007) e Cisne (2008) fazem referência às *relações sociais de sexo* e a *divisão sexual do trabalho*, mas não aprofundam essas análises.

Dentre os trabalhos que pensam a emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana, apenas a resenha de Nogueira (2002) sobre o livro de Toledo (2001), “*Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*”, traz o enfoque da “**superação da classe social**” como única condição para a conquista da emancipação das mulheres.

Nesta resenha, Nogueira (2002) afirma que Toledo (2001) toma o marxismo como caminho analítico e que sua obra tem como foco a questão do gênero feminino na sociedade capitalista, baseado na divisão de classes e nas relações de exploração entre a mulher burguesa e a mulher operária. Toledo (2001) recupera a tese central da teoria marxista e a luta pela emancipação feminina, destacando o manifesto comunista, as Internacionais, a revolução russa, entre outros textos.

Cecília Toledo dialoga criticamente com outras concepções que se voltaram para o estudo da questão feminina, como o autonomismo, que privilegia a categoria gênero, reduzindo ou minimizando a sua condição de classe. Polemiza com algumas dessas concepções, particularmente quando recupera uma tese central da teoria marxista, que relaciona a opressão da mulher relacionada à propriedade privada dos meios de produção (NOGUEIRA, 2002, p. 174).

Nogueira (2002) mostra que Toledo (2001) resgata o centro da análise de Engels, na qual a luta pela emancipação da mulher é vista essencialmente como uma luta contra o capitalismo:

[Toledo] Afirma que a emancipação feminina não pode ser alcançada no capitalismo, visto que a opressão da mulher é um dos pilares de sustentação da sociedade burguesa. Somente com a construção de uma sociedade socialista as mulheres poderão encontrar sua verdadeira emancipação (NOGUEIRA, 2002, p. 173).

De fato, a opressão das mulheres é uma dos sustentáculos da ordem do capital, mas a sua emancipação não é uma decorrência mecânica da instauração do socialismo. A plena emancipação das mulheres e dos homens só será possível numa sociedade socialista, mas para as mulheres, esta conquista não é um processo natural, exige o reconhecimento das particularidades da histórica opressão feminina.

Toledo (2001) analisa a opressão das mulheres como uma questão de classe social, sem apreender teoricamente as particularidades da opressão feminina pelo sexo masculino no âmbito da sociedade capitalista, o que reflete uma apreensão fatorialista e economicista e do pensamento de Marx e Engels.

Conforme vimos, construída no seio do movimento socialista desde o final do século XIX, tal perspectiva é concebida como uma tendência marxista/materialista não-feminista, conforme assinalaram Saffioti (1987) e Walby, (1990), exatamente por tratar a questão da opressão das mulheres como algo dependente da luta de classes, em que sua emancipação seria uma consequência direta da superação do atual modo de produção capitalista.

Portanto, a partir dos trabalhos pesquisados, vimos que a defesa da emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana está majoritariamente sustentada no reconhecimento das particularidades da condição das mulheres na sociedade capitalista. Adotam as reflexões sobre as opressões de *Classe Social e Gênero* (8 artigos), do *Capitalismo e Patriarcado* (6 artigos) e das *Relações Sociais de Sexo-Divisão Sexual do Trabalho* (3 artigos).

Entretanto, na forma em que aparecem na maioria dos artigos, estas abordagens correm o risco de obscurecer a centralidade estratégica da classe social para o projeto societário feminista socialista de emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana.

Por outro lado, é necessário registrar que do total de 07(sete) artigos que abordam o *feminismo* sem fazer referência a ideia de “*emancipação*” das mulheres, em 3 (três) artigos (COSTA; PEREIRA; CRUZ, 2008; LISBOA, 2010 ; MESQUITA, 2010), o enfoque da centralidade da classe social na acepção marxiana é negado ou obscurecido, inviabilizando a defesa de um projeto de emancipação humana para as mulheres. Aqui, o debate de gênero esteve fundamentado em Scott (1991,1995).

Entre estes trabalhos, o artigo Lisboa (2010) questiona o suposto privilégio de uma abordagem de classe social e a capacidade do marxismo em responder às questões de gênero. A autora, mesmo reconhecendo que o feminismo tem feito a crítica ao modelo industrial orientado para o consumo, à violência, ao desrespeito ao corpo da mulher, à homofobia e tem exigido respeito às diferenças de classe, de raça/etnia, de orientação sexual, nega o enfoque de classe social nos termos marxianos.

Na sua crítica aos estatutos teóricos da profissão, isto é, à adoção da doutrina social da Igreja na origem da profissão; à incorporação do discurso do funcionalismo positivista no período de laicização da profissão e à incorporação da teoria marxiana a partir dos anos 1960, com o Movimento de Reconceitualização, Lisboa (2010) critica o que ela chama de privilégio do enfoque de classe social no Serviço Social:

[...] a profissão sofreu a imposição de uma tendência homogeneizadora de construção do pensamento social, de uma teoria que se pretende universal e prioriza o enfoque de classe, desconsiderando a heterogeneidade do pensamento a partir das dimensões sócio-históricas e culturais que emergem no cotidiano das práticas, entre elas as diferenças sexuais, de identidade, de raça/etnia e de gênero (LISBOA, 2010, p. 03).

O artigo de Lisboa (2010) faz a crítica a influência e dominância do marxismo no Serviço Social, sob o argumento de que tal perspectiva analisa a sociedade sob o prisma da classe em detrimento de outras questões, como as questões de gênero, raça/etnia e sexualidade. É possível perceber a posição da autora na defesa da fenomenologia e de referenciais teóricos que sejam flexíveis, ou seja, ela afirma que a escolha da teoria depende do objeto de estudo, sob o argumento de que não há uma verdade absoluta.

A partir desses questionamentos, assumindo uma postura de intelectual engajada em um compromisso ético e político junto à profissão, sugiro que as teorias feministas e os estudos de gênero constituem-se um aporte teórico metodológico significativo para o Serviço Social [...] A grande angústia da maioria das (os) estudantes nos campos de estágio é “como compreender e interpretar as demandas trazidas pelos sujeitos somente com base nos pressupostos da teoria marxiana”! Como analisar, por exemplo, a situação de uma mulher internada em uma clínica psiquiátrica, cujo “sofrimento psicológico” foi decorrente de violência doméstica, se a base da formação teórica deste estudante foi centrada predominantemente na teoria marxiana? Como responder questões que necessitam diferentes dimensões de análises em suas mediações teóricas, quais sejam: explicar o valor diferenciado atribuído ao trabalho dos homens versus o trabalho das mulheres; entender por que o trabalho doméstico e o relativo cuidado aos doentes, idosos, crianças, não é remunerado, muito menos valorizado; por que ocorre violência contra as mulheres e meninas? Como e onde se produz essa violência? [...] Uma verdade não está pré-definida, ela faz parte de um contingente contextual que deve ser mediado por diferentes concepções teóricas que perpassam as questões de classe, de gênero, de raça/etnia, que por sua vez se fundamentam em múltiplos tipos de saberes (LISBOA, 2010, p. 04).

Ela também questiona o papel da ABEPSS e a definição da questão social como objeto de atuação do Serviço Social.

[...] qual o papel da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, na formação dos profissionais? Que efeitos de saber e poder possui esta Instituição sobre o Serviço Social? A academia também se configura como uma instituição, onde se estabelecem relações hierárquicas, de poder e de dominação e pode constituir-se em centro de produção de um saber hegemônico. O que significa definir diretrizes curriculares embasadas em uma perspectiva para todas as Escolas em nível nacional? Os conceitos estão ligados às referências impostas pelas Instituições, ou deveriam ser construídos através das mediações que ocorrem no cotidiano a partir dos contextos socioeconômicos e culturais de cada região? Uma terceira e última crítica é dirigida ao “discurso técnico” utilizado nas Escolas e cursos de formação em Serviço Social. Em uma categoria como “questão social” entendida como “contradição entre capital e trabalho”, definida pela ABEPSS como “o objeto” do Serviço Social, ou seja, como “discurso técnico”, o que o reducionismo desta categoria não deixa ver? Até que ponto o discurso sobre emancipação política proposto pelo marxismo conseguiu superar o trabalho de cunho assistencialista demandado pelas instituições que contratam profissionais de Serviço Social? [...] Existe uma única verdade para o Serviço Social? (LISBOA, 2010, p. 03-04).

Em outro artigo, esta autora propõe a redefinição do objeto de intervenção profissional do serviço Social para contemplar as questões de gênero e etnia, entre outras questões, a partir da negação da perspectiva de classe, ao mesmo tempo em que faz a defesa do Projeto Ético-Político. Fundamentando-se em Faleiros (1999), a autora enfatiza: “para esse autor, mantendo-se uma concepção classista, a heterogeneidade dos campos de atuação da profissão de Serviço Social fica restrita, uma vez que esta não se limita a atuar somente nas questões de trabalho ou na perspectiva de classe” (LISBOA; PINHEIRO, 2005, p. 203).

Já os artigos de Costa, Pereira; Cruz (2008) e Mesquita (2010) fazem uma junção da abordagem da *Divisão Sexual do Trabalho* com a perspectiva de gênero em Scott (1990), o que expressa uma abordagem eclética³³⁴.

³³⁴Conforme ressaltou Tonet (2004), o cruzamento ou articulação de perspectivas diversas releva um pluralismo metodológico. Ele mostra que o pluralismo metodológico é apontado como a saída para a crise das ciências sociais, podendo assumir uma forma de relativismo e de ecletismo: “O que se entende por pluralismo metodológico? Às vezes ele é entendido como ecletismo, ou seja, a liberdade de tomar ideias de vários autores e articulá-las segundo a conveniência do pensador. Isto normalmente é feito sem o cuidado de verificar com rigor a compatibilidade de ideias e paradigmas diferentes, dando origem a uma colcha de retalhos, quando mais, inteligentemente tecida. É bom ressaltar que há ecletismo de baixo e de altíssimo nível” (TONET, 2004, p. 185).

Sendo assim, percebemos que na *divisão sexual do trabalho* o processo de qualificação profissional está baseado numa construção social fortemente sexuada, a qual é marcada pelas assimetrias entre os gêneros. [...] Como nos diz Lobo (1991), a subordinação das mulheres, as assimetrias nas relações de gênero no trabalho se expressam não somente na divisão das tarefas, mas também nos critérios que delineiam a qualificação das tarefas, as diferenças salariais, o disciplinamento dos corpos e mentes no trabalho e na sociedade em geral. *A divisão sexual do trabalho não é apenas consequência dessa ordem patriarcal de gênero*³³⁵, mas é o princípio organizador da desigualdade no trabalho (MESQUITA, 2010, p. 08, grifos nossos).

Observamos que categoria “gênero” articulada ou interseccionada com a classe social está presente em todas as tendências do debate sobre *feminismo e emancipação das mulheres* nos artigos pesquisados, demonstrando a legitimidade que esta categoria adquiriu no âmbito das ciências sociais e humanas no Brasil, desde os anos 1990 até a atualidade.

No entanto, a ideia da paridade classe social-gênero, ao ocultar a centralidade da classe social inviabiliza o projeto societário de emancipação humana de mulheres e homens. A superação das contradições de classe é fundamental para a conquista da emancipação humana das mulheres.

Para o Serviço Social, a explicitação dessas diferentes posições teórico-políticas refletem o pluralismo que perpassa o feminismo socialista e marxistas, assim como a profissão, mas ao mesmo tempo chama a atenção para a necessidade de fortalecer o referencial emancipatório que sustenta o Projeto Ético-Político da profissão.

³³⁵ A definição de uma ordem patriarcal de gênero foi apresentada por Saffioti. No debate sobre feminismo e “emancipação” das mulheres no Serviço Social, também está presente uma reflexão sobre a ordem patriarcal capitalista de gênero, que articula o debate sobre o sistema patriarcal-capitalista com a categoria gênero, presente nos seguintes artigos: Gurgel (2006); Gurgel (2007); Cisne (2008); Gurgel (2008); Gurgel ; Guimarães (2010); Mesquita (2010).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do caráter periférico das temáticas *feminismo* e “*emancipação*” das mulheres no Serviço Social, os resultados da pesquisa sinalizaram para um processo de constituição e fortalecimento de um “feminismo emancipatório” nas dimensões organizativa, normativa e teórica do Projeto Ético-Político profissional.

Podemos afirmar que o processo de constituição de uma perspectiva “feminista emancipatória” no Serviço Social é iniciado no contexto da “virada” profissional dos anos 1970, em que o Serviço Social articula-se com diversos movimentos sociais, sindicais e populares, dentre os quais o movimento feminista.

Mas o debate feminista e sobre mulheres/ “gênero” ganha expressão no universo profissional somente nos anos 1990, com a aprovação do CE (1993) e das DC (1996), vindo a adquirir uma maior visibilidade na década de 2000, impulsionado pelo contexto de revigoramento de diversas lutas feministas “anticapitalistas” existentes no país.

É nesse contexto da década de 2000, marcado pela crise e ofensiva capitalista em nível mundial, com suas particularidades no Brasil, que a articulação em torno das lutas anticapitalistas permitiu uma maior aproximação e diálogo entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e as lutas feministas “anticapitalistas” e antipatriarcais.

Os movimentos feministas “anticapitalistas” da atualidade têm retomado o debate sobre a relação entre patriarcado e capitalismo, como forma de subsidiar as lutas de resistência à opressão patriarcal e capitalista sobre as mulheres, especialmente sobre a grande maioria daquelas que compõe a classe trabalhadora.

Para Bryson (2003), o feminismo marxista e socialista de hoje está vivo, visto no ativismo de algumas feministas socialistas em movimento radicais, particularmente em campanhas ambientais, anticapitalistas e anticorporativistas. E de acordo com Brenner (2000), ela afirma que para esta autora, a próxima onda feminista fará parte de um amplo movimento anticapitalista (BRYSON, 2003).

A perspectiva feminista socialista insiste que o foco do feminismo na justiça de gênero não pode estar isolado do contexto sócio-econômico e que a igualdade sexual tem um significado pequeno num mundo no qual a maioria dos homens, assim como a maioria das mulheres, é explorada. É necessário considerar os interesses coletivos e as desigualdades estruturais (BRYSON, 2003).

É nesse contexto que o “feminismo emancipatório” encontra as condições políticas e teóricas para se expressar nas várias dimensões do PEP, alimentado pela interlocução com as

tendências feministas de resistência à opressão capitalista e patriarcal, especialmente aquelas de defendem a autonomia e o diálogo crítico frente às políticas governamentais, tal como aparece nas propostas da AMB, do MML e do *Pão e Rosas*.

A reflexão sobre a constituição de uma perspectiva “feminista emancipatória” no PEP pôs em evidência o legado teórico e ético-político desse Novo Projeto Profissional, que fundado em análises sócio-históricas de bases marxistas e num *ethos* referenciado pelos princípios da liberdade, autonomia e emancipação humana, compromete-se com a construção de nova sociedade, livre de toda forma de opressão econômica, política e cultural.

De acordo com Barroco (2012), a emancipação é o valor de caráter humano-genérico mais central do CE e, por isso, fornece uma direção aos demais valores. O CE reconhece a importância das conquistas no campo da emancipação política, mas as conectam ao horizonte da emancipação humana, estabelecendo uma relação entre o presente e o devir mediado pelo trabalho profissional.

Nesse sentido, Mustafá (2003), ao destacar o caráter ético-político do projeto profissional do Serviço Social, mostra que ele é resultado de uma hegemonia consolidada na profissão, em que o Serviço Social tem um papel mediador na afirmação da emancipação humana.

Não se pode negar, portanto, que o caráter revolucionário não esteja imbricado nesta postura de mediação política. Na realidade, lidar com a questão social, dentro dos moldes do modo de produção capitalista, significa estabelecer um processo de conquista que se efetua e se desdobra em duas faces: a imediatez da ação e sua projeção futura. O grande desafio é não perder de vista esta dupla dimensão unitária (MUSTAFÁ, 2003, p. 63-64).

O debate atual na profissão sobre a relação entre emancipação humana e emancipação política é imprescindível para a incorporação das reivindicações feministas por políticas públicas, igualdade, liberdade e autonomia para as mulheres, segundo o horizonte da emancipação humana das mulheres.

A perspectiva da emancipação humana defendida pelo PEP supõe assumir a centralidade da luta de classes e sua superação na direção do socialismo. Assim, “a emancipação humana, ou seja, uma forma de sociabilidade na qual os homens sejam efetivamente livres, supõe a erradicação do capital e de todas as suas categorias. Sem esta erradicação é impossível a constituição de uma autêntica comunidade humana” (TONET, 2005b, 01).

Considerando que o Serviço Social está inserido na mediação de interesses contraditórios na sociedade capitalista e patriarcal, as/os Assistentes Sociais possuem o

desafio de construir as mediações estratégicas ao processo histórico de lutas pela materialização de um projeto feminista emancipatório, na perspectiva de superar as diversas formas de opressão contra as mulheres.

Nesse sentido, o “feminismo emancipatório”, em processo de consolidação no Projeto Ético-Político do Serviço Social na atualidade, assume a perspectiva da emancipação das mulheres no horizonte da emancipação humana, a qual envolve a conquista de direitos e autonomia para as mulheres nesta sociedade, mas ultrapassa o campo restrito da emancipação política no capitalismo.

A conquista da emancipação das mulheres, pensada de modo radical, impõe a superação das relações sociais capitalistas, sustentadas na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho e nos antagonismos de classes enquanto condição necessária para a vivência plena dos direitos, da autonomia e da liberdade para as mulheres.

Há uma unidade no interior do PEP em torno da defesa da emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana. Na dimensão normativa do PEP, o CE e as DC oferecem os subsídios para essa reflexão. As entidades organizativas da categoria também sinalizam nessa direção, notadamente o CFESS, conforme vimos nas publicações do *CFESS Manifesta*. E a quase totalidade das publicações sobre emancipação das mulheres, 86,66% assumiu a perspectiva da emancipação humana, enquanto que somente 13,34% sugerem a concepção de emancipação política, restrita ao campo da conquista de direitos na sociedade capitalista.

No âmbito do PEP predomina uma concepção de emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana, a qual supõe a supressão das relações de exploração e opressão inerentes à sociedade capitalista, sem negar as particularidades da luta feminista.

Nesse sentido, reconhece as particularidades da condição de opressão das mulheres, estabelecendo como mediações para a sua emancipação, o enfrentamento das opressões de *Gênero-Classe Social*, seguido pela abordagem do *Capitalismo-Patriarcado* e, por último, presente de forma minoritária, o enfoque das *Relações Sociais de Sexo/Divisão Sexual do Trabalho*.

Conforme os resultados da pesquisa, a defesa da emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana estabelece como principal mediação para a emancipação das mulheres o enfrentamento das opressões de *Gênero-Classe Social* (*articulação ou interseção entre Gênero-Classe Social*) presente em 8 (oito) do total de 13 (treze) artigos que trabalham com a perspectiva da emancipação humana, assim como aparece nas dimensões normativa (CE e DC) e organizativa (CFESS e ABEPSS) do PEP.

Nesse contexto, há uma tendência no PEP em incorporar o debate sobre a relação entre *patriarcado e capitalismo*, mas ainda prevalece a ótica da interseção *gênero-classe social*. Do total de 13 (treze) artigos que defenderam a emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana, 5 (cinco) trabalhos fizeram referência à *relação/articulação entre a sociedade patriarcal e capitalista ou interseção/simbiose do sistema patriarcal-capitalista*. E as entidades organizativas da categoria também fizeram referência à luta antipatriarcal e anticapitalista.

Entre os artigos que defendem o horizonte da emancipação humana, 03 (três) fizeram referência ao enfoque das *Relações Sociais de Sexo/Divisão Sexual do Trabalho*. Esta abordagem também aparece na ementa do GTP de “Gênero” da ABEPSS.

E desses 13 artigos, somente 01 (um) artigo trouxe o enfoque da superação da *Classe Social* como condição exclusiva para a emancipação humana das mulheres.

Nesse sentido, a defesa da emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana presente no Projeto Ético-Político do Serviço Social, ao articular a garantia da emancipação política das mulheres ao ideário da emancipação humana na perspectiva do socialismo, conseguiu superar as análises que ficam limitadas ao horizonte da emancipação política, bem como aquelas que tratam a emancipação das mulheres como uma consequência mecânica da superação da ordem capitalista.

Dessa forma, o PEP se opõe às tendências feministas liberais e burguesas, ao feminismo anticapitalista de base reformista, assim como às correntes socialistas e marxistas que dispensaram um tratamento economicista à emancipação das mulheres ao reduzir a luta feminista à luta de classes.

Como vimos, as diversas abordagens revelam o intenso debate travado no interior da tradição feminista socialista e marxista sobre o enfrentamento da opressão das mulheres e os meios à sua plena emancipação. Ao longo do século XX, o feminismo socialista e marxista elaborou diversas referências teórico-políticas, que inspiradas nas teorias marxistas, trouxeram uma pluralidade de interpretações sobre a conquista da emancipação das mulheres. Às vezes, esta é entendida a partir da superação das contradições de *Classe Social e Gênero*, ou é pensada segundo o fim da sociedade *Capitalista e Patriarcal*, outras vezes é compreendida com base na eliminação da *Divisão Sexual do Trabalho/Relações Sociais de Sexo*.

Por outro lado, a diversidade desta produção também revela dilemas teórico-políticos, expressão do complexo relacionamento entre o pensamento marxista e a teoria crítica feminista. O debate sobre a articulação e interseção entre *classe social e gênero*, bem como

capitalismo e patriarcado, elaborado no campo do feminismo socialista e marxista, é alvo de polêmicas e dissensos, o que demonstra o caráter inconcluso dessas análises e de algumas categorias/conceitos (patriarcado, gênero, divisão sexual do trabalho).

Conforme vimos ao longo do trabalho, historicamente a relação entre o marxismo e o feminismo tem sido marcada por tensões e conflitos, tanto no campo da luta política, como na dimensão teórica. No contexto da Primeira Onda feminista havia uma clara oposição entre as feministas liberal-burguesas, que lutavam pela emancipação política das mulheres; e as mulheres anarquistas, socialistas e marxistas, que reconheciam a importância das conquistas no campo da emancipação política, mas entendiam a luta por direitos como parte de uma estratégia socialista de formação da consciência e organização política das mulheres para a construção do socialismo, na perspectiva da emancipação humana.

Na atualidade, um determinado segmento do movimento e das mulheres socialistas, mesmo que reconheça as particularidades da opressão das mulheres no capitalismo, expressas na desigual divisão sexual do trabalho, nos baixos salários e precarização do trabalho feminino, entre outras, relegam ao segundo plano a análise da questão particular das mulheres sob a justificativa da centralidade da luta de classes.

Desde a passagem do século XIX ao XX, com os escritos de Bebel, Zetkin e Lênin, até os movimentos revolucionários anticapitalistas dos dias atuais, fundados numa leitura economicista do pensamento de Marx e Engels, concebem a emancipação das mulheres como uma consequência mecânica da superação da ordem capitalista, anulando as mediações que particularizam a opressão/emancipação das mulheres no interior desta sociedade.

De outro lado, algumas tentativas de apropriação do marxismo pelas teorias feministas, elaboradas a partir da Segunda Onda feminista dos anos 1960/70, resultaram em deformações aos pressupostos teórico-metodológicos do marxismo clássico, as quais implicaram na rejeição da centralidade da luta de classes. Ao se analisar as particularidades da condição feminina no capitalismo, parte das abordagens teórico-políticas elaboradas no campo da tradição feminista socialista e marxista e incorporadas ao Serviço Social, representa impasses ao referencial da emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana.

As análises da interseção classe social-gênero e da simbiose patriarcado-capitalismo – frequentemente incorporadas ao PEP – identificadas na literatura sobre *feminismo e emancipação das mulheres*, representadas através da produção intelectual de Saffioti (1987, 1992, 1999, 2004 a), operou uma negação da centralidade da classe social.

A abordagem da interseção gênero-classe, ao sugerir a ideia da paridade entre as categorias de classe social e gênero (Saffioti, 1992), na tentativa de se afastar de análises unilaterais, que ora privilegiavam a dimensão de gênero, ora enxergava apenas a determinação de classe social, bloqueou o caráter estratégico da luta de classes, inviabilizando o ideal da emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana. Dessa forma, a anulação do status central da classe social implícita nesta abordagem pode ser vista como uma influência da incorporação do conceito de gênero em Scott (1990)³³⁶.

Estas abordagens são igualmente problemáticas em face das contribuições do pensamento marxiano para uma análise histórica e de totalidade sobre o processo de emancipação das mulheres.

Benoit (2000), numa crítica à abordagem marxista dogmática e à concepção de gênero elaborada por Scott (1990), que considerada incompatível com o marxismo, assim afirma:

Se gênero como “categoria de análise”³³⁷ não coincide com o método marxista, podemos dizer que a teoria anterior, da chamada “nova vanguarda feminista”, aparece, do ponto de vista de Marx, como igualmente problemática. Também aquela teoria feminista, que se autodenominava marxista “revolucionária e marxista”, quando dava realidade indiferenciada e indeterminada às diferenças biológico-sexuais, fundava o universal “mulher” de maneira puramente abstrata; naturalizava elementos históricos e cortava, em diagonal, a concreticidade da luta de classes, totalidade, esta sim, real para Marx (BENOIT, 2000, p. 83).

Entendemos que a retomada do feminismo socialista e marxista, ao apontar para uma perspectiva feminista verdadeiramente emancipatória, será capaz de assumir o componente da luta de classes entre o capital e o trabalho no interior da estratégia feminista de emancipação das mulheres como parte de um projeto de emancipação do gênero humano.

No Brasil, algumas das principais tendências dos movimentos feministas “anticapitalistas” adotam como referências de análises a articulação/simbiose entre o sistema patriarcal e o capitalista, as quais trazem contribuições para uma análise crítica sobre a condição feminina no capitalismo. No entanto, como já vimos, as abordagens duais e simbióticas deixam lacunas quanto a uma reflexão de totalidade social, o que traria prejuízos à unidade das lutas contra o capitalismo e o patriarcado.

Dessa forma, os dilemas da complexa relação entre marxismo e feminismo, marcados por leituras que reproduzem traços de ecletismo, economicismo, dualismos e análises

³³⁶ Recorde-se que, para Scott (1990), a articulação entre gênero e classe social pode trabalhar com ou contra o marxismo, uma vez que tal associação pode assumir diversas concepções de classe social. No entanto, afirma que a definição de classe social remete originalmente ao pensamento de Marx e Engels.

³³⁷ “A expressão é de Joan Scott” (BENOIT, 2000, p. 83).

fusionais/simbióticas terminam por inviabilizar uma análise radical e histórico-crítica, necessária para conduzir as lutas feministas pela emancipação humana dos homens e das mulheres, em particular.

A questão que está posta nesta discussão é como fazer uma análise histórico-crítica e de totalidade sobre a questão das mulheres na atual sociedade, capaz de apreender as conexões concretas entre o patriarcado e o capitalismo, a partir da base material capitalista e da realidade sócio-histórica e cultural de opressão das mulheres.

Assim, pensar a emancipação das mulheres como parte do processo mais amplo de emancipação humana segundo o materialismo histórico-dialético, supõe analisar a opressão das mulheres na atual sociedade capitalista sob a hegemonia patriarcal. Requer a apreensão das mediações políticas e culturais entre as lutas socialistas e feministas no processo de conquista da emancipação das mulheres, nas quais comparece a luta por direitos (esfera da emancipação política) e pelo fim do patriarcado como parte integrante de um projeto societário emancipatório, em que o fim da contradição capital X trabalho assume um caráter central e ineliminável, mas não exclusivo.

Com base no arsenal teórico-metodológico marxiano, a questão das mulheres pode ser pensada na totalidade concreta das relações sociais capitalistas, considerando as particularidades da questão feminina no interior dos processos de produção e reprodução do capital.

Tonet (2004) argumenta que o método marxiano, considerado por Lukács como o elemento ortodoxo do marxismo, é a única saída para escapar do dogmatismo, do ecletismo e do relativismo. Método esse de caráter ontológico, que tem no trabalho a categoria fundante do ser social, balizado pela categoria da totalidade social, conforme apreendeu Lukács.

Essa é uma condição central para alimentar um projeto feminista de emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana, e assim, construir uma sociedade livre da exploração do trabalho de homens e mulheres e de toda forma de opressão.

A minimização ou anulação dos antagonismos de classe social presentes nas abordagens analisadas inviabiliza o projeto de construção de uma sociedade livre e emancipada da alienação e da exploração do trabalho, revelando-se, portanto, útil aos interesses políticos que sustentam o projeto do capital e do sistema patriarcal.

Em síntese, podemos afirmar que o debate *feminista* e sobre *emancipação das mulheres* no âmbito do PEP é marcado por uma pluralidade e diversidade de perspectivas no âmbito da tradição feminista socialista e marxista, as quais ensejam uma série de dilemas teórico-políticos advindos da histórica relação de tensão entre o marxismo e o feminismo.

Predominam análises que negam a centralidade da classe social na acepção marxista, o que representa uma incongruência frente aos fundamentos marxianos do PEP.

Mas, ao recusar a análise da questão das mulheres dissociada das relações sociais capitalistas e de suas classes sociais, o PEP revela seu caráter de resistência teórico-política em face das tendências culturalistas, idealistas e politicistas presentes nos estudos de gênero.

E, por fim, esperamos que outros estudos possam se debruçar sobre as possibilidades e as tensões que envolvem a complexa relação entre marxismo e feminismo, e desta com o Serviço Social, no sentido de consolidar o referencial feminista emancipatório em todas as dimensões do PEP, e, assim, possibilitar o seu espraio e conquista da hegemonia junto à grande maioria da categoria profissional.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz. RESENHA: CLÁUDIA MAZZEI NOGUEIRA: *A feminização no mundo do trabalho – entre a emancipação e a precarização*. Campinas: Autores Associados. 1ª ed. 2004, 112 p. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXVIII, n. 80, 2004.
- _____. Desafios do Projeto Profissional de ruptura com o conservadorismo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXVIII, n. 91, 2007, especial.
- _____. O Congresso de Ibiúna. O fio vermelho nos move. **Revista PUC Viva**, São Paulo, 13, out. 2008.
- _____. A organização político-sindical dos Assistentes Sociais: trajetória de lutas e desafios contemporâneos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXX, n. 97, p. 85-108, jan./mar., 2009.
- ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Traduções de Lisa Stuart. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- _____. **Traducir a Gramsci**. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.
- ALAMBERT, Zuleica. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.
- ÁLVAREZ, Ana de Miguel. O conflito classe-sexo-gênero na tradição socialista. **Revista Fragmentos de Cultura**- Instituto de Filosofia e Teologia, Sociedade Goiana de Cultura, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, v. 13, n. 03, p. 523-543, mai./jun. 2003.
- ALVAREZ, Sonia E. A “Globalização” dos Feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: _____; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. Novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- _____. Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis (SC), vol. 11, n. 2, jul./dez., 2003.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985. (Coleção primeiros passos; 20).
- ANDRADE, Joana El-Jaick. **O marxismo e a questão feminina: as articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário**. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia)-Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do trabalho. 3.ed. São Paulo (SP): Cortez; Campinas (SP): Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2.ed.

São Paulo (SP): Boitempo editorial, 2009.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo: Boitempo, n.11, p.65-70, 2000. Dossiê Marxismo e Feminismo.

ARCOVERDE, Ana Cristina B. Notas sobre Estado e Sociedade nos clássicos da Política. In: _____ (Org.). **Estado e Sociedade**: contribuição ao debate sobre políticas públicas. Recife (PE): Ed. Universitária da UFPE, 2010.p.19-46.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Documento GTP**. Brasília: ABEPSS, 2012. Disponível em:<<http://www.abepss.org.br>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL / CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. Documento apresentado na XXIX Convenção Nacional da ABESS, realizada em Recife (PE), em novembro de 1995. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n.50, abr. 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL / CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleias Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Formação Profissional: trajetórias e desafios. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n.7, 1997.

BARBIERI, Teresita de. Tradução de Antonia Lewinsky. **Sobre a categoria gênero**: uma introdução teórico-metodológica. Recife: SOS Corpo, set. 1993. p. 01-19.

BARROCO, Maria Lúcia S. Bases Filosóficas para uma Reflexão sobre Ética e Serviço Social. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Orgs.). **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis.2.ed. São Paulo: Cortez/CFESS, 1998. p. 71-83.

_____. Considerações sobre o Código de Ética dos assistentes sociais. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Orgs.) **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova praxis.2. ed. São Paulo: Cortez/CFESS, 1998. p. 118-122.

_____. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de Serviço Social, 4).

_____. Materialidade e potencialidades do Código de Ética dos Assistentes Sociais brasileiros. In: _____; TERRA, Sylvia Helena; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS (Org.). **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 27-109.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. v.2 . Lisboa: Bertrand Editora Ltda, 2008.

BENOIT, Lelita Oliveira. Feminismo, gênero e revolução. **Revista Crítica Marxista**. São

Paulo, n. 11, p.65-70, 2000. Dossiê Marxismo e Feminismo.

BONACCHI, Gabriela; GROPPi, Ângela. (Orgs.) **O Dilema da Cidadania: direitos e deveres das mulheres**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. (Biblioteca Básica).

BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Orgs.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 2. ed. São Paulo: Cortez/CFESS, 1998.

BOTTOMORE, Tom. Emancipação. In: **DICIONÁRIO do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 123-124.

_____. Trabalho Doméstico. In: **DICIONÁRIO do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 384-385.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/Secretaria da Educação Superior /Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social /Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares: Curso: Serviço Social**. Brasília: MEC, 1999.

_____. **Parecer CNE/CES 492/2001 de 03/04/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília: Ministério de Educação/Conselho Nacional de Educação, 2001. Disponível em: <<http://abepss.org.br>> Acesso em: abr. 2012.

_____. **Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001. Disponível em:<<http://abepss.org.br>>. Acesso em: abr. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), 2004. Disponível em:<<http://spm.gov.br>>. Acesso em: mai. 2009.

_____. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), 2008. Disponível em:<<http://spm.gov.br>> Acesso em: mai. 2009.

_____. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), 2011. Disponível em:<<http://spm.gov.br>>. Acesso em: abr. 2013.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político. In: **ASSISTENTE Social: ética e direitos**. Coletânea de leis e resoluções. Rio de Janeiro (RJ): CRESS-7ª região, 2001.

_____. O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. O governo Lula e o Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 78, jul. 2004.

_____. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, ano VII, nº X,

nov. 2007.

_____. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.111, p. 468-492, jul./set. 2012.

BRYSON, Valerie. **Feminist Political Theory**: An Introduction. Second Edition. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

CAMARGO, Márcia. Novas políticas públicas de combate à violência. In: BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO, T. (Orgs). **Mulher e Política - Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

CARDOSO, Elisabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 264, n.12, set./ dez.2004. Numeração Especial.

CARDOSO, Isabel Cristina da C. et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional - novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS**, n. 07, São Paulo, Cortez, 1997. (Formação Profissional: trajetórias e desafios).

CARRASCO, Carmem; PETIT, Mercedes. **Mulheres trabalhadoras e marxismo**: um debate sobre a opressão. São Paulo: Editora do Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2012. 144p.

CARVALHO, Raul de. PARTE II – Aspectos da história do Serviço Social no Brasil. In:IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 9. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1993. p. 125-364.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade – A era da informação**: Economia, sociedade e cultura. Vol. 2. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 11, p.98-108, 2000. Dossiê Marxismo e Feminismo.

_____. Feminismo Marxista – mais que um gênero, em tempos neoliberais. **Revista Fragmentos de Cultura**- Instituto de Filosofia e Teologia, Sociedade Goiana de Cultura, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 551-571, mai./jun. 2003.

CASTRO, Mary Garcia; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira (orgs.). **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005.

_____. **CFESS Manifesta**: gestão Atitude crítica para avançar na luta (2008-2011). Brasília: CFESS, mai. 2011. Disponível em:<<http://www.cfess.org.br>> Acesso em: 12 mai. 2011.

_____. (Org.); BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão (Atualizado em 13. 3. 1993, com alterações introduzidas pelas resoluções CFESS n. 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11). 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012 b.

CHANTER, Tina. **Gênero**: conceitos-chave em Filosofia. Tradução de Vinicius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CHAUÍ, Marilena. Modernismo, pós-modernismo e marxismo. In: CASTORIADIS et al. **A Criação Histórica**. Porto Alegre (RS): Artes e Ofícios, 1992. p. 26-35.

CISNE, Mirla. A (Im) Possibilidade da Emancipação das Mulheres na “ordem sociometabólica” do capital. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10; **Anais Eletrônicos do X ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, Recife (PE): Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

_____. Resistência de Classe no Brasil Contemporâneo: mediações políticas para o enraizamento do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano VIII, n. 16, p.67-96, jul./dez. 2008.

_____. Institucionalização do feminismo: a que será que se destina? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11; **Anais Eletrônicos do XI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, São Luís (MA), 2008.

_____. Gênero e Serviço Social: do “marianismo” à luta pela emancipação humana. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12; **Anais Eletrônicos do XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, Rio de Janeiro (RJ) Recife: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 144p.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, Hildete Pereira de et al. (Orgs.). **Olhares Feministas**. Brasília: MEC / UNESCO, 2009. p. 51-81.

COSTA, Gilmaísa M. da. Mulher e Emancipação Humana: uma reflexão sob o ponto de vista ontológico-genérico. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10; **Anais Eletrônicos do X ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, Recife (PE): Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

COSTA, Jussara C.; PEREIRA, Jaíra Alana C.; CRUZ, Albertina F. da. O Gênero como questão para a economia solidária: aspectos revelados pelo estudo de caso acerca da relação entre o movimento feminista e a economia solidária na Paraíba. In: ENCONTRO

NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11; **Anais Eletrônicos do XI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, São Luís (MA), 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 4, p. 5-17, mai. 1991.

D'ATRI, Andrea. **Pão e Rosas**: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo. São Paulo: edições Iskra, 2008.

DELPHY, Christine. Feminismo e Recomposição da Esquerda. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, p. 187-199, 1994.

_____. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 173-178.

DINIZ, Maria José; MUSTAFÁ, Alexandra. Direção ética do movimento feminista na luta pela emancipação da mulher. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11; **Anais Eletrônicos do XI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, São Luís (MA), 2008.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**: Vida e Obra. Natal/RN: EDUFRN, 1995.

EINSENSTEIN, Zillah R. (Org.) **Patriarcado Capitalista y Feminismo Socialista**. México, España, Argentina e Colômbia: Siglo veintiuno editores, 1980 a.

EINSENSTEIN, Zillah R. Hacia el Desarrollo de una Teoría del Patriarcado Capitalista y el Feminismo Socialista. In: EINSENSTEIN, Zillah R. (Org.) **Patriarcado Capitalista y Feminismo Socialista**. México, España, Argentina e Colômbia: Siglo veintiuno editores, 1980 b.

_____. **Radical Future of Liberal feminism**. Nova York, Logman: 1981. p. 41-49.

ENGELS, Friedrich. Tradução de Leandro Konde. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Anti-Dühring. Zurich, 1934 (Edição alemã). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, V. **Sobre a Mulher**. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1980.

EVANGELISTA, João Emanuel. **Teoria Social Pós-Moderna**: introdução crítica. Porto Alegre: Sulina, 2007.

FERREIRA, Verônica; FROTA, Francisco. Feminismo e saúde: análise crítica das lutas pela saúde integral da mulher no Brasil, do final dos anos 70 ao início dos anos 90. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 11; **Anais Eletrônicos do XI CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, Fortaleza (CE), Centro de Convenções Ulysses Guimarães, 2004.

FERREIRA, Verônica; PEREIRA, Nívea. O movimento feminista e a agenda de saúde reprodutiva: contradições de sua trajetória no Brasil nos anos 1980 e 1990. In: CONGRESSO

BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 12; **Anais Eletrônicos do XIICONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, Foz do Iguaçu (PR), Centro de Convenções, 2007.

FIRESTONE, Shulamith. **The Dialectic of Sex: The case for feminist revolution**. USA: New York: Bantam Book, 1970. = FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminina**. Rio de Janeiro: Editorial Labor, 1976.

FOLHETO Fração Trotskista. **O Programa Marxista e Revolucionário frente à Opressão sobre a Mulher da Fração Trotskista**. Fortaleza, mar. 2000.

FONSECA, Cláudia. Uma genealogia do “gênero”. **Revista de Antropologia**- Revista de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE, Recife, v. 1, n. 2, p. 5-22, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 144-149.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Revista Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, Jul./Dez., 2009.

FREDERICO, Celso. **O Jovem Marx, 1843-44: As origens da ontologia do ser social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Classes e Lutas Sociais. In: **SERVIÇO Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 1-13.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011. (Saber de tudo).

GOHN, Maria da Glória. Classes e Movimentos Sociais. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: Módulo 2-Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: CEAD/ UnB/ CFESS/ ABEPSS, 1999.

GOMES, Kathirine; INÁCIO, Miriam de O. **A Competência Ética do (a) Assistente Social: mera formalidade ou expressão do compromisso com a cidadania?**. 1997. Monografia (Graduação em Serviço Social)- Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 1997.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. Tradução de Alessandra Ceregattiet al. São Paulo: Expressão Popular: Sempre Viva Organização Feminista, 2010. 208 p.

GOUGES, Olympe de. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791). In: BONACCHI, Gabriela; GROPPi, Ângela. (Orgs.). **O Dilema da Cidadania: direitos e deveres das mulheres**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. (Biblioteca Básica).

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

GURGEL, Telma. Gênero e Emancipação: possibilidades políticas e desafios estratégicos na relação do Serviço Social com o feminismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10; **Anais Eletrônicos do X ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, Recife (PE): Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

_____. Um feminismo antcapitalista, libertário e democrático: o feminismo como um coletivo total na América Latina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 12; **Anais Eletrônicos do XIICONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, Foz do Iguaçu (PR), Centro de Convenções, 2007.

_____. Feminismo e Políticas Públicas: reivindicações coletivas e autonomia política no Rio Grande do Norte. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11; **Anais Eletrônicos do XI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, São Luís (MA), 2008.

GURGEL, Telma; GUIMARÃES, Maria. Gênero nas Políticas Públicas: respostas do Estado às reivindicações do movimento feminista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 13; **Anais Eletrônicos do XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, Brasília (DF), Centro de Convenções, 2010.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **CadernosPagu**, n. 22, p. 201-246, 2004.

HARTMANN, Heidi. The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union (1979). In: SARGENT, Lydia (Org.). **Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism**. Boston: South End Press, 1981. p. 299-308.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HECKERT, Sonia Maria Rocha. Identidade e mulher no Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano XII, n. 36, ago. 1991.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (o conceito de). In: HIRATA, Helena et. al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 173-178.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. 25. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 9. ed. São Paulo: Cortez; [Lima,

Peru]: CELATS, 1993.

IAMAMOTO, Marilda V. PARTE I - Proposta de interpretação histórico-metodológica. In: IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 9.ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1993. p. 27-123.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Orgs.) **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 2.ed. São Paulo: Cortez/CFESS, p. 87-104, 1998 a.

_____. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 2, n. 3, jan./jul., p.09-32, 2001.

_____. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) Assistente Social na atualidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições Privativas do (a) Assistente Social em questão**. Brasília/DF: CFESS, 2002.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **SERVIÇO Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

III INTERNACIONAL Comunista. Manifestos, Teses e Resoluções do 3º Congresso. V. 3. **Cadernos de Formação Marxista 5**. São Paulo: Brasil Debates Editora, 1989.

INÁCIO, Miriam de O. **Violência de Gênero e Serviço Social: ethos e ação ético-política no âmbito das Delegacias da Mulher**. 2003. 166f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

_____. Violências contra mulheres e esfera familiar: uma questão de gênero? **Presença Ética**- Revista Anual do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ética (GEPE), Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, Recife/PE, ano III, n.3, dez. 2003.

_____. **Cidadania das Mulheres: um caminho à sua emancipação?** Trabalho apresentado à Disciplina Estado, Direitos e Política Social, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ministrada pela Professora Dr^a Ana Cristina de Brito Arcoverde, como requisito para obtenção de nota final. Recife (PE), 2010.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. Tradução de Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 1996. (série temas; Cultura e sociedade, 41).

KARTCHEVSKY, André et al. **O Sexo do Trabalho**. Tradução de Sueli Tomazini Cassal.

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: editora Expressão Popular, 2007.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Julia; MEYER, Dagmar Estemann; WALDOW, Vera Regina (orgs.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.p. 19-27.

_____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

LENIN, V. I. **Sobre a Emancipação da Mulher**. Traduzido por Maria Celeste Marcondes. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1980.

LIMA, Rita de Lourdes de. A dimensão do poder nas relações de Gênero. In: **O PODER em debate**. Recife (PE): Unipress, 2002.

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliane Aparecida. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. **Revista katálysis** - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis (SC), v. 8, n. 2, jul./dez. 2005.

LISBOA, Teresa. Uma leitura crítica sobre a história do Serviço Social no Brasil: Aportes para uma estratégia feminista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 13; **Anais Eletrônicos do XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, Brasília (DF), Centro de Convenções, 2010.

LOPES, Paula F. de C. A relação entre o movimento feminista e as ONG's: possibilidades e limites para a construção da autonomia das mulheres no Rio Grande do Norte. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10; **Anais Eletrônicos do X ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, Recife (PE): Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta Julia; MEYER, Dagmar Estemann; WALDOW, Vera Regina (orgs.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.7-18.

_____. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, CNTE, 1997.

LÖWY, Michael. Um Marx Insólito. In: MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. Traduzido por Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 13-19.

_____. **MARX, Engels e a Opressão das Mulheres**. Curso on-line, PUC-SP, 16 out. 2012.

LUIZ, Danuta E. Cantoia. **Emancipação e Serviço Social: a potencialidade da prática profissional**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

LUKÁCS, G. **Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos de Marx**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **História e Consciência de Classe:** estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACHADO, LiaZanotta. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, n.11, p. 107-125, 1998.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política (Volume I, Livro Primeiro – O Processo de Produção do Capital, Tomo 2, Capítulos XIII a XXV). Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Traduzido por Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **Sobre o suicídio.** Traduzido por Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A Questão Judaica.** Traduzido por Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2007.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: Marx, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 237-272.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista.** 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura)

_____. **A Ideologia Alemã.** Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. **Cultura, arte e literatura.** Textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MESQUITA, Andrea Pacheco de Relendo a história do Serviço Social no Brasil sob as lentes do feminismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12; **Anais Eletrônicos do XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, Rio de Janeiro (RJ) Recife: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010.

MESQUITA, Marylucia. Lesbianidade e feminismo: sinalizando desafios para a efetivação de direitos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 11; **Anais Eletrônicos do XI CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**, Fortaleza (CE), Centro de Convenções Ulysses Guimarães, 2004.

MÉZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo

do Trabalho).

MIGUEL, Ana de. Feminismos. In: 10 PALABRAS-CHAVE sobre mujer. [s.l.]: S.I. editorial Verbo Divino, 1995.

MILLETT, Kate. **Sexual Politics**. New York: Avon, 1969 = MILLETT, Kate. **Política Sexual**. Tradução de Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torres. Lisboa: Dom Quixote.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MITCHELL, Juliet. **Woman's State**. Maryland: Penguin Books, 1971.182pp.

MOLINEUX, Maxine. Beyond the Domestic Labour Debate. **New Left Review**, Londres, n. 116, jul.-aug., p. 3-27, 1979.

MONDAINE, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Orgs). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTAÑO, Carlos ; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de Serviço Social, 5)

MORAES, Maria Lygia Quartim de Moraes. Marxismo e Feminismo: afinidades e diferenças. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n.11, p.01-07, 2000. Dossiê Marxismo, Feminismo e “Estudos de Gênero”.

_____. O feminismo político do século XX. **Margem Esquerda – ensaios marxistas**, São Paulo, n. 9, p. 129-143, jun. 2007.

MOREIRA, Maria Regina de Ávila; LUZ, Lila Cristina Xavier; SILVA, Marlise Vinagre; MIRALES, Rosana; LISBOA, Teresa Kleba. **O Lugar de Gênero na Formação da/o Assistente Social**. Texto apresentado em mesa temática coordenada no X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Recife/2006. Disponível em:<<http://www.cpihts.com/PDF05/> Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social>. Acesso em: 15 dez. 2012.

MORO, Maristela Dal ; MARQUES, Morena Gomes. A relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**, Brasília (DF), ano 11, n.21, p. 13-47, jan./jun. 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **A questão social e o projeto ético-político do Serviço Social**. 2000. (texto mimeo)

_____. Trabalho e Serviço Social: considerações sobre o conteúdo dos componentes curriculares. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**, Brasília, Ano VII, n.14, p. 55-88 , jul./dez. 2007.

_____. **Las condiciones del contexto latinoamericano y las demandas del mismo a**

laprofesión (Trabajo Social) desde las dimensiones teóricas, metodológicas, éticas y políticas. 2009. (texto mimeo)

_____. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, Elizabete (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade.** São Paulo: Cortez, 201. p. 29-45.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. Projeto profissional e projeto societário. **Revista Inscrita:** Conselho Federal de Serviço Social, ano VIII, n. XII, nov. 2009.

MUSTAFÁ, Alexandra Monteiro. Reflexões sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Presença Ética:** Revista Anual do Grupo de Estudos e pesquisa sobre Ética (GEPE). Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, Recife, ano III, n.3, dez. 2003.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, ano X, n. 30, p. 89-102, abri. 1989. Número comemorativo dos 10 anos.

_____. **Crise do Socialismo e ofensiva Neoliberal.** 2. ed. São Paulo: Cortez editora, 1995. (Coleção questões da nossa época, 20).

_____. Transformações societárias de Serviço Social - Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, ano XVII, n.50, p. 87-132, abr. 1996.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social.** Módulo I. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis:** Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 2, n.3.,jan./jul., p.41-49, 2001.

_____. A conjuntura brasileira: O Brasil posto à prova. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n.79, set. 2004. Especial 2004.

_____. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, ano XXVI, n.84, nov. 2005.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005 a.

_____. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2005 b.

_____. Das Ameaças à Crise. **Revista Inscrita:** Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, ano VII, n. X, nov. 2007.

_____. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n. 100, out./dez. 2009.

_____. **Introdução ao estudo do método em Marx.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011. 64 p.

_____. Crise do capital e conseqüências societárias. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n.111, p. 413-429, jul./set. 2012.

NICHOLSON, Linda. Feminismo e Marx: Integrando o Parentesco com o Econômico. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. (Coords.). **Feminismo como Crítica da Modernidade.** Traduzido por Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

NOGUEIRA, Cláudia. RESENHA: CECÍLIA TOLEDO: *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide.* São Paulo (SP): Xamã, 2001, 126 .**Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n.69, 2002.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho:** entre a emancipação e a precarização. Campinas (SP): Autores Associados, 2004.

_____. **O trabalho duplicado:** a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 208p.

_____. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (Orgs.). **O Averso do trabalho.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 199-234. 336p.

_____.RESENHA: HIRATA; LABORIE; DOARÉ e SENOTIER (Orgs.): *Dicionário Crítico do Feminismo.* São Paulo: UNESP, 2009, 341 p. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n.105, 2011.

NYE, Andrea. **Teoria Feminista e as Filosofias do Homem.** Traduzido por Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Recorde; Rosa dos tempos, 1995.

OLIVEIRA, Leidiane; SANTOS, Silvana Mara Análise da luta de sujeitos coletivos feministas pela efetivação da Lei Maria da Penha. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11; **Anais Eletrônicos do XI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, São Luís (MA), 2008.

_____. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katalysis /UFSC**, Florianópolis, n.1, p. 11-19, 2010.

OSTERNE, Maria do Socorro ; GEHLEN, Vitória RESENHA: A condição paradoxal que constitui o feminismo: dilemas sobre igualdades e diferenças.**Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n.84, 2005.

PAIVA, Beatriz Augusto de et. al. Reformulação do Código de Ética: pressupostos históricos, teóricos e políticos.In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Orgs.)**Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis.** 2. ed. São Paulo: Cortez/CFESS, 1998. p. 159-173.

PAIVA, Beatriz Augusto de; SALES, Mione Apolinário. A Nova Ética Profissional: Práxis e Princípios.In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Orgs.) **Serviço Social e Ética: Convite a uma**

nova práxis. 2. ed. São Paulo: Cortez/CFESS, 1998, p. 174-208.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Traduzido por Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PISCITELLI, Adriana. Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco. **Revista Estudos feministas**, n. 2, 1998.

PINASSI, Maria Orlanda. **(Neo) Desenvolvimentismo ou luta de classes?** Revista Caros Amigos, ed. 189, 19 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Orgs). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro)

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Editora do Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008. 144p. (Coleção 10, nº 12)

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE: O Congresso da Virada e os 30 anos da Revista. São Paulo, Cortez, n.100, p. 593-800, out./dez. 2009.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE: Serviço Social no Mundo. São Paulo, Cortez, n.108, p. 601-808, out./dez. 2011. Especial.

REVISTA CRÍTICA MARXISTA. São Paulo: Boitempo, n.11, 2000. (Dossiê Marxismo e Feminismo).

ROSALDO, Michele. **The uses and abuses of Anthropology**: Reflections on Feminism and Cross-Cultural Understanding, *Signs* 5, Spring, 1980.

ROUANET, S. P. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo (1979). Tradução de Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sonia Corrêa. Recife: SOS Corpo – Gênero e Cidadania, mar. 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. 384p. (Coleção Sociologia Brasileira, v. 4)

_____. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica)

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.p. 183-215.

_____. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, J.V.T. **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 11, p. 71-75. 2000.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004 a. (Coleção Brasil Urgente)

_____. Gênero e Patriarcado: violência contra mulheres. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2004 b.

_____. A ontogênese do gênero. In: STEVENS, Cristina M. T.; SWAIN, Tania Navarro. **A construção dos corpos: perspectivas feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008. p. 149-181.

SAFFIOTI, Heleieth I.B.; ALMEIDA, Suely Souza de Almeida. Brasil: Violência, Poder, Impunidade. In: **VIOLÊNCIA de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SALES, Mione Apolinário. Quem tem medo da ética? In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Orgs.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 2.ed. São Paulo: Cortez/CFESS, 1998. p.111-117.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012. Especial.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. O pensamento de esquerda e os limites da luta pela liberdade de orientação sexual. **Presença Ética: Revista Anual do Grupo de Estudos e pesquisa sobre Ética (GEPE)**. Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. Recife, ano III, n.3, dez. 2003.

_____. Questões e desafios da luta por direitos. **Revista Inscrita: Conselho Federal de Serviço Social**, ano VII, n. X, nov. 2007.

_____. Direitos, desigualdade e diversidade. In: BOSCHETTI, et al (org). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo, Cortez, 2008.

SANTOS, Cláudia Cristina de S. A creche como política pública: pode contribuir para a emancipação da mulher trabalhadora? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10; **Anais Eletrônicos do X ENCONTRO NACIONAL DE**

PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, Recife (PE): Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e Ciências Sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16 (2), p. 5-22, jul./dez., 1990.

_____. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, jan./abr. 2005.

SILVA, Carmem; CAMURÇA, Silvia. **Feminismo e movimento de mulheres**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010. (Série Mulheres em Movimento,1)

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Trinta anos da revista *Serviço Social & Sociedade*: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.100, p. 599-649, out./dez. 2009.

SIMIONATO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social**. Módulo I. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 3.ed. Florianópolis (SC): Editora da UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SOUZA, Vanessa Bezerra de. **Gênero e Marxismo**: um estudo sobre suas aproximações. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2011.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: Trabalho, dominação e resistência. 2. ed. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2011. 304p.

TAVARES, Maria Augusta. Questão Social e Serviço Social em debate. **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Brasília, ano VII, n.14, p. 55-88 ,jul.-dez. 2007

TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do (a) Assistente Social: comentários a partir de uma perspectiva jurídico-normativa crítica. In: BARROCO, Maria Lucia S.; _____. **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.p. 111-250.

THERBORN, Göran. **Sexo e Poder**: a família no mundo, 1900-2000. Tradução de Elisabete Dória. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. 2.ed. São Paulo: Sundermann, 2008. (Série Marxismo e opressão)

TOLEDO, Cecília (Org.). **A mulher e a luta pelo socialismo**: Clássicos do marxismo: Marx, Engels, Lenin, Clara Zétkin e Trotsky. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012. 224p.

TONET, Ivo. **Democracia ou Liberdade?** 2. ed. Maceió (AL): EDUFAL, 2004.

_____. **Em defesa do futuro.** Maceió: EDUFAL, 2005a.

_____. Cidadania ou Emancipação Humana. **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, ano IV, n. 44, jan. 2005b. Disponível em: <<http://www.espaçoademico.com.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

TOSCANO, Moema; GOLDEMBERG, Miriam. **A Revolução das Mulheres:** um balanço do Feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais – A Pesquisa Qualitativa em Educação:** O Positivismo, a Fenomenologia, o Marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

VALADARES, Loreta. Gênero e Emancipacionismo – o clamor da radicalidade. **Revista Fragmentos de Cultura:** Instituto de Filosofia e Teologia, Sociedade Goiana de Cultura, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, v. 13, n.3, p. 545-550, mai./jun. 2003.

_____. **As Faces do Feminismo.** São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2007.

VELOSO, Renato. No caminho de uma reflexão sobre Serviço Social e Gênero. **Praia Vermelha, 4.** Estudos de Política e Teoria Social. Vol.2. Rio de Janeiro: UFRJ/ Programa de pós-graduação da Escola de Serviço Social, 2001. 2º Semestre de 2011.

VINAGRE, Marlise. **Violência contra a mulher: QUEM METE A COLHER?.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Ética profissional: por uma Ampliação Conceitual e Política. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Orgs.) **Serviço Social e Ética:** Convite a uma nova práxis.2. ed. São Paulo: Cortez/CFESS, 1998. p. 137-144.

_____. O lugar de gênero na formação da (o) Assistente Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10; **Anais Eletrônicos do X ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

_____. Ética, Diretos Humanos e Projeto Profissional Emancipatório. In: FORTI Valeria; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **Ética e Direitos:** Ensaios Críticos. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumem Juris, 2010.p. 107-121. (Coletânea Nova de Serviço Social).

_____. Diversidade Humana, Relações Sociais de Gênero e Luta de Classes: emancipação para além da cultura. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p. 51-63, 2011.

WAINWRIGHT, Hilary; SEGAL, Lynne ; ROWBOTHM, Sheila. **Além dos Fragmentos:** o Feminismo e a Construção do Socialismo. São Paulo: editorabrasiliense, 1981.

WALBY, Sylvia. **Theorizing Patriarchy.** London: Blackwell, 1990. 229p.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo

histórico. Traduzido por Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo editorial, 2003 a.

_____. O que é anticapitalismo? **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n.17, 2003 b.

WERNER, Rosiléa Clara. Análise das Diretrizes Curriculares para o Serviço Social, a partir da Resolução CNE/CES 15/2002. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3.; **Anais Eletrônicos do III CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**, Ponta Grossa (PR): Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2011. Disponível em <<http://isapg.com.br>>. Acesso em: out. 2012.

WRIGHT, Erik Olin. Um menu conceptual para o estudo das conexões entre a classe e a diferença sexual. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.49, nov. 1997.

ZETKIN, Clara. **La cuestiónfemenina y la lucha contra el reformismo**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

30 ANOS do Congresso da Virada: começaria tudo outra vez se preciso fosse. Brasília: CFESS/ CRESS 9ª Região-SP/ ABEPSS/ ENESSO, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA O CFESS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE DOUTORADO

PROJETO DE PESQUISA

A CONSTITUIÇÃO DE UMA PERSPECTIVA “FEMINISTA EMANCIPATÓRIA” NO
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

QUESTIONÁRIO

1. O CFESS tem ou já teve comissões de trabalho que abordam o tema das mulheres, gênero e/ou feminismo? Se sim, qual a comissão? Como esta comissão atua?

2. O CFESS possui ou já possuiu articulação/alianças com movimentos e organizações feministas? Se sim, desde quando? Como ocorre essa articulação? Quais os grupos articulados ou aliados?

3. Quando o CFESS começou a incorporar o feminismo e as questões das mulheres/de gênero na sua práxis política?

4. O CFESS assume uma perspectiva feminista? Qual a compreensão sobre esta perspectiva feminista?

5. Quais as estratégias de ação política utilizadas pelo CFESS na defesa de sua perspectiva feminista?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA A ABEPSS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE DOUTORADO

PROJETO DE PESQUISA

A CONSTITUIÇÃO DE UMA PERSPECTIVA “FEMINISTA EMANCIPATÓRIA” NO
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

QUESTIONÁRIO

1. A ABEPSS realiza ou já realizou algum trabalho de articulação de grupos de estudos e pesquisas na área de estudos sobre mulheres, gênero e/ou feminismo? Se sim, quais os grupos? Como estes se organizam?

2. Existe ou já existiu alguma articulação da ABEPSS com redes de estudos e pesquisas na área de mulheres, gênero e/ou feminismo? Se sim, desde quando? Como ocorre esta articulação? Quais os grupos de pesquisa articulados?

3. Quando a ABEPSS reconheceu a necessidade de introduzir o debate sobre mulheres, gênero e/ou feminismo na formação profissional?

4. A ABEPSS assume uma perspectiva feminista? Qual a compreensão sobre esta perspectiva feminista?

5. Quais as estratégias de ação política utilizadas pela ABEPSS na defesa de sua perspectiva feminista?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ANÁLISE DE TEXTO

ROTEIRO DE ANÁLISE DE TEXTO UTILIZADO NA PESQUISA³³⁸

1. Análise Textual: visão do todo
 - 1.1 Credenciais do autor;
 - 1.2 Metodologia;
 - 1.3 Autores / Bibliografia / Documentação;
 - 1.4 Doutrinas / Abordagens teórico-metodológicas;
2. Análise Temática: apreensão do texto
 - 2.1 Tema;
 - 2.2 Ideias (central e secundárias);
 - 2.3 Problemas;
 - 2.4 Argumentação;
3. Análise Interpretativa: Interpretação e crítica do conteúdo
 - 3.1 Análise e interpretação do conteúdo (tema, ideias, problemas, argumentação, posição filosófica, influências, concepções);
 - 3.2 Crítica ou avaliação, julgamento do conteúdo e discussão. Julgamento do texto em relação às circunstâncias culturais, econômicas, sociais, históricas, filosóficas e outras. Demonstração das relações entre as ideias do (a) autor (a) em razão do contexto científico e filosófico de diferentes épocas;
 - 3.3 Verificação da validade e coerência da argumentação (originalidade, profundidade da análise e objetividade no tratamento do tema);
 - 3.4 Apreciação e julgamento das ideias defendidas e das conclusões a que o (a) autor (a) chegou;
 - 3.5 Problematização: Problemas e Discussão;
 - 3.6 Sugestões Temáticas;
 - 3.7 Síntese Pessoal / Resumo.

³³⁸ Roteiro de Análise de Texto construído a partir do modelo apresentado por Gagliano (1979, p. 91-95) e complementado com as observações de Severino (1982, p. 87-98) e Jaciro Campanante. Este Roteiro permitiu construir um resumo do tipo informático/analítico e crítico para cada artigo analisado. Cf. MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.